

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE MUSEOLOGIA

Larissa Gabriela Wentland

Memórias de Luta: narrativas dos atingidos pela barragem de Itá

Florianópolis

2022

Larissa Gabriela Wentland

Memórias de Luta: narrativas dos atingidos pela barragem de Itá

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Museologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Letícia Borges Nedel

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Wentland, Larissa Gabriela

Memórias de Luta : narrativas dos atingidos pela
barragem de Itá / Larissa Gabriela Wentland ; orientador,
Leticia Borges Nedel, 2022.

191 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Movimento de Atingidos por Barragens.
I. Nedel, Leticia Borges. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Museologia. III. Título.

Larissa Gabriela Wentland

Memórias de Luta: narrativas dos atingidos pela barragem de Itá

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharela em Museologia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Museologia.

Florianópolis, 31 de outubro de 2022.

Coordenação do Curso

Banca Examinadora:

Prof^a Letícia Borges Nedel, Dr^a

Orientadora

Prof^a Eunice Sueli Nodari, Dr^a

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, Dr^a

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2022.

Este trabalho é dedicado a todas e todos
que lutaram e ainda lutam no movimento
de atingidos por barragens.

AGRADECIMENTOS

Durante todo o processo de escrita e pesquisas contei com o apoio de diversas pessoas de diferentes formas que ajudaram a tornar o momento mais leve, tenho tantos nomes a agradecer.

À Gabriela que me apoiou quando contei sobre o tema escolhido e me ajudou a encontrar contatos importantes que foram o início do processo de pesquisa e de entrevistas. À Vanessa que me ajudou na realização de entrevistas. À Izabella e Luísa por todo apoio e ajuda em todo processo de escrita. À Joice por envio de textos e ao Fava por todo apoio. À minha família que me deu apoio durante o período da graduação.

Ao Ivar Pavan, Pedro Uczai, Mauro Postal, Luiz Dalla Costa, Claides Kohwald, Nilo e Irani Brant que concederam entrevista e aceitaram compartilhar comigo suas histórias e vivências no movimento de atingidos por barragens na bacia do rio Uruguai, tiveram grande importância na realização deste trabalho. Não posso deixar de citar o Museu do Balseiro pela recepção e contribuições com materiais.

A orientadora Letícia que me apoiou e deu direcionamentos em momentos de desânimo e quase desistência quando os caminhos pareciam não se abrir.

À Coordenadoria Especial de Museologia UFSC e professores substitutos nos anos de graduação, por todos esses semestres de muito aprendizado.

Agradeço a todas e todos que acompanharam e auxiliaram de alguma forma o processo de produção deste trabalho, o apoio foi fundamental para a construção desta pesquisa.

RESUMO

Ainda no contexto da ditadura militar no Brasil, na região de divisa entre o oeste de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, a população que seria atingida pela construção da usina hidrelétrica de Itá organizou um movimento de luta pelas suas reivindicações por indenizações justas e terra por terra. O movimento regional organizado teve grande força, contando com o apoio de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Igreja Católica e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O movimento que foi vitorioso na luta por suas pautas, foi uma das raízes para a nacionalização e criação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Este trabalho está dividido em três capítulos, onde no primeiro é contada a história do início do movimento, abordando o contexto da época, são apresentados elementos sobre a organização interna, estrutura do movimento e apoiadores. No segundo capítulo são pensadas as questões relacionadas às memórias apresentadas pelo Consórcio Itá. São analisados os discursos presentes nos espaços atrelados à construção da usina. No terceiro capítulo, são vistos mais de perto os depoimentos coletados, pensando nas particularidades e semelhanças de cada um. Com objetivo de analisar as narrativas relacionadas à construção da barragem de Itá, o método usado para a pesquisa deste trabalho foi a coleta de informações por meio de entrevistas realizadas com seis pessoas, e a realização de pesquisa de campo em Itá e Chapecó, em Santa Catarina.

Palavras-Chave: Movimento de Atingidos por Barragens; Memória; Terra.

ABSTRACT

Still in the context of the military dictatorship in Brazil, on the border region between the west of Santa Catarina and the north of Rio Grande do Sul, the population that would be affected by the construction of the Itá hydroelectric plant, has organized a movement to fight for their claims for fair compensation and land by land. The organized regional movement had great strength, counting on the support of the Rural Workers Unions, the Catholic Church and Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil (IECLB). The movement, which was victorious in the struggle for its agendas, was one of the roots for the nationalization and creation of the Movement of People Affected by Dams (MAB). This work is divided into three chapters, where in the first one is the story of the beginning of the movement, addressing the context of the time, elements about the internal organization, structure of the movement, and supporters are presented. In the second chapter, issues related to the memories presented by Consórcio Itá are considered. The discourses present in the spaces linked to the construction of the plant are analyzed.

Keywords: Movement of People Affected by Dams; Memory; Land.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Bacia do Rio Utuguai.....	14
Figura 2 - Organograma da estrutura organizacional da CRAB a partir de 1985.....	24
Figura 3 - Símbolo do Movimento.....	30
Figura 4 - Mapa com localização da hidrelétrica.....	41
Figura 5 - Área impactada pela formação do lago da barragem de Itá.....	43
Figura 6 - Casa da Cultura Casa Alberton.....	45
Figura 7 - Casa da Memória Casa Camarolli.....	46
Figura 8 - Torres da Igreja de São Pedro após inundação.....	48
Figura 9 - Marco da realocação de Itá.....	59
Figura 10 - Fachada do Museu do Balseiro.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDA - Centro de Divulgação Ambiental

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

CL - Comissão Local

CM - Comissão Municipal

CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A

CRAB - Coordenação Regional dos Atingidos por Barragens

CPT - Comissão Pastoral da Terra

Eletrosul - Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

UHE-Itá - Usina Hidrelétrica Itá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. UMA INJUSTIÇA ANUNCIADA	20
1.1. A MARCA DA CRAB: SINDICATOS E IGREJAS NA LUTA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	29
1.2. QUESTÃO PRINCIPAL: O DIRETO À TERRA	34
2. A MEMÓRIA DA USINA	40
2.1 DO PROJETO À CONSTRUÇÃO DA UHE-ITÁ	42
2.2 A MEMÓRIA QUE A USINA PRESERVOU	44
3. A HISTÓRIA NARRADA NAS ENTREVISTAS	53
3.1 NÃO ATINGIDOS	56
3.2 ATINGIDOS DIRETAMENTE	69
3.3. O QUE CONTAM OS DEPOIMENTOS	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A- TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	101
ANEXO A- DOCUMENTO DE ACORDO ENTRE ATINGIDOS E ELETROSUL	190
ANEXO B- PLANO DE REASSENTAMENTO	191

INTRODUÇÃO

Há diversos movimentos de lutas no Brasil organizados em torno de diferentes objetivos, alguns mais conhecidos ou há mais tempo em atuação, com estratégias que variam e se adaptam conforme as demandas que se apresentam em diferentes períodos. Em meio às organizações de movimentos, há aqueles que organizam a nível nacional a demanda de grupos específicos. É o caso do Movimento de Atingidos por Barragens, o MAB, criado em março de 1989, que assim como outros movimentos tem significativo reconhecimento da sua trajetória.

A criação de um movimento que organiza populações atingidas por barragens se impôs à medida que foram observadas as consequências da atuação do setor hidroenergético brasileiro sobre a vida da população e na forma como a população impactada é tratada. A estruturação do movimento em torno de pautas específicas, como assentamentos e indenizações, foi de grande importância para a organização de pessoas atingidas por barragens, entendendo que a organização coletiva tem grande impacto na luta, principalmente para dar maior visibilidade à questão dos direitos da população. O ano de 1978 foi o momento em que se começou, ainda em âmbito regional, a organizar a busca por direitos de atingidos por barragens, quando diversos projetos de construção de barragens que faziam parte do Projeto Uruguai¹ passaram a ser amplamente divulgados.

Atualmente o MAB organiza e dá visibilidade às demandas de atingidos por barragens no país, sem restringir o seu foco apenas às demandas que surgem quando uma nova usina hidrelétrica começa a ser planejada, mas também pensando e mobilizando para outras questões que atravessam o tema, como por exemplo os casos de rompimentos de barragem, que acabam atingindo a população de outra forma.

O caso em análise no presente estudo antecede a criação do Movimento de Atingidos por Barragens, mas integra as suas raízes, relacionadas aos princípios de sua organização no contexto local. Trata-se da Usina Hidrelétrica de Itá (UHE-Itá) e do movimento organizado na região atingida. Esta abrange 11 municípios, sendo 7 no estado de Santa Catarina e 4 no estado do Rio Grande do Sul. A história escolhida como tema deste trabalho envolve os processos da criação da UHE-Itá: a organização dos atingidos, as lutas que estes travaram, assim como as memórias (institucionais e individuais) construídas em torno desse processo.

¹ O Projeto Uruguai apresentava estudos de uso da bacia do rio Uruguai na produção de energia hidrelétrica. Os estudos começaram na segunda metade da década de 1960, porém os resultados que previam a criação de mais de 20 usinas hidrelétricas foram divulgados amplamente para a população apenas no fim dos anos 1970. (SANTOS; REIS. 2002)

Em discussão desde o final da década de 1970, a construção da Usina Hidrelétrica de Itá aconteceu apenas nos anos 1990; são 20 anos de histórias e lutas desenroladas nos anos que antecedem a construção da barragem e inundação de terras. O principal ponto de discussão aqui são as questões relativas às memórias de atingidos e atingidas durante o processo de luta contra a barragem e pelos seus direitos, pensando no contexto da época e no desenrolar dos acontecimentos, desde o momento em que a população fica sabendo do projeto de criação das usinas no rio Uruguai, até o momento em que a população consegue ser ouvida e ter suas reivindicações atendidas.

O contexto em que a mobilização acontece é ainda a ditadura militar, com os primeiros sinais de mobilização pela anistia em meados da década de 1970. Durante este período, grande repressão aconteceu em diversos setores, e entre os alvos dessa repressão pelo regime estavam os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Naquele momento a nomeação para o cargo de presidente dos sindicatos era feita de forma autoritária por militares, prejudicando assim a atuação dessa organização de trabalhadores. A partir do momento em que os próprios trabalhadores associados aos sindicatos passaram a poder escolher seus representantes sua ação se tornou mais combativa, trazendo novamente confiança para a população e verdadeiramente a apoiando em suas causas e lutas.

Neste período de autoritarismo que durou de 1964 a 1985, conforme Oliveira (2018), a questão do desenvolvimento do país foi uma ferramenta constantemente utilizada em discursos como uma forma de legitimar o regime, principalmente a partir de 1974. A utilização de recursos naturais para desenvolvimento de regiões, explorando o potencial de produção de energia elétrica das bacias hidrográficas brasileiras fez com que ocorresse um salto na quantidade de hidrelétricas pelo país. Foram construídas 61 grandes hidrelétricas, (OLIVEIRA, 2018), sem que houvesse até este momento políticas voltadas aos habitantes das áreas alagadas. Coincidindo com o novo momento dos sindicatos, quando se dá a possibilidade dos próprios associados elegerem seus representantes, somado à existência de projetos para a construção de mais de 20² barragens na bacia do Rio Uruguai, a população vê a urgência de agir e se posicionar, buscando diferenciar as suas histórias locais dos acontecimentos que já haviam sido observados em casos de outras usinas hidrelétricas brasileiras.

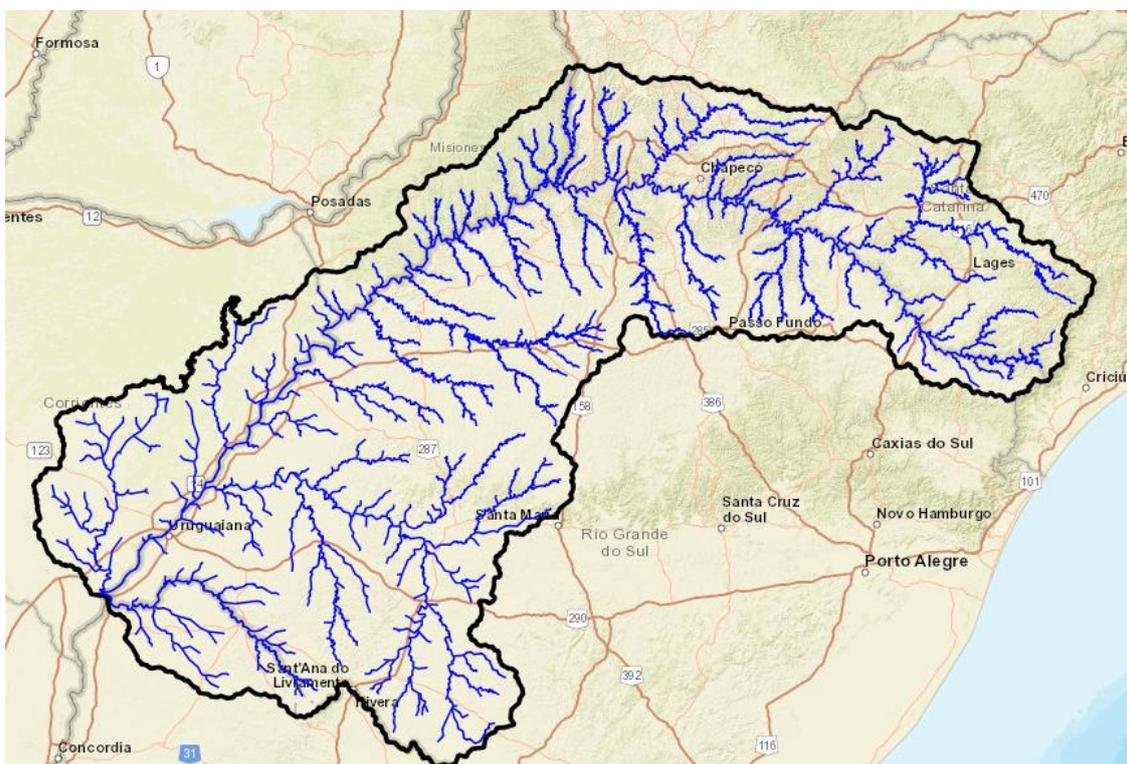
² Havia projetos para a construção de 22 barragens nacionais por toda bacia, neste número estavam incluídas construções em rios afluentes. Também havia projetos de aproveitamento para a construção de 3 barragens binacionais no trecho da fronteira com a Argentina, das usinas binacionais que estavam previstas (São Pedro, Roncador e Garabi) nenhuma foi concretizada. Somadas todas as usinas da bacia do rio Uruguai havia 25 projetos.

Em planejamentos feitos pela Eletrobrás, pensando no maior aproveitamento do potencial para a produção de hidroenergia, desenvolveu-se o Projeto Uruguai.

Ao todo foram examinados e avaliados 51 locais possíveis de construção de barragens, combinando 16 esquemas, cada qual com cerca de 20 barragens, distribuídas em toda a bacia, tendo resultado a escolha de um destes esquemas como sendo aquele que apresentava a combinação mais aceitável de quantidade de energia produzida, custo e impactos, que viria a ser adotado como base de um plano de obras a serem implantadas pela Eletrosul³. (SANTOS; REIS(org.). 2002, p. 120)

As primeiras construções foram previstas para as usinas de Machadinho⁴ e Itá no rio Uruguai. A bacia em questão está dividida em regiões devido a grande extensão. No Alto Uruguai estão localizados os onze municípios atingidos pela hidrelétrica de Itá, sendo em Santa Catarina: Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Itá, Peritiba e Piratuba. No Rio Grande do Sul foram atingidos os municípios de Aratiba, Marcelino Ramos, Mariano Moro e Severiano de Almeida.

Figura 1: Mapa da Bacia do Rio Uruguai



Fonte: Serviço Geológico do Brasil - CPRM

³ Eletrosul - Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A é uma subsidiária da Eletrobrás que atua nas áreas de geração, transmissão, comercialização de energia e ainda em telecomunicações. Atende os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.eletrosul.gov.br/a-empresa/quem-somos>>

⁴ A UHE Machadinho está localizada entre os municípios de Piratuba - Santa Catarina e Maximiliano de Almeida - Rio Grande do Sul. O movimento organizou também a reação contra a construção da usina, a exemplo da mobilização “Machadinho nunca mais” que comemorava a suspensão da construção da usina. Mesmo com o empenho da população contrária a usina, esta foi construída e entrou em operação no ano de 2002.

Desde o início da ocupação do entorno do rio Uruguai, foram estabelecidas diferentes relações e formas de uso do rio, desde os primeiros habitantes da região, os povos indígenas, até a chegada de descendentes de italianos e alemães, quando se estabelece outra dinâmica na região. A área entre os estados de Santa Catarina na parte oeste e do Rio Grande do Sul na parte norte teve maior movimentação a partir do início do século XX, principalmente ao final da década de 1910 e início da década de 1920, quando houve intensa migração para a região em questão. Diversas famílias vindas do estado do Rio Grande do Sul buscavam novos lugares para se estabelecer, tanto no norte gaúcho quanto no oeste catarinense, utilizando a via férrea para chegar ao município rio-grandense de Marcelino Ramos, localizado ao norte do estado, e a partir deste, encontrar novos locais para se fixar.

O rio e a terra sempre estiveram presentes nesta história. Na época em que a região passou a receber maior quantidade de moradores, e que os lotes de terra, também chamados de colônias, estavam sendo comercializados pela companhia Luce e Rosa, muitas famílias que compraram essas terras se estabeleceram no entorno do rio Uruguai, vendo no rio possibilidades de sustento.

O projeto prevendo a criação de diversas usinas e os projetos de barramentos das águas e alagamento de extensões de terras agricultáveis impactaram direta e indiretamente a vida de grande parte dos moradores da região da bacia do rio Uruguai, que viram a necessidade de se organizar para fazer resistência ao plano que se delineava.

Assim, com a população informada sobre a construção de diversas usinas hidrelétricas ao longo do rio Uruguai houve a organização de atingidos, estruturada com diferentes instâncias, sendo a mais geral a Coordenação Regional de Atingidos por Barragens, a CRAB como ficou conhecida. Parte importante para a experiência de organização local foi conhecer a realidade de outras regiões também atingidas por hidrelétricas, saber como a população foi tratada pelas empresas e conhecer os impactos causados por uma barragem. As informações sobre experiências anteriores foram fundamentais para que a mobilização acontecesse antes mesmo da construção da usina, assim garantindo que essa história tivesse um rumo diferente do que aconteceu com outros atingidos por barragens até aquele momento.

Após muita luta e resistência, o movimento organizado pela população teve importantes vitórias, e a organização de forma regional de atingidos pelas barragens teve um papel fundamental nas conquistas obtidas no período de negociações. Ao pesquisar sobre o tema, mesmo passados tantos anos dos acontecimentos, ainda se encontram alguns documentos produzidos na época, e principalmente pessoas envolvidas na luta com disposição para contar suas vivências, pois entendem que contar a história desta luta é

importante para que não sejam esquecidos todos os processos na conquista por direitos, e que as memórias das atuações no movimento não sejam esquecidas, e não se percam do contexto de mobilização e organização popular ainda no final da ditadura militar.

Neste contexto do fim da década de 1970 no oeste de Santa Catarina, onde foi criada a CRAB, inscrevem-se diversas histórias de luta e organização de pequenos agricultores atingidos pela usina hidrelétrica de Itá. Nos próximos capítulos pretende-se contar uma parte das vivências das lideranças do movimento que começava a se organizar.

Usando considerações de Michael Pollak e de Maurice Halbwachs sobre a memória como embasamento das discussões deste trabalho, entendendo a memória como um fenômeno socialmente construído que passa por transformações constantes, também considerando que há disputas e enquadramentos da memória nas narrativas, esse trabalho tem por objetivo geral analisar as narrativas dos atingidos pela barragem de Itá e a narrativa apresentada pelo Consórcio Itá.

Pensando na relevância de pesquisar sobre a histórica mobilização da população em torno de uma demanda específica, este tema foi escolhido com o objetivo de abordar alguns dos acontecimentos da época a partir dos depoimentos de pessoas relacionadas ao movimento. Minha ideia era a de abordar uma temática importante, tendo como objetivos específicos tratar sobre os processos de construção de usinas hidrelétricas até o momento em que se organizou um movimento para representar os interesses e direitos da população atingida. Pensar sobre processos de resistência, luta e organização na busca por direitos das populações rurais atingidas por projetos desenvolvimentistas implementados durante a ditadura no Brasil.

Parto das informações coletadas em entrevistas com lideranças do movimento e na visita realizada ao município de Itá, para analisar neste trabalho a memória institucional contada pelo Consórcio Itá⁵ e pelos lugares relacionados a este, como o museu da cidade, a Casa de Cultura e o Centro de Divulgação Ambiental (CDA). Além disso, o trabalho investiga as memórias enraizadas na experiência das pessoas que lutaram pelos direitos dos atingidos através das narrativas que nos foram contadas por algumas das lideranças do movimento.

Com esse objetivo em mente, estruturei o trabalho da seguinte maneira: no primeiro capítulo é lembrada a forma como foi organizado o movimento. O capítulo primeiro traz

⁵ O Consórcio Itá é formado pelas empresas Energie Brasil Energia, CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e Companhia de Cimento Itambé.

um pouco do contexto da época em que a mobilização regional começou, narrando parte das histórias, estratégias de ação e estruturação interna do movimento.

Entendendo a imaginação museal conforme Chagas (2009), “a capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas”, será analisado no segundo capítulo a história contada pela hidrelétrica e que memória é preservada, tendo o foco nos espaços institucionais que derivaram da construção da usina.

No terceiro capítulo serão analisadas mais de perto as memórias contadas em depoimentos. São depoimentos sobre os momentos de luta durante a atuação no movimento, além de voltar o olhar para cada entrevistado ou entrevistada individualmente e com mais elementos, serão abordados as similaridades e diferenças encontradas em cada narrativa.

Para a produção e escrita deste trabalho, o processo demandou esforços em pesquisas de campo e entrevistas com pessoas que estiveram envolvidas nos acontecimentos. As coletas de dados foram iniciadas no primeiro semestre de 2021, em um contexto de pandemia de covid-19 e uma onda crescente de casos, o que dificultou o acesso a informações e a procura de pessoas que de alguma forma participaram dos acontecimentos. Apesar das dificuldades encontradas no caminho, foi possível fazer uma significativa coleta de informações relacionadas ao caso de Itá, não só a partir de registros textuais, mas também mobilizando uma rede de informantes na busca de depoimentos, encontrando pessoas que foram lideranças na organização e mobilização das comunidades.

Esse movimento não teve ainda, por parte dos estudos acadêmicos no campo da museologia, atenção proporcional à importância de suas lutas e conquistas. Itá, assim como outras hidrelétricas da mesma época, tem histórias que seguem na mesma linha da forma como foram inicialmente planejadas, pensadas sem a participação comunitária e sem espaço para diálogos durante um período repressor, mas que ainda assim, com trocas de experiências foi possível organizar a resistência.

Também não são muito abundantes as fontes que informam sobre os acontecimentos narrados aqui. Além das dificuldades encontradas pelo momento de pandemia, o processo de pesquisa foi atravessado pela dificuldade de encontrar materiais produzidos na época da mobilização. Como citado por Pedro Uczai (1992), uma grande quantidade de material específico do movimento foi produzida durante a organização e atuação da CRAB, foram organizados panfletos, boletins e feitos diversos registros fotográficos, porém mais de 30 anos se passaram e grande parte do material não foi preservado.

Por essa razão, uma parte da pesquisa de campo foi realizada no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, o CEOM, localizado no município de Chapecó-SC, visitando o arquivo e realizando buscas no material documentado da época. Nessa pesquisa, delimito o recorte da pesquisa em jornais a partir de 1978, que foi o ano de divulgação ampla da intenção em construir as usinas no Rio Uruguai, até o ano de 1990, pois é o momento em que a frequência das manifestações relacionadas a UHE Itá diminuem, e o acordo entre população atingida pela barragem e Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A) está encaminhado.

No arquivo do CEOM podem ser encontrados exemplares de periódicos que circularam pela região. Apesar de se tratar de um centro que busca preservar a memória regional, no local não foi possível encontrar jornais que trouxessem notícias diretas sobre os acontecimentos. No centro de memória não foram encontradas todas as edições de jornais das décadas pesquisadas, e nem mesmo todos os jornais que circularam pela região.

Foi realizada uma breve visita ao município de Itá, na Linha Simon e na sede da cidade em maio de 2022. Os pontos de interesse foram o Recanto do Balseiro, onde há um museu, localizado próximo ao lago da barragem, na parte rural. O Recanto do Balseiro não está ligado à memória da barragem, porém seu fundador foi uma liderança do movimento. Na cidade de Itá foram visitados o Centro de Divulgação Ambiental, a Casa de Cultura e o Museu, tendo como foco a forma como é contada a história de construção da usina.

Parte essencial do processo para entender a história de mobilização da região foi a realização de entrevistas, pois nem todos os acontecimentos tiveram registros físicos. Assim, buscando pessoas que estiveram envolvidas com os processos foram iniciadas as conversas com objetivo principal de ouvir cada entrevistado ou entrevistada contar sobre a sua atuação no movimento organizado. Tendo como base o Manual de História Oral de Verena Alberti para entender como realizar as entrevistas, a cessão de direitos e a conferência de veracidade, estas foram realizadas tentando manter a sensibilidade com cada pessoa entrevistada, tentando deixar livre para contar as memórias, apenas conduzindo a alguns pontos de interesse para a construção do trabalho.

As entrevistas começaram no primeiro semestre de 2021, com apenas um nome cujo contato foi localizado, e a partir deste buscando fazer contato com outras pessoas também envolvidas de alguma forma na movimentação em defesa dos atingidos pela barragem. Aos poucos outros contatos foram surgindo, e novos ângulos da história se sobrepondo para analisar com mais elementos as dimensões histórica e memorial do processo focado no trabalho.

Ao todo foram entrevistadas seis pessoas, sendo cinco homens e apenas uma mulher. Desse total, todas acompanharam o processo, sendo que metade foi atingida diretamente pela barragem e teve suas terras inundadas. Em meio às entrevistas houve apenas um entrevistado que na época era acadêmico, ex-morador da região que acompanhou a luta dos atingidos e escreveu sobre, as demais pessoas ouvidas foram lideranças do movimento. Os depoimentos se complementam, os nomes se repetem e são citados em outros depoimentos, formando uma rede de contatos. Porém não pode ser deixado de observar que apenas contatos com pessoas envolvidas na organização do movimento foram realizados.

Assim, a seguir, no primeiro capítulo intitulado "Uma Injustiça Anunciada" será abordada uma contextualização sobre a construção de usinas hidrelétricas e o processo de formação do movimento de atingidos por barragens durante a ditadura militar na região do oeste do estado de Santa Catarina.

1. UMA INJUSTIÇA ANUNCIADA

As histórias dos processos de construção de grandes usinas hidrelétricas espalham-se, e junto com elas vão também as memórias de quem é atingido. Assim, as histórias das barragens na região sul do Brasil chegaram ao conhecimento das populações dos municípios localizados na bacia do rio Uruguai. Essas histórias são principalmente relacionadas à Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada no Paraná. A construção da usina começou em 1974, modificando intensamente a dinâmica regional levando até o local diversos trabalhadores em busca de empregos na obra. A construção se estendeu até o ano de 1982, entrando em funcionamento em 5 de novembro do mesmo ano. A hidrelétrica binacional construída no rio Paraná em uma parceria entre Brasil e Paraguai, em sua área alagada atingiu uma grande quantidade de pessoas, conforme citado por Scalabrin (2019) em artigo publicado pelo MAB,

em Itaipu, 40.000 pessoas do lado brasileiro, e 20.000 do lado paraguaio, foram vítimas de violações de direitos sem receber indenizações e sem serem reassentadas. Inúmeros camponeses foram desaparecidos e sequer constam das listas oficiais, são reflexos da atuação repressiva e violenta durante as ditaduras que ambos os países passavam.

Segundo dados divulgados no próprio site da hidrelétrica de Itaipu, foram alagadas 8.519 propriedades no lado brasileiro do lago da usina. Além da grande quantidade de atingidos, também foi submerso o Salto das Sete Quedas.

A história da barragem chegou até o oeste catarinense e norte gaúcho e fez com que parte da população local tomasse conhecimento de como eram as ações do setor elétrico brasileiro, principalmente no que tange a questão social: a forma como atingidos foram tratados, a falta de indenizações e realocações. Alguns dos atingidos por Itaipu foram até Itá contar as suas histórias, fazendo perceber que não se pode confiar em promessas, estimulando os moradores da região a embarcar na luta para ter um destino diferente daqueles que foram atingidos por outras hidrelétricas e ficaram à beira do lago sem terra e sem indenizações.

Além dos casos ocorridos em Itaipu, logo no começo das mobilizações também foram trazidas informações sobre outras barragens. Em um primeiro boletim organizado pela Coordenação Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) em setembro de 1981, foram expostos dados sobre as barragens de Passo Real no Rio Grande do Sul, e Salto Santiago no Paraná. Os números e os depoimentos reforçaram qual era a realidade por trás dos discursos feitos pelas hidrelétricas. Ainda na primeira edição do boletim A Enchente do Uruguai pode ser lido o relato de um agricultor atingido pela UHE Salto Santiago:

Veio o Representante da Eletrosul lá em casa e disse: - "Sua propriedade vai ser atingida pela barragem mas vocês não se preocupam que a Eletrosul vai indenizar no preço justo." Mas isto ele dizia pra gente não começar a agir e o povo não se unir.

Então o povo ficava esperando. Quando foi a hora que vieram pagar a gente para o acerto, me levaram lá pro escritório deles, e os demais companheiros. O pessoal entrava um por vez, mais não entrava. (A Enchente do Uruguai, boletim 1, p. 3 e 4)

Por trás do discurso que transmitia segurança ao atingido, as ações da hidrelétrica eram diferentes, incentivava-se aos atingidos não se unir, para na momento da negociação a empresa poder manejar o acordo mais facilmente. Ainda no mesmo depoimento do boletim pode ser lido o relato sobre como realmente aconteceu a negociação:

Aí os técnicos diziam “só vai haver acerto da benfeitoria a terra é mais tarde, a primeira proposta era pras benfeitorias.” [...] Aí eu disse “mas eu não posso aceitar nesse preço aí” eles responderam “se você não aceitar, a água vai te tocar, a água chega e você vai ter que sair de qualquer jeito.” (A Enchente do Uruguai, boletim 1, p. 4 e 5)

Há diversos relatos de quem acompanhou mais de perto a situação de Itaipu, é possível encontrar nas páginas do boletim “A Enchente do Uruguai”, na edição 19 publicado em 1988 mais um relato entre tantos que contam sobre a situação de atingidos pela barragem que entrou em funcionamento em 1982:

Os companheiros que foram atingidos pelas águas de Itaipu, na sua maioria, mesmo com muita pressão, não receberam o justo pela perda que sofreram. Alguns não receberam nada. Outros, preferiram dinheiro. A inflação corroeu o valor da indenização e não conseguiram mais comprar terras. (A Enchente do Uruguai. Boletim 19, 1988, p. 6)

Ainda no mesmo boletim, pode ser lida uma fala de Noemi Bruneto, do município de Quilombo, Santa Catarina, onde deixa marcada a importância da organização da luta de atingidos:

A história da construção das barragens no Brasil sempre tiveram [sic] conseqüências semelhantes e até piores do que Itaipú. Para nós, atingidos da Bacia do Rio Uruguai fica a prova de que com o nosso futuro não podemos brincar. Temos que, desde já, brigar para continuarmos em cima da nossa terra, porque garantindo a nossa permanência sobre ela, garantimos o nosso futuro. Assim, evitaremos de, talvez, ter que acampar sobre barracos de lona para exigir os nossos direitos. Terra Sim, Barragem Não. (A Enchente do Uruguai. Boletim 19, 1988, p. 6)

Tratando do caso da barragem de Itá especificamente, ainda antes dos planos de construção serem colocados em prática, ao serem informados sobre o projeto da usina, moradores da área rural perceberam que estavam de fora dos planos de reassentamento, vendo apenas o planejamento para realocação da cidade de Itá ser amplamente divulgado. A população das margens do rio Uruguai, ainda incerta de como seria seu futuro, organizou a reação ao projeto das construções de usinas hidrelétricas.

Juntamente com os estudos e as possibilidades de construção, começaram também as movimentações motivadas pela preocupação em relação aos atingidos. Uma união se formou com parceria de professores universitários e de escolas da região, juntamente com setores das igrejas católica e luterana e contou principalmente com a mobilização dos sindicatos de trabalhadores rurais. Estas mobilizações se estabeleceram a partir do momento em que se

percebeu que o setor hidrelétrico ao se comunicar com a população não tratava das pautas sociais, como reassentamentos e indenizações que seriam necessárias, apenas tratando de questões técnicas relacionadas ao lago, “anunciavam a execução de uma obra, diziam que tamanho seria o muro da barragem, diziam quantos quilowatt [kw] a hidrelétrica ia gerar” como relatado em entrevista oral por Ivar Pavan, que na época era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Aratiba-RS e esteve à frente do movimento como um dos coordenadores.

Em primeiro momento veio o não à construção da UHE de Itá, depois percebendo que não havia como impedir a construção, moradores que se viam futuramente atingidos reivindicaram soluções em um acordo com a Eletrosul, defendendo aquilo que acreditavam ser justo, pedindo terra por terra, cobrando as garantias de reassentamentos e indenizações, percorrendo um longo caminho onde a organização foi peça chave para garantia de as reivindicações seriam ouvidas e atendidas.

As estimativas da proporção que atingiria a construção de barragens ao longo do rio Uruguai, apontavam que em torno de 36 mil pessoas seriam atingidas em 177 municípios da bacia e a extensão de 1500 km² de terras seriam inundados, conforme dados citados por Santos e Reis (2002). Como parte destes planos, estava prevista a criação da Usina Hidrelétrica de Itá, inicialmente programada no Projeto Uruguai para entrar em operação em 1995 com 160 km² de lago de reservatório, tendo como maioria de atingidos moradores de áreas rurais de diferentes municípios.

Com engajamento dos diferentes grupos e com o conhecimento sobre a situação de atingidos por outras hidrelétricas foi possível conscientizar a população, principalmente as comunidades rurais. Conforme relatado por Luiz Dalla Costa⁶, integrante do Movimento de Atingidos por Barragens, a mobilização tem seu início marcado em 1979, quando se organiza a CRAB.

Foi se formando então coordenações, comissões regionais, comissões municipais em praticamente todos os municípios que estavam sendo ameaçados pela construção, tanto no lado do Rio Grande do Sul, quanto em Santa Catarina [...] Então a partir dos anos 80, até 84, 85 foi muito intensa a mobilização. (DALLA COSTA, 2021)

O início do movimento aconteceu com o envolvimento de lideranças, sindicatos, universidades e igrejas, conforme Mauro Postal, atingido pela barragem, relatou, a atuação era voltada para a conscientização da população, anunciando a existência do projeto. Conforme Poli (2008, p. 138), “na verdade, essa primeira coordenação provisória

⁶ Luiz Alencar Dalla Costa, na época morador de Erechim-RS, não foi atingido pela hidrelétrica de Itá, porém participou ativamente da coordenação do movimento.

praticamente não contava com a participação da população atingida. Foi a partir do trabalho dessa comissão que a população se mobilizou e começou a participar efetivamente do processo organizativo”. A estruturação do movimento aconteceu quando os próprios atingidos tomam a frente da organização, e foi então que foram criadas as coordenações. Ainda foi citado por Mauro que Ivar Pavan e Luiz Alencar Dalla Costa, lideranças do movimento, mas que não foram diretamente atingidos, tiveram um papel importante, pois consideravam que o processo deveria ser protagonizado pelos atingidos.

É considerado como data que marca o início do movimento como 24 de abril de 1979, quando no município de Concórdia - Santa Catarina foi realizado um encontro que contou com a presença de mais de 300 agricultores. Como dito por Luiz Dalla Costa em entrevista “se teve um encontro em 79 significa que já havia movimentação das pessoas para poderem se encontrar e fundar a coordenação, comissão dos atingidos por barragens”, e de fato, como é citado por Poli (2008, p. 139) esse encontro que marca o início do movimento aconteceu após reuniões de lideranças religiosas e de sindicatos.

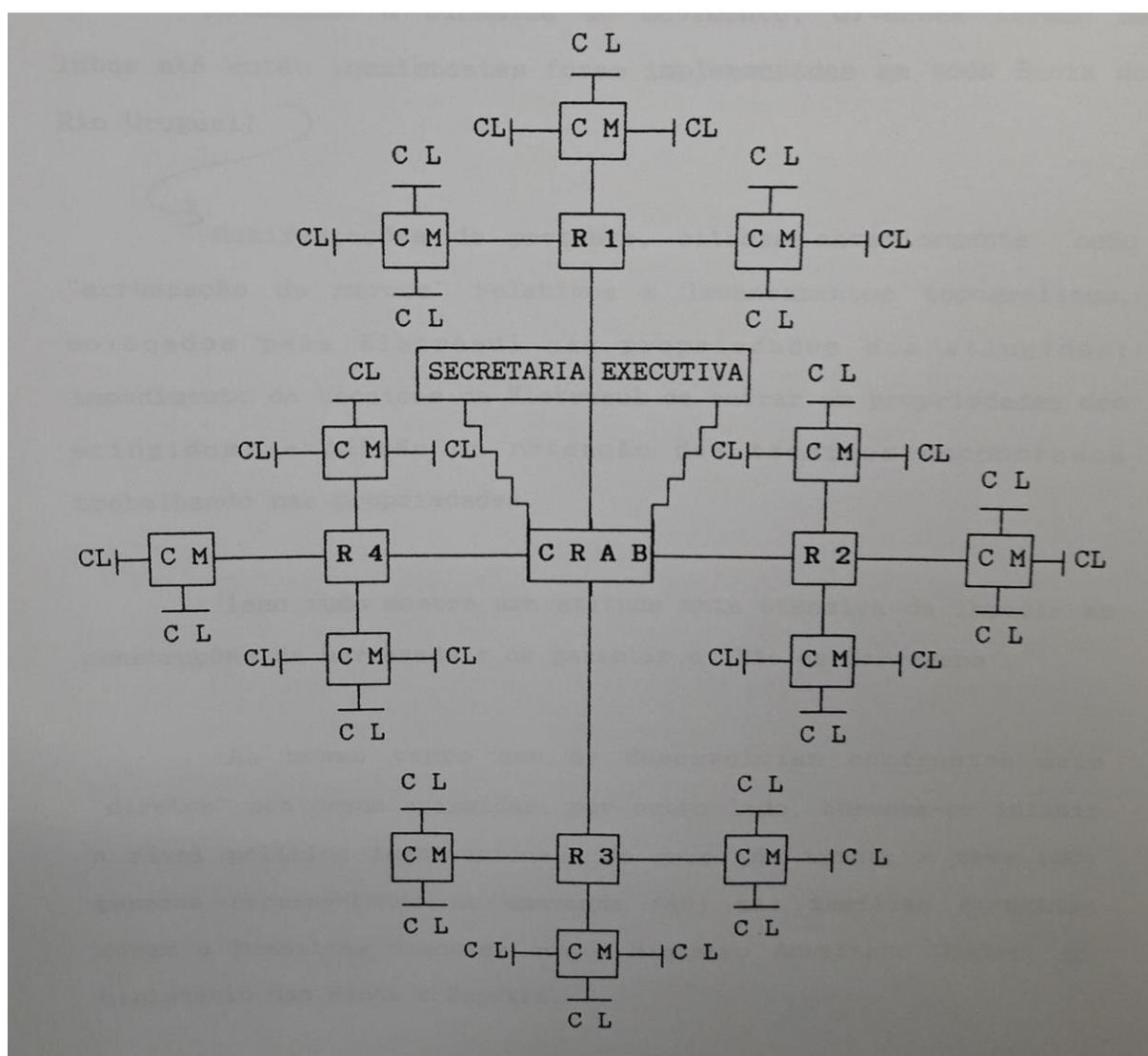
Com uma estrutura formada, em uma visão do movimento como um todo, a organização contava com as representações de cada comunidade da zona rural formando as Coordenações Locais (CL), essas representações se reuniam com outras lideranças referente a cada município formando as Coordenações Municipais (CM), escolhendo as representações regionais. Sendo organizadas 4 regiões no trecho nacional da bacia do rio Uruguai, estas estavam divididas para atender da seguinte maneira: região 1: Itá e Machadinho; região 2: Itapiranga e Iraí; região 3: Lages e Vacaria; região 4: Chapecó e Chapecozinho. A organização dessas regiões formava a Coordenação Regional dos Atingidos por Barragens, a CRAB. Posteriormente surgiu a necessidade de criação de uma quinta comissão para atender as hidrelétricas binacionais, na fronteira noroeste do Rio Grande do Sul com a Argentina.

A estrutura organizada do movimento estava voltada a pensar a população ao longo da bacia do rio Uruguai, com divisões menores para facilitar a organização, e que dava suporte para pensar casos específicos e as particularidades dos diferentes locais atingidos. As primeiras experiências que aconteceram em Itá e Machadinho, usinas que formaram a Região 1, serviram de exemplo para a mobilização da população atingida ao longo da bacia do rio Uruguai. A Região 1, sendo a primeira atingida, teve a maior mobilização inicial, com uma troca de informações entre as outras regiões facilitou que os modelos mais acertados de ações fossem reproduzidos em outros locais.

Essa estrutura foi organizada de forma a contar com a participação da maior quantidade de lideranças de locais atingidos tornando o processo mais representativo, de

acordo com Mauro Postal, cada comunidade atingida tinha um ou dois representantes para participar das reuniões. Conforme avançavam as ações do movimento a organização ia sendo reavaliada e internamente reestruturada visando à sua funcionalidade e adequação aos objetivos do movimento. Assim, em 1985, conforme Uczai (1992), foi adicionado ao organograma da coordenação uma secretaria executiva sediada em Erechim-RS para realizar e organizar os trabalhos definidos em assembleias. Estas últimas, por sua vez, chamadas assembleias gerais contavam com todas as representações e eram as instâncias deliberativas máximas, estando acima inclusive da CRAB. Uczai também apresenta um organograma da estrutura geral do movimento, apresentado a seguir.

Figura 2: Organograma da estrutura organizacional da CRAB a partir de 1985



Fonte: Movimento dos atingidos por barragens: o caso de Itá e Machadinho na Bacia do Rio Uruguai - 1979-1991 - Pedro Francisco Uczai

A estrutura apresentada por Pedro Uczai no organograma mostra a forma enraizada com que o movimento estava organizado. As CLs, Coordenações Locais, eram formadas por

moradores de cada comunidade, principalmente comunidades rurais, onde se reuniam para pensar pautas específicas. Nessas Coordenações Locais se escolhiam as lideranças que representariam a comunidade e levariam suas pautas para as outras instâncias. Nas Coordenações Municipais, as CMs, o funcionamento seguia de forma similar. Ali se reuniam as lideranças escolhidas nas CLs e, da mesma forma que nas Coordenações Locais, as pautas colocadas para o debate estavam relacionadas às questões do município. As regiões, representadas por R e o número correspondente, eram formadas pelas Coordenações Municipais (CMs) dos municípios atingidos. Mais acima estava colocada a instância da CRAB, a Coordenação Regional dos Atingidos por Barragens, formada pelas lideranças escolhidas nos processos de organização das Coordenações Locais e Municipais, que abrangia as 5 regiões da Bacia do Rio Uruguai e pensava as pautas gerais, além da gestão do movimento.

De acordo com relatos de Claides Kohwald⁷, a única mulher entre as lideranças do movimento, a organização em todas as instâncias funcionava a partir de reuniões. Primeiro, as reuniões aconteciam nas Coordenações Locais com lideranças e após as decisões eram passadas nas reuniões de Coordenações Municipais e após levadas para assembleias e reuniões maiores. Com esta forma de atuação era possível envolver o maior número de atingidos desde as pequenas comunidades, para assim trazer demandas específicas e gerais para serem pensadas e levadas adiante antes de tomar decisões. Luís Dalla Costa, que acompanhou a organização da CRAB como uma de suas lideranças, lembra que esta era uma organização realmente representativa dos interesses de atingidos.

Esses representantes de cada comunidade escolhiam um grupo de representantes do município, esses representantes do município tinham então uma forma de se organizar a nível da sua região, e na sua região eles escolhiam algumas pessoas para representar na coordenação de toda bacia. Então era esse o processo, o processo a partir das comunidades que iam se articulando até ter uma coordenação mais geral né, de toda bacia do rio Uruguai. Era assim que funcionava. (DALLA COSTA, 2021)

Além dessas instâncias representativas havia as assembleias gerais. No boletim de circulação interna intitulado “Nossa História em Debate”, encontramos exposta a metodologia de trabalho dos gestores do movimento, que detalhavam as formas de organização de cada instância representativa, a forma capilarizada e enraizada com que se organizavam os atingidos e a forma democrática com que eram tomadas as decisões .

Uma ênfase muito grande foi colocada na participação das bases na tomada de decisões e definições dos rumos do movimento, tanto através de assembleias como

⁷ Claides Helga Kohwald era agricultora e moradora de Marcelino Ramos no momento em que o movimento começou a ser organizado, e atualmente reside no reassentamento de Marmeleiro no Paraná. Foi atingida pela barragem de Itá e participou ativamente do movimento, sendo a única mulher na coordenação.

da formação de comissões diversas, grupos de trabalhos e núcleos. Nada era definido sem consulta às bases. Embora isso determinasse, às vezes, uma certa lentidão nas tomadas de decisão, essa atitude foi considerada como fator muito importante para estimular a participação ativa dos camponeses. (POLI, 2008, p. 149)

Conhecer e entender como foi o processo de outras hidrelétricas foi fundamental para a organização do movimento e sua aproximação com a população que viria a ser atingida, visando então a buscar formas de diálogo e conscientização. Entre os trabalhos que a Coordenação Regional de Atingidos por Barragens realizou esteve a produção de um boletim nomeado A Enchente do Uruguai. Na primeira edição se tem um exemplo da atuação da CRAB no sentido informativo, onde são contadas as histórias das usinas de Passo Real e Salto Santiago. Em seguida é exposto o número estimado de atingidos pelas barragens de Machadinho e Itá por município, apontando, quando possível, as localidades rurais que seriam atingidas.

Na primeira edição do boletim A Enchente do Uruguai estimou-se em 1280 o número de famílias a serem desalojadas. Essas famílias estavam distribuídas da seguinte forma: em Concórdia, município de Santa Catarina, estimava-se que 2596 pessoas fossem atingidas, moradoras de 15 localidades rurais. No município de Itá a estimativa era de 1988 pessoas de 4 localidades rurais e toda a cidade de Itá. Nos municípios catarinenses de Ipira e Piratuba a estimativa era de respectivamente desalojar 72 e 56 pessoas, sem apontar quais os locais rurais que alagariam. Do lado gaúcho os números colocados foram de 1033 pessoas em Aratiba, moradoras de 7 localidades. Em Marcelino Ramos os números eram de 902 pessoas em 4 localidades. Em Severiano de Almeida, 279 pessoas moradoras de uma localidade rural. Para Mariano Moro a previsão era de 624 moradores de 6 localidades. Neste boletim não havia estimativa para os municípios catarinenses de Arabutã, Alto Bela Vista e Peritiba, que também foram atingidos.

Dos 11 municípios atingidos, 2 tiveram áreas da cidade inundadas. São os casos de Marcelino Ramos, com uma parte da sede, e Itá, com toda a área urbana submersa. A expressiva maioria de atingidos veio das áreas rurais de entornos do rio Uruguai. Contratado pelo consórcio da usina, o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A (CNEC) realizou estudos sobre a região e os impactos que a hidrelétrica viria a gerar, ficando pronto em março 1990 o Estudo de Impactos Ambientais, no momento em que boa parte das questões relativas a usina já estavam encaminhadas, a exemplo dos acordos com atingidos. O Relatório de Impacto Ambiental gerado por estudos realizados em 1986 traz uma análise da população que é importante de ser mencionada, os dados são referentes a condições de vida

em geral da população, considerando entre outros fatores educação, organização social e habitação.

A organização social, principalmente rural, girava em torno da igreja, escola ou clube. As igrejas que predominavam eram Católica e IECLB, com maioria de fiéis sendo descendentes de italianos e alemães. A igreja teve lugar significativo em todo o processo de mobilização por estar presente na vida de moradores principalmente das áreas rurais, conforme relatado em conversas com algumas das lideranças do movimento. Conforme citado por Nilo Brant, era comum a comunidade ir para a missa ou culto no domingo e após se reunir para atividades de integração. Outro ponto importante da estrutura comunitária rural era a escola: os estudos realizados para o relatório de impacto foi apontado que a população tinha um índice médio de analfabetismo de 17%, porém as escolas em geral contavam apenas com séries mais iniciais, variando entre 4º e 5º ano do ensino fundamental, é apontado no mesmo relatório como causas a dificuldade de acesso a escolas com demais séries. Os clubes tinham a função do lazer e recreação, podendo ser voltados a diferentes questões, mas em geral sendo clubes de esportes. Foi apontado por Ivar Pavan, um dos líderes do movimento, que uma das preocupações era que quando a barragem atingisse escolas, igreja e clubes, quem ficasse na localidade rural mesmo que não atingido pelo lago artificial também seria atingido por perder as estruturas comunitárias.

Os dados levantados sobre a habitação ainda no mesmo estudo, mostram que a população vivia em maioria em casas de madeira bem conservadas, com água encanada, fossa para esgoto, energia elétrica e eletrodomésticos mais comuns para a época, como rádio, televisão, freezer, entre outros.

Com a maioria de moradores das áreas rurais, a maioria de trabalhadores eram também do campo, tratava-se de pequenos agricultores, também havia arrendatários, meeiros e sem terra, mas essencialmente a vida estava ligada à terra. A organização familiar e posse da terra variava, dependendo das condições de cada núcleo familiar. Conforme relatado por Claides Kohwald, a posse da terra também era uma questão, se trabalhava nela, se vivia nela, mas por vezes não se tinha condições de realizar a compra, assim muitos filhos e filhas quando casavam continuavam morando em propriedades de familiares até ter a condição de comprar, ou então realizavam o pagamento das terras aos poucos. Por conta disso, algumas famílias não tinham escrituras de terras ou não sabiam como negociar a terra em que viviam.

Na organização da CRAB a luta pela terra foi um ponto central, principalmente pensando nas questões relacionadas aos perfis de moradores da região. Essa questão é mencionada pelas lideranças do movimento que foram entrevistadas, e os pontos abordados

eram o de não se ter experiência com negociações e também o ponto relativo à opção da população rural de se manter no campo sem drásticas mudanças em sua forma de trabalho e sustento. Tais questões impulsionaram a organização e a luta dos atingidos, que pediam terra por terra. A mobilização aconteceu mesmo entre pessoas que não tinham experiências anteriores de luta e organização; descobria-se na própria atuação quais experiências funcionavam. A partir da organização do movimento com grande representatividade de lideranças e apoio de sindicatos e igrejas, algo inédito aconteceu: a organização e mobilização da população antes mesmo da construção da barragem.

O que garantiu o sucesso do movimento foram as formas de ação da CRAB; esta pressionou a Eletrosul a assinar um acordo histórico, com reivindicações da população. Uma grande conquista de atingidos foi a assinatura no Documento de Acordo entre Atingidos e Eletrosul⁸ de 29 de março de 1987, que contava com 11 pontos de reivindicações. As pautas acordadas entre as partes tratavam das condições para reassentamentos e indenizações, ficando estabelecido que as terras seriam nos três estados do sul, bem como a garantia de que sem-terras iriam para reassentamentos também, e de que as obras não começariam sem prévia indenização ou reassentamento. Como garantia, foi estabelecido um cronograma que atrelava o andamento das obras da usina ao andamento da resolução das questões dos reassentamentos e indenizações. Também fez parte do acordo a participação de três representantes de cada barragem no processo. Uma das grandes conquistas negociações, tal como apontado por Nilo Brant⁹, foi a indenização sequencial, a qual atribuía a cada atingido que fez a opção pela indenização uma ordem para negociar, de modo que a empresa não poderia passar para outro caso deixando indenizações por fazer.

Um importante passo para o movimento foi o reconhecimento da CRAB como representante dos atingidos. Apesar da estrutura ter variado, sofrendo alterações, essencialmente a atuação seguiu a mesma linha desde o momento em que foi criada, porém por um longo período a CRAB não recebeu respostas diretas da Eletrosul, segundo Uczai (1992), em 1987 a Eletrosul respondeu à carta de reivindicações da CRAB, o que significava que a entidade passava a ser reconhecida como representação pela empresa.

Como forma de conscientização da população, a CRAB elaborou e distribuiu à comunidade da região diversas edições do boletim *A Enchente do Uruguai*, produzidas de

⁸ O documento encontra-se disponível no Anexo A.

⁹ Nilo Celso Brant é agricultor, criador do Recanto do Balseiro e morador da comunidade Linha Simon, Itá. Foi atingido pela barragem e também atuou como liderança do movimento.

setembro de 1981 até janeiro de 1992, das quais 38 edições estão disponíveis¹⁰ para acesso online. Outros materiais produzidos e consultados para este trabalho foram o documento de discussão interna *Nossa História em Debate*, de 1989, e o *Caderno de Estudos: Como Fazer Uma Reunião*. Muitos dos materiais produzidos pelo movimento acabaram se perdendo, ou não tem disponíveis versões online, o que dificulta o acesso e a análise de materiais específicos. Mesmo assim, a parte substancial das discussões pode ser recuperada por meio dos depoimentos de lideranças e materiais acessados.

1.1. A MARCA DA CRAB: SINDICATOS E IGREJAS NA LUTA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Com a organização do movimento e sua estruturação interna surgiu a identidade visual da Coordenação Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). Nela são apresentados elementos que comunicam visualmente a identidade social do movimento. A imagem composta para ser a marca da CRAB aparece no boletim "A Enchente do Uruguai" desde a sua 6ª edição, em 1984, e posteriormente uma versão adaptada deste símbolo seguiu representando o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Na imagem então produzida (reproduzida na figura 3), vêem-se sintetizados muitos elementos importantes do processo de luta pelas indenizações aos atingidos. Ao centro aparece uma pessoa crucificada em uma torre de transmissão de energia elétrica com fios de alta tensão. Sobre o fundo com o mapa das divisas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no canto inferior esquerdo, uma enxada. Do meio até a parte de baixo da imagem aparecem ondas (que tanto podem ser ondas de transmissão quanto o movimento da água que move a usina). Toda a imagem é em preto e branco, no alto dela se lê "Comissão Regional de Atingidos por Barragens". A imagem tem variações nas publicações, podendo aparecer em formato de retângulo, ou em círculo, como é o caso da imagem da figura 3 e em análise aqui.

¹⁰É possível ter acesso aos boletins digitalizados de "A Enchente do Uruguai" pelo link: <http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?pagina=1&exemplares=PENURRS&titulo=A%20ENCHENTE%20DO%20URUGUAI&numero=&ano=>> .

Figura 3: Símbolo do Movimento.



Fonte: Caderno de Estudos CRAB

Após a reestruturação do movimento para ampliar a organização, atendendo às demandas nacionais, o símbolo do movimento foi alterado, mantendo a ideia original, porém fazendo a substituição do mapa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul pelo mapa do Brasil, e adicionando uma foice ao lado da enxada.

Cada elemento presente na imagem representa um ponto importante na organização da CRAB, e a seguir cada ponto será analisado, pensando no significado da imagem e a forma como atuou na estruturação e organização do movimento.

Com a nacionalização, o movimento passou também a representar a população atingida por todo o território brasileiro, sendo assim, o mapa que antes trazia apenas dois estados, foi substituído e passou a apresentar o contorno do mapa do país. No fundo da imagem aparecem ondas, representando as águas que inundam grandes extensões de terra no Brasil.

O elemento da enxada, que posteriormente passou a ser acompanhada por uma foice, está presente no símbolo do movimento devido à grande quantidade de terras rurais atingidas, representa a população rural e também a relação com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) que estiveram junto da causa desde o início do movimento, também é um elemento significativo, conforme Claides Kohwald (2013), a enxada esteve sempre presente nas mobilizações organizadas, “mas nossas enxadas a gente sempre levava, nunca tiraram nossas enxadas. Não é por menos que nossa ferramenta de trabalho é uma ferramenta de luta. Ela assusta, mas é uma ferramenta de trabalho.”

No momento do início da organização da CRAB, a presença de sindicatos, principalmente rurais, foi muito marcante e ajudou o movimento a ser organizado. A maior parte dos atingidos eram de áreas rurais no caso da usina de Itá, e a população rural foi muito atuante em todo o processo. Conforme Nilo Brant, morador de Itá, sobre a mobilização, “muita coisa que aconteceu aqui, aconteceu porque os rurais se rebelaram e bancaram isso, mas não foi só Itá, toda uma região veio nos apoiar para fazer isso”. (BRANT, 2022) Além da grande participação de moradores das áreas rurais atingidas pela usina, boa parte das lideranças do movimento veio da área rural e de sindicatos, algumas já sendo lideranças atuantes e conhecidas nas suas comunidades e nos sindicatos de trabalhadores rurais.

O contexto de início das mobilizações e organização do movimento é ainda do fim da ditadura militar. No tempo em que os sindicatos estavam atrelados ao Estado, conforme Armando Boito Júnior, o governo militar intervinha de forma punitiva nos sindicatos “destituindo as diretorias que organizam greves ou bloqueando os fundos bancários dos sindicatos combativos, como costumava fazer Murillo Macedo, o Ministro do Trabalho do governo do General Figueiredo.” (BOITO, 1991, p. 2)

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) na época não eram representativos, porém a partir do momento em que os associados puderam voltar a escolher seus representantes, foi restabelecida a confiança, com a eleição de lideranças combativas que firmaram posição ao lado dos atingidos. Assim, os sindicatos foram de grande importância nesta mobilização, levando lideranças para a luta, ajudando a estruturar a organização interna da CRAB. No boletim número 10 “A Enchente do Uruguai”, na edição de abril de 1985, no título de uma das páginas pode ser lido “Organizar através do Sindicato”, e a matéria se refere ao fato de a luta contra as barragens estar ocupando lugar prioritário nos sindicatos de trabalhadores rurais da região do Alto Uruguai. Neste boletim pode ser visto um pouco do processo de eleições de alguns sindicatos da região e a forma como passaram a apoiar a causa.

As diretorias destes sindicatos entendem que somente com a organização e a participação dos agricultores se conseguirá lutar pelos direitos dos companheiros ameaçados a perder seu pedaço de terra. E o sindicato, como instrumento de luta dos trabalhadores rurais, deve marcar presença ativa neste movimento. (A Enchente do Uruguai, boletim 10, p. 6)

Outro ponto importante demarcado na luta é o entendimento sobre a questão da produção de energia hidrelétrica no Brasil, conhecendo a realidade da região, associados ao STR de Iraí-RS, da região 2, trazem em depoimento essa questão: "A gente sabe que existe energia elétrica sobrando no Brasil. Estas barragens que querem construir não é [sic] do interesse dos trabalhadores rurais, porque vai inundar terras que são o sustento de muitas

famílias, e que produzem alimentos também para o povo da cidade”. (A Enchente do Uruguai, boletim 10, p. 6)

Algumas lideranças do movimento procediam dos sindicatos, já tendo uma atuação anterior e sendo referência de atuação. Ivar Pavan¹¹ e Mauro Postal¹², por exemplo, foram lideranças vindas do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Aratiba-RS. Ivar foi citado por outras lideranças como alguém que teve uma atuação importante e combativa desde a época do sindicato. Assim, os elementos da enxada e da foice que lembram a atuação vinda tanto de sindicatos, quanto de moradores das áreas rurais representa um dos grupos que atuaram fortemente em todo o processo.

No centro da imagem, de forma muito significativa aparece uma pessoa crucificada em uma torre de transmissão de energia elétrica com fios de alta tensão. É um elemento que chama atenção, pois remete à participação da igreja e do catolicismo na mobilização dos atingidos. Além de representar a forte presença da igreja no processo de arregimentação de pessoas comprometidas com a causa dos atingidos, a posição alusiva à de Cristo pregado na cruz (no caso, uma torre de transmissão) também remete à forma como a população atingida vinha sendo tratada pelas empresas do setor elétrico. Mesmo tendo passado mais de 30 anos desde a criação desse símbolo, a crucificação é um elemento que continua presente nos materiais produzidos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), representando que mesmo após tantas conquistas, as barragens continuam atingindo a população com seus impactos negativos.

A relação entre atingidos e cristianismo ocupou um papel central na luta, dado que marcaram presença ao lado da população as Igrejas Católica e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O envolvimento da igreja aconteceu desde o primeiro momento, quando foram divulgados os estudos de aproveitamento do potencial do rio Uruguai, conforme foi trazido em depoimentos de pessoas que estiveram na organização. A igreja naquele momento teve o papel de divulgar as informações que até então não estavam chegando para a população que viria a ser atingida, e com a organização regional as igrejas estiveram ao lado do movimento, e ainda seguem apoiando as lutas de forma ecumênica. “O próprio discurso religioso passou a abranger a problemática enfrentada pelos camponeses,

¹¹ Ivar Pavan é político e morador de Erechim-RS. Não foi atingido pela barragem, mas por atuar no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Aratiba, município que residia, participou do movimento desde o momento da formação.

¹² Mauro João Postal, era residente de Lajeado Ouro em Aratiba-RS e atualmente residente de Chapecó-SC. De família de pequenos agricultores, teve a propriedade atingida pela barragem e participou da organização do movimento de atingidos, atuando como liderança.

identificando o cumprimento do compromisso cristão com o seu semelhante, com a participação ativa no movimento.” (POLI, 2008, p. 153)

No caso dos movimentos contra a barragem de Itá, a presença de ações da Igreja Católica é citada mais vezes por entrevistados, considerando que a maioria das lideranças entrevistadas é de católicos, e teve influência religiosa para a inserção no movimento, mas mesmo essas pessoas também citaram ainda que de forma menos detalhada o apoio recebido da IECLB¹³. Praticamente em todas as referências à Igreja Católica estava citado também a figura central de Dom José Gomes¹⁴, um bispo com grande influência na região, que passou a atuar na Diocese de Chapecó em 1968, tendo proximidade com a região atingida. A atuação de Dom José é muito referenciada e lembrada nos processos de articulação de movimentos no oeste catarinense.

No oeste de Santa Catarina, assim como no contexto nacional, aconteciam transformações na igreja católica que fizeram com que os próprios fiéis tivessem uma atuação e ligação maior com a igreja. Com a criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB¹⁵) e Comissão Pastoral da Terra (CPT¹⁶), essa forma de atuação se aproximou das lutas do campo e assim a igreja apoiou não apenas o movimento de atingidos por barragens, mas também outros movimentos que estavam em curso no oeste catarinense.

Lideranças que assumiram a dianteira das Pastorais Sociais que deram origem aos movimentos sociais como CPT-MST, CRAB-MAB, CIMI¹⁷, sindicatos autênticos, Mulheres Camponesas, catequese, ministros extraordinários da palavra e eucaristia. [...] A igreja liderada por Dom José Gomes teve um importante papel no surgimento desses movimentos (GOMES, 2019, p. 18)

Em relação ao movimento de atingidos pelas barragens que se formou na região, o bispo esteve próximo e auxiliou a conscientização da população em geral da região. Em suas

¹³ Dos seis entrevistados, são cinco católicos e uma luterana. Quatro dos cinco católicos citaram a atuação da IECLB em relação ao movimento.

¹⁴ Dom José Gomes nasceu em 25 de março de 1921 em Erechim-RS. Ingressou no Seminário Menor, em Santa Maria-RS, aos 14 anos. Em 1947 foi ordenado padre e posteriormente em 1961 foi nomeado bispo. Assumiu a Diocese de Chapecó ainda em 1968, tendo aproximação com a linha da Teologia da Libertação. Teve uma atuação próxima aos movimentos sociais que se formaram no oeste catarinense, se posicionando ao lado do movimento de atingidos pelas barragens. (GOMES, 2019). Dom José Gomes faleceu em 2002.

¹⁵ São organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: celebração dominical realizada por leigos ou leigas; ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembleias; e ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-elesiais-de-base-cebs>>

¹⁶ Criada pela Igreja Católica em 1975, atualmente tem características ecumênicas com a IECLB. Sua criação teve como objetivo ser suporte às lutas do campo.

¹⁷ Conselho Indigenista Missionário. Criado em 1972 com função de “Em sua prática junto aos povos indígenas, o Cimi assume como objetivo geral: Testemunhar e anunciar profeticamente a Boa-Nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo.” Disponível em: <<https://cimi.org.br/o-cimi/>>.

ações, uma das mais lembradas por lideranças do movimento que foram entrevistadas foi a Romaria da Terra, realizada em 1983, no município de Carlos Gomes-RS com o lema “Águas para vida, não para a morte”. Esse evento contou com uma grande participação e marcou a memória dos participantes. Durante a Romaria o bispo conclamou os fiéis ali presentes a assinarem um abaixo assinado se posicionando contra a construção de barragens.

A participação e apoio da igreja esteve muito presente ao longo de todo o processo das mobilizações de atingidos. A igreja desempenhou papel importante não apenas para a conscientização da população atingida, chamada a se organizar pelos seus orientadores espirituais, mas também atuando diretamente, ao emprestar lideranças para a organização da luta. No primeiro momento, a igreja atuou informando, depois apoiando a organização quando a população fez a frente do processo, sempre presente e tomando partido.

Além disso, as próprias lideranças do movimento têm, em grande parte, relações com uma das igrejas. Na época em que ingressaram na mobilização, muitos participantes eram jovens e tiveram suas primeiras experiências de engajamento incentivadas pelo vínculo com comunidades religiosas das comunidades. A mobilização popular de atingidos foi se constituindo e dando forma ao movimento e, em que pese estar sempre sendo acompanhada de perto pelas igrejas e sindicatos, em geral eram os atingidos que determinavam as formas de atuação e reação do movimento em resposta a forma como agia a Eletrosul.

1.2. QUESTÃO PRINCIPAL: O DIRETO À TERRA

Como estratégia de desmotivação, a Eletrosul, que defendia interesses opostos aos do movimento, simulava estar do lado dele ao declarar que a barragem traria benefícios para moradores da região. Se, de fato, houve significativas e positivas mudanças, elas aconteceram apenas após o acordo firmado com a CRAB e a Eletrosul em 1987. As mudanças conquistadas da mobilização dos atingidos, que, organizados, conseguiram levar para a mesa de negociações questões não pensadas pela empresa. Esse foi um aspecto lembrado por todas as lideranças entrevistadas quando citavam as muitas ações realizadas para garantir os direitos a reassentamento e indenização. O argumento das lideranças era o de que a terra, neste processo, devia ser pensada em sentido amplo, englobando não só o terreno em que se localizava a propriedade mas tudo de que a propriedade era composta, desde os bens que foram sendo agregados com o passar dos anos até o tempo de vivência em um lugar.

A atuação da CRAB foi no sentido de pressionar o setor hidrelétrico para o reconhecimento desses direitos, sempre de forma participativa e representativa no momento

de levar pautas para a negociação. Como citado por Ivar Pavan em entrevista, até o momento do início das negociações estava colocado que seriam considerados atingidos somente moradores da área a ser inundada pela represa, levantando assim diversas discussões sobre o próprio conceito de atingido. Questionou-se se não seriam também atingidos aqueles que, mesmo não residindo em terras inundadas pela barragem, sentiriam os efeitos da construção da usina hidrelétrica.

Tem um debate que não tá resolvido até hoje, que é o conceito de atingido. Para o setor elétrico, atingido é quem é atingido pelo lago da hidrelétrica, e para nós o atingido é também um pouco mais, porque naquelas comunidade, lá no interior, que leva embora igreja, leva embora escola, leva embora os amigos, familiares, e fica meia dúzia de famílias abandonadas lá no meio do campo sem nada, esses também são atingidos pela barragem. (PAVAN, 2021)

Diversas comunidades rurais precisaram ser realocadas, e de acordo com o Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” (2010), fazia parte do acordo que as famílias vizinhas deveriam ter a possibilidade de ser reassentadas em áreas próximas, de forma a mitigar o impacto na vida dos atingidos. No entanto, foram realizados pelo Consórcio Itá assentamentos em locais afastados das comunidades de origem, estes situados no Paraná: nos municípios de Chopinzinho, Honório Serpa, Mangueirinha e Marmeleiro, todos da região sudoeste do estado. No estado de Santa Catarina os assentamentos foram organizados nos municípios de Campos Novos, na serra catarinense, e Campo Erê, na divisa com o Paraná. O único reassentamento no Rio Grande do Sul ocorreu no município de Chiapetta, na região noroeste do estado. A escolha dos locais contou com a participação da CRAB, também foi garantido que os reassentados pudessem visitar os locais, para verificar se estes detinham valor de mercado equivalente ao das terras inundadas.

Em alguns casos, parte dos moradores optou pela indenização, de modo que algumas comunidades rurais acabaram perdendo significativa quantidade de membros. O problema do esvaziamento das comunidades também afetou as comunidades reassentadas; aos poucos, algumas delas foram perdendo moradores.

Uma das preocupações levantadas pelas lideranças do movimento era que a população do campo pudesse se manter na área rural. Por isso, no processo das negociações foram feitas visitas às terras propostas pela empresa, para que atingidos pudessem escolher a melhor faixa onde se fixar. Uma opção trazida pela empresa que foi citada por Luiz Dalla Costa era a intenção do projeto de colonização, que pretendia enviar os reassentados para terras nos estados do Mato Grosso e no Acre. Essa proposta, contrariando o princípio de livre escolha defendido pelo movimento, de que os atingidos permanecessem próximos das regiões inundadas não foi aceita.

Projeto de colonização, de ir pro Mato Grosso, pro Acre, para outras regiões e o pessoal não aceitou, né, não aceitou, e era um embate com os políticos daqui da região que a maioria na época logo no final da ditadura era políticos de extrema direita que diziam que o pessoal tinha que sair de qualquer jeito. Então tinha um embate, claro que sempre nas comunidades sempre tinha aqueles que defendiam esse tipo de político ou queriam se beneficiar pessoalmente, particularmente. E o movimento sempre combatia, dizia, “não, nós temos que ter direitos, todo mundo vai ter a suas garantias, mas tem que ser coisa mais corretiva, não tem essa de um ficar ganhando mais e o outro menos, pelo menos cada um segundo o que tem, ou aquilo que de fato tem direito, a partir da conquista do direito” (DALLA COSTA, 2021)

Diante dessa estratégia colonizadora, a terceira edição do boletim A Enchente do Uruguai veio com o questionamento “Mato Grosso é a solução?” e neste mesmo boletim foram apresentados dados sobre a situação de outras famílias que migraram para o Mato Grosso, citando que diversas delas voltaram para o sul após experiências difíceis nas terras daquele estado. A questão da terra, que esteve presente em todas as discussões de diferentes formas, neste momento se voltou para a tentativa da empresa responsável de levar atingidos para um local onde era considerado que somente quem já tinha boas condições de vida poderia se estabelecer bem.

Diversas negociações com a Eletrosul foram necessárias para garantir um reassentamento em um local onde os assentados pudessem manter a qualidade de vida que já haviam conquistado. Foram escolhidas terras produtivas visando também à permanência no campo como modo de trabalho.

Conforme informado por Nilo Brant, o que se concretizou nos acordos foi a compra de grandes extensões de terra, latifúndios que foram divididos e nos quais foram montados os assentamentos na região sul do país.

Outra jogada extraordinária que nós tivemos aqui foi o reassentamento das pessoas atingidas pela barragem de Itá, aquelas que não possuíam nada. Por exemplo, se eu morasse com o meu pai, mas o meu pai era o dono da propriedade, era ele o dono da terra, era ele que tinha a escritura no nome. Eu mesmo possuindo uma família, mas não tendo nada em nome, eu era excluído desse processo todo. Então se tu provavas que tavas morando aqui, então tu tinha direito a um reassentamento. O que que era esse reassentamento? Nós temos os reassentamento dos sem terra, tu deve conhecer melhor do que eu, mas qual é o reassentamento que nós programamos? Que a empresa fosse adquirir áreas grandes, e fracionasse isso, fizesse ali dentro dessa fazenda grande que foi adquirida pela Eletrosul, ali coube 50 famílias, bom tendo essas 50 famílias vão formar uma comunidade numa grande fazenda dum fazendeiro que tinha ali. Dentro dessa fazenda eles tinham que fazer todo o arruamento, pra todo mundo ter acesso encascalhado pra casa dele, ter uma escola, ter um clube social, e ter uma igreja. Então tu consegue imaginar, tu é da região de Santo Ângelo, tu sabe, lá são fazendas grandes, vamos dizer, o governo compra uma grande área, fraciona isso para 50 famílias e aí você cria uma comunidade dentro dessa fazenda. Então isso foi um outro grande ganho que nós tivemos, de fato assim, quando a gente brigou por isso, no primeiro momento parecia que nós queríamos o mundo nessa história, mas depois até a Eletrosul se vangloriou do projeto que eles tinham criado. (BRANT, 2022)

As conquistas em relação ao reassentamento também vieram por exigência e trabalho das lideranças e atingidos, esforço também lembrado por Nilo:

Olha que situação, a casa então uma empresa de Erechim fez lá, né, que ela ganhou a licitação e tal. Os galpões eles iam fazer umas gambiarrinhas lá que é coisa de louco, sabe? Então o que nós negociamos? A Eletrosul passava o dinheiro para nós e nós fazia. E aí a gente fez uns galpões tipo padrão, pelo menos uma qualidade. Olha a nossa organização, nós carregamos as tralhas no domingo de manhã, bom, nós tinha marcado tudo, aí começa a chover sábado de noite e choveu a madrugada e foi para o dia todo, mas nós fomos em Marmeleiro, fomos lá a terraplanagem estava pronta, nós construímos o primeiro galpão durante a noite e até meio dia nós tínhamos o primeiro galpão feito lá, mesmo abaixo de chuva. Colocamos o telhado em cima daí aquele galpão serviu de abrigo para nós lá, então nós tivemos que ir lá construir e tivemos que construir abaixo de chuva. (BRANT, 2022)

Em seu depoimento, Luiz Dalla Costa também lembrou o momento em que os próprios atingidos se organizaram em mutirão para realizar também a construção de reassentamentos.

Reassentamento não existia, não existia. Nós é que conquistamos, nós fazer as casas em mutirão, pegava o dinheiro da empresa, né, fazia uma associação das famílias, pegava os recursos da empresa. A empresa inclusive passava menos recursos pras famílias do que se fosse contratar uma empreiteira, passava em torno de 70% do valor só. Mas com esse valor as famílias faziam casas maior, melhor do que uma empreiteira e ainda sobrava um trocadinho pra comprar chiclete [risos]. Por causa da organização, o pessoal trabalhava, ficava lá direto, teve reassentamento que o pessoal ficou quase um ano e meio, dois anos trabalhando, construindo 50, 60 casas, galpões, preparando a terra, muito interessante, um trabalho muito educativo, legal. (DALLA COSTA, 2021)

Todo o processo, desde as negociações e acordo assinado entre Eletrosul e CRAB, foi resultado das táticas usadas por quem compôs o movimento. As formas de atuação utilizadas por atingidos foram desde ações mais comuns em movimentos, até ações que se restringiam a um grupo menor de pessoas, mas com uma atuação mais reativa e direcionada à Eletrosul e ao Consórcio Itá. Das ações mais comuns em movimentos, que são utilizadas até os dias atuais, estão as manifestações, onde se levava um grande número de pessoas para as ruas, muitas não sendo atingidas, mas participando como apoiadoras da causa. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) também teve ações de apoio nesse sentido, o bispo Dom José Gomes ao conversar com os fiéis falava sobre um abaixo assinado de posicionamento contrário à construção de barragens. Conforme Pedro F. Uczai, (1992) Dom José Gomes fez uma fala de apoio ao movimento de atingidos para convencer fiéis a assinar um abaixo-assinado de posicionamento contrário a construção de hidrelétricas:

quem não tem o Espírito de Cristo, não assina;
 quem não crê no Deus da vida, não assina;
 quem não ama o irmão, não assina;
 quem quer ver o irmão sepultado vivo, não assina;
 quem crê no Deus da vida, assina o abaixo-assinado;
 quem acredita que deve lutar pelo irmão que vai sofrer, assina o abaixo-assinado;
 quem ama o irmão como a si mesmo, assina o abaixo-assinado; quem crê em Cristo o Deus da vida assina o abaixo-assinado. (apud Diocese de Chapecó, 1984)

As manifestações organizadas contando com uma grande adesão foram lembradas pelas lideranças, apontando a força de mobilização da população, sempre lembrando da

conjuntura da época na esfera nacional, por se tratar ainda de um momento da ditadura militar, conforme citado por Mauro Postal que foi atingido pela barragem e também atuou no movimento.

E na nossa região, guardadas as proporções, se fazia grandes movimentos também, fazia movimento de rua, manifestos com 10 mil pessoas em Erechim né, que era onde eu participava. Se imaginar um negócio desses hoje, assim, né. Então na época meio que tudo conduzia pra isso, tem que lutar pra conseguir, tem que ir pra luta, tem que reagir, tem que se organizar. Esse era o tom mais ou menos das falas, e a população no geral assim, porque você pega 20 anos de regime militar, você tinha ali, por exemplo, o agricultor que precisasse de saúde tinha que pagar, então qualquer coisa que precisasse de hospital ele tinha que vender alguma coisa da propriedade para poder pagar o hospital. Pegavam um troquinho no banco que na época o governo disponibiliza recursos pros agricultores no banco, mas se desse uma seca, por exemplo, não tinha seguro agrícola. O agricultor para poder pagar o banco tinha que vender um pedaço da terra dele. Então assim, o pessoal meio que todos, era muito difícil ter alguém que não reagia, que não ia pra luta, era muito difícil assim. Na vizinhança que eu lembro não tinha ninguém com discurso de que não pode fazer isso, que não dá pra ir. (POSTAL, 2021)

Por outro lado, pela falta de espaço para negociações com Eletrosul, a organização precisou recorrer a outras formas de pressionar a empresa, e que surtiram efeito nas negociações, conforme foi lembrado pelas lideranças que viveram esses momentos. Logo no início da mobilização foram organizados momentos em que atingidos se reuniam para arrancar os marcos da barragem, esse momento ficou conhecido como a Arrancação de Marcos. Nas memórias citadas por Nilo Brant é lembrado o dia do acontecimento,

no domingo de manhã lá onde eu era ministro¹⁸ a gente se reuniu das 9h às 10h era o culto, depois do culto a gente fez uma reunião, e a gente decidiu ir arrancar os marcos da Eletrosul. Tipo assim, então nós fomos, não fomos na bodega, saímos, decidimos na reunião que a gente ia arrancar, então vamos para casa, vamos almoçar e vamos cedo lá arrancar marco. Teve gente que era a favor da Eletrosul, que tu não consegue todo mundo na comunidade, não vamos ser ingênuo e dizer que todo mundo era nosso, né. (BRANT, 2022)

Aparece no discurso mais uma vez a união da comunidade, mas também ressalta-se a presença de pessoas que estiveram a favor da construção da usina nesse processo. Nessa ação em específico, foi lembrado que houve uma pessoa a favor da empresa e foi caminhando da comunidade rural até a cidade para denunciar o que a organização estava por fazer. Nilo também lembrou que apesar das tentativas da organização do movimento de conscientizar a população em geral, ainda tiveram atingidos que foram para reassentamentos sem a consciência de que foram conquistas realizadas como resultado de um movimento que contou com muito esforço coletivo e anos empenhados na luta por uma causa. Mesmo com oposição de uma minoria de pessoas e a repressão no momento com ações da polícia ao lado da empresa, as ações aconteciam de alguma forma, e prevaleceu a organização comunitária.

¹⁸ Nilo Brant foi Ministro Extraordinário da Eucaristia. O Ministro Extraordinário da Eucaristia ou da Comunhão, é alguém sem formação que é ordenado para na ausência de um ministro ordenado distribuir Santa Ceia à comunidade.

Nas memórias de Claides, que foi a única liderança mulher na organização, também são citados outros acontecimentos marcantes de ações, onde a empresa tentava cansar os representantes durante as negociações, mas que não se deixaram abalar pelas condições que encontravam. Um exemplo foi citado quando relembrou de uma ocasião específica de negociação.

Eles procuravam cansar a gente, né, porque eles pensavam assim “essa gente vai ganhar fome, vão ter que sair pra comer”. Mas nós sempre tava preparado, levava alguma coisa, né. E quando a gente via que o negócio ficava muito estendido, arrumava um gaiteiro, um violeiro, música e dança, passava a noite (KOHWALD, 2022)

Saber como agir na mesa de negociações foi um ponto central para que as lideranças pudessem manter a persistência com consciência, uma das formas muito apontadas pelas lideranças eram as formações feitas pelos atingidos. Claides em entrevista relembrou “eles sabiam que nós tava preparado, que nós tinha formação pra fazer isso, né, e que nós não ia desistir tão fácil, né. E aí a gente conseguia negociar.” A formação citada por Claides refere-se às reuniões de formação coletiva onde faziam-se os debates de conjuntura, para entender a situação do momento e manter a coerência e o alinhamento no entendimento dos atingidos. Entender o porquê de se posicionar, o porquê de tantos projetos de barragens. Desse movimento saíram lideranças que atuam ainda no movimento nacional de atingidos por barragens, pessoas que ainda tem convicção de ter lutado pelo justo.

A organização do movimento criado ainda durante a ditadura militar é reconhecido como um feito inédito, a organização de uma população antes mesmo da concretização dos planos de construção de uma usina, contribuiu para assegurar direitos, principalmente se levarmos em conta o contexto histórico de repressão e a forma como outras barragens foram construídas. Outros movimentos de atingidos por barragens aconteceram de forma isolada em outras regiões do país no mesmo período, a luta começou a se unificar com reuniões ampliadas, iniciando com a Reunião Nacional dos Atingidos por Barragens realizada em Chapecó, Santa Catarina em 1987.

Em 1989, com mais de 10 anos de atuação, foram realizadas avaliações e balanços da atuação da CRAB e publicados no boletim de circulação interna “Nossa História em Debate”. O boletim trazia para discussão a estrutura interna do movimento e a necessidade de nacionalização pelas demandas de articulação. O Movimento dos Atingidos por Barragens foi oficialmente criado enquanto movimento nacional em 14 de março de 1989, no I Congresso dos Atingidos por Barragens.¹⁹

¹⁹ Mais informações sobre o MAB podem ser acessadas pelo site: <<https://mab.org.br/>>

2. A MEMÓRIA DA USINA

O rio Uruguai é formado pelo encontro das águas dos rios Pelotas e Canoas, tem sua nascente no município catarinense de Campos Novos e por um longo trecho faz a divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O rio é descrito no livro de memórias da Usina Hidrelétrica Itá (UHE-Itá) da seguinte forma:

Encaixado entre montanhas de até 700 metros, espremido no fundo dos vales, o Uruguai não tem direito a leito: tem calha, cavada no basalto por sucessões de corredeiras. [...] não é navegável, exceto quando as cheias encobrem os saltos, e rio abaixo, transformam o Pampa em um imenso mar. (Itá: Memória de uma usina, 2000)

É neste rio que está em funcionamento desde o ano de 2000 a Usina Hidrelétrica Itá. Sua criação tem uma história com um longo percurso, permeada de conflitos, negociações e busca de soluções. A usina, na época de sua criação, foi um marco na luta pelos direitos de habitantes de locais atingidos por barragens, conforme apontado no Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” (2010) do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)²⁰. As conquistas inéditas elencadas resultaram das negociações coletivas, com presença de representantes do movimento nos acordos de reassentamento e indenizações. O mesmo relatório cita a criação de um cronograma determinando que o andamento das obras de construção de usina deveriam andar em ritmo semelhante ao das obras de reassentamento.

Desde o início da ocupação da região do Alto Uruguai, seus habitantes, conhecendo as características do rio, aprenderam a lhe dar diferentes usos. Uma característica marcante do rio Uruguai, um rio caudaloso e instável, é a força das águas. No final da década de 1940 se começou a explorar a potência da água de um dos afluentes do Uruguai, o rio Uvã, para a produção de energia. Com a criação de uma usina hidrelétrica que era fruto da iniciativa de moradores do município catarinense de Itá teve origem a hidrelétrica da Companhia de Força e Luz Itaiense, em funcionamento até o ano de 1968.

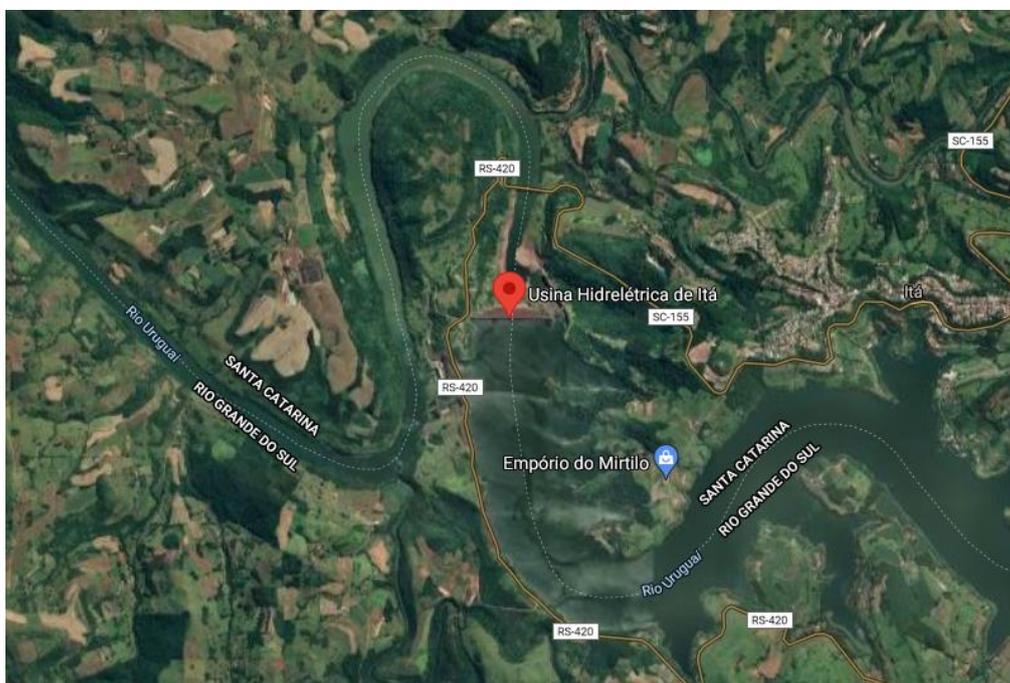
De acordo com Oliveira (2018), a década de 1960 foi um período no qual se realizaram em diferentes regiões do Brasil diversos estudos de aproveitamento do potencial hidrelétrico de rios. Nestes estudos estava incluída a bacia do rio Uruguai, que na época ainda não era tão explorada para a produção de energia. Devido às características do rio Uruguai,

²⁰ O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi criado em 16 de março de 1964. Em 2014 passou por alteração sendo nomeado Conselho Nacional dos Direitos Humanos. É ligado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>>.

foram apontados diversos trechos com possibilidade de aproveitamento para construção de usinas hidrelétricas. Os estudos realizados constataram a possibilidade de construção de 22 usinas hidrelétricas nacionais e 3 binacionais, localizando-as em diferentes pontos do leito do rio Uruguai e também aproveitando o potencial de seus afluentes, principalmente os rios Canoas e Pelotas.

Após análise das características da bacia do rio Uruguai realizada entre 1977 e 1979 pela Eletrosul, revisando os estudos que já haviam sido concluídos em 1966 foi constatado que na foz do rio Uv, mais precisamente no ponto em que esse rio deságua no rio Uruguai, seria um local privilegiado para a construo de uma barragem. Ficou, assim, planejada a construo da Usina Hidrelétrica de It. Eleita como uma dos projetos cuja construo era prioritária, a UHE teve planejada sua localizao entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo o município de Aratiba no lado gaúcho, e no lado catarinense o município de It, que também dá nome a hidrelétrica.

Figura 4: Mapa com localizao da hidrelétrica



Fonte: Google Maps

Essa região foi majoritariamente colonizada por descendentes de italianos e alemães que ali chegaram por volta da década de 1920. Ao fixarem residência na região, estabeleceram a exportao de madeira como principal atividade econmica. As rvores eram retiradas da mata, posteriormente posicionadas e amarradas com cipó, formando balsas. Quando o rio Uruguai atingia o ponto certo de enchente, as balsas eram colocadas no rio, iniciando a viagem até São Borja, no Rio Grande do Sul, ou Santo Tomé, na Argentina, onde

a madeira era vendida - trabalho que era realizado pelos conhecidos Balseiros do Rio Uruguai. Além da exportação de madeira, na região também se estabeleceu a agricultura, que com o fim do ciclo das balsas tornou-se a principal atividade econômica, de modo que, até o momento atual, a região é essencialmente agrícola e monocultora.

Por conta dessa histórica atividade ligada ao rio, a população local teve e tem com ele uma relação tão próxima como tem com a terra, vendo em ambos não apenas um meio de sobrevivência, mas uma referência cultural povoada de memórias que compõem laços afetivos com o lugar. Passadas décadas desde que os diversos núcleos familiares se fixaram ali, essas relações se viram repentinamente ameaçadas por drásticas mudanças, previstas e estudadas, que aconteceram no final dos anos 1960. Depois de anos dos estudos prospectando o uso das águas, anunciou-se a criação de diversas usinas hidrelétricas com o Projeto Uruguai.

2.1 DO PROJETO À CONSTRUÇÃO DA UHE-ITÁ

Tão logo iniciaram as análises e estudos sobre o potencial do rio Uruguai - o que ocorreu a partir da segunda metade da década de 1960 - começaram a circular pela região do entorno do rio as especulações sobre a construção de usinas hidrelétricas. Foi a partir de 1979 que a população obteve a confirmação de que as notícias que circulavam eram verdadeiras. De fato, seria construída uma usina hidrelétrica no rio Uruguai e a sede do município de Itá seria inundada pelo lago que viria a ser formado com a barragem das águas.

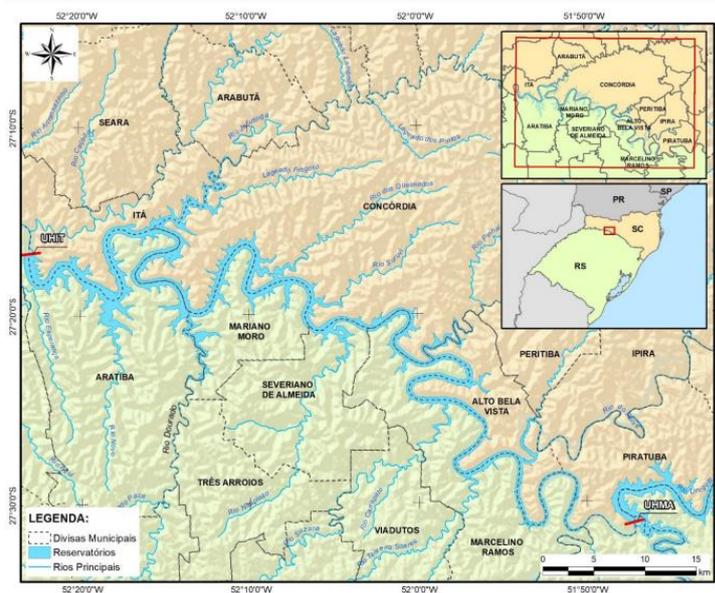
O Plano de Mudança da cidade de Itá começou a ser pensado com a participação da comunidade, onde por iniciativa da prefeitura municipal foi criada uma comissão para a realocação da cidade. Nessa comissão muito se discutiu sobre o assunto. Foi escolhido um novo local para substituir a cidade velha: ele ficava a 3 km de distância do local onde a comunidade estava instalada desde 1919. A nova sede do município foi construída nos Altos de Itá, como era conhecida aquela localidade.

Em 1987, o processo de realocação de habitantes da antiga sede para o novo local foi iniciado, naquele ano as obras da cidade de Itá estavam quase concluídas. No entanto, entre os anos de 1988 e 1991, em meio ao processo de mudança e realocação de moradores, houve um hiato nas obras de construção da parte urbana devido a diminuição dos recursos federais, fazendo com que o processo só fosse concluído em 1995. A conjuntura da época de construção da nova sede de Itá teve diferentes momentos, foram 8 anos do início da

realocação de moradores até a finalização das construções. Esse período foi atravessado pela hiperinflação, conforme dados citados por Santana (2015, p. 60), a inflação chegou a 980,21% no ano de 1988, ano em que as obras relacionadas à usina precisam ser pausadas devido a falta de recursos federais. Nos anos que seguiram, a inflação seguiu em alta, e o problema da falta de verbas para as construções foi resolvido apenas em 1993 com a participação da iniciativa privada com o Consórcio Itá, formado pelas empresas Energie, CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e Companhia de Cimento Itambé.

A área prevista para inundação e formação do lago da usina não afetava apenas a sede do município de Itá, mas também outros 10 municípios do entorno, causando maior impacto em áreas rurais, onde mais de 3 mil famílias foram atingidas. Junto com os impactos causados aos moradores da região, a construção também atingiu 219 sítios arqueológicos. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental publicado em 1990, além da sede de Itá estavam previstas para ser inundadas a periferia da cidade de Marcelino Ramos, 4 sedes distritais e 38 “núcleos de linha”, “causando desequilíbrio na trama de relações sócio-econômicas e culturais da população”.

Figura 5: Área impactada pela formação do lago da barragem de Itá



Fonte: Programa Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial da Usina Hidrelétrica Itá.

Por se tratar de uma obra com potencial de grande degradação do meio ambiente, antes da construção da hidrelétrica o CNEC, (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A), realizou Estudos de Impacto Ambiental (EIA) necessários para a obtenção de licenciamento ambiental conforme Art. 225, § 1º, Inciso IV da Constituição Federal de 1988. Os estudos foram realizados por solicitação da usina, mapeando as características do

entorno do local onde se formaria o lago da barragem. Os resultados desses estudos embasaram, no documento, os programas e ações ambientais previstos, os quais deveriam ser realizados pelo Consórcio Itá. Eram 8 planos desmembrados em 26 programas, todos com o objetivo de diminuir os impactos negativos do empreendimento de construção da usina.

Pelo site do Centro de Divulgação Ambiental de Itá (CDA) pode-se observar que ainda certas ações sócio-ambientais, como por exemplo o horto botânico e outras catorze ações, estão direcionadas para o ambiente do entorno do lago.

2.2 A MEMÓRIA QUE A USINA PRESERVOU

Como parte das ações do Consórcio Itá relacionadas à memória local, com o Programa Arca de Noé²¹, foi realizada a retirada de duas casas da cidade velha e a reinstalação delas na sede atual. Também foi criado o Centro de Divulgação Ambiental (CDA), cujas ações serão analisadas a seguir, a partir de informações coletadas em visita aos locais realizadas em maio de 2022.

A Casa da Cultura Casa Alberton é onde atualmente funciona a casa de cultura do município. Foi escolhida para ser retirada da antiga sede da cidade por representar a arquitetura de descendentes alemães. No momento da retirada da casa do local onde foi construída, esta não estava em boas condições e precisou passar por trabalhos de restauro; a casa foi totalmente reconstruída seguindo uma planta.

Na Casa Alberton no momento é possível realizar visita a apenas uma sala expositiva, a qual representa um armazém de secos e molhados. Ali acontece uma mediação que conta a história da casa e podem ser vistos também alguns objetos e fotos. Na mesma sala com a exposição é, ainda, apresentado o vídeo “Itá: O Domínio Sobre as Águas”. O vídeo apresenta o processo de construção da usina. Nas demais partes da casa funciona o Departamento de Cultura de Itá.

²¹ Programa Arca de Noé é o nome dado ao programa de preservação do patrimônio histórico-cultural e paisagístico da área inundada, uma das iniciativas do Consórcio Itá.

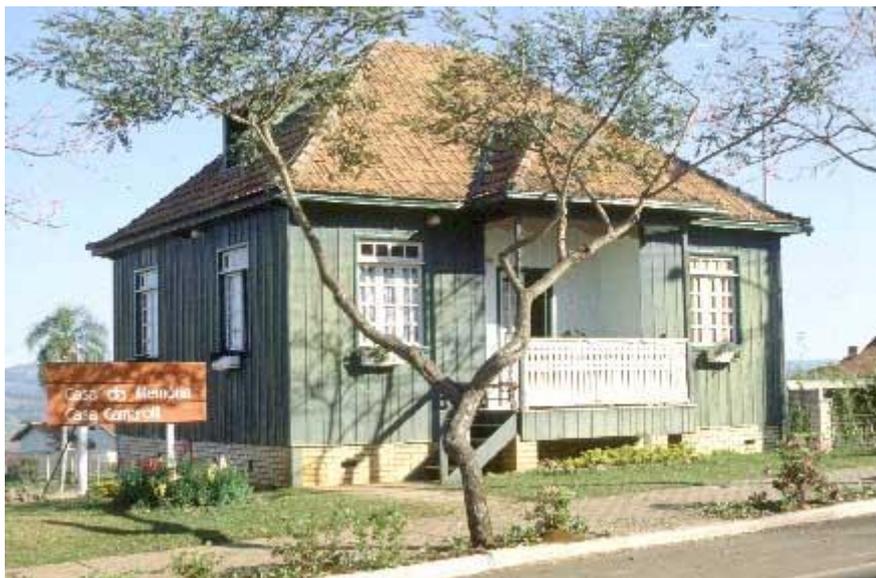
Figura 6: Casa da Cultura Casa ALberton



Fonte: Prefeitura Municipal de Itá

Na Casa da Memória Casa Camaroli foi instalado um museu. O imóvel foi selecionado para a realocação por ter sido construído por uma família de descendência italiana e representar a arquitetura deste grupo. É possível realizar visita ao museu em toda a área do térreo e do sótão, na exposição são apresentados itens do uso cotidiano, remontando o interior de uma casa com objetos utilizados por famílias de Itá desde a chegada no município até o momento da relocação da cidade. Também são apresentados alguns objetos variados que não estavam tão presentes no dia-a-dia. Além disso, apresenta diversas fotos do período de início da colonização por descendentes de italianos e alemães até o momento em que a cidade antiga foi inundada.

Figura 7: Casa da Memória Casa Camarolli



Fonte: Tempo Editorial

No Centro de Divulgação Ambiental, estão de forma resumida apresentados os 23 planos feitos pela empresa, que também podem ser encontrados no site do CDA. É neste centro que a presença de sítios arqueológicos é citada, o plano 10, nomeado de Salvamento do Patrimônio Arqueológico é voltado para a salvaguarda de bens arqueológicos. No espaço destinado a este plano pode ser visto de forma resumida o processo de retirada dos bens, com uma representação de escavação e também podem ser observados fragmentos de cerâmicas e uma urna funerária. Os espaços onde aparece a presença indígena, é contada no passado, é mostrada no sítio arqueológico, como uma memória que passou, que não existe mais.

Há também um livro que conta todo o processo da usina, o qual foi uma ação de divulgação realizada pelo Consórcio Itá. Neste livro a presença indígena é citada, mas de forma lateral, sugerindo a existência de uma lacuna nas informações sobre as primeiras populações que habitaram a região. Em oposição a esta informação pode ser observada a falta de esforços para preservação e divulgação desta presença.

No Relatório de Impacto Ambiental é citada a presença indígena na região “não se pode esquecer que os povos que ocuparam extensivamente o território, em períodos anteriores, também marcaram sua presença nas manifestações culturais, práticas artesanais, sítios históricos e arqueológicos hoje existentes na área.” (ELETROSUL, 1990, p. 56), porém a forma que essa presença foi abordada no relatório dá a entender como se estivesse restrita aos sítios arqueológicos, citando quais grupos estiveram na região e deixaram vestígios de sua existência.

A presença do índio[sic] na região do Alto Uruguai é marcada pelos remanescentes arqueológicos encontrados em todo vale, tais como instrumentos feitos em pedra e fragmentos de recipientes cerâmicos. As pesquisas arqueológicas realizadas na área levaram à descoberta de sítios lítios [sic] e cerâmicos. Os primeiros associados às culturas mais remotas identificadas na ocupação da região, pertencem às tradições Humaitá e Umbu. Os sítios cerâmicos presentes são associados a duas tradições: Taquara e Tupi-guarani; sendo que a tradição Taquara, de expressão regional, refere-se aos “gê” históricos, tronco linguístico do qual fazem parte os Kaingangues. (ELETROSUL, 1990, p. 57)

Como dito por Chagas, “a memória é construção social e, como tal, é construtora de sociabilidades e subjetividades [...] a memória não é total, ao contrário, é sempre seletiva e formada por fragmentos, vestígios, objetos e retalhos, com os quais se compõem narrativas” (CHAGAS, 2019, p. 134.) Nesse sentido, considerando que há uma certa pluralidade na região, os diferentes grupos precisam de espaços para ter suas histórias contadas, porém precisa ser pensado no porquê só determinados grupos são amplamente divulgados. Não se trata de privilegiar apenas um grupo, é necessário que também se faça espaços pensando nas outras memórias que por muito tempo foram ocultadas.

A casa transformada em museu não tem um espaço adequado; falta acessibilidade, o espaço de circulação é pequeno e as escadas são íngremes. Há diversas possibilidades dentro da museologia para se pensar em formas de preservar a memória das famílias colonizadoras, principalmente de uma forma que se pense em soluções com acessibilidade, mas além dessas memórias, falta contar sobre os povos indígenas que habitavam a localidade.

Havia a promessa de que a construção de usina hidrelétrica atrairia diversos investimentos para a região. Foi apontado por Ivar Pavan que uma das contrapartidas que a usina deveria entregar para a comunidade seria a construção de estradas asfaltadas nos acessos e entorno do lago da barragem. Foi pontuado ainda por Pavan que a construção das estradas só viria a acontecer 20 anos após o início do funcionamento da hidrelétrica, mas com obras feitas pela Prefeitura Municipal de Aratiba, pois neste município não houve investimento, por parte do Consórcio Itá, na infraestrutura necessária para atrair investidores do turismo.

Já em Itá, há um grande símbolo do turismo, que são as torres da igreja de São Pedro, localizadas no lago da usina. A igreja, construída no século passado, foi motivo de mais uma das mobilizações da comunidade de Itá. No momento em que a cidade velha estava sendo demolida e a limpeza da área estava sendo realizada para então dar lugar ao lago, a última construção a ser demolida foi a igreja, e em dois momentos diferentes, ao tentar derrubar as torres, algo aconteceu impedindo. De acordo com Nilo Brant, que relembra a história, a população presente no local entendeu a dificuldade da derrubada das torres como um sinal divino para que elas permanecessem ali no lago, marcando o local da antiga sede do

município. Assim, foi iniciado um referendo no qual foi votado se a Prefeitura Municipal de Itá deveria empregar verbas na preservação das torres. A maioria dos votantes respondeu favoravelmente ao uso das verbas para este fim, e assim foi realizada a obra de proteção em volta das torres. As torres para fora da água são, hoje, um marco da barragem, são o símbolo do município exibido em diferentes pontos da cidade.

Figura 8: Torres da Igreja de São Pedro após inundação.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itá

As torres de São Pedro são o único elemento visível do que ficou submerso no lago, e representam a memória do que a usina arruinou, porém essas memórias estão mais relacionadas aos moradores da antiga Itá do que ao conjunto das pessoas atingidas pela barragem. As torres, o museu, a casa de cultura e o Centro de Divulgação Ambiental são pontos significativos para a memória da localidade, para a cultura e também para o turismo. É indispensável que ao olhar para esses locais se interrogue qual memória esses espaços representam, quem tem acesso a ela e quem está identificado ali.

O marco inicial do local escolhido para a construção da nova sede de Itá é um monumento que está presente em uma praça na área central da cidade. Trata-se de dois pilares de madeira que sustentam uma pedra, significam primeiramente a representação do nome do município (que significa pedra), e os dois pilares de madeira representam as balsas de exportação de madeira que movimentou a economia da região e do município logo no início da ocupação da região. Apesar da representação da presença indígena e dos balseiros do rio Uruguai em um monumento tão importante como este que marca o início de um recomeço, essas duas memórias, principalmente a indígena, parecem ocultas e sem espaços para discussão no museu da cidade.

Figura 9: Marco da realocação de Itá.



Fonte: Acervo pessoal.

Anteriormente à chegada de colonizadores já havia a presença de indígenas na região, essa presença está quase que exclusivamente registrada nos sítios arqueológicos e artefatos recuperados deles, mas, quando se fala da gênese do município, não se narra nem é debatido como foi a relação na chegada dos colonizadores. A memória apresentada aos visitantes fica restrita aos sítios arqueológicos, e, portanto, ao passado. Nas paredes do museu aparece em apenas um quadro a presença de indígenas ao lado de colonizadores, e quando questionado ao mediador da visita, o assunto foi desviado não sendo respondido o questionamento sobre a presença na região. Nilo Brant comentou que quando as colônias de terra foram vendidas pela empresa Luce e Rosa, ao chegar aqui já não havia indígenas morando nos locais demarcados para a venda, e que provavelmente a companhia já fazia o trabalho de remoção dos grupos, mas que não havia informações sobre os métodos para realizar essa remoção. Foi ainda comentado que há fotos da época dos balseiros ao lado de indígenas, demonstrando que

houve alguma convivência na região. Essa convivência ficou restrita às lembranças e fotografias não comentadas na parede do museu.

Contrapondo as experiências de visitação dos espaços institucionais ligados à usina, ainda no momento de estadia no município de Itá foi realizada uma visita a um espaço sem relações com a empresa, não sendo voltado à memória da barragem, onde logo de início pode ser sentida uma diferença em relação aos espaços institucionais. O lugar visitado foi o Recanto do Balseiro, que conta com um restaurante, que serve comida típica dos balseiros aos domingos, e também o Museu do Balseiro. O espaço foi desenvolvido por Nilo Brant e família, que recebem aos visitantes no espaço todos os dias da semana. Nilo, que é morador da Linha Simon, tem formação em bacharelado em turismo, criou o espaço e conhece bem a história do município e região, e ao receber no espaço faz a mediação sobre a história da atividade dos balseiros.

Assim como o museu na parte urbana de Itá, o Museu do Balseiro também tem como estrutura física uma casa que foi retirada do local onde foi criado o lago artificial, mas há grande diferença no uso. No museu da parte rural do município, há mais acessibilidade, mais espaço para circulação. Logo na entrada, na varanda da casa, estão diversos quadros com fotos de balseiros que fizeram parte dessa história, além de outros quadros com documentos que ajudam a entender o contexto. As histórias presentes ali e representadas por quadros na parede são contadas na mediação por Nilo, que conta histórias pessoais da época em que os balseiros desciam o rio Uruguai nas enchentes. Diferente do museu Casa da Memória Casa Camarolli, não há desvios ou silêncios em resposta aos questionamentos dos visitantes.

Figura 10: Fachada do Museu do Balseiro



Fonte: Museu do Balseiro

Apesar de não ter relação direta com a história da barragem de Itá, o museu foi visitado devido ao fato de Nilo ter atuado como liderança na CRAB. O espaço relata uma

história de um ciclo que se encerrou antes das ameaças da inundação de terras, mas que faz uma ponte importante com a formação do município e região. Recuperam-se nesse espaço de memória aspectos que não foram apresentados nos outros espaços, ligados à usina.

As experiências de visita nos quatro espaços geram sensações diferentes. Deles, onde o lugar mais receptivo à curiosidade do visitante foi o Recanto do Balseiro. Ali havia mais abertura para diálogo e indagações, e também para lembrar a presença indígena, mesmo que de forma rápida.

A análise das visitas realizadas em Itá tem o foco voltado para a forma como a história da usina é apresentada e o espaço. Ao analisar os quatro espaços visitados, não pode ser deixada de lado a questão a que Chagas refere, de que “os museus também provocam sonhos, neles estão em pauta memórias e esquecimentos, poderes e resistências, luzes e sombras, vivos e mortos, vozes e silêncios”. (2009, p.73) Nas instituições onde se constrói o imaginário da memória da usina, os impactos sociais e ambientais, assim como o movimento de resistência e reivindicação de compensações, ficam apagados dos discursos. Não há espaço para representar as lutas, as conquistas e todo o empenho que houve em fazer com que acontecessem. Não há espaço também para falar sobre as outras comunidades atingidas além da parte urbana de um dos 11 municípios atingidos. Privilegia-se a história e a memória da cidade que dá nome à usina.

A história de Itá foi permeada pelas ações de movimentos da população para garantir não apenas os direitos dos atingidos pelo lago artificial, mas também para manter um testemunho material da história da inundação sobre as águas do rio, marcando com as torres da igreja um lugar onde antes havia uma cidade. Essas memórias ficam em meio às águas agora silenciosas, águas de um rio que perdeu a vida, e o que nele é apresentado é pensado para o turismo. Nesse âmbito turístico, é contada apenas a história relacionada à fé que mobilizou moradores e fez as torres ficarem em pé.

Com relação aos espaços na parte urbana, o questionamento que surge é que memória é salvaguardada e comunicada nos espaços institucionais, e que pesquisas são realizadas nas instituições citadas. A imaginação museal, a linguagem das coisas, que tem o discurso materializado nos espaços institucionais, mostra a tentativa de ocultação de uma história significativa, a ocultação das vivências de diferentes personagens envolvidos na busca por direitos.

A memória nas casas é a memória da cidade velha, a memória da reconstrução. A memória contada no CDA é sobre o processo de construção da usina, colocando as ações da

empresa como algo de todo bom, abordando apenas um lado da história, omitindo as discussões sobre os processos de construção de hidrelétricas no século passado.

No que se preserva, no que fica embaixo da água, na forma como as memórias são apresentadas, em tudo há elementos significativos que não são casuais; foram escolhidos para compor a representação de uma história que guarda muito mais elementos, desdobramentos e particularidades, que ficaram sem espaço, mas ainda podem ser encontradas nos discursos de quem viveu o movimento por uma forma mais justa de construção desta e outras barragens.

3. A HISTÓRIA NARRADA NAS ENTREVISTAS

As entrevistas produzidas para a pesquisa foram fontes que permitiram o acesso às informações internas do movimento. Comecei a realizá-las no primeiro semestre de 2021, e duraram até o primeiro semestre de 2022, quando fiz a última entrevista. Neste intervalo de tempo foram realizadas 6 entrevistas com 5 lideranças do movimento e um acadêmico que acompanhou o processo. O tempo relativamente longo decorrido entre a primeira e sexta entrevista deveu-se à dificuldade de fazer contatos com pessoas que vivenciaram de alguma forma o movimento de atingidos pela barragem de Itá. Afinal, entre o momento presente da memória elaborada nas entrevistas e o tempo histórico do passado narrado nos testemunhos se passaram décadas.

Os contatos foram acontecendo conforme surgiam indicações pelos outros entrevistados, e as entrevistas partiam da pergunta principal, feita logo na abertura: sobre como a pessoa foi levada a se engajar no movimento. As respostas divergiram no modo como cada entrevistado ou entrevistada contou a história. Em alguns casos as respostas eram mais longas, funcionando como conversa, trazendo outros pontos e abordando outros tópicos que considerava importantes mesmo sem aparecer na pergunta. Outros casos se seguiram de forma mais tímida, com respostas mais curtas e diretas à questão referida acima. A condução das entrevistas orientou-se pela intenção de deixar a pessoa entrevistada à vontade para contar suas vivências, tentando manter a sensibilidade e entendendo que este pode ser um tema com partes sensíveis e difíceis de lembrar e falar sobre.

É importante que sejam considerados os mais de 40 anos passados desde o início da organização regional de atingidos. Desde então, diversos eventos se passaram, e algumas histórias podem ter sido esquecidas, ou mesmo desconsideradas. Outro ponto a ser demarcado aqui é que somente foram entrevistadas cinco lideranças e um acadêmico. Não consegui contato com atingidos que viveram o processo de remoção estando de fora da Coordenação Regional de Atingidos por Barragens.

O primeiro contato que fiz foi com Ivar Pavan, que na época estava à frente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Aratiba - RS. Ivar, nascido em Aratiba em 18 de outubro de 1951, foi morador do município durante todo o período de mobilização da comunidade, mas não foi atingido pela barragem diretamente. Porém, esteve desde o início ao lado da população, e como citado em depoimentos de outras lideranças, foi um dos líderes que incentivou a população atingida pela barragem a tomar a frente do movimento. A

trajetória política de Ivar foi além do movimento de atingidos por barragens e do sindicato de trabalhadores rurais, sendo eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul nos mandatos de 2003 a 2007 e de 2007 a 2011, chegando a ser presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (AL-RS) em 2009. Todos os seus mandatos esteve filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e atualmente concorre a deputado estadual pelo Rio Grande do Sul.

O segundo contato realizado foi com o atual Deputado Federal Pedro Francisco Uczai. Pedro não foi diretamente citado no primeiro depoimento, porém escreveu sua dissertação de mestrado²² sobre a movimentação da comunidade. A dissertação não foi tão fácil de ser encontrada, o acesso foi a apenas uma cópia física localizada no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM). Ao ler o título, “Movimento dos atingidos por barragens: o caso de Itá e Machadinho na Bacia do Rio Uruguai - 1979-1991”, imaginei que uma ponte com o movimento poderia ser encontrada ali. Assim como o primeiro entrevistado, Pedro Uczai não foi atingido pela barragem. Nascido em Descanso-SC em 10 de março de 1963, estava a par dos acontecimentos na região, principalmente pela sua ligação com a Igreja Católica. Em seu depoimento, Pedro explicou que, mesmo morando em São Paulo-SP para realizar seu mestrado, acompanhou parte das manifestações organizadas pelo movimento, participando como militante da causa, mas também realizando pesquisa de campo para sua dissertação, fazendo entrevistas e gravando falas.

A partir do contato com Pedro Uczai outros contatos surgiram, e com eles também cópias de materiais produzidos pela Coordenação Regional de Atingidos por Barragens. Foram repassados quatro exemplares de boletins, sendo dois de circulação interna, através dos quais foi possível observar a forma de organização e mobilização das comunidades.

Já no segundo semestre de 2021 fiz o terceiro contato, com Luiz Alencar Dalla Costa. Nascido em 11 de setembro de 1964, na época da mobilização era morador de Erechim-RS, e atualmente reside em Barão de Cotegipe-RS. Foi uma das lideranças que participaram da organização da CRAB, e se mantiveram no movimento. Dalla Costa hoje participa do Movimento de Atingidos por Barragens, o MAB. Durante o seu depoimento, Luiz fez a sugestão de entrevistar mulheres atingidas pela barragem. Ele foi o primeiro a citar a atuação feminina no movimento e a recomendar que as procurasse, passando o contato de Claides Kohwald, a única liderança mulher na CRAB em todo o período de atuação.

²² UCZAI, Pedro Francisco. **Movimento dos atingidos por barragens: O caso de Itá e Machadinho na bacia do Rio Uruguai - 1979-1991**. São Paulo, 196 p. Dissertação (mestrado em história) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992. Com orientação da Professora Dr^a Leda Maria Pereira Rodrigues.

A quarta entrevista foi com Mauro Postal, sendo a primeira realizada com uma pessoa que foi atingida, trazendo no depoimento uma perspectiva diferente sobre a vivência do momento. Na época Mauro tinha 19 anos e residia com a família de pequenos agricultores em Lajeado Ouro, município de Aratiba. Tomou conhecimento de que as terras da família seriam atingidas pelas águas da barragem e sentiu a necessidade de participar da mobilização da comunidade. Engajou-se desde o início na organização, e manteve-se atuante até o momento da mudança ao reassentamento. Citou em seu depoimento que Ivar Pavan e Luiz Dalla Costa foram duas lideranças que o incentivaram a tomar a frente da organização na sua comunidade.

Trazida pela entrevista de Luiz, Claides Helga Kohwald foi a quinta entrevistada. Nascida em 16 de novembro de 1941, era moradora da comunidade de Água Verde, município de Marcelino Ramos, e foi a única representante mulher de uma comunidade na coordenação regional. Assim como Postal, foi atingida pela barragem e reassentada - em Marmeleiro, no Paraná. Até hoje ela permanece no assentamento. A relevância da participação feminina na luta por indenizações, colocada apenas na conversa com Luiz Dalla Costa, mostra-se de forma mais nítida na entrevista com Claides, que destacou, no seu relato, a importância de pensar nos detalhes da vida doméstica e do trabalho, na dinâmica do cotidiano percebida por um olhar feminino, no momento das negociações.

A última entrevista foi realizada com Nilo Brant no primeiro semestre de 2022, sendo também a única conversa feita de forma presencial. Nilo nasceu em 3 de dezembro de 1958 em Itá, onde ainda mora, foi atingido pela barragem e atuou como liderança no movimento. Como Mauro Postal, na época da organização era um jovem agricultor que se sentiu ameaçado pela barragem, e ao saber que sua propriedade seria alagada, não vendo outra solução, uniu-se à mobilização. Esta, que foi a entrevista mais longa realizada, trouxe em sua narrativa diversos detalhes sobre os acontecimentos. Nilo contou sobre táticas adotadas pelo grupo e abordou a memória do município de Itá desde o início da colonização até a o período do alagamento de suas terras.

A seguir serão examinados os relatos pessoais e apresentados em detalhes as vivências lembradas. Estas narrativas serão comparadas com outros relatos e com a história contada pela usina. Os depoimentos aparecerão de forma individual. Considerando tratar-se de três pessoas não atingidas diretamente e três atingidas diretamente, a divisão do material será em dois grupos de três entrevistas, observando primeiro os casos de duas lideranças não atingidas e um acadêmico. Após serão tratados os casos das três lideranças que foram diretamente atingidas.

A ordem de análise segue quase a ordem de entrevistas, começando por Ivar Pavan, após será direcionada a Pedro Uczai, e fechando o bloco será direcionada a Luiz Dalla Costa. As análises de depoimentos de atingidos seguirão a ordem de Mauro Postal, Nilo Brant e Claides Kohwald. Ao voltar o olhar para cada uma das entrevistas, serão pinçados detalhes individuais e parte pontuais das histórias narradas, mas os relatos se encontram disponíveis nos apêndices de forma integral.

3.1 NÃO ATINGIDOS

O primeiro nome para entrar em contato surgiu por indicação de uma moradora de Jacutinga-RS que me disse ter tomado conhecimento da história da usina por meio de Ivar, sugerindo que o contactasse. Ivar Pavan desde o primeiro contato se mostrou disposto a conversar; assim, de forma virtual foi realizada a conversa no dia 17 de março de 2021, com duração de 34 minutos.

Foi a partir da entrevista com Ivar que tive acesso às informações mais internas do movimento, como a estrutura e forma de ação, mas ainda que de forma menos aproximada e com menos elementos. Entre os assuntos abordados no depoimento estão os reassentamentos, indenizações, permeados pelo acordo com a Eletrosul, impactos ambientais e repressão ao movimento.

Em seu depoimento, Ivar trouxe uma contextualização sobre como foi divulgado o projeto de criação das usinas, citando que havia especulações sobre estudos realizados no rio Uruguai, mas até 1980 não havia ainda a confirmação do que se tratava. A falta de informações está relacionada ao contexto da época, “politicamente o País vivia sob o regime militar, instaurado em 1964, autoritário, rígido e hierarquizado. Isto facilitava a imposição de planos e decisões assumidos sem maiores negociações.” (Santos; Reis (org), 2002, p. 101). Da mesma forma, a imposição de planos facilitada pelo autoritarismo da época também derivou na falta de informações sobre em que condições ficariam os moradores das regiões atingidas. Conforme citado por Ivar, não se falou sobre a questão social, não estavam inclusas nos planejamentos a relocação e indenização. Tudo indicava que a construção repetiria os passos das outras usinas que desalojaram famílias sem negociação nem indenizações justas.

Mesmo em um contexto repressivo foi possível construir um movimento, que não apenas conseguiu tratar das questões locais e saiu vitorioso em suas negociações, como também foi nacionalizado junto de outros movimentos regionais, e ainda hoje atende demandas das diferentes populações, atingidas por barragens de diferentes modos.

A época em que começaram as primeiras mobilizações contra o projeto de construção das usinas, no final dos anos 1970, primeiros anos de 1980, foi também o período em que Ivar Pavan esteve à frente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Aratiba - RS. Assistia-se na época à retomada da atuação dos sindicatos, quando a população voltou a escolher seus representantes, depois de anos impedida pelo regime. Assim Pavan esteve na direção do sindicato, sendo um agricultor de Aratiba, que também estava na lista de municípios atingidos pela barragem de Itá. Como dirigente de sindicato, Ivar passou também a ser membro natural do movimento contra as barragens, apesar de não ser diretamente atingido pela UHE-Itá.

Pela sua forma de atuação e envolvimento na Coordenação Regional de Atingidos por Barragens, Ivar trouxe uma visão mais geral do movimento e de sua estrutura. Abordou principalmente a questão da área rural atingida pela barragem. O seu ponto de vista é voltado para as questões de Aratiba, por ser o local onde atuou mais diretamente no movimento.

Uma das preocupações expostas por Ivar girava em torno das discussões sobre quem eram os atingidos, por ter uma concepção de que não apenas quem é atingido pelo lago deve ser considerado, mas toda a população de pequenas comunidades rurais que perdem boa parte de seus moradores, gerando um esvaziamento que se estende pelo período posterior à construção da barragem.

A questão afetiva do vínculo com a terra, assim como a da memória e da perda da cidade era pouco pensada, tanto na usina de Itá como nas demais. Os planos criados pela usina que visavam a compensação pelas mudanças na região não atendem todas as questões que são necessárias. Não havia, de fato, qualquer programa voltado a compensar o prejuízo afetivo dos moradores atingidos; ou seja, não foram realizados planos direcionados às famílias que foram para os reassentamentos em outros municípios, tampouco foram pensadas ações coordenadas visando à adaptação da população que estava migrando para a outros estados.

Esse aspecto ali, sentimental, da perda, não houve nenhuma, nenhum investimento nesse sentido, nenhuma compensação dessa parte. Ao contrário, as famílias que moram hoje na beira do lago, além de todo esse sacrifício, toda essa perda, estão com uma energia de péssima qualidade. (PAVAN, 2021)

O Programa 21 nomeado de Centro de Apoio ao Migrante, tratava sobre o suporte e acompanhamento dos deslocamentos que ocorreram em direção a Itá à procura de empregos relacionados à obra da usina. Como ação deste plano foi criado o Centro de Apoio ao Migrante na Rodoviária de Itá, atendendo quem chegava ao município em busca de oportunidade de trabalho. De fato, é necessário atender esses deslocamentos desencadeados

pela promessa de emprego em uma obra do porte da hidrelétrica de Itá; porém, a empresa falhou em não dar atenção principalmente à questão das adaptações dos reassentados. Ivar contou ter havido um esvaziamento dos reassentamentos, que ao longo dos anos perderam moradores. A adaptação das pessoas nos reassentamentos deveria ser considerada responsabilidade do Consórcio Itá e da Eletrosul ao assumir a construção de tamanha obra com impactos em tantas comunidades.

Além das questões relacionadas aos atingidos e sua adaptação em localidades por vezes distantes daquelas em que viviam antes da construção da Usina, foi apontada a inexistência de compensações aos municípios que receberam esse contingente novo de moradores em termos de infraestrutura. Também não aconteceram obras com potencial de atrair investimentos de turismo para além da cidade de Itá, apesar de que inicialmente as promessas eram de uma obra que desenvolveria a região e traria mais investimentos.

Assim como aconteceu em Itaipu, também havia informações disseminadas nos discursos feitos pela Eletrosul que iam no sentido de tranquilizar moradores em relação à construção da barragem para que não houvesse a organização da população. Porém, com os relatos que chegavam pela voz dos atingidos por outras hidrelétricas, já se tinha noção de como seria a atuação do setor em relação aos atingidos pela barragem de Itá. Mesmo assim, não era tarefa simples convencer os atingidos, conforme relatado também por Ivar, sobre a forma de atuação da empresa:

eles tinham recursos técnicos e financeiros pra patrocinar jornais, para patrocinar rádios, patrocinar televisão, para fazer uma propaganda, vendiam uma imagem que era só maravilha, [...] que a região viraria um paraíso, e era difícil dizer pro agricultor. [...] eles fizeram de tudo para desmoralizar e desqualificar a organização da população atingida. (PAVAN, 2021)

A perspectiva trazida por Ivar em seu depoimento é de alguém que não foi atingido diretamente, mas que desde o início sabia da importância daquele movimento que estava se organizando, participou de perto até o momento em que as negociações avançaram e o acordo com a Eletrosul trazendo garantias importantes e assegurava direitos a atingidos foi assinado. Foi comentado por Ivar que depois do acordo a organização se voltou para outras obras:

Fomos juntos na luta, fomos juntos na organização, eu negocieei o acordo junto com um grupo grande de lideranças, item por item de todo acordo, acompanhamos até o pessoal receber indenização e foram. Depois o movimento seguiu, porque se seguiram outras obras. (PAVAN, 2021)

As memórias trazidas no depoimento não são tão pessoais, abordam o movimento de forma mais geral, falam sobre o acordo com a Eletrosul e as negociações, colocando alguns detalhes mais gerais sem citar situações específicas esmiuçando detalhes. É o relato de quem passou pelo movimento como liderança, mas sem a perda de sua propriedade, e se inseriu no movimento por meio do trabalho em um dos sindicatos que deram sustentação para a luta.

Ivar foi uma liderança que esteve presente já no início da organização e é citado por outros entrevistados, as memórias de outras lideranças vão ao encontro da sua narrativa, mas há uma forma de narrar a história com diferenças marcadas, tratando mais do seu local de inserção, abordando mais o município de Aratiba, principalmente a zona rural.

Apesar de tantos anos passados desde a atuação na CRAB, Ivar ainda fala sobre o processo da barragem de Itá, contando sua experiência como morador de um município impactado pela obra que viu de perto o processo acontecer. Os seus relatos sobre os acontecimentos com uma perspectiva diferente da que prevalece, que trazem pontos que divergem das histórias contadas pelos meios institucionais da hidrelétrica.

Ao final da entrevista Ivar relatou que o contato com demais pessoas relacionadas ao movimento acabou se perdendo, que não teve participação a partir da ida para os reassentamentos e indenizações, e sendo assim não tinha contatos para passar. Ainda assim, citou o nome de Mauro Postal, que foi atingido e liderança da CRAB, e que uma possível ponte seria por meio do deputado federal Pedro Uczai. Assim, pesquisando pelo deputado encontrei também uma relação dele com o movimento, sendo ele o próximo entrevistado.

Ainda no mesmo bloco de entrevistas, Pedro Francisco Uczai, foi o único entrevistado que não se constituiu em liderança do movimento. No momento em que aconteceu a organização, Pedro era mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e escreveu sua dissertação sobre o movimento, acompanhando de perto alguns momentos da atuação da CRAB. Atualmente Pedro é deputado federal por Santa Catarina, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). A trajetória política de Pedro começou em 1997 quando foi eleito como deputado estadual por Santa Catarina pela primeira vez. Após o mandato foi eleito vice-prefeito de Chapecó-SC (2001 a 2002) e prefeito de Chapecó-SC (2002 a 2004). Além destes mandatos também foi eleito novamente como deputado estadual e posteriormente como deputado federal (em exercício). Todos seus mandatos foram pelo mesmo partido.

O contato aconteceu por meio de sua assessora, que esteve sempre à disposição e fez a ponte para marcar a conversa. Pedro acompanhou de perto os momentos de manifestações organizados pelo movimento, onde participou como militante da causa e também registrou falas e realizou entrevistas para escrever sua dissertação sobre o movimento. Pelo seu acompanhamento foi um bom nome para entrevistar, a visão que traz na entrevista é mais geral, aborda sobre a luta, sobre as vivências, e também falou sobre o que se sucedeu após o reassentamento. Apesar de ser o único do conjunto de entrevistados que viveu o movimento de uma posição de observador, ainda está alinhado aos demais na forma de tratar o assunto.

Prevalece em todos os discursos o reconhecimento da importância da atuação da CRAB e das conquistas alcançadas pelo movimento. A conversa aconteceu também por meio virtual em 09 de junho de 2021 com duração de 24 minutos.

O nome de Pedro passou a ser visto como uma possibilidade de entrevista a partir do momento que, em contato com o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), sua dissertação foi sugerida como fonte para a pesquisa. Foi então iniciado o contato para entrevistar o autor e também a busca para ter acesso ao seu trabalho escrito, sendo encontrada apenas uma cópia física localizada no CEOM em Chapecó, demandando a pesquisa presencial para acessar não apenas este importante trabalho, mas também fazer buscas nos arquivos de jornais regionais. Diferente dos demais entrevistados, Pedro trouxe uma perspectiva abrangente do movimento, acompanhando mais o lado das mobilizações gerais, trazendo análises sobre outras questões relacionadas à terra, modo de vida e memória, não tocando tanto nas questões da estruturação e formas de ação da mobilização, que foram a tônica da entrevista do sindicalista Ivar Pavan.

Como vimos, além de ser composto por atingidos, o movimento regional também contava com a participação de sindicatos e igrejas²³. Na primeira entrevista tem-se a visão de alguém que estava mais relacionado diretamente a um Sindicato de Trabalhadores Rurais, no segundo caso o relato vem de alguém que teve seu primeiro contato com o movimento devido a sua relação com a igreja. Como católico ligado à Diocese de Chapecó, foi através do Bispo Dom José Gomes que Pedro Uczai foi sensibilizado a estudar o movimento, resultando na dissertação que aborda os casos dos movimentos de atingidos por Itá e Machadinho.

É aí que nasce meu interesse, o objeto da minha pesquisa, e a minha aproximação desse movimento dos atingidos. Por isso que eu fui fazendo duas coisas: uma, fui fazendo a pesquisa, pesquisando, compreendendo, estudando, e de outro lado eu já era militante, e eu militava, portanto eu ia nas manifestações, não só para compreender, gravar as falas, entrevistar, eu ia pras manifestações porque eu apoiava o movimento, porque eu compreendia as causas do movimento, a luta do movimento. (UCZAI, 2021)

A compreensão sobre a importância do movimento veio também por influência da figura central do Bispo que fez um intenso trabalho de apoio aos atingidos. Além de levar informações nos locais que estavam ao seu alcance, Dom José Gomes foi um personagem lembrado por todos que tiveram envolvimento relacionado ou mediado pela Igreja Católica.

²³ A ligação com as igrejas segue presente no MAB, um exemplo a ser observado são as celebrações ecumênicas que acontecem levantando a pauta dos atingidos, pode ser citado como exemplo a celebração ecumênica realizada em Alba Posse na Argentina em março de 2016 como forma de mobilização contra as barragens binacionais Garabi e Panambi, que contou com a participação de 300 pessoas, conforme relatado em reportagem publicada em março de 2016 no site do MAB. Esse exemplo de acontecimento recente que se deu na bacia do rio Uruguai também mostra que os atingidos da região ainda contam com apoio das igrejas nas suas pautas e seguem se mobilizando contra as hidrelétricas.

Assim, Uczai se engajou no movimento pela sua relação com a igreja, observando os acontecimentos e relembrando na entrevista realizados diferentes aspectos, trazendo, por exemplo, questões que dizem respeito ao que aconteceu após a construção da barragem, como a permanência nos reassentamentos ou a adaptação à vida na cidade no caso de moradores das áreas rurais que saíram do campo.

Além de trazer esses pontos, a conversa com Pedro foi muito informativa. Para além das informações que vieram por meio da entrevista, a assessoria de Pedro disponibilizou um importante material que até aquele momento ainda não havia sido acessado. Trata-se de quatro boletins produzidos pelo movimento que trazem conteúdos importantes, são dois exemplares do boletim “A Enchente do Uruguai”, e os materiais de circulação interna “Como Fazer Uma Reunião” e “Nossa História em Debate”. Estes deram uma base para compreender o funcionamento interno da coordenação, que trazem organogramas com as instâncias internas, e a exemplo do caderno de circulação interna “Como Fazer Uma Reunião” que tem como função preparar atingidos para liderarem e organizarem reuniões em suas bases nas comunidades. Esse boletim é um dos exemplos dos esforços empenhados pela CRAB para fazer o movimento acontecer com qualidade, para que os próprios atingidos estivessem à frente das representações e negociações com a Eletrosul. Enquanto esta pesquisa dava seus primeiros passos, o contato com esses materiais somados às duas entrevistas realizadas possibilitou entender como era o funcionamento da instância regional da organização, bem como a forma de atuação interna e externa de uma maneira mais geral.

Nos dois depoimentos a questão da terra aparece, com Ivar a discussão vai mais no sentido das conquistas pelo acordo com a Eletrosul; ele lembra detalhes, recorda os diferentes preços da terra para a negociação e coloca ênfase nas ações do movimento que fizeram com as propriedades mantivessem preço de mercado no momento da aquisição pela empresa. Outra questão lembrada por ele foi a classificação da terra em três categorias de solo, de acordo com as suas características, onde os valores eram estabelecidos considerando se era área mecanizada, área agricultável ou área imprópria para agricultura.

Embora a questão da terra seja central em ambos os depoimentos, ela aparece com perspectivas diferentes, dado que esse passado tem múltiplas dimensões e agora existe sob a forma do relato moldado pelas diferentes formas de abordar a questão. Pedro, em seu discurso, foi além da questão da precificação e valor monetário da terra. O deputado, que também era historiador, falou sobre memória e patrimônio cultural, sobre o que está junto da terra, os modos de vida que se desenvolvem no meio rural e os valores que vão sendo agregados a ela com o tempo de vivências:

a grande luta não era só o patrimônio do valor da terra nua, lá tinha árvore, lá tinha história, lá tinha fonte de água, lá tinha cultura. Além de geografia, além da valorização monetária, de quanto vale essa casa, de quanto vale essa terra, mas ela tinha a subjetividade incorporada em forma de viver, em modos de viver, em cultura. (UCZAI, 2021)

Ainda ligada à questão da terra, Pedro também trouxe apontamentos sobre os regimes de vida após a construção da barragem, principalmente para as pessoas que viviam no campo, que tiveram suas vidas radicalmente modificadas pelo surgimento da usina. Foram citados exemplos de dois casos, do que aconteceu com quem sofreu com mudanças drásticas, seja aceitando a indenização e continuando na região, ou então para quem migrou para o reassentamento. Recuperando a experiência em campo como pesquisador e militante, Pedro destacou a dimensão da desterritorialização provocada pela usina como uma ruptura que implica na perda de referências para a memória.

Sempre tem também a vivência das pessoas, quando a mulher foi indenizada da terra e vai morar em Seara e começa a trabalhar de operária, ela se ressentia na entrevista concedida dizendo “Lá na roça nós éramos mais livres, nós quando cansava sentava, quando a gente queria chupar uma fruta a gente conseguia chupar uma fruta, ou conversar. Aqui eu trabalho em uma agroindústria de pé, 8 horas, em silêncio, e não posso, não tenho liberdade nem pra me alimentar a não ser os horários previstos enquadrados na disciplina industrial, agroindustrial da exploração capitalista.” (UCZAI, 2021)

A terra, as memórias e as vivências andam juntas no momento em que se travam as disputas em torno do que é justo, quando se busca por indenização nos termos terra por terra, quando se negociam os reassentamentos. Talvez porque estejamos tratando de memórias de lideranças do movimento, esse tema é predominante nos depoimentos. Lembram-se que houve discussões para que as reivindicações estivessem presentes e fossem consideradas válidas no momento das negociações e também que muitas vezes elas foram parar em um segundo plano esquecido e não considerado. As questões da terra, da experiência e da memória aparecem em todos os depoimentos, em alguns mais articuladas do que outros, mas ainda assim sendo sempre debatidas e lembradas, assim como exemplificadas nas histórias sobre os que sofreram com a perda do lugar onde tinham enraizado suas vivências e memórias.

Mesmo com as grandes conquistas dos reassentamentos, onde foram conseguidas terras boas após as lutas e acordos firmados, ainda assim as experiências de vida mudaram drasticamente em alguns casos, gerando esvaziamento de alguns dos reassentamentos. Um exemplo é o caso de Campo Erê, município de Santa Catarina na divisa com o Paraná, que foi escolhido para receber um dos reassentamentos. Pedro Uczai lembrou as condições de vida após a mudança:

Já outro camponês no assentamento que se tu fosse ver a terra, a terra bonita, plana, em Campo Erê, mas ele como vivia muito da pesca e da relação com o rio Uruguai

ele diz que queria voltar, e em seguida, um tempo depois ele voltou perto da barranca do rio mesmo que sem terra, foi encontrando um jeito pra voltar, porque na leitura e na vivência cultural dele, em Campo Erê tinha muito vento, aquela coisa plana que é de máquina, monocultura, ele tava trabalhando a policultura, diversidade de alimentos, portanto aquela terra ele não via como potência. E ele retorna porque que conviver com o seu modo de viver anterior, e ele sofre no novo lugar. (UCZAI, 2021)

Os impactos podem ser observados nos dois exemplos citados por Uczai, as mudanças principalmente na vida da população rural que tinha outras formas de sustento, outros costumes já estabelecidos e que muitas vezes tinham relações com o rio, como é o segundo caso citado.

A questão da memória e da sua preservação esteve também presente na conversa com Pedro, que falou sobre a necessidade de manter a memória regional preservada. Neste sentido, segundo o entrevistado, houve exigências que foram realizadas:

foi feito muito de exigência, de manter a memória histórica, de pelo menos parte dela, ou pelo menos de transformar em centros de memória, de museus, de parte dessa memória histórica dos povos tradicionais que viviam aqui na região há milhares de anos, e principalmente na barranca do rio Uruguai. Sítios arqueológicos etc, a memória de comunidades, também como valorização, e indenizações a jusante e a montante da barragem que foi também uma grande luta feita. (UCZAI, 2021)

Sobre a memória institucional produzida, preservada e comunicada pelo Consórcio Itá, é observado que a criação de museu e casa de cultura foram concretizadas, usando as casas realocadas do local inundado, bem como foi realizada a salvaguarda de bens retirados de sítios arqueológicos, estando alguns objetos em exposição no Centro de Divulgação Ambiental. O problema, porém, está no tratamento que tudo recebe depois das negociações, no momento em que a história passa a fazer parte do discurso apresentado pela usina.

Como dito por Mário Chagas (2009), “os museus também provocam sonhos, neles estão em pauta memórias e esquecimentos, poderes e resistências, luzes e sombras, vivos e mortos, vozes e silêncios.” Seguindo por essa mesma lógica Pedro Uczai também aborda a memória falando sobre a hegemonia que faz prevalecer um discurso já formado e pré-moldado sobre o passado, e assim as mesmas histórias seguem sendo contadas enquanto outras seguem sendo ocultadas, em alguns casos propositalmente, repetindo um padrão histórico de ocultamento.

a memória é disputada, a história é disputada, muitas vezes pelos grupos que dominam essa região, que se associam às empresas para manter determinadas memórias e esconder, escamotear, excluir, ou expropriar a memória de tantos outros sujeitos históricos que vivenciam experiências históricas, culturais e sociais nesta região que a gente chama aí da bacia do rio Uruguai. (UCZAI, 2021)

A construção da usina é repleta de questões sociais e culturais, e que em alguns discursos ficam de lado, essa questão é permeada pelas relações de poder. Relações de forças se formaram ao lado da empresa para efetivar a construção da usina, endossando os discursos oficiais.

O prefeito se relaciona, lideranças políticas, empresariais que se relacionam muitas vezes com a empresa construtora das barragens, ou a elite da região, ou setores dominantes da região, que ou com próprios setores populares que têm uma compreensão do progresso, do desenvolvimento, que a barragem vai trazer turismo, que a barragem vai trazer desenvolvimento, que não tem como o Brasil crescer se não tiver energia. (UCZAI, 2021)

O processo de construção de barragens, que por si só já é violento, acaba se tornando ainda mais quando outros interesses se somam a ele, quando interesses pessoais são colocados à frente das pessoas atingidas e desconsideradas todas as outras questões que permeiam o processo. Pedro Uczai ainda citou em seu depoimento

Por isso que barragem é profundamente violento nos projetos que expropriam não só da terra, mas da memória, da história, da cultura, do fazer-se desses sujeitos naqueles espaços que se construíram historicamente, socialmente e culturalmente. Por isso que o impacto não é medido monetariamente somente [...] mas muitas reparações nunca serão feitas porque elas foram profundamente violentas, subjetivas, ligadas a cultura e a experiência vivida de homens e mulheres nesses espaços historicamente construídos. (UCZAI, 2021)

Pedro acompanhou de perto a experiência das barragens de Itá e Machadinho, viu as lutas das pessoas atingidas e apoiadores da casa, teve consciência desde o início da importância dessa organização e do movimento. Uczai foi prefeito de Chapecó, município do oeste catarinense, quando este foi atingido pela hidrelétrica de Foz do Chapecó²⁴ e se posicionou pela indenização justa de atingidos.

Por ter uma forma de contato com a CRAB diferente dos demais entrevistados, Pedro Uczai também trouxe na conversa uma forma diferente de observar os fatos e recortá-los depois. Neste depoimento, memória e cultura são pontos centrais, que recebem mais atenção no momento de lembrar os acontecimentos, sendo problematizada a forma como a memória foi disputada na região e o tratamento que recebeu e ainda recebe. Em outros depoimentos a memória também aparece, mas em cada um esse tema recebeu atenção singular.

O próximo da lista de entrevistados é Luiz Alencar Dalla Costa, liderança do movimento, e que também não foi atingido pela barragem. O nome de Luiz foi citado na conversa com Pedro Uczai por ter atuado como liderança na época do movimento e o contato de Luiz foi passado pela assessoria do deputado. A entrevista foi realizada de forma online em 23 de agosto de 2021 com duração de 35 minutos.

Luiz morava em Erechim-RS e conhecia pessoas envolvidas no movimento de atingidos por barragens e assim passou a fazer parte da mobilização, atuando na Região 1, que estava voltada para as demandas das usinas de Itá e Machadinho, e foi uma das lideranças citada por outros entrevistados devido a sua atuação e por acreditar que os

²⁴ A usina está localizada entre os municípios de Águas de Chapecó em Santa Catarina e Alpestre no Rio Grande do Sul. Essa hidrelétrica estava entre as estudadas nos planos de aproveitamento do rio Uruguai na década de 1960, porém teve sua construção iniciada apenas em 2006.

atingidos deveriam tomar a frente do processo. Neste terceiro depoimento em análise é observada a visão de uma liderança que continua atuando no movimento por direitos da população atingida, agora atuando em nível nacional, participando do MAB.

Na conversa, Dalla Costa relembrou sobre o início da mobilização, os primeiros passos dados para organizar moradores da região, falou sobre a importância das trocas de informações com atingidos por barragens construídas em outras regiões do Brasil. Também citou a presença de lideranças de sindicatos, agentes pastorais ligados a IECLB e Igreja Católica e professores universitários que estiveram presentes nesse início de mobilização, e abordou também a conjuntura da época.

Na verdade, se tu for ver no momento histórico geral ele foi também na década de 80 um movimento onde era de combate a ditadura militar né, que ainda tava, ela já tava no seu final, já tinha muita movimentação nacional pela democracia, pelas diretas. Então acho que essa efervescência de ações, de conscientização popular, ela também facilitou a própria construção dessa organização de resistência dos atingidos no período histórico de maior abertura política, tanto combatendo a ditadura militar, como se colocando que não é possível se construir hidrelétricas se maltratando a maioria da população. (DALLA COSTA, 2021)

Esse momento de efervescência aconteceu na época em que no oeste catarinense começavam a ser organizados diferentes movimentos populares, principalmente com pautas rurais, contando com grandes manifestações que tiveram apoio da população em geral da região. Essas mobilizações aconteceram em um contexto de maior resistência à ditadura, já nos seus últimos anos, e a projetos desenvolvimentistas, com defesa dos direitos da população atingida para que esta fosse igualmente atendida.

Era um embate com os políticos daqui da região que a maioria na época logo no final da ditadura eram políticos de extrema direita que diziam que o pessoal tinha que sair de qualquer jeito. Então tinha um embate, claro que sempre nas comunidades sempre tinha aqueles que defendiam esse tipo de político ou queriam se beneficiar pessoalmente, particularmente. E o movimento sempre combatia, dizia, “não, nós temos que ter direitos, todo mundo vai ter a suas garantias, mas tem que ser coisa mais corretiva, não tem essa de um ficar ganhando mais e o outro menos, pelo menos cada um segundo o que tem, ou aquilo que de fato tem direito, a partir da conquista do direito” (DALLA COSTA, 2021)

Além da necessidade de lutar por algo que já era pertencente, também foi necessário enfrentar as forças contrárias à mobilização e organização da população atingida na região.

A CRAB teve que enfrentar a empresa e seus aliados na região, que começavam a manifestar sua posição favorável à implantação das barragens. Neste grupo reuniam-se alguns prefeitos, vereadores, e representantes de cooperativas que, além de defender a ideia da construção das barragens, articulavam projetos de colonização no Norte do Brasil. Este grupo, inclusive, formou uma autodenominada “Equipe Trabalho e Justiça” que agiu na região por alguns anos, porém não teve êxito em seu objetivo - destruir a organização dos atingidos. (DALLA COSTA, 1990, p. 47)

Ao encontro disso, Pedro Uczai (1992) abordou em sua dissertação algumas das estratégias empenhadas para unir forças favoráveis à construção da usina.

Na tentativa de não reconhecimento da CRAB, como legítima representante dos atingidos, o presidente da empresa encontra-se com prefeitos da região em Marcelino

Ramos. Discutiram a questão das barragens e assinaram convênios, garantindo que vão ser construídas as usinas. (UCZAI, 1992, p. 130).

Assim, contextualizando acontecimentos da época de início das mobilizações, Luiz trouxe suas memórias sobre o início do movimento, principalmente sobre a organização interna, sendo o primeiro entrevistado a trazer questões mais internas sobre a forma de funcionamento da qual fez parte. Abordou, ainda que por alto, as instâncias organizativas, desde as comissões menores até chegar nas regiões gerais que tiveram abrangência maior ao longo de toda a bacia do rio Uruguai.

Por ter presenciado o início do movimento, o entrevistado lembrou desde o início do funcionamento da CRAB e demais instâncias relacionadas, também falou sobre algumas das mobilizações feitas, trouxe algumas datas e detalhes, que ajudaram a entender a linha do processo quando situadas na conjuntura da época e outros fatos já identificados e elencados que haviam aparecido nas conversas anteriores, como os atores que compunham as forças do movimento.

Entrando também na conjuntura daqueles anos e das conquistas da CRAB, Luiz trouxe um ponto importante a ser pensado: as lutas que já vinham sendo mantidas.

Dizer que se o acordo foi bom ou não foi bom parece muito fácil, o importante é compreender que foram anos, muito tensos, muito enfrentamento, de muita mobilização, pessoal vinha de caminhão cheio de gente pra cidade pra pressionar, para ter o seu direito, olha o absurdo que é se for tu vai ver né. Tu vai pensar assim: eu tenho que fazer tudo isso para garantir o que já meu, eu tenho a terra eu sou o proprietário, eu to vivendo aqui, eu to vivendo nessa comunidade eu tenho a minha escola, eu que fiz a igreja, eu que fiz o salão comunitário, eu que ajudei a fazer a estrada. E agora eu tenho que fazer um monte de coisa, tenho que me enfrentar com polícia, o exército, pra mim garantir o que já é meu? (DALLA COSTA, 2021)

O tratamento dado a atingidos na época da ditadura aconteceu dessa forma, na base da repressão, visando o lucro e passando por cima de diversas comunidades. A repressão do período não se limita apenas ao que diz respeito às barragens. No próprio oeste catarinense é possível encontrar outros exemplos de violências cometidas em nome do lucro e que beneficiariam algum grupo específico, e assim como no caso dos atingidos pelas barragens, outros grupos também se organizaram em movimentos na busca pelos seus direitos.

Nem mesmo diante da conjuntura de repressão a CRAB deixou de atuar, Luiz falou sobre as dificuldades enfrentadas e que nem mesmo estas fizeram os atingidos desistir dos objetivos das negociações. No trecho já referenciado da entrevista de Luiz há um ponto marcante sobre a necessidade de lutar por aquilo já é seu, de se mobilizar para não sofrer tantas injustiças em um processo que por si só já é doloroso, de ser retirado do local onde já haviam relações estabelecidas. No mesmo trecho também é tratado sobre a própria comunidade ter construído escolas e igrejas, e mesmo que no momento da realocação a

comunidade também se mobilizasse para realizar essas construções se trata de experiências diferentes, com sentidos diferentes. No primeiro caso trata-se de quando uma comunidade vai sendo construída aos poucos, os moradores vão agregando estruturas para o local, vão construindo laços muitas vezes dessa forma, no segundo caso se trata de um deslocamento forçado mesmo que para um local escolhido previamente, se trata da reconstrução de laços de uma comunidade desmembrada não por decisão própria. Pensando nessas questões, as instâncias da CRAB agiram de forma a mitigar os impactos da usina, pressionando e elencando pontos no acordo, fazendo com que os próprios atingidos participassem das escolhas de locais dos reassentamentos e da organização das famílias que iriam juntas para os mesmo locais.

Luiz abordou também sobre as conquistas relacionadas aos reassentamentos. Conquistar reassentamentos foi um importante passo e a CRAB conseguiu garantir a qualidade dessa conquista com um plano de reassentamento das famílias, que além de poder escolher os locais, visitar e avaliar com a participação dos atingidos, também deu um grande passo conquistando a terra para quem não era proprietário.

Até eu conversava com o pessoal, é bonito isso, que o pessoal dizia “ah não vai dar terra pra que é sem terra o pessoal vai vender”. Nada! O pessoal tá lá 25 anos trabalhando, construiu escola, comunidade, tem lá sua família, né, é muito bonito, e se vangloriam disso, valorizam essa conquista histórica que tiveram, eu acho muito bonito. (DALLA COSTA, 2021)

Na entrevista com Luiz foram ressaltados pontos já conhecidos sobre a organização, mas foi principalmente abordado pontos sobre os reassentamentos. O seu modo de tratar os fatos enfatiza o contexto da época e a importância da luta realizada pelos atingidos da UHE-Itá, também citou brevemente algumas outras resistências à hidrelétricas organizadas por outras comunidades atingidas em diferentes locais do país e que em alguns casos serviram de motivação para a população da bacia do rio Uruguai lutar pelos seus direitos.

O nome de Luiz Dalla Costa aparece em outros depoimentos, é citado como uma liderança importante, que teve a concepção de que os próprios atingidos deveriam tomar a frente da situação e agir, incentivando para liderar reuniões, organizar, e ser representação nas instâncias.

Uma das particularidades da entrevista com Luiz é que este entrevistado foi o primeiro a apontar a necessidade de conversar com mulheres que participaram do movimento de alguma forma. Dalla Costa citou que as mulheres têm uma visão diferente do movimento, e pode ser observado que elas têm uma visão mais detalhista, pensando nas minúcias das negociações. O primeiro - e único - nome de uma mulher que participou como liderança foi citado, trata-se Claides Helga Kohwald, da qual Luiz passou o contato para entrevistar, assim

com a entrevista realizada, ela passa a integrar o bloco de entrevistados que foram atingidos diretamente e que será analisado a seguir.

O entrevistado demonstrou preocupação com a participação feminina nos movimentos, não se limitando apenas às questões concretas, como citado por Luiz, mas a preocupação em participar das instâncias de direção do MAB. Saffioti quando se refere ao mesmo período em que a CRAB esteve em atuação, cita:

Como resposta à intensificação dos processos de espoliação e despossessão, multiplicam-se movimentos sociais de diferentes tipos na formação social brasileira. Não expressam uma simples resposta à não-satisfação de interesses vitais de seus agentes, nem constituem meramente uma reação à repressão exercida pelo estado sobre as organizações político-sindicais sobretudo na fase do “milagre econômico” (SAFFIOTI, 1988, p. 154)

Nesse momento de multiplicação dos movimentos sociais, poucas mulheres passaram a integrar as instâncias de direção dos movimentos, aqui não entrará em análise o processo de inserção e aumento da participação das mulheres nos movimentos sociais, mas é preciso lembrar que na época não era comum, em alguns casos também não era bem vista a participação de mulheres nas instâncias diretivas de algumas organizações. É preciso lembrar que as mulheres sempre estiveram presentes no processo, mesmo que inviabilizadas, pois era seu trabalho em casa que possibilitava muitas vezes que homens da sua família participassem mais diretamente das atividades. Atualmente o cenário mudou, Luiz que ainda constrói o movimento, citou que no MAB há praticamente paridade na participação entre mulheres e homens. Uma das formas de possibilitar a participação feminina no movimento é a Ciranda do MAB, um espaço onde as mães podem deixar as crianças durante as reuniões, sabendo que ali elas estão sendo assistidas e acompanhadas em um espaço lúdico. Essas questões que parecem simples e às vezes passam despercebidas ou mesmo são ocultadas das narrativas.

Os três depoimentos analisados têm como ponto comum central o fato de não serem atingidos pela barragem diretamente, sem a perda de terras ou a necessidade de realocação. Entre estes se encontram pontos de divergências, como o fato de o segundo entrevistado não ser liderança, sendo assim não acompanhou a organização interna do movimento. Em seu depoimento, Pedro abordou o movimento com a visão de alguém que acompanhou como militante e também como acadêmico que fez campo para sua dissertação durante manifestações.

Ainda que com cada particularidade encontrada e analisada, todos os depoimentos abordam a importância da organização e sua atuação, alguns trazem mais detalhes, ou focam em questões mais específicas, como a estrutura interna da CRAB, as táticas e ações. Este é um ponto que está presente em todas as conversas, com maior ou maior detalhamento: a

estrutura organizacional e forma de atuação, as forças que estiveram presentes e apoiaram o movimento desde o início foram aspectos referenciados por todos, assim como a atuação das igrejas e sindicatos.

3.2 ATINGIDOS DIRETAMENTE

Nas próximas entrevistas entra em foco a vivência de quem foi atingido diretamente pela barragem precisando ser realocado. Serão apresentados os depoimentos na ordem de Mauro João Postal, Nilo Celso Brant e Claides Helga Kohwald.

O primeiro entrevistado que foi atingido diretamente pela barragem foi Mauro João Postal, seu nome foi citado por Ivar Pavan, na primeira conversa. O contato foi passado também pela assessoria de Pedro Uczai e a entrevista foi realizada de modo virtual em 24 de agosto de 2021 com duração de 1 hora.

Mauro era morador de Aratiba, no Rio Grande do Sul, na comunidade de Lajeado Ouro, na localidade rural. Começou a participar do movimento por volta de 1983 após servir ao exército. Seu contato com o movimento foi a partir do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da Igreja Católica, por ser participante de grupo de jovens na igreja de sua comunidade, onde atuava um padre que conscientizava os moradores durante as missas. Mauro começou a atuar no movimento com aproximadamente 20 anos, muito jovem e já com a responsabilidade de lutar para ter as garantias que a família não perderia algo que já lhes pertencia. Como católico, também citou a atuação do bispo Dom José Gomes, que, apesar de atuar mais diretamente em Chapecó, teve influência em toda a região catarinense atingida, mas também citou outros padres católicos, como o Padre Demérito Valentim da sua comunidade em Aratiba-RS.

Mauro também trouxe a contextualização sobre a época da ditadura logo no início da entrevista, introduzindo também sobre a participação das igrejas e sindicatos que estiveram presentes desde o início do movimento, e evidencia em seu discurso desde o início, deixando bem marcada a leitura da conjuntura da época.

E eu acho que esse caldo que vivia, aquela época foi um período de efervescência assim das lutas né, o regime militar, ele não caiu por vontade própria, ele não deixou de existir porque de repente eles disseram “deu, agora tá bom, podemos entregar”. Não! Porque teve muita pressão popular no país inteiro né, as grandes greves do ABC Paulista lá em 79, 80. E na nossa região, guardadas as proporções, se fazia grandes movimentos também, fazia movimento de rua, manifestos com 10 mil pessoas em Erechim né, que era onde eu participava. (POSTAL, 2021)

Além de lembrar sobre a forma como a ditadura militar impactou o momento em que viviam, também relembrou a conjuntura como um todo, as dificuldades de pequenos

agricultores em se manter e a falta de assistência e políticas públicas do governo, conforme citado, a falta de acesso a saúde e seguro agrícola, fazendo com que em alguns momentos fosse necessário vender partes da propriedade para pagar dívidas. Em um período atravessado por dificuldades apareceu também o projeto de criação de uma usina hidrelétrica, o que significava mais incertezas sobre como se manter na propriedade. Em meio às inseguranças formadas por toda uma conjuntura desfavorável, atuavam setores que apoiavam pequenos agricultores como sindicatos e partes das igrejas Católica e IECLB, principalmente nas linhas ligadas à Teologia da Libertação.

Postal, que participou desde o início das mobilizações, também citou o contexto em que foi organizada a mobilização. Lembrou a forma inicial da organização e a concepção de que os atingidos deveriam ter maior participação no movimento.

Até então, até sei lá, os anos exatamente não sei, mas acho que foi 85 por aí, até ali era isso né, quem chamava eram essas entidades, igreja, sindicato. Esse professor²⁵ da universidade ali de Erechim, ele acabou meio que assim, ele sendo no início uma figura que centralizou nele a organização desse movimento, que era o movimento que não envolvia muito os atingidos, mas sim as figuras, as lideranças, as entidades. (POSTAL, 2021)

Mauro Postal esteve presente nesse momento em que os próprios atingidos passaram a participar mais da direção do movimento, e citou que Luiz Dalla Costa e Ivar Pavan, que exerceram influência sobre a sua convicção a respeito da forma como deveria funcionar a organização.

E nesse período, então quando os atingidos começam a se envolver, tem eu em Aratiba, tem o Nilo Brand no Itá, o Luiz Dalla Costa que tu falou que já conversou com ele, é um que ajudou, no início ele não era diretamente atingido, mas era alguém que tinha essa orientação digamos assim, de que quem deveria conduzir o processo a partir daí eram os próprios atingidos. Então o Luiz Dalla Costa nesse período foi importante também. (POSTAL, 2021)

Foi citado que havia quatro ou cinco nomes centrais envolvidos. Além dos dois nomes citados no trecho referenciado, havia também Ivar Pavan, que foi o primeiro entrevistado, e fechando o grupo de lideranças também estavam Mauro e Ricardo Montanher, este último residia em Tapejara, Rio Grande do Sul e foi atingido pela barragem de Machadinho. Exceto por Ricardo, as demais lideranças foram entrevistadas, e além desses quatro nomes, também foi entrevistada Claides Kohwald que também atuou como liderança do movimento. Os entrevistados formavam, portanto, uma rede de conhecidos que se tornaram lideranças na mobilização. Para alguns, como Mauro Postal, esse envolvimento teve um caráter de iniciação política. Mauro passou a atuar na direção do movimento recebendo estímulos de

²⁵ O professor em questão foi citado como responsável pelo acesso ao projeto de criação das usinas na bacia do rio Uruguai. O nome citado é de Raimundo Pedrosa, porém não foram encontradas outras informações além do depoimento.

outras lideranças, e assim se tornou também uma figura importante que fez parte da organização.

E aí motivado por, ou orientado pelas lideranças que eu falei antes, eu assim, foi meio que no piloto automático, quando eu vi tava coordenando reunião. No começo o Ivar Pavan vinha me pegar lá em casa e levava junto para reunião, pedia para falar alguma coisinha, e daqui a pouco já tava vindo sozinho né. (POSTAL, 2021)

Foi relatado por Postal que no início não se tinha tanto conhecimento sobre a real situação, não eram divulgadas as informações sobre como a barragem atingiria, e que haviam diferentes versões do discurso sobre a obra. De um lado estava a Eletrosul, disseminando mais propaganda do que informação, ao noticiar que os atingidos se sairiam muito bem com a realização da obra. Esse tipo de propaganda acirrava disputas e tensões entre favoráveis e contrários à construção da usina, mas por outro lado o setor elétrico também não dava informações suficientes à população das margens do rio, não se tinham informações exatas sobre como seriam tratados os atingidos, nem havia planejamentos para reassentamentos.

Então esse é o grande problema, assim da disputa da versão, disputa do discurso. E a Eletrosul começou no caso da barragem do Itá, como uma estratégia que foi assim importantíssima para eles conseguir fazer a barragem, porque corria risco dos atingidos não deixarem fazer a obra. Tinha um movimento, começou um movimento muito forte contra a construção. Eles começaram a construir a cidade nova do Itá, que aí, aí foi assim, mostrando na prática de como seria, de que todos ganhariam uma casa nova, um lugar novo. (POSTAL, 2021)

Mauro relatou que nessa disputa de versões sobre a construção também entraram empresários e alguns prefeitos da região. Esse discurso amplamente difundido sobre o progresso trazido pela construção de uma usina teve seu poder de persuasão barrado quando outros atingidos pelo mesmo modelo de geração de energia contaram suas histórias, mostrando um lado diferente dos acontecimentos planejados para o núcleo urbano da cidade de Itá. Combinando a falta de informações sobre o futuro das comunidades rurais previstas para serem atingidas com os relatos que chegavam vindos de outras hidrelétricas, o clima de incertezas aumentou.

O que eu lembro de sentimentos né, de como foi essa coisa de que nos levou a gente a se envolver é que meio que assim... o medo, a preocupação, o terror que aquilo provocava na cabeça, né. Porque eu ainda, eu perdi meu pai, eu tinha 14 anos, então assim, dos 14 até ali eu era o, vamos dizer assim, o homem da casa né, que é uma expressão que o pessoal usava. (POSTAL, 2021)

O projeto da barragem se somou a toda uma conjuntura desfavorável, causando preocupações, mas a falta de informações não foi motivo de inércia para a população. Decididos a ter um destino diferente das outras experiências brasileiras, a organização para cobrar informações completas e propostas concretas para todos que fossem atingidos foi a forma encontrada para a mudar a situação.

Então, com relação aos atingidos, a esse medo de que além de todos os outros problemas que a gente vivia, da dificuldade da pequena propriedade, da saúde, não sei o que tinha mais, a questão de que a tua propriedade vai ser alagada né, e

ninguém sabe como tu vai ser tratado, então vamo pra cima, né. [...] Então foi um pouco assim, foi meio que no tranco mesmo, não teve essa coisa de pensar muito e decidir se vai ou não, “a água vai bater na bunda”, e essa era a expressão que se usava “a água vai bater na bunda e você tem que pular” e aí a gente, no caso da barragem de Itá a gente pulou em tempo. (POSTAL, 2021)

No momento em que a Eletrosul começou a colocar marcos nas terras que ficariam inundadas, deixando visível o que até então estava nas discussões, foi o momento em que os atingidos tiveram a consciência de que a barragem seria concretizada, conforme apontado por Mauro Postal. Foi nesse momento também que as ações começaram a ser organizadas.

As primeiras movimentações foram para que a construção não fosse efetivada, assim como uma das primeiras ações mostrando a força dos atingidos, foi realizada a Primeira Arrancação de Marcos²⁶. A ação foi realizada para impedir que a Eletrosul prosseguisse seu trabalho, dessa forma os marcos que eram colocados por trabalhadores da empresa em terras que seriam atingidas foram arrancados pelos próprios moradores. Mauro cita o acontecimento sem uma data exata, entre 1984 e 1985, essa ação que antecedeu as negociações e assinatura do acordo mobilizou toda a região que seria atingida e já estava com as terras demarcadas para serem alagadas. Diferentes táticas foram usadas para obrigar a Eletrosul a negociar, a primeira foi a Arrancação de Marcos, que foi um passo importante para organizar as reações ao projeto e a falta de garantias.

Mauro relatou sobre o ato de arrancar as marcações da barragem que “isso foi um movimento muito importante, porque isso atrapalhava a empresa, então ou a empresa sentava com a gente pra negociar ou não ia conseguir fazer a barragem”. Para conseguir o espaço para negociações, um longo caminho teve que ser percorrido. Tanto assim que essa ação aconteceu em 1985, e a assinatura do acordo entre Eletrosul e atingidos ocorreu apenas em 1987. Foram dois anos de lutas e mobilizações, mas que trouxeram importantes conquistas.

Parte da família de Mauro foi reassentada em Campo Erê, os próprios reassentados fizeram parte da construção do reassentamento, trabalhando em mutirão. Foi relatado por Postal que no processo de conquista do reassentamento as famílias participaram, e esse direito veio também nas garantias pelo acordo firmado em 1987²⁷.

Então na época nós tínhamos comissão pra tudo, então a coordenação do movimento, ela tinha lá a relação das famílias que vão ser assentadas [...] Então tirava-se comissão, daquele grupo de famílias que pretendiam ir meio juntos, porque isso também eles faziam né, a gente reunia todos os que tinham direito ao assentamento em assembleias e reuniões, e esse grupo então, eles iam meio que assim nós aqui, o vizinho tal, tal, nós queremos ir na mesma área. Então tirava comissão e ia visitar, a Eletrosul era obrigada a levar, então a gente ia por conta da Eletrosul levar essa comissão olhar todas as áreas que ela tava oferecendo, e o grupo de atingidos dizia

²⁶ Conforme citado por Nilo Brant a Primeira Arrancação de Marcos aconteceu em 17 de março de 1985, será abordada com mais detalhes junto ao seu depoimento.

²⁷ O Plano de Reassentamento se encontra disponível no Anexo B.

“nós gostamos mais dessa aqui, essa aqui pode comprar”, aí a Eletrosul comprava a área e dava o retorno depois dizendo quantas famílias caberiam naquela propriedade, naquela área comprada. (POSTAL, 2021)

Além da participação nos reassentamentos, outra conquista pelo acordo também foi a inclusão de quem não tinha a escritura da terra, “pela Eletrosul metade das famílias que foram pro assentamento eles diziam que não teriam direito, e a gente conseguiu incluir e todas foram” (POSTAL, 2021). Essa garantia veio pelo item 2.c do Documento de Acordo entre Atingidos e Eletrosul. Nele firmou-se a garantia de que atingidos sem posse da terra receberiam o mesmo tratamento que os demais.

Parte da comunidade de Lajeado Ouro foi reassentada, porém Mauro não fez parte do reassentamento, pois em 1988 foi eleito vereador em Aratiba-RS, e ficou no município enquanto parte da família participou da construção do reassentamento e morou por vários anos em Campo Erê.

Em 2018 foi realizada uma reportagem pelo jornal gaúcho Zero Hora na comunidade de Lajeado Ouro, na zona rural de Aratiba, comunidade em que Mauro morava com a família no momento em que o projeto da barragem começou a ser colocado em prática. Nessa reportagem é possível ver as consequências causadas pela usina naquela comunidade, algumas comuns a outras comunidades, como por exemplo o esvaziamento demográfico.

Na reportagem intitulada “Aratiba e Itá: as histórias submersas das cidades atingidas por uma hidrelétrica” (CUSTÓDIO; BRUXEL, 2018) são abordados apenas alguns dos casos que aconteceram nos dois municípios entre os onze atingidos. Ficam explícitos os efeitos da barragem sobre a vida dos moradores da bacia do Uruguai. No caso de Lajeado Ouro, onde Mauro morava, a barragem atingiu parte da comunidade, e esta foi realocada próxima à localização original, mas mesmo assim, com realocação da igreja, escola e até mesmo cemitério, a comunidade sofreu um esvaziamento muito grande: se antes da usina ela contava com 100 famílias, no momento da reportagem contava com apenas dez.

Foi comentado por Mauro que se a igreja do local não tivesse sido demolida no momento da limpeza do lago, as torres também poderiam ficar sobre o lago, assim como as torres da Igreja de São Pedro de Itá, que são um símbolo da cidade e atraem turistas. No caso de Lajeado Ouro, conforme Postal, não foi pensado nessa questão, mas é preciso também lembrar que os contextos das comunidades eram diferentes. Itá, por um lado, recebeu mais atenção e logo de início teve os esforços da Eletrosul voltados para a construção da nova cidade, enquanto na comunidade do interior de Aratiba os esforços estavam voltados a conseguir garantir seus direitos. Lajeado Ouro ficou sem símbolos que marcam a localização no lago onde anteriormente vivia a comunidade.

Mauro citou em seu depoimento o orgulho de ter participado da CRAB, e que sente que valeu a pena seu envolvimento pelas conquistas naquele momento, mesmo que algumas tenham se perdido com o passar do tempo. “Mas a semente ficou e o MAB continua, e não é tão simples pra empresa chegar em algum lugar e fazer uma barragem tratando a população atingida do jeito que tratava antes da existência do MAB.” (POSTAL, 2021)

As considerações de Mauro Postal sobre a CRAB é que o movimento deu certo pelo envolvimento dos atingidos, pela forma participativa que foi construído após os próprios atingidos tomarem frente e assumirem o processo. Além deste ponto da coordenação, é citado como outro fator que contribuiu para o sucesso foi o envolvimento nas decisões, em que nenhuma decisão era feita a partir de um grupo, mas construída depois de serem realizadas reuniões e assembleias em todas as instâncias. Mauro lembrou sobre o processo:

O que mais a gente fez naquela época foi reunião, né, era assim, intermináveis, né, porque daí pra você fazer um processo que efetivamente o pessoal participe, você precisa ter essa disposição [...] e a gente conseguiu fazer assim num processo muito rápido uma rodada, uma conversa com todos os atingidos em toda a barragem. Aí volta, tira as decisões em cada reunião, volta para uma grande assembleia que dá um novo rumo pro movimento digamos assim. (POSTAL, 2021)

E desta forma, todas as decisões que influenciaram nos rumos assumidos pelo movimento passaram por discussões e debates com todos os envolvidos para que a organização fosse realmente representativa dos interesses dos atingidos.

Foi muito democrático, foi muito participativo, foi muito, envolveu muito a população atingida, né. E esse talvez seja a grande receita de a gente ter conseguido alcançar o objetivo, porque daqui a pouco se a gente tivesse feito pela cabeça de dois, três líderes aí, dado um rumo pro movimento que a população não tinha ajudado a construir, é possível que a gente tivesse ficado com o pincel na mão, né, porque aí o pessoal não vem junto, você grita e ninguém vem junto, não resolve né. Agora como a gente construía, tirava o líder lá pra ele acompanhar o processo, e aí o compromisso dele: participava de uma reunião da coordenação, ele tinha que voltar lá e reunir a comunidade, reunir os atingidos e passar o... Então ele mesmo dava esse retorno. (POSTAL, 2021)

No boletim número 19 “A Enchente do Uruguai” Mauro deu uma entrevista falando sobre ser liderança do movimento, e que aparecem elementos no mesmo sentido dos elencado aqui, sempre apontando para a coletividade na construção:

A coordenação não é um privilégio, mas uma tarefa que tem que ser cumprida. Na CRAB, um grupo de lideranças "toca junto" o trabalho. As decisões são tomadas de forma coletiva, com os próprios atingidos [...] Isso é que precisamos: fazer com que cada vez mais os trabalhadores tenham em suas mãos as rédeas de suas lutas. E nisso, nós da CRAB, estamos no caminho certo... (A Enchente do Uruguai, boletim 19, 1988, p. 4)

Mauro construiu o movimento desde o início da organização, participou de diferentes momentos e mobilizações e apesar de se tratar de um período difícil e sofrido, reconta essa história, e fala sobre o orgulho de ter participado da CRAB, sobre a experiência que deu certo e foi nacionalizada. “Tenho orgulho de ter ajudado, de ter participado desse movimento que

levou a se definir o novo marco de como o setor elétrico devia tratar o atingido. [...] Então eu acho que valeu, eu acho não, tenho certeza que valeu muito a luta.” (POSTAL, 2021)

Após o depoimento do primeiro atingido, vem o depoimento de Nilo Celso Brant. Seu contato também foi passado pela assessoria de Pedro Uczai, a entrevista foi realizada em 25 de maio de 2022, com duração de 2 horas, sendo a mais longa. A conversa com Nilo foi a única presencial, foi realizada no Recanto do Balseiro em Itá-SC na mesma oportunidade em que foi realizada a visita a cidade.

Nilo Brant também foi diretamente atingido pela barragem, teve suas terras inundadas, mas não deixou o município de Itá, ainda reside na localidade Linha Simon onde criou o Recanto do Balseiro e também o Museu do Balseiro. Em seu relato contou sobre as terras da família estarem localizadas no que chamou de canteiro da usina, se referindo ao lugar onde fica a barragem. Por estar em um local central para a desocupação, e posterior construção da barragem, Nilo acompanhou toda a movimentação, desde o início quando surgiram notícias incertas e não confirmadas sobre o projeto, e assim também participou da construção do movimento dos atingidos pela barragem. Seu depoimento, o de alguém que investe na memória a ponto de construir um museu privado e talvez por isso o mais longo dos coletados, traz muitas informações, muitos detalhes, datas e formas de atuação da organização que foram essenciais para as conquistas, também faz uma avaliação do movimento e do que considera como o erro cometido.

Logo de início Nilo apresentou a forma como a notícia da construção da usina chegou, recontou a história trazendo os anos que marcaram o início do processo e também apresentando dados da conjuntura da época. Esteve muito envolvido com a sua comunidade e participou ativamente das mobilizações desde o início, desde o momento em que se organizaram pelo “Não às Barragens”.

Nilo foi uma liderança importante do movimento, teve seu nome citado por outras lideranças, e também representou aos atingidos em outras instâncias nos momento de negociação com a Eletrosul. Conforme citado

Em 87, aquela época lá, o Aureliano Chaves que era ministro das Minas e Energia, por uma portaria do então ministro, ele cita o meu nome pra participar, pra resolver os problemas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itá. Então eu participei desse rolo todo de cabo a rabo, assim. (BRANT, 2022)

Nilo ainda guarda o documento enviado por fax por Aureliano Chaves nomeando-o como representante dos atingidos pela usina de Itá, e relembrou também que por ser o representante escolhido precisou viajar diversas vezes para participar das reuniões do Grupo de Trabalho da

Eletrosul, que conforme citado no documento visava “equacionar os problemas sócio-econômicos ao reassentamento e realocação das populações”.

Antes de ser formalizado como representante já estava envolvido na história, citou que em 1966 os primeiros estudos são mencionados vagamente para moradores da região, mas sem muitas informações adicionais, sem realmente alarmar a população. Por volta de 1978 o projeto foi amplamente divulgado pela URI²⁸, mas não trazia soluções para a área rural, fazendo com que as mobilizações fossem iniciadas com força. Nilo também lembrou a presença de sindicatos e igrejas que apoiaram o movimento para que pudesse acontecer.

Como a cidade ia ser toda relocada, o campo nada, como eu morava no campo, então de fato tivemos que nos organizar e dizer que nós estávamos ali, então foi um grande embate que teve, tanto é que tivemos que parar os estudos, parar os trabalhos deles pra dizer que nós estávamos aqui, por isso que no primeiro momento houve aquele “Não à construção da usina”, né. Então assim, tivemos que nos organizar e de fato barrar o trabalho deles pra dizer que nós estávamos aqui. Então no primeiro momento via Dom José Gomes, era o nosso grande líder, que todo o oeste de Santa Catarina aprendeu a conhecer, e a gente conseguiu se organizar. Então, graças a essa figura que sindicatos se organizaram, a própria CRAB foi organizada lá e depois foi pro Movimento dos Atingidos por Barragens. (BRANT, 2022)

Em um momento de incertezas, e que uma das estratégias da empresa era colocar grupos contra a população atingida, foi muito importante contar com esses apoios. Foi citado também por Brant que a IECLB também apoiou o movimento de forma financeira, uma ação significativa para a organização e financiamento de viagens quando necessário para as negociações que aconteceram fora da região.

Nilo também citou sobre a necessidade de organização estar ligada às informações sobre o tratamento dos atingidos por outras usinas, como Salto Santiago e Itaipu. Nas suas considerações falou sobre o atropelo nas negociações de indenizações que aconteceram em outras experiências, as negociações foram feitas de forma individual, sem apoio, e quando algum proprietário não aceitava a proposta, era passado para a negociação da propriedade seguinte. Um grande ganho apontado foi a indenização sequencial, prevista no item 4 do acordo entre CRAB e Eletrosul.

A indenização em sequência consistiu em estabelecer uma ordem a partir do mais próximo ao rio, indo de comunidade a comunidade, assim foi garantido que moradores não ficassem sem ter o seu caso resolvido, ou tendo que resolver as pressas e com a pressão de possivelmente ter que entrar na justiça. Brant lembrou a forma como os atingidos conseguiram fazer com que funcionasse:

²⁸ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. A universidade tem seis campi no estado do Rio Grande do Sul, localizados nos municípios de Erechim, Frederico Westphalen, Santo Ângelo, Santiago, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo. O campus sede, localizado em Erechim-RS teve uma relação mais próxima às mobilizações.

Eles tiveram que resolver o meu problema, depois o teu e depois o do outro, em ordem sequencial. Esse foi o nosso grande ganho que nós tivemos, então fazendo isso, a gente conseguiu de baixo para cima, ordem sequencial, então eliminando um por um. Isso foi um grande ganho que nós tivemos. (BRANT, 2022)

Ainda, no que se refere ao tratamento das indenizações, foi citado que em outras barragens anteriores a Itá, até o momento da entrevista ainda havia terras que não foram indenizadas, isso sem contar as que foram em valores não correspondentes. Nilo apontou também que após a experiência de Itá, em outras usinas também construídas na bacia do rio Uruguai, essa conquista já não foi aplicada, sendo o caso observado de Foz do Chapecó.

Em seu depoimento, Nilo fez uma análise do movimento e os ganhos obtidos na luta, e trouxe marcada a questão da indenização sequencial e dos reassentamentos para quem não tinha a posse da terra. Conforme citado, o reassentamento foi uma “jogada extraordinária”, principalmente se referindo à conquista de reassentamento para quem não tinha a posse da terra. Mas não isenta o movimento do que aponta como o único erro cometido, que foi levar pescadores para Campo Erê, onde não houve uma boa adaptação.

Então nós levamos alguns pescadores, de cultura de pescador para áreas secas, para áreas de fazenda. Então esse é o único erro que eu admito que a gente não visualizou naquele momento. Então nós levamos pessoas, famílias que tinham uma cultura de pescador para uma área de serviço, para uma área de lavoura. Então alguns não deram certo nesse ponto, percebe? (BRANT, 2022)

Nilo se refere a esse como o único ponto que não foi pensado quanto a adaptação na diferença de locais. No que se refere a essa questão, foram realizadas pesquisas de terras, também foi garantido pelo acordo de 1987 algumas conquistas, como no ponto 2.C que se refere às terras para quem não possuía a posse da terra. Os reassentamentos foram conquistados por um conjunto de mobilizações de diferente proporções, e em avaliação no depoimento, foram conseguidas áreas muito boas, que foram valorizando com o tempo.

Apesar de todos os esforços voltados para que a população reassentada sáísse bem amparada, com a criação de comissões já citadas no depoimento de Mauro Postal, com os cuidados em deixar os próprios assentados escolherem com quem iriam para o mesmo lugar, houve esse erro apontado como o detalhe que não foi pensado. É consenso entre os depoimentos que as terras escolhidas foram boas, mas o fato de precisar realocar comunidades inteiras teve efeitos negativos, mesmo com todos os cuidados tomados, não foi previsto o esvaziamento de alguns reassentamentos como o de Campo Erê. Pedro e Nilo discutiram sobre essa questão, apontando a vontade de voltar para perto do rio Uruguai que fez alguns moradores deixarem o reassentamento:

outro camponês no assentamento que se tu fosse ver a terra, a terra bonita, plana, em Campo Erê, mas ele como vivia muito da pesca e da relação com o rio Uruguai ele diz que queria voltar, e em seguida, um tempo depois ele voltou perto da barranca do rio mesmo que sem terra, foi encontrando um jeito pra voltar. Porque na leitura e na

vivência cultural dele, em Campo Erê tinha muito vento, aquela coisa plana que é de máquina, monocultura, ele tava trabalhando a policultura, diversidade de alimentos, portanto aquela terra ele não via como potência. E ele retorna porque quer conviver com o seu modo de viver anterior, e ele sofre no novo lugar. (UCZAI, 2021)

Essa mesma questão também foi relatada por Nilo, tendo consciência que a terra era de qualidade, mas que não era o tipo de terra em que algumas famílias estavam habituadas a viver e trabalhar. Esse foi um dos motivos que causou esvaziamento, a diferença sentida no lugar para onde as famílias foram levadas, “um fato bem concreto, por exemplo, Campo Erê, Campo Erê tem uma altitude de 800m do nível do mar, nós estamos aqui a uns 345m. Então tu imagina o quanto a gente levantou, então isso, os ventos são muito intensos.” (BRANT, 2022)

Nilo não foi para o reassentamento, ficou morando na terra que era da família desde 1919, mudando as estruturas para cima do morro onde não foram atingidas pela água. Hoje na sua propriedade está localizado o Recanto do Balseiro que foi construído pela família. No Recanto há o Museu do Balseiro aberto para a visitação, onde se narra a relação com o rio Uruguai desde o momento que João Simon, o bisavô de Nilo, se instalou na região.

Ao realizar visita no museu é possível conhecer a relação da família com o rio Uruguai além da história dos balseiros. Em seu depoimento, em diferentes momentos, Nilo, que é um verdadeiro homem-memória, ressaltou a ligação com o rio, com a forma de viver que havia antes da construção da barragem e também relatou como esta mudou o ambiente do entorno do lago artificial. Em sua fala problematizou a falta de investimentos e cuidados com o rio, e apontou que há formas possíveis de melhorar a questão ambiental.

A Usina de Itá por exemplo, tem um estudo feito por um engenheiro que dois dias e meio de produção de energia daria a escada de transposição, mas mesmo assim eles não fazem. Porque nós como sociedade civil não temos o poder de cobrar isso, e eles por si só não fazem isso. Porque tu imagina, a Usina de Itá com 5 milhões faria isso. “Mas para que gastar isso? Esses que moram na beira do rio precisam disso.” Hoje nós temos piranha no rio, no rio não, no lago, porque o dourado é predador da piranha, mas o dourado em água parada profunda ele não fica, ele vai embora, ele quer corredeira. Então, o que sobrou para nós aqui? A piranha. Então olha só, ai tu percebe o grau de agressão ao meio ambiente que é isso. (BRANT, 2022)

A relação que a família de Nilo já havia estabelecido tanto com o rio como com a natureza no local era de preservação, conforme relatado, já estão na quinta geração habitando a terra, e desde os tempos de seu pai já tinha esse cuidado:

O meu próprio pai, essa terra que foi atingida, que nós tínhamos ali, que a gente ficou dentro do canteiro, ele sempre dizia “derruba uma árvore só se por estrita necessidade”, por isso que o maior pedaço de mato que está hoje dentro do canteiro da usina, era do meu pai (BRANT, 2022)

Uma das ações realizadas pela empresa foi a criação do Centro de Divulgação Ambiental, mas que não resolve todo o problema ambiental na região dos 11 municípios, conforme citado por Nilo a agressão ao ambiente continuou após a formação do lago quando as famílias

precisaram mudar de local, acabando por desmatar novas áreas para se estabelecer, além das áreas que foram desmatadas no processo de limpeza da área do lago.

Então isso tudo também é uma agressão ao meio ambiente quando tu faz o que a usina fez aqui. Porque aquela área que era produtiva, que era na beira do rio, vamos dizer assim, acaba submergindo, e aí onde que você vai? Você vai subir morro, vai para área de mato que você tinha. E isso ninguém admite, por isso que se tu vai ver que toda propaganda da usina eles falam que estão em acordo com o meio ambiente, aquele processo todo, tudo certinho, mas se tu sentar à mesa... [...] Então eles se vangloriam desse processo todo em Itá, mas muita coisa que aconteceu aqui, aconteceu porque os rurais se rebelaram e bancaram isso, mas não foi só Itá, toda uma região veio nos apoiar para fazer isso. (BRANT, 2022)

Além de abordar as questões mais diretas sobre o rio, Nilo também trouxe durante a conversa a questão da energia solar, a preocupação em utilizar um meio de produção de energia elétrica através de uma fonte limpa e que não cause tantos danos a população em geral. Brant também segue por dentro e acompanhando as informações sobre a hidrelétrica, citou dados da produção e demonstrou conhecer bem a realidade da usina e da produção de hidroenergia no país, além de estar informado sobre os lucros gerados por esse meio de produção e pela hidrelétrica de Itá.

Além da questão ambiental, presente em todo o depoimento, também esteve muito marcada a preocupação com a questão social, sobre a forma que a usina atingiu a região, pensando nas implicações de produção de energia, não apenas nas relações formadas durante a época da construção da UHE-Itá, mas também nas atuais. Relatou também sobre outras usinas e questões relativas, como a corrupção no caso de Itaipu. É interessante observar que mesmo passado tantos anos da construção da barragem, ainda há pessoas engajadas e que se importam com a forma que esse método de produção de energia atinge de diferentes formas.

A conversa com Nilo abordou diversas questões, mas sem deixar de lado o tema central sobre a sua participação na CRAB. Durante a entrevista, trouxe muitos detalhes sobre as táticas do movimento, sempre abordando a conjuntura nacional da época, contextualizando com acontecimentos, citando datas e nomes dos envolvidos nos eventos que aconteciam paralelamente aos acontecimentos no oeste catarinense. Como representação do movimento em instâncias fora da CRAB, esteve bem informado e acompanhando de perto vários acontecimentos, e ainda relembrou e citou nomes de outras lideranças e ministros que fizeram parte dessa história.

Das informações trazidas, foi detalhado algumas das ações que já haviam sido abordadas em outros depoimentos, mas neste foram relatadas com mais detalhes. Um exemplo é a Primeira Arrancação de Marcos, nesse depoimento aparece a primeira ação dos atingidos em reação ao projeto e às ações da Eletrosul detalhando como se sucederam os acontecimentos. Foi lembrado que essa ação foi pensada pela comunidade, com moradores

se reunindo após a celebração religiosa para juntar coragem e reagir aos marcos que eram colocados nas terras que seriam atingidas. Esse acontecimento passou por diversos pontos da região atingida, outras comunidades também se inspiraram e arrancaram os marcos. Essa ação foi relatada em outros depoimentos já vistos, foi citado também por Mauro, que relatou ajudar a arrancar o marco que estava no pé da igreja da sua comunidade em Lajeado Ouro.

No depoimento de Nilo aparece uma visão dotada de consciência histórica, não apenas voltada a ajudar a organizar e pensar essas questões, mas também preocupada com registrar as ações e fazer com que a notícia delas se espalhasse. Mas essa não foi a única razão por que mandou chamar uma fotógrafa para fotografar a ação, e após enviar a foto para um jornal. O registro, como foi citado por ele, foi parte atuante na mobilização:

eu naquele dia já imaginando que alguma coisa poderia acontecer, foi a Primeira Arranção de Marco aqui em Itá, eu pedi pra uma fotógrafa ir lá para tirar fotos. E aí a polícia faz o quê? Daí eles chegaram lá, tudo armado e tal, saíram do carro, mas ficaram na estrada. Eu mandei essa mulher tirar, então ela foi para lá assim, sabe, então ela tirou fotos de nós arrancando marco aqui, mas a polícia ficou lá no fundo, ficou na foto. [...] Aí na segunda-feira, deu aquele vuco vuco todo de domingo, aí na segunda de manhã está já os jornais viram pra cima, daí eu pego aquela foto, dou para o cara do jornal, e daí eu faço a seguinte frase: “a polícia militar de Itá dando segurança na Arranção de Marco”, e botei a foto. Pensa o rebu que deu. Eu sei que a mulher, a fotógrafa ali, na terça de manhã ela e liga “Nilo, o delegado está aqui e quer o filme da foto”, daí eu disse “não, se ele quer foto pega e vende as fotos pra ele, mas dá o filme, o filme é teu”. Ela vendeu tanta foto naquela terça-feira, ela num dia comprou a máquina de lavar roupa, só com o lucro das fotos, só pela interpretação que eu fiz. (BRANT, 2022)

Nilo participou ativamente na organização desta e outras ações, e deu exemplos de algumas das suas atuações. Um momento relatado foi quando, em poucas pessoas, conseguiram parar a cidade de Itá. Esse seu relato demonstra como a organização das ações e a persistência para pô-las em prática fez toda a diferença para impor a presença dos representantes na mesa de negociações e alcançar os objetivos nos momentos de sentar e negociar com a Eletrosul.

Dia 4 de agosto de 87, nós paralisamos toda a cidade de Itá. Então nós entramos no mato às 5 da manhã, esperamos um senhor que era o chefe da empresa, que ele comandava, eles estavam lá arrancando cana pra fazer o horto botânico. Então nós entramos no mato às 5, a gente mandou ele descer do carro, e ir com nós e passar em todas as obras que tinha peão em cima da Eletrosul, mandar eles descer e ir pro escritório e parou a cidade naquele dia. [...] quando paramos a cidade e viram que de fato, nós estávamos agressivos, aí o presidente aceita receber nós no dia 7 de agosto de 87, nós fomos recebidos em Florianópolis. (BRANT, 2022)

Neste relato ainda se refere como resultado dessa ação conseguir que a parte rural dos atingidos fosse recebida e ouvida pela primeira vez pelo presidente da Eletrosul.

Aconteceram também outros momentos que marcaram a trajetória do movimento, e que pode ser percebida a união entre quem estava participando para manter as posições, como no momento já relatado em que a cidade foi parada e ao chegar na Eletrosul, Nilo deu mais detalhes sobre o acontecimento:

Quando nós ocupamos a cidade nova, nós estávamos em 26, parando toda a cidade nova com 26 pessoas. Aí tu imagina o grau, vamos dizer assim, se um era pra apanhar tinha que surrar todos ou nada. Quando eu cheguei na Eletrosul tinha mais de 400 pessoas no escritório que estavam trabalhando na cidade, e esses caras queriam nosso couro. Aí eu pedi um telefone da Eletrosul para ligar no sindicato nosso, que era a nossa articulação. Eu disse assim: “nós estamos aqui na Eletrosul, está tudo parado, e o resto o presidente sabe”. Quer dizer, nessa frase “o presidente sabe” eles entenderam que isso estava tudo articulado, mas não tinha nada articulado. Por isso que nós fomos muito assim, com a cara e a coragem naquela época. Então vamos dizer assim, muita mobilização aconteceu assim no pulo, e isso, a gente sempre se deu bem nessas coisas, por isso que assim, não, não houve nunca uma discordância disso. (BRANT, 2022)

O relato de Nilo faz menção à união dos atingidos, a força em se manter nas ações programadas ou não, para garantir o sucesso do movimento. Citou ainda o heroísmo dos que na época fizeram a mobilização acontecer “com a cara e a coragem”, segundo ele, por terem tomado conhecimento das experiências relatadas em trocas e diálogos com atingidos de outras barragens, algumas experiências acontecendo pela primeira vez.

Outro relato foi sobre uma tática usada nas formas de burlar a Eletrosul e organizar manifestações, uma pista interessante e bem-humorada sobre o planejamento das táticas de atuação:

Se nós precisávamos urgente uma mobilização agora 19h, a gente descobriu que temos que atacar um lugar tal porque um cara da Eletrosul está. Então nós tínhamos “A Hora do Chimarrão” que era uma rádio aqui do lado, sabe onde é Aratiba, né? Todo mundo escutava essa rádio, era um programa gostoso de ouvir, isso já era norma praticamente, e a gente usava essa rádio para comunicação. Então que a gente fazia, nós tínhamos um cara que tem um caminhão aqui, então a gente dizia assim “o fulano de tal está saindo de lá da comunidade tal e está carregando todos os porcos que estão para ser negociados em tal lugar”, mas os porquinhos que iam em cima do caminhão era nós. (BRANT, 2022)

Se somam outros relatos a esses, como as vezes em que foi necessário ocupar prédios da Eletrosul, trancar ruas e interceptar trabalhadores da empresa. As estratégias empenhadas em alguns momentos tiveram análises divulgadas em reportagens que traziam a organização do movimento de atingidos como algo ruim, em outros relatos como de Ivar Pavan, foi levantada essa questão sobre como era a imagem passada sobre o movimento:

Nós éramos o patinho feio, tudo que era coisa ruim era culpa nossa. [risos] Nada de novo né. Então eles poderiam fazer o trabalho melhor, mas o movimento atrapalhava, que eles podiam indenizar ninguém precisava se preocupar, o movimento estava enganando os agricultores, estava só levando mentiras, isso era a notícia diária. Então eram jornais, eram as rádios, eles tinham recursos técnicos e financeiros pra patrocinar jornais, para patrocinar rádios, patrocinar, é, televisão, para fazer uma propaganda, vendiam uma imagem que era só maravilha, que a obra traria só... que a região viraria um paraíso (PAVAN, 2022)

Apesar de toda a movimentação contra, e do fato do setor elétrico dispor de mais recursos para aplicar suas estratégias, a atuação dos atingidos se manteve firme, produziu materiais de conscientização e junto com o apoio dado pelos grupos que estiveram ao lado, foi possível seguir desempenhando seu papel. Em alguns momentos as táticas aplicadas

podem ser lidas como erradas, ou exageros cometidos, porém no momento de incertezas em que os atingidos viviam, essas foram as condições encontradas para mostrar que também precisavam ter suas questões resolvidas, e assim garantir terra por terra, reassentamento e indenizações.

O relato de Nilo também traz uma certa sensibilidade sobre o momento vivido, durante a sua conversa citou várias vezes que foi doído ser atingido, precisar sair de um lugar que toda a sua família já estava inserida há anos e precisar mudar a dinâmica da vida. Outro ponto ressaltado é o fato do tempo que levou para a concretização da usina:

Eu te confesso que a primeira notícia que eu ia perder a minha propriedade foi em 78, e essa propriedade foi alagada em 2000, então essa distância que é muito doído. Porque eles chegam ali, fizeram o cadastro, e tudo que tu melhorasse depois desse cadastro tu não receberia, outra coisa, tu deixa de investir, tu deixa de amar essa propriedade, percebe? Porque tu sabe que ela está condenada. Então isso não é fácil, ser atingido por uma usina, eu te falo que isso não é fácil. (BRANT, 2022)

Nilo ainda relatou sobre a sua vivência durante o processo de enchimento do lago artificial:

No momento que estava alagando eu ia praticamente todo dia lá ver como estava a água se aproximando das coisas [...] Então todo dia que a água vinha subindo, aquela era uma época de muita chuva, de enchente, então praticamente a água subia um metro por dia. Então mais ou menos em 4 meses a nossa terra desapareceu, sabe? Então tu ia lá, vamos dizer assim, hoje estamos vendo essa xícara, amanhã não estaremos mais, então isso é complicado. Então assim, tivemos gente que até se enforcou nesse processo todo, outros entraram em depressão profunda. (BRANT, 2022)

Apesar da violência sofrida por ver sua comunidade ficar submersa, também foi trazida na conversa com Nilo a união da comunidade, os vizinhos que se ajudavam. Ele citou que enquanto atuou como liderança e precisava viajar representando a CRAB, vizinhos também agricultores formaram uma rede de apoio ajudando no plantio e cultivo de suas terras para que a família pudesse manter a forma de sustento. Além da união comunitária nesse sentido, também houve muita união nas mobilizações, como dito na conversa, “se criou uma estrutura, uma política das pequenas comunidades de resistência” (BRANT, 2022), principalmente pensando no caso das comunidades rurais que se uniram e participaram de forma estrutural da CRAB, compondo instâncias, participando não apenas das manifestações de rua, mas de formações, reuniões e assembleias.

Outro ponto importante apontado neste e em outros depoimentos, foi a estratégia de ter formações. Na conversa com Nilo, foi citado que haviam muitas pessoas envolvidas nas diferentes instâncias, chegando a ter 200 lideranças compondo a instância geral. As formações realizadas entre esses grupos foram importantes para manter o alinhamento das posições e o entendimento da situação com análises de conjunturas bem realizadas por todas as lideranças que participaram, e que assim poderiam levar essas análises para suas comunidades.

Foram abordadas diversas questões durante a entrevista, foram trazidos diversos detalhes de ações, Nilo Celso Brant falou bastante sobre táticas de organização, movimentação, formas de ação e sobre ter coragem para agir e reagir ao projeto, tendo consciência dos acontecimentos em outras hidrelétricas, buscando diferenciar a história dos atingidos por Itá.

Além das questões relacionadas a usina, também deu um relato sobre o início da colonização de imigrantes descendentes de italianos e alemães no Alto Uruguai, permeando a narrativa dessa história com outras questões, ficando evidenciada toda a relação que já havia com o rio, e como a usina afetou e ainda afeta de tantas formas a vida regional, principalmente da população rural que tem relações mais diretas com o rio, principalmente econômicas, de lazer e de sustento.

As relações comunitárias construídas ao longo de décadas foram apresentadas durante a conversa, discorrendo sobre as relações com a terra, com a propriedade, a forma como a família buscava preservar o ambiente no entorno, além das principais atividades econômicas estabelecidas na primeira metade do século passado no município de Itá, apontando como a história dos balseiros do rio Uruguai e a produção de cachaça nos alambiques do município foram importantes para a economia, histórias que não foram apresentadas nos outros espaços de memória visitados.

Muitas das relações construídas entre moradores das comunidades lindeiras foram alteradas, dissolvidas por uma mudança forçada.

Se hoje chegar e dizer assim “a tua propriedade, nós vamos acabar com ela”. O que tu pensaria? Tem uma palavra que se relaciona a isso que se chama terrorismo, quando você impede uma pessoa de tomar atitudes ou ações que ela gostaria de ter, percebe? Então isso é complicado. Por isso, ser atingido por uma usina é uma coisa muito doida. (BRANT, 2022)

Nilo em seu depoimento falou de uma forma marcante como foi violento o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itá, assim como de tantas outras que vieram antes, e outras que vieram depois, mas também ficou evidente a importância de toda a mobilização, dos vários anos buscando meios para serem ouvidos, para assegurar os direitos da população atingida pela barragem.

A conversa com Nilo foi no mesmo sentido das outras estabelecidas com as lideranças já analisadas, trazendo mais detalhes que as outras e citando mais acontecimentos, mas mantendo uma linha de depoimento no mesmo sentido, tendo mais aproximação da forma como Mauro João Postal abordou o assunto, colocando mais sentimentos e percepções pessoais na narrativa.

A última conversa analisada é com Claides Helga Kohwald, a única mulher liderança de uma comunidade atingida e que esteve na direção do movimento. Claides foi trazida na conversa com Luiz Alencar Dalla Costa ao abordar a participação feminina e a importância de conversar com mulheres, detalhe já abordado na análise da conversa realizada com o entrevistado. O contato de Claides foi passado por Luiz, e a conversa aconteceu de forma online e em duas partes, devido a problemas de conexão, realizadas em 21 de dezembro de 2021 e 07 de março de 2022.

Claides era moradora da comunidade de Água Verde, no município de Marcelino Ramos-RS, também foi atingida pelo lago da barragem. Relatou que na época da formação da CRAB já era liderança na sua comunidade, onde morava com a família composta também pelo marido e filhos, posteriormente foi reassentada em Marmeleiro no Paraná, onde ainda permanece. Seu envolvimento começou na comunidade, foi motivado pelos sindicatos combativos que orientavam a mobilização de forma organizada, apoiaram ao longo da organização sendo ferramentas de luta.

Com a conscientização, Claides passou a compor a organização do movimento, e foi a única mulher que esteve presente na estrutura interna da CRAB, atuando junto de 120 homens. Em seu relato, essa situação foi abordada, pensando no contexto da época, conforme dito por Claides, nos anos 80 não era comum uma mulher atuar naquela posição, mas que nos momentos de negociações que participou em comissões foi muito respeitada até pela empresa.

Sobre a participação de Claides, essa foi a única que foi possível encontrar também relatos de familiares. No filme dirigido pelo Coletivo de Mulheres do MAB “Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência”, é possível encontrar um breve relato de seus filhos²⁹ comentando sobre a participação da mãe.

A minha mãe foi um início do movimento e houve muita discriminação. Porque uma mulher, na ditadura, enfrentar não era para a mulher daquela época. Existia discriminação dentro da comunidade, a gente ouvia as conversas dos outros já sabendo que era minha mãe. Mas na época mulher sair em movimento, pra falar bem a verdade, era puta.³⁰

Mesmo com essa visão relatada na fala do filho de Claides, a participação feminina foi decisiva nas negociações para garantir a qualidade nas construções de reassentamentos. Em seu relato, Claides falou sobre os momentos de negociações onde os representantes da Eletrosul estavam descolados da realidade sem conhecer como era a dinâmica de vida no

²⁹Os nomes dos entrevistados aparecem apenas na ficha técnica ao final do documentário e em ordem alfabética, não sendo possível a identificação.

³⁰Depoimento de um dos filhos de Claides Helga Kohwald, concedido ao MAB em 2015 para a produção do filme “Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência”.

interior, precisando argumentar sobre o básico, como a quantidade de quartos que deveria ter em uma casa, pensando nas necessidades de pessoas idosa, doentes, ou mesmo em casos de receber visitas. Além dessas questões colocadas por Claides na entrevista, Luiz Dalla Costa em seu depoimento citou sobre outras questões que Claides ajudou a pensar e deu sua visão, para que no momento da reconstrução das comunidades as localizações das estruturas não ficassem tão longes umas das outras.

É interessante você ouvir as mulheres, é aquela história, as mulheres tem uma outra percepção, né. A gente vê quando a gente ia fazer lá os debates de assentamento então “ah, a escola vai ficar em tal lugar há tantos kms para ir”, as mulheres diziam “o que? Vocês querem que as nossas criancinhas de 5, 6 anos caminhem tanto pra ir na escola? Não, não, escola tem que ser mais perto”. Veja a percepção assim, a noção das questões, as mulheres tinham muito isso. (DALLA COSTA, 2021)

Além das questões de estruturas das construções, também foi trazida a questão dos bens da terra, dando mais atenção que outros entrevistados a essa questão. Um ponto do acordo e uma conquista muito importante, foi o fato de ser levado em conta tudo aquilo que havia na terra no momento de definir o valor da propriedade. A propriedade passava por uma avaliação, e tudo que estava na terra deveria ser valorizado, pois foram resultados de anos de permanência no local, de trabalho na terra que agregou valores. Claides explicou um pouco sobre esse ponto:

então quem tinha terra precisava ser indenizado, e isso também pra indenizar conforme a terra, se era um declive tinha um valor, se era terra plana tinha outro valor, daí eles diziam, “tem uma terra ali, um pedaço que não é de aproveitar”, mas era um banhado, como que um banhado não faz parte, não é de aproveitar? Também tinha que ser valorizado tudo que a gente tinha plantado na nossa propriedade tinha que ser valorizado, porque todos diziam “quando eu cheguei aqui na propriedade aqui não tinha nada, eu comecei do nada, isso tudo aqui eu plantei, eu fiz, eu cultivei, eu cuidei”, né. Então, não foi fácil, mas na medida do possível, a gente conseguiu conforme a gente pensava. (KOHWALD, 2022)

Um dos pontos bastante marcados e discutidos no depoimento de Claides Kohwald é a questão da posse da terra. Além de abordar sobre a conquista de terra para os sem terra, a entrevistada também relatou que a sua geração não sabia como comprar terra, e muitas vezes não tinha a posse dela, ou muitas vezes comprava de familiares e o pagamento era feito aos poucos. Essa relação diferente com a posse da propriedade e principalmente com a forma de realizar a compra, fez com que alguns dos atingidos ao optar pela indenização e procurar terras ficassem com dívidas.

Logo de início Claides relatou que o orçamento previsto para as questões de indenizações e reassentamentos não levava em consideração todas as reais necessidades da população rural atingida. Conforme dados citados por Nilo Brant, ao início do projeto o orçamento era de 7% do custo total, no final foram gastos 28%. Essa elevação dos custos foi

devido a pressões feitas pela organização que exigiu e lutou para que as necessidades da população fossem atendidas da melhor forma possível.

iam ser construídas essas barragens, tinham muitas planejadas, que hoje a gente sabe que não vão sair mais porque quando eles fizeram o projeto das barragens nunca se imaginou que eles iam ter toda essa despesa com os atingidos, isso não estava dentro do projeto deles, né. Mas como o povo se organizou e exigiu indenização, reassentamento e pra quem foi pra reassentamento uma ajuda de custo por um ano. Então hoje a gente sabe que não está mais no plano deles todas aquelas barragens principalmente na bacia do rio Uruguai que estavam sendo planejadas. (KOHWALD, 2022)

Para conseguir esses resultados, tanto os de suspensão de construção de outros projetos de usinas, como o atendimento das reivindicações em relação aos reassentamentos, foram necessárias diversas negociações, também foi apontado neste depoimento a importância do documento de acordo com a Eletrosul assinado em 1987. Conforme relatado por Kohwald, a Eletrosul não estava acostumada a lidar com um documento assim, e por isso tudo estava muito bem definido no acordo para não haver interpretações erradas das condições. Também foi citado por Claides que a empresa procurou cansar as lideranças nos momentos de negociações, fazendo com que tivessem muitas reuniões sem sucesso. Outro problema para as negociações foram as trocas de presidentes da Eletrosul:

como eu falei, seis vezes trocou o presidente da Eletrosul, e ele dizia “mas eu não conheço documento, eu não sei isso”. Ai um dia eu falei “se não sabe jogar bola não entra no campo, como que o senhor assumiu a presidência de tamanha empresa sem conhecer um documento que os atingidos têm para negociar com a empresa.” (KOHWALD, 2022)

Seguindo na linha das dificuldades encontradas no caminho, também há a forma como a Eletrosul tratava a CRAB. Os relatos de momento de manifestações aparecem também em outras entrevistas concedidas por Claides, onde é possível ler e compreender a opressão sofrida.

E a gente enfrentou muita coisa, enfrentou polícia, enfrentou tudo, mas a gente não perdia a coragem porque nós sabia que nós tava trabalhando por uma coisa boa e pra um bem comum, que não era uma coisa assim nossa. A gente tava lutando por uma comunidade inteira, por uma população inteira que tava sendo atingida e que ia se sair numa pior, porque a gente sabia do que tinha acontecido lá na Itaipu. (KOHWALD, 2022)

Em entrevista concedida para o MAB, Claides também abordou sobre a repressão sofrida, mas sempre lembrando que a luta era justa.

Mas a gente também esteve sempre consciente que a nossa luta era um direito. Que mal a gente tinha cometido pra ter medo da polícia, do quartel?! Nós fomos desarmados diversas vezes, até garfo e faca proibiram de levar. Mas nossas enxadas a gente sempre levava, nunca tiraram nossas enxadas. Não é por menos que nossa ferramenta de trabalho é uma ferramenta de luta. (KOHWALD, 2013)³¹

³¹ Trecho da entrevista concedida ao MAB, publicada na matéria “Os sentimentos eles nunca vão indenizar”, escrita por Guilherme Weimann.

Foram momentos que precisavam ter muita organização interna para prosseguir com as negociações, reuniões e manifestações, tanto as que aconteceram entre lideranças ou aquelas que estavam abertas à participação dos demais atingidos e apoiadores da causa. Tantas coisas a serem pensadas e organizadas, conforme Claides trouxe em seu depoimento, gerou cansaço para as lideranças.

Outro ponto sentido por Claides foi uma certa dificuldade de conscientizar os atingidos e levar a participar do movimento. Foram relatadas dificuldades em fazer o convencimento para participar das reuniões e de formações. Para a realização principalmente das formações foram desempenhados esforços em trazer outras lideranças até mesmo de fora do país, foram produzidos materiais de circulação interna, cadernos de estudos, que tinham a intenção de formar as lideranças, preparar para reuniões e também preparar os atingidos para no momento que fossem reassentados continuassem fazendo as formações nos reassentamentos.

Nos encontros, nas reuniões que a gente fazia, a gente trabalhava cartilhas, trabalhava material, com palestrantes que vinham de longe, até pessoas que vinham de outros países, né, que aí coordenava essas reuniões, e repassavam isso. Mas como já te falei, né, ali na reunião tudo bem, o pessoal saía assim todo empolgado, né. Mas aí tu volta pra tua comunidade, onde as pessoas não pensam assim. Teria então ser uma formação mais coletiva, pra mais gente, pra comunidade toda de repente, só que isso nunca foi possível, sempre só iam as lideranças, e essas lideranças voltava e tudo bem, enquanto tava na reunião tudo bem, o pessoal bem empolgado. No momento que voltam pra casa caem naquele velho costume, aquele ritmo ali que a gente sabe que não levou a nada e que não leva a nada também, se a pessoa não tá dentro de uma organização ela praticamente não consegue nada. Então eles eram para contribuir para conscientização da população, mas nem sempre isso acontecia. (KOHWALD, 2022)

Além das intenções de preparar teoricamente as lideranças, também se tinha a intenção de que nos reassentamentos o modo de trabalho fosse diferente, pensando alternativas para a agricultura familiar onde houvesse associações e trabalho coletivo para a produção.

A CRAB realizou um trabalho intenso na tentativa de organizar e conscientizar, Claides relatou isso, que primeiro houve a conscientização e posteriormente a organização para discutir a forma de reação ao projeto. Aconteceu também uma certa desmobilização em partes causada pela Eletrosul, que agiu de forma a desarticular o movimento e fazer parecer desnecessário. Claides demonstrou certo desapontamento com os reassentamentos, questão compreensível, pois foram anos se empenhando em lutas pelas comunidades na tentativa de que se tivesse um futuro diferente, onde fossem encontradas outras formas de trabalho.

Mas ainda que com todas as dificuldades encontradas na organização de reassentados posterior ao se estabelecerem em novos locais, foi citado que em Manguairinha no Paraná o

reassentamento deu certo, onde ainda há o trabalho coletivo em associação plantando para o comércio e também para a subsistência.

Claides também deu sua visão sobre as instituições que estavam ao lado dos atingidos, e no seu relato citou que nem mesmo a igreja estava, mas ao longo do seu relato citou que os sindicatos combativos ajudaram muito. Seu relato foi no sentido diferente dos demais entrevistados, e foi a única que trouxe essa percepção, mesmo sendo luterana fez uma crítica coerente apontando que a IECLB estava longe da realidade.

Apesar dos muitos pontos em comum com os outros entrevistados, a experiência de Claides é a que mais divergiu. A diferença que mais chama atenção logo no primeiro olhar sobre sua história é o fato de ser a única mulher em meio a tantos homens, e ser uma liderança que participava ativamente da organização de um movimento tão importante naquele contexto. Devido a sua atuação, já foram realizadas diferentes entrevistas com Claides, coletando seu relato e sua percepção sobre o movimento.

Um ponto que chama atenção é o filme documentário produzido pelo Movimento de Atingidos por Barragens que tem como título “Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência”. O filme foi assim nomeado em relação a Arpillera, uma técnica chilena usada durante o período da ditadura de Pinochet para fazer denúncias. Para a realização do filme foram entrevistadas dez mulheres das cinco regiões do Brasil, utilizando a técnica chilena bordando e contando sobre suas histórias.

O relato sobre a história de Claides é o primeiro exibido, onde é recontada por ela e por seus filhos e sua filha, também é mostrado uma visita aos locais atingidos pela barragem, e pode ser vista uma visita a antiga casa da família que precisou ser deixada para trás. Ao revisitar o que restou da casa, Claides falou que a casa foi construída sem planos para que a família se mudasse dali. No filme pode ser visto como é violento ser atingido por uma barragem, expressando em seu relato todas as mudanças forçadas que a usina trouxe.

Na análise das arpilleras produzidas no Brasil, pode ser adicionado o que foi dito por Henry Rousso sobre a memória:

em todas as partes do mundo, apesar dos diferentes contextos políticos ou culturais, apesar ainda da extrema diversidade das heranças históricas, a relação com o passado não apenas conheceu importantes mudanças estruturais no último terço do século XX e início do século XXI, mas tende a unificar-se, a globalizar-se, a suscitar formas de representações coletivas e de ações públicas que, pelo menos aparentemente, são cada vez mais semelhantes (ROUSSO, 2014, p. 266)

Essa ação de trazer a técnica chilena para o contexto brasileiro de violações de direitos de atingidos por barragens pode ser entendida como uma tendência a unificar a memória. Uma técnica utilizada durante a ditadura violenta nos anos 1980 vinda de outro país

sendo utilizada em outro contexto, mas que também envolve violações de direitos foi usada para denunciar e contar histórias. Essa técnica segue sendo usada pelas atingidas por barragens, que ampliaram a produção de arpilleras, chegando a ter resultados de bordados expostos no Museu de Arte de São Paulo (MASP).

Dos entrevistados, Claides foi a única a participar de uma produção assim, mas ainda há outras diferenças que podem ser analisadas com relação aos demais, começando pelo fato de Claides ser moradora do município de Marcelino Ramos, no RS, das lideranças entrevistadas todas moravam em áreas mais centrais e próximas a Itá, sendo os municípios de Aratiba e Erechim no Rio Grande do Sul e Itá em Santa Catarina, aqui desconsiderando Pedro F. Uczai por não ser liderança do movimento. Talvez por estar em um local mais afastado das movimentações, a conversa com Claides passou um entendimento de dificuldade em fazer o convencimento geral dos atingidos a participar da organização e das mobilizações, mas mesmo tendo um tom de dificuldade, as conquistas da luta não foram deixadas de lado.

Outro ponto em que se diferencia de outras lideranças é a demonstração de preocupação com a preservação da memória interna do movimento. No relato, essa preocupação é apresentada falando que não foram produzidos registros.

Assim, seria tão fácil se a gente todo dia tivesse feito um diário, tudo que aconteceu naquele dia, mas a gente também não chegava a essa ideia, né, e ninguém ajudava a lembrar também [...] esse povo tinha muito o que fazer, muito, muito o que fazer. Talvez na coordenação se o pessoal tivesse guardado as agendas, porque ali também anotavam muita coisa lá dentro sobre os acontecimentos e através de agendas e através de fotos seria possível recuperar alguma coisa. É bom que vocês estão fazendo esse trabalho, acho que através desse trabalho vocês estão levando adiante bastante dessa história da luta contra as barragens. (KOHWALD, 2022)

Enquanto tratava deste ponto, ainda falou sobre ter guardado materiais produzidos na época, feito registros e anotações, mas que esses materiais estavam guardados na casa de um de seus filhos, e se perderam em um incêndio. Em sua preocupação em manter a memória do movimento, ainda citou que após sofrer um AVC (Acidente Vascular Cerebral) pensou em escrever a sua história, mas com as demandas do dia a dia ainda não colocou em prática.

3.3. O QUE CONTAM OS DEPOIMENTOS

Tornando a olhar para todos os depoimentos, há questões unânimes que podem ser percebidas, como a importância do movimento dos atingidos pela barragem de Itá, e nenhuma das lideranças fez falas que demonstraram arrependimento na participação. Além deste ponto, a conjuntura de época sempre foi lembrada, mesmo que em alguns casos de forma mais tímida, mas sempre demonstrando que na época se tinha consciência do que se

estava enfrentando, do que significava a execução do Projeto Uruguai, também se tinha consciência de que as táticas para impedir a construção da barragem não foram suficientes, pois a havia muitos interesses relacionados ao projeto, para além da produção de energia.

Há vários outros pontos em comum a serem elencados e retomados, entre eles, o fato de todas as lideranças estarem presentes desde o início do movimento, neste caso divergindo apenas com a forma que surgiram os incentivos para participar, entre igreja ou sindicato, mas todos começaram em suas comunidades. O caso com maior diferenciação é o de Pedro Uczai, que não foi atingido ou liderança, mas conheceu a CRAB por incentivo do Bispo Dom José Gomes, e seu depoimento também segue uma linha de abordagem que se parece com os demais.

Outra questão central que apareceu em todos os depoimentos foi a terra. É importante lembrar que a usina hidrelétrica de Itá não foi planejada para ser construída em local vazio. Lá já existiam diversas comunidades com todas as suas infra-estruturas montadas, com moradores que tinham memórias e vivências no local. Diversas estruturas, como estradas, instituições, como escolas, centros comunitários, igrejas, e outras organizações foram construídas ao longo dos anos de ocupação regional.

Partindo das considerações de Maurice Halbwachs sobre a memória como um fenômeno construído socialmente e que passa por transformações constantes, Michael Pollak em “Memória e Identidade Social” agrega que “Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis.” (POLLAK, 1992, p. 2)

Trazendo esses apontamentos para os casos analisados anteriormente, pode-se observar algumas questões em conformidade. Comparando os seis depoimentos coletados é observado que apesar das variações encontradas nas narrativas, onde cada entrevistado ou entrevista deu mais detalhes sobre alguns assuntos, ou em alguns casos, algumas entrevistas abordaram mais acontecimentos, o que pode ser ressaltado é que há marcos comuns a todos os entrevistados. O período da ditadura militar no Brasil apareceu em todos os depoimentos, mesmo que com peso diferentes, também foi citado em depoimentos em que datas não apareceram com frequência. Esse acontecimento esteve demarcando a temporalidade dos fatos acontecidos, situando o início da história narrada em um contexto. Uma observação a ser feita é que não foram citadas datas da vida pessoal, como aniversários, mesmo que em alguns casos os entrevistados citaram a idade que tinham na época. Em se tratando de entrevistas com pessoas públicas, que têm a luta política como marca de suas trajetórias

peçoais, a história foi situada no tempo cronológico, nas décadas usando como referências acontecimentos públicos para guiar, situar e trazer a conjuntura daquele momento.

A entrevista com Nilo Brant foi mais detalhista explorando mais aspectos e acontecimentos, também sendo a mais longa. Entre as questões abordadas, há algumas que aparecem com mais detalhes no seu depoimento se comparados com os outros, um exemplo a ser citado é a primeira Arrancação de Marcos, que foi citada também no depoimento de Mauro, mas é na conversa com Nilo que aparece com mais detalhes, onde é apresentada como a primeira reação organizada por atingidos. No depoimento de Mauro também é descrita com importância, pois foi a ação que fez com que a Eletrosul aceitasse abrir os espaços para diálogo com atingidos ou o movimento seguiria impedindo o avanço nas obras. Esse acontecimento é um marcador do início do movimento nos dois depoimentos. A ação também foi citada por Claides, mas de forma diferente. Na entrevista, a Arrancação de Marcos foi citada em referência ao movimento organizado pelos atingidos da barragem de Machadinho, onde a ação foi reproduzida após o acontecimento em Itá, porém além de arrancar os marcos, a população também ateou fogo nestes.

Ainda, há outras análises possíveis a serem pensadas a partir dos conceitos de Pollak, como

[...] quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. Quando a memória e a identidade trabalham por si sós, isso corresponde àquilo que eu chamaria de conjunturas ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade. (POLLAK, 1992, p. 7)

A memória das lideranças é mutuamente articulada, todos entrevistados têm convicção da importância do movimento dos atingidos por barragens, e fizeram falas nesse sentido. Através de um ponto de vista até certo ponto compartilhado - já que todos atuaram como militantes de lutas sociais - os depoimentos vão na mesma linha e narram fatos semelhantes, tendo particularidades dentro de cada depoimento, como os acontecimentos que cada um considerou mais interessantes ou mais dignos de serem transmitidos. A ideia central, no entanto, segue uma linha geral, onde se tem em todos os depoimentos considerações sobre a conjuntura nacional da época, estrutura da organização, ações empregadas, a questão da terra e as conquistas do movimento. Já no caso de Pedro Uczai, que teve a forma de participação com maiores diferenças das analisadas, alguns desses elementos aparecem, principalmente a questão da terra mediada pelas heranças culturais que a vida rural implica.

Um ponto que tange todas as histórias é o fato de todos os entrevistados estarem presentes desde o início da organização, viram o movimento ser formulado e organizado, o que diverge são os casos de Ivar Pavan que não acompanhou até o fim da construção da UHE-Itá, e Pedro Uczai, que não acompanhou as organizações internas e as modificações passadas para adaptações. Um ponto que ficou bem demarcado nos relatos são os sentimentos, onde as lideranças que foram atingidas diretamente fazem relatos apresentando os sentimentos daquele momento, dando mais ênfase nessa questão em relação aos depoimento dos que não foram atingidos diretamente; também enfatizando a questão da auto-organização comunitária. No caso de Nilo também demarcado desde o início até o fim o quanto foi violento todo o processo de lutar pela sua propriedade.

Ainda para Pollak (1992), o enquadramento da memória, o trabalho de construção seletiva da memória passa pelas disputas que moldam o enquadramento do passado nos discursos. Os acontecimentos mencionados na totalidade dos discursos apresentados são, nesse sentido, indicadores do modo como o passado foi sendo enquadrado nas entrevistas de uma forma que reafirma o consenso de Itá como um exemplo de mobilização bem sucedida, apesar da desigualdade das forças em confronto. Embora haja diferenças, não se notam divergências entre os narradores nem nas narrativas. Pelo contrário, os relatos foram se complementando, da mesma forma como também não aparece nos depoimentos uma hierarquia entre os entrevistados.

As divergências, quando aparecem nos discursos, são voltadas à história contada pela empresa, que apaga a memória do movimento, ocultando a sua trajetória e as conquistas alcançadas graças à organização da população atingida. Nos espaços de memória que estão ligados à usina não há espaço para contar versões diferentes da narrativa institucional consolidada. Na exposição do museu só é mostrada a reconstrução do núcleo urbano de Itá, inserido em um discurso que pretende persuadir o visitante de que graças à barragem foi possível atrair turismo para uma pequena cidade do oeste de Santa Catarina. Também não se mencionam os outros municípios que também foram atingidos, os quais ficaram esquecidos e sem espaço na narrativa oficial.

Certo é que a história do movimento passou e passa por disputas de narrativa, onde podem ser vistos bem demarcados dois "enquadramentos de memória", a versão contada por uma empresa, onde as mobilizações organizadas não são apresentadas, passando a impressão quase de inexistência ou de desnecessidade delas. E há a versão contada pelos que compuseram ou se colocaram ao lados dos atingidos lutando por direitos, por indenizações, mas que não tem espaço dentro das instituições de memória ligadas ao Consórcio Itá. Nada se

diz sobre como foram as ações da empresa e os impactos que a usina trouxe para as vidas das pessoas que habitam a região, assim como no meio-ambiente.

Todas as entrevistas das cinco lideranças trouxeram muitas informações, principalmente sobre como funcionava o movimento. Pode ser observado nos depoimentos analisados as diferenças e nuances nas formas de abordar o assunto, o modo particular que cada um lembra e trabalha suas memórias. São depoimentos ricos em informações e que acabam se complementando nas suas narrativas. Os depoimentos de lideranças falam mais sobre a estrutura do movimento, falam sobre memória, e principalmente terra, tem uma visão mais geral. Todos os depoimentos falam sobre ditadura, sobre as disputas de poder em torno da construção da barragem.

Com a necessidade de dar uma resposta ao projeto e mostrar que a área rural também estava no local de formação do lago, foi formada a estrutura do movimento pela união de atingidos nas comunidades rurais e movimentos que aderiram e deram suporte à causa. A criação da CRAB, e com o bom funcionamento do movimento regional posteriormente foi expandido para a nacionalização da luta em torno da pauta de garantias de direitos para as populações atingidas. Naquele contexto em que foi criada a CRAB, foram conseguidas grandes conquistas pela luta, mas ainda há muito a se avançar, é preciso que se mude o entendimento que a indenização é pela terra em si, quando esta deveria ser pelo momento traumático vivido, pois a indenização não deveria ser pelo bem perdido, mas pela situação como um todo, pela vivência, por precisar deixar suas terras, o lugar onde já haviam fixado residência, onde já estavam estabelecidos laços e relações não apenas com o local, mas com toda a comunidade e as redes que se formaram ao longo de anos de ocupação do local. Claides Kohwald em uma entrevista ao MAB cita uma frase marcante que diz muito sobre as lutas estabelecidas pelos atingidos por barragens: “mesmo que eles nos indenizem muito bem, os sentimentos eles nunca vão indenizar”(KOHWALD, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do movimento de atingidos pela barragem de Itá é lembrada pela organização participativa de lideranças de comunidades desde as bases até a formação do movimento geral. Para além da forma como operou o movimento, há outras questões a serem observadas, principalmente no que diz respeito aos depoimentos.

Trazendo considerações de Michael Pollak de “Memória, esquecimento, silêncio” (1989, p. 14), “o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida”. A partir desta consideração, podem ser observados nos depoimentos algumas linhas que correspondem. Por exemplo, Ivar Pavan e Mauro Postal, que falam da organização do movimento, eram organizados e atuantes no Sindicato de Trabalhadores Rurais. No depoimento de Mauro a organização da comunidade aparece ainda com mais ênfase, esse ponto é tratado como a “receita para alcançar as conquistas”. Nas narrativas de Pedro Uczai, como deputado federal por um partido que defende a reforma agrária, a luta pela terra é apresentada de uma forma mais abrangente. Sua fala apresenta a experiência passada e a posição presente: simultaneamente o historiador católico e o político. Seu discurso está ancorado numa abordagem mais geral, nacional e histórica, da luta pela terra.

No caso de Claides, é lembrada pela sua atuação como primeira mulher liderança no movimento, nas suas narrativas relembra sobre as o processo de mobilização, as lutas travadas, as conquistas obtidas pela organização, mas também traz a sua perspectiva de atingida, lembrando como o processo de construção de uma usina é violento mesmo quando a luta coletiva é vitoriosa.

Ainda seguindo o mesmo entendimento de Pollak sobre o trabalho da memória, Nilo Brant apresenta em seu depoimento diversos aspectos sobre a relação com o rio Uruguai. Formado em turismo e idealizador do Museu do Balseiro, instituição que trata sobre vivências ligadas ao rio Uruguai, em seu depoimento explorou com maiores detalhes alguns dos acontecimentos do movimento, e trouxe para a conversa essa questão da relação com o rio. Exemplificada na avaliação sobre a dificuldade de adaptação no reassentamento de Campo Erê, é apresentada a diferença entre a região da bacia do rio Uruguai e a região do município do reassentamento, a relação com o rio Uruguai é colocada como ponto central na vivência de quem precisou deixar as terras lindeiras.

A questão da terra está demarcada em todos os depoimentos, sendo o elemento que tem a centralidade das narrativas, permeando também outros pontos. A terra aparece na

história do movimento de formas diferentes, sendo o primeiro como o bem indenizado, que passou pela luta para ter considerado o valor de mercado e receber indenizações considerando algumas das particularidades do local. Outra forma é a experiência e modo de vida, evidenciada nos discursos pela luta de indenizar o que foi construído pelos moradores. Ainda, mais um sentido é encontrado nos discursos que trazem as diversas relações estabelecidas com a terra, funcionando como um suporte da memória.

A escrita deste trabalho cumpriu com o objetivo proposto de analisar as narrativas dos atingidos pela barragem de Itá e a narrativa apresentada pelo Consórcio Itá. Para a realização deste objetivo foram coletados seis depoimentos de pessoas presentes na mobilização, buscando assim conhecer mais detalhes do movimento. Foi realizada também pesquisa em materiais produzidos pelo movimento, alguns de circulação geral e outros de circulação interna, podendo a partir deste ter mais registros sobre a conscientização feita na momento de levantar a pauta dos atingidos. Também foram realizadas visitas aos municípios catarinenses de Itá e Chapecó buscando materiais e informações. No caso de Itá, foram realizadas visitas ao museu e à casa de cultura da cidade, ao Centro de Divulgação Ambiental, ligado à usina e ao Museu do Balseiro, mantido pela família de um dos entrevistados.

Os objetivos específicos buscavam abordar acontecimentos da época trazendo depoimentos de pessoas relacionadas ao movimento e abordar sobre processos de resistência, luta e organização na busca por direitos da população atingida por projetos desenvolvimentistas implementados durante a ditadura no Brasil. Assim, a realização de entrevistas cumpriu também com estes objetivos, recontando a luta pelos direitos dos atingidos por Itá no capítulo Uma Injustiça Anunciada.

Ainda, os objetivos específicos sobre pensar as questões relacionadas à memória e ao discurso preservado e divulgado em espaços relacionados à construção da Usina Hidrelétrica de Itá e trazer aproximações sobre a relação das memórias de integrantes do movimento também foram cumpridos nos capítulos “A Memória da Usina” e “A História Narrada nas Entrevistas” deste trabalho. Nele, primeiro foi pensado sobre a memória contada pela usina, analisando os materiais divulgados, como o livro de memórias e o Relatório de Impacto Ambiental. Ainda no capítulo 2 foi descrita a visita realizada ao município de Itá-SC e se refletiu sobre as questões relacionadas à memória preservada e divulgada para formar a imagem da UHE-Itá. Por fim, o objetivo de fazer aproximações sobre as memórias daqueles que estiveram envolvidos no movimento e foram entrevistados foi cumprido no capítulo 3, onde além de analisar cada depoimento individualmente também foram tecidas análises sobre as narrativas e os pontos principais encontrados nos relatos.

Como resultado obtido após a realização das pesquisas para a escrita deste trabalho, está a análise das memórias coletadas em entrevistas, onde comparadas com as memórias da UHE-Itá pode-se observar o trabalho de enquadramento de memória e de disputas estabelecido em torno da versão que é contada nas instituições, onde não há espaço para quem foi atingido pela construção da usina contar a sua experiência. Também entre os resultados obtidos estão as análises das narrativas e elementos centrais que são encontrados em cada depoimento. Fica aparente, no conjunto de depoimentos, a ênfase nas histórias de luta, mais do que no trauma e na perda de referências, embora esta também tenha ocorrido, em alguma medida.

Assim, a importância deste trabalho está em pensar nas questões relacionadas às memórias contadas por quem acompanhou de perto um movimento regional que foi estruturado ainda no contexto da ditadura militar, e que obteve conquistas importantes a ponto de mudar a vida dos participantes, e saiu vitorioso.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência. Direção: Coletivo de Mulheres do MAB. Brasil. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PEu-AATb3TU>> . Acesso em: 01 set. 2022.

BOITO, Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**. Unicamp/Hucitec, 1991. 18 p.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro : MinC/IBRAM, 2009. 258 p. Disponível em: <<http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2021/03/58imaginacao.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação museal e museologia social: frag-mentos**. Lugar Comum. Estudos de mídia, cultura e democracia, n. 56, p. 133-150, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/41602/22557>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

Comissão Regional de Atingidos por Barragens. **A Enchente do Uruguai**. Erechim, 1981, boletim 1. 19 p. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PENURRS&titulo=A%20ENCHENTE%20DO%20URUGUAI> . Acesso em: 31 maio 2022.

Comissão Regional de Atingidos por Barragens. **A Enchente do Uruguai**. Erechim, 1982, boletim 3. 19 p. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PENURRS&titulo=A%20ENCHENTE%20DO%20URUGUAI> . Acesso em: 31 maio 2022.

Comissão Regional de Atingidos por Barragens. **A Enchente do Uruguai**. Erechim, 1985, boletim 10. 8 p. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PENURRS041985010.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2022.

Comissão Regional de Atingidos por Barragens. **A Enchente do Uruguai**. Erechim, 1988, boletim 19. 7 p. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PENURRS021988019.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2022.

Comissão Regional de Atingidos por Barragens. **Como Fazer Uma Reunião**. Caderno de Estudos nº 3. 11 p.

Comissão Regional de Atingidos por Barragens. **Nossa História em Debate**. Erechim, 1989. 26 p.

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Relatório da Comissão especial “Atingidos por Barragens”**: Resoluções nº 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, 2010, 102 p.

Consórcio Itá. **Centro de Apoio ao Migrante**. Disponível em: <https://test17.rentacontrol.com.br/fmanager/consorcioita/upload/salao_de_exposicao/21_migrante_cam_rev_021.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2022.

Consórcio Itá. **Itá: Memória de uma usina**. Florianópolis: Editora Expressão Sul, 2000, 178 p. Disponível em <<http://www.consorcioita.com.br/acoes-socioambientais/livro.html>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Consórcio Itá. **Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório da Usina Hidrelétrica Itá**. Disponível em <http://www.consorcioita.com.br/fmanager/consorcioita/uhe/pacuera_uhit_2019.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Consórcio Itá. **Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico**. 2 p. Disponível em: <https://test17.rentacontrol.com.br/fmanager/consorcioita/upload/salao_de_exposicao/11_historico_paisagistico.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

Consórcio Itá. **Salvamento do Patrimônio Arqueológico**. 3 p. Disponível em: <https://test17.rentacontrol.com.br/fmanager/consorcioita/upload/salao_de_exposicao/10_salvamento_do_patrimonio_arqueologico.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

Consórcio Machadinho. **Usina Hidrelétrica Machadinho**. Disponível em: <https://www.machadinho.com.br/usina_machadinho.php>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CUSTÓDIO, Aline; BRUXEL, Mateus. **Aratiba e Itá: as histórias submersas das cidades atingidas por uma hidrelétrica**. Zero Hora, 14 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/12/aratiba-e-ita-as-historias-submersas-das-cidades-atingidas-por-uma-hidreletrica-cjplr4ydb0kxq01piekcuwmn3.html>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

DALLA COSTA, Luiz Alencar. **Lutas, vitórias e desafios: a resistência no Alto Uruguai**. TRAVESSIA-revista do migrante, n. 6, p. 46-50, 1990. Disponível em: <<https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/114/105>>. Acesso em: 19 jul. 2022

ELETOBRÁS - CGT Eletrosul. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.eletrosul.gov.br/a-empresa/quem-somos>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil. **Relatório de Impacto Ambiental**. Itá, 1990, 122 p.

GOMES, Paulo de Oliveira. **D. José Gomes, a revolução pela palavra: dos planos de pastorais às CEBS (1966-1976)**. 2019, 223p. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3313/1/GOMES.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2022.

Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. **Legislação**. Disponível em: <<https://www.ima.sc.gov.br/index.php/o-instituto/legislacao>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Ministério do Meio Ambiente. **O que é licenciamento ambiental?** Disponível em: <<http://pnla.mma.gov.br/o-que-e-licenciamento-ambiental>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Movimento de Atingidos por Barragens. **Ato Ecumênico une Argentina e Brasil contra barragens no rio Uruguai**. 15 de março de 2016. Disponível em: <<https://mab.org.br/2016/03/15/ato-ecum-nico-une-argentina-e-brasil-contr-barragens-no-rio-uruguai/>>. Acesso em 21 jun. 2022.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. **A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil**. *Varia Historia*, v. 34, n. 65, p. 315-346, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752018000200315&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 abr. 2021.

POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2008. 181 p.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 26 set. 2022.

ROUSSO, Henry. **Rumo a uma globalização da memória**. *História Revista* 19.1 (2014): 265-279. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4852075>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Movimentos sociais: a face feminina**. *A condição feminina*, p. 143-178, 1988.

SANTANA, João Marcelo dos Santos. **Hiperinflação: uma revista ao fenômeno e suas implicações na economia brasileira entre as décadas de 1980 e 1990**. 2015. 93 p. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19443>. Acesso em: 21 set. 2022.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José (org.). **Memória do Setor Elétrico na Região Sul**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. 239 p.

SCALABRIN, Leandro Gaspar. **A ditadura militar criou o modelo de violação de direitos dos atingidos**. Movimento dos Atingidos por Barragens. 31 de março de 2019. Disponível em: <https://mab.org.br/2019/03/31/ditadura-militar-criou-modelo-viola-direitos-dos-atingidos/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

UCZAI, Pedro Francisco. **Movimento dos atingidos por barragens: O caso de Itá e Machadinho na bacia do Rio Uruguai - 1979-1991**. São Paulo, 196 p. Dissertação (mestrado em história) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

WEIMANN, Guilherme. **Os sentimentos eles nunca vão indenizar**. Movimento dos Atingidos por Barragem - Entrevista com Claides Helga. 11 de novembro de 2013. Disponível em: <https://mab.org.br/2013/11/11/os-sentimentos-eles-nunca-v-indenizar/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

APÊNDICE A- TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

PAVAN, Ivar. Entrevista concedida a Larissa Gabriela Wentland em 17/03/2021. Florianópolis, 2021.

Nome do Entrevistado: Ivar Pavan

Local da entrevista: Entrevista online

Data da entrevista: 17 de março de 2021

Nome do Projeto: Memórias de Luta: narrativas dos atingidos pela barragem de Itá.

Entrevistadora: Larissa Gabriela Wentland

Transcrição: Larissa Gabriela Wentland

Data da Transcrição: 28 de março de 2021

Entrevista realizada com Ivar Pavan em 17 de março de 2021.

Ivar Pavan: Eu não sou diretamente atingido pela, pelo lago da barragem do Itá, mas na época eu estava na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e por conta disso também eu estava na coordenação do movimento. Desde os anos 80, na verdade os boatos em torno da implantação de algumas hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai, os boatos começaram a circular lá pelos anos 78, 79, 80. Ai até que veio a confirmação no início dos anos 80 que a barragem seria construída. E a partir daquela época então nós no sindicato com o apoio da universidade ali de, alguns professores da universidade de Erechim, a URI³², com apoio de algumas entidades de Santa Catarina, tinha o um centro de educação que chamava

³² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SAI³³, não sei se já ouviu falar, o SAI de Chapecó, era um centro de organização popular que tinha lá, que tinha alguns professores que nos, que estavam no apoio, na organização. Tinha o Campi de Porto Alegre, que era outra entidade que nos assessorava na organização da população atingida, é, apoio da Igreja, uma parte, alguns setores da Igreja Católica, e também da Igreja Evangélica Luterana. Então este eram um pouco os atores sociais que se envolveram, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais também se envolveram, o nosso de Aratiba, eu estava na coordenação, mas tinha os também, alguns sindicatos ai na região que preferiam ficar aliados às teses da eletrosul.

Então houve uma polarização na região, a eletrosul também ela, ela atuava na região, conquistando o apoio para o projeto deles, e qual foi a nossa questão, do movimento, é que o setor elétrico até então eles anunciavam a execução de uma obra, diziam que tamanho seria o muro da barragem, diziam quantos quilowatts (kw) a hidrelétrica ia gerar e nenhuma palavra na questão social, a questão da, não tinham projetos para isso.

O nosso município de Aratiba tinha mais de 400 famílias que seriam desalojadas pelo lago, então era muito natural que houvesse uma reação, uma preocupação, para defender os interesses desta população. E assim era com a população do Itá, e assim era com o pessoal de Concórdia, assim era com o pessoal de Mariano Moro, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos, ali, aqui pro lado gaúcho, então organizamos ali toda essa população. Iniciou, desencadeou, um grande movimento popular, social em defesa do direito da população atingida ser indenizada, de ser reassentada.

É, aí tem um debate que não tá resolvido até hoje, que é o conceito de atingido. Para o setor elétrico, atingido é quem é atingido pelo lago da hidrelétrica, e para nós o atingido é também um pouco mais, porque naquelas comunidade, lá no interior, que leva embora igreja, leva embora escola, leva embora os amigos, familiares, e fica meia dúzia de famílias abandonadas lá no meio do campo sem nada, esses também são atingidos pela barragem. Aquelas famílias que tem um pequeno comércio, que sobrevivem disto lá naquelas comunidades do interior, no conceito do setor elétrico eles não são atingidos se estão fora do lago, mas eles perdem a sua atividade, e boa parte das famílias perdem os seus amigos, seus vizinhos, que acabam sendo desalojados pelo lago e levados para outras regiões. Então este debate ainda não está superado, mas enfim, se desencadeou um grande movimento na defesa dos interesses da população atingida, é, e segundo as informações que nós temos, foi a primeira vez na história do setor elétrico brasileiro que foi assinado um acordo com o setor

³³ Serviço de Assessoria e Informação.

elétrico e a população atingida de todos serem assentados, reassentados ou indenizados, inclusive os arrendatários, os meeiros, que tavam morando na região do lago, na região atingida pela, pelo lago. É, mas foi uma luta de vários anos, muitas mobilizações, muita, muitos questionamentos, muita divergência, é porque existia a informação e a contra informação, é, de que todos se sairiam muito bem, que todos seriam muito bem indenizados, que ninguém devia se preocupar, então gerava uma dúvida também na população atingida, se o melhor era enfrentar a eletrosul, ou se o melhor era ficar em casa quieto que seria melhor tratado. O fim da história foi que a população que mais se organizou, que mais lutou contra a eletrosul, foram aqueles que conquistaram as melhores indenizações. Alguns ficaram pelo caminho por acharem que ficar em casa, não se organiza, seria o caminho mais adequado pra resolver os seus problemas da indenização. Uma síntese.

Eu trabalhava na sede do sindicato, mas morava numa comunidade 14km afastada da cidade, no outro lado do município, então eu não estava muito perto da população atingida, estava perto como dirigente do sindical, e que coordenava o movimento, junto claro, tinha uma coordenação, mas eu era o coordenador geral da barragem do Itá, tanto da parte gaúcha, quanto de Santa Catarina. Nós tínhamos uma equipe de coordenação, e eu era o coordenador geral na época.

O impacto maior foi, algumas sedes de comunidades foram relocadas, tipo ali em Aratiba a comunidade de Três Barras, Lageado Ouro, Sarandi, Navegantes, foram comunidades que a sede da comunidade a escola, igreja, o clube da comunidade foram relocados para próximo do lago.

Ocorre que as famílias foram embora, foram retiradas mais de 400 famílias do nosso município, essas foram levadas, alguns optaram para receber indenização e foram atrás da sua vida e compraram em outras áreas, outros locais, boa parte foram morar na área urbana, e uma boa parcela das famílias aceitaram o reassentamento então, foram reassentadas lá pro Paraná, em Santa Catarina, levadas pro assentamento. O impacto é, se você tem um comércio, e você tem lá 100 famílias que moram na região, e leva embora 80 famílias, são indenizadas e levadas para outras regiões, é meio natural que o comércio ele entre numa crise, e não houve um pagamento da, do lucro cessante, desse pequeno comércio que sofreu esse impacto. Houve uma realocação da igreja, do clube, enfim, do cemitério, mas, essas perdas não foram contadas, e mesmo, aquelas famílias que perderam uma parte, dos seus familiares que foram embora, que levaram seus vizinhos, às vezes uma família um filho ficava, outro era atingido pelo lago, ele foi reassentado, houve todo um impacto ambiental na

vida das pessoas que isso também não foi contado na indenização, foi contado o valor econômico da propriedade.

Esse aspecto ali, sentimental, da perda, não houve nenhuma, nenhum investimento nesse sentido, nenhuma compensação dessa parte. Ao contrário, as famílias que moram hoje na beira do lago, além de todo esse sacrifício, toda essa perda, estão com uma energia de péssima qualidade, tem produtores de leite lá que não conseguem ligar dois vizinhos a ordenhadeira ligar ao mesmo tempo porque cai a luz, que a luz tá muito fraca. E o discurso era que a região com a construção da hidrelétrica, seria uma região superdesenvolvida, na verdade a única questão que houve foi a construção da barragem, porque não houve nenhum grande investimento na região que pudesse modificar a característica de desenvolvimento da região por conta de hidrelétrica. É, a região continuou pobre como estava antes. Lá por exemplo, o município de Aratiba, nós tínhamos acesso asfáltico de Erechim até a sede do município, e havia um acordo com o setor elétrico que, da sede do município até o canteiro de obras da hidrelétrica o setor elétrico faria o asfalto, e até hoje não está feito, agora quem está fazendo lá é a prefeitura do município, fazendo mais de 20 km, uma parte foi feita pelo governo, dois governos anteriores, falta um aparte ainda ser concluída, e deverá ser feita pelo prefeito atual. Então nem a infraestrutura necessária para pensar num projeto de desenvolvimento, não houve esse tipo de compensação. Realocaram as estradas, aquelas que ficaram inundadas, realocaram a infraestrutura das comunidades, mas não foi colocado um acréscimo, diríamos assim, uma compensação, “então vamos fazer uma obra de asfalto na beira do lago para facilitar o acesso do turismo, de investimento de projetos turísticos”. Por exemplo, no nosso município ali em Aratiba tem um grupo econômico que quer fazer um grande investimento na beira do lago, construir um hotel com piscinas, um investimento de mais de 200 milhões de reais, mas desde que tivesse asfalto, por isso que o município tá fazendo asfalto, então se a eletrosul tivesse colocado dentro do projeto também a compensação com essa infraestrutura, o turismo teria se desenvolvido muito mais na beira do lago, só agora depois de quase 30 anos que os prefeitos se desafiam investir recursos do próprio orçamento para poder atrair algum algum investimento turístico, pra pensar um projeto de desenvolvimento nesta área.

Larissa Gabriela Wentland: Sobre o reassentamento das famílias, como foi decidido? Tu comentou que algumas famílias foram para o Paraná, outras ficaram em Santa Catarina, como foi a forma de escolha para onde as famílias seriam reassentadas?

Ivar Pavan: Isto fez parte do projeto de acordo, porque o acordo não foi, não veio de graça, não foi uma concessão da eletrosul. Foram muitas mobilizações, cercamos os prédios da eletrosul, os agricultores chegaram de sequestrar, é, lideranças da eletrosul, que trabalhavam na área, para pressionar o acordo. Então no acordo que nós celebramos, uma espécie de contrato entre setor elétrico e população atingida, estava garantido o direito dos agricultores antes de serem assentados irem visitar a área pra saber se eles concordavam com aquela área. Eu diria que receberam áreas de boa qualidade, terras boas ali em Chopinzinho no Paraná, também alguns assentamentos no Rio Grande do Sul, tiveram um ou dois assentamentos, sempre colocados em áreas boas. Porque o agricultor no acordo que fizemos, reservamos o direito do agricultor a aceitar ou não naquela, naquela área de terra, naquele local de assentamento. E também procuramos garantir que as famílias pudessem meio ser deslocadas junto com a própria comunidade, as famílias, os vizinhos próximos. Mas as informações que temos é que os assentamentos que foram feitos quase todos já se esvaziaram, pessoal perdeu as raízes, perdeu contato com a sua história, com a sua comunidade, e gradativamente eles foram vendendo, esvaziando o local dos assentamentos, e hoje pouquíssimas famílias ainda continuam no local do assentamento, se mandaram pra área urbana, foram embora. Então levar pra longe quem tem as raízes colocadas em uma comunidade, que não era a vontade deles sair, não deu certo. Embora financeiramente tivessem uma compensação financeira compatível, diríamos assim.

Larissa Gabriela Wentland: E com relação a indenização, às famílias que preferiram ficar com a indenização, como foi feita a decisão do valor da indenização?

Ivar Pavan: Isso também fez parte do projeto do acordo, cada, os critérios, nós negociamos coletivamente com o setor elétrico, e a negociação era feita individualmente de cada proprietário, aqueles que preferiam indenização. Nós estabelecemos a terra tinha que ter valor de mercado, e estabelecemos três, três níveis diferentes de solo, que é uma região obviamente montanhosa ali na beira do lago, então a área que fosse mecanizada tinha um valor, a área agricultável tinha outro valor e a área imprópria para agricultura então tinha um terceiro valor. Depois tinha o valor das benfeitorias, também no preço da construção civil, e tinha o valor da, dos pomares, da madeira, das árvores que tinham em cima, então tudo foi colocado como critério a ser contado na indenização.

E nesse aspecto, parece que as informações todas, porque eu acompanhei o início, até lá quando começou a indenização eu já não, eu tinha saído do município, tinha saído também

da direção do sindicato, mas toda a informação é que o setor elétrico nesse sentido eles respeitaram os critérios do contrato na, contabilizando a indenização, o pessoal ganhou um preço razoável resultante da grande luta que os próprios agricultores fizeram.

Larissa Gabriela Wentland: Tu sabes me dizer quais são os impactos ambientais e as outras formas de impacto que o lago causou?

Ivar Pavan: Do ponto de vista ambiental, havia todo um discurso do setor elétrico, que eles preservaram uma margem de até 100 metros de área que seria toda ela reflorestada, isto não aconteceu, tem uma margem mínima de 30 metros que é área de reserva para proteção do lago.

O impacto ambiental mais forte foi na vida das pessoas, que o centro da questão ambiental são as pessoas. Tanto 400 famílias tiveram que abandonar suas casas, suas terras, suas comunidades, seus amigos, seus familiares e ter que se mandar e ir embora, teve um impacto muito forte do ponto de vista também econômico, porque o município que perde 400 famílias que estão produzindo passa a ter uma diminuição na sua produção.

Do ponto de vista do lago, se havia uma expectativa de alteração do clima, da temperatura, parece que não houve, não tem nenhum estudo, não conheço nenhum estudo que tenha apontado grandes alterações do ponto de vista do, da oscilação de temperaturas, de chuvas, de neblina, tudo isso parece que se preservou mais ou menos no mesmo padrão que já existia na beira do Rio Uruguai. O impacto maior foi nas pessoas mesmo.

Larissa Gabriela Wentland: Tu ainda tens algum contato com as pessoas que foram reassentadas, com as pessoas que foram atingidas?

Ivar Pavan: Fomos juntos na luta, fomos juntos na organização, eu negocieei o acordo junto com um grupo grande de lideranças, item por item de todo acordo, acompanhamos até o pessoal receber indenização e foram, depois o movimento seguiu, porque se seguiram outras obras. Aí de Itá veio a Machadinho, depois vieram as outras obras na bacia do Rio Uruguai, e aí o movimento se estendeu para ser um movimento nacional, hoje o MAB é um movimento de atingidos das barragens do país inteiro.

Então, como o movimento se estendeu, a coordenação do movimento se dedicou a organizar as novas populações atingidas, do que ficar cuidando dos assentados. Então a gente perdeu um pouco o contato, eu encontro eventualmente com pessoas, com alguns atingidos da época, a gente eventualmente em alguma festa, alguma atividade, evento, a gente se encontra, mas não que eu tenha um contato sistemático com essas famílias, com assentados.

A vida nos levou para caminhos outros, e eles cuidaram da vida deles e nós da nossa. Seguimos o trabalho e perdemos um pouco o vínculo, embora o pessoal tenha feito alguns, algumas comemorações demarcando data de aniversário dos assentamentos, o movimento tem feito algumas vezes, mas eu estava em outras atividades que não me permitiam estar muito perto disto e portanto, perdi muito o vínculo com esses assentamentos.

Larissa Gabriela Wentland: Para mim está sendo muito importante conversar com pessoas atingidas, que participaram do movimento e não ouvir apenas o discurso da usina que fala apenas sobre o turismo.

Ivar Pavan: Se eles dizem que a barragem trouxe turismo tem que vir pra Aratiba pra ver quanto espaço de turismo tem [risos]. Vai começar agora ter algum investimento em turismo depois que o município se desafiou a fazer o acesso asfáltico. Ninguém vai investir, fazer nenhum investimento lá no meio do mato, tem que ter infraestrutura para que o turismo se desenvolva. Eu acho que ali na cidade do Itá, de fato teve, como o asfalto de Santa Catarina estava até lago, tiveram alguns bons investimentos nessa área do turismo. Mas pro lado gaúcho, é, antigamente, próximo de zero, agora é que poderá chegar algum investimento porque o município se desafiou a fazer investimentos de infraestrutura necessária para atrair investimentos de turismo. Então a empresa conta a história que serve pra ela. Tivemos que fazer denúncia inclusive no banco mundial, para tentar suspender o financiamento da obra para eles poderem nos atender. Senão a lógica do setor elétrico na época era fazer a obra. Nós tínhamos a experiência de Itaipu, de Tucuruí, que era duas grandes obras que o povo acreditou no setor elétrico e ficou acampado na beira do lago por longo período posterior. Indenizaram os grandes, os melhores, os que tinham mais poder de, de, econômico para se defender e os, os agregados, os meeiros, arrendatários, os sem terra que estavam naquelas regiões ficaram acampados na beira do lago. então nós, o que ajudou a nossa organização, veio também da experiência dessas outras barragens que foram construídas antes, e nós com a nossa experiência ajudamos outras populações a se organizarem, em outras hidrelétricas, que foram construídas posterior a nossa.

Larissa Gabriela Wentland: O discurso da usina é como se só tivessem trazido benefícios para a região ali, falam sobre a realocação da cidade, sobre os projetos ambientais, sobre recolhimento do lixo da água do rio.

Ivar Pavan: Retirar o lixo da água é o mínimo, porque eles sabem que trancaram o rio, o lixo que desce, como é o Rio Uruguai, ele vai acumular, e eles tem no mínimo, a obrigação deles fazerem isso, de não deixar o lixo acumular dentro da barragem para evitar que, de fato,

tranque as turbinas e prejudique a própria geração de energia. Então não é nenhuma, nenhum favor que eles tão fazendo pra população da região.

Agora de fato, se você olhar a cidade antiga do Itá, que eu conheci, e a cidade nova, a nova é mais bonita, porque é uma cidade projetada, uma cidade construída posteriormente, então evidentemente que teve uma compensação aí na cidade do Itá. Mas nós estávamos preocupados com as comunidades do interior que estavam sendo desalojadas sem projeto nenhum. Então pra eles iam fazer o cartão na barra, na cidade do Itá, e as comunidades ia cair no esquecimento. Foi ali que o povo se levantou, comunidades que estavam ali há 70, 80, 100 anos, já instaladas aí, e ninguém dava importância pra eles, se não tivesse setores da igreja, sindicatos, o próprio movimento se organizado, alertado os agricultores que eles seriam desalojados, sem serem compensados com uma indenização justa, eles teriam ficado na beira do lago. Então quando o agricultor se deu conta de tudo isso, aí que veio a reação e depois de muita pressão, corremos muito da polícia também, porque eles botavam a polícia em cima dos movimentos, como era de costume. Mas quando a eletrosul viu que, teve um período ali que os servidores, os funcionários da eletrosul, mandaram uma carta pra direção, nós ficamos sabendo, dizendo que eles saiam de manhã pra trabalhar e não sabiam se voltam de noite, esse era clima de tensão que tinha virado. Os agricultores já tinham sequestrado várias vezes dirigentes da eletrosul, que passavam pela beira do lago sem autorização dos agricultores, entravam nas propriedades como se a terra fosse deles, e o pessoal se incomodou e começou a se organizar e começaram a sequestrar eles, e foi ali que começamos ser ouvidos e começamos a negociar a construção, de celebrar este acordo que trouxe algumas vantagens para população atingida.

Larissa Gabriela Wentland: Como foi essa repressão que vocês sofreram? Como foi a imagem passada de vocês nas notícias?

Ivar Pavan: Nós éramos o patinho feio, tudo que era coisa ruim era culpa nossa. [risos] Nada de novo né. Então eles poderiam fazer o trabalho melhor, mas o movimento atrapalhava, que eles podiam indenizar ninguém precisava se preocupar, o movimento estava enganando os agricultores, estava só levando mentiras, isso era a notícia diária.

Então eram jornais, eram as rádios, eles tinham recursos técnicos e financeiros pra patrocinar jornais, para patrocinar rádios, patrocinar, é, televisão, para fazer uma propaganda, vendiam uma imagem que era só maravilha, que a obra traria só... que a região viraria um paraíso, e era difícil dizer pro agricultor, olha. Eles olhavam na TV e diziam, “a barragem vai trazer tudo isso aqui, porque vocês vem aqui dizer que vai ser diferente?”. Até que um grupo

foi tomando consciência, começaram a ouvir experiências de outras barragens, iam lá, eles também mostravam isso e depois nós ficamos na beira do lago. Aí começou a tomar um nível de consciência, aí começamos a organizar a mobilização. Mas eles fizeram de tudo para desmoralizar e desqualificar a organização da população atingida, mas quando bateu pânico e pessoal se viu ameaçado de perder a sua propriedade, perder a sua comunidade, perder o seu futuro, aí esse medo fez com que as pessoas também acelerassem também o processo de organização.

E aí quando o pessoal decidiu de ir pra luta, aí fomos, aí nós fazíamos mobilização com 4, 5 mil pessoas na rua trancando estrada, cercando os escritórios da eletrosul. Fizemos um movimento muito grande, aí que eles se assustaram, aí chegaram de, ali em Aratiba botar o exercito fazendo obras e tentando nos intimidar, botavam os canhões ali na praça, ali na frente do sindicato, como se isso fosse nos intimidar, achando que eles iam disparar um canhão contra o sindicato, a gente dava risada e saia pra luta mesmo. Sabíamos que o exército não tinha nenhuma função num momento deste, era mais questão da brigada e da polícia do que do próprio exército. Mas eles fizeram toda essa encenação pra nos intimidar, para nos assustar, para assustar os agricultores, para facilitar a negociação, pro pessoal ceder, mas foram momentos de muito tensionamento. Eu, a comunicação era a forma que eles trabalhavam para desqualificar o movimento e além, contratavam gente pra visitar os agricultores e falar contra o movimento e dizer “não vai pra luta que tu vai te sair melhor”, no final da história, os que melhor se saíram foram aqueles que mais saíram pra briga contra a eletrosul.

Se você precisar de mais informações de alguém que foi diretamente atingido e que estava na coordenação, tem um cidadão chamado Mauro Postal ali de Chapecó, para ver como foi a experiência do atingido que foi tirado, foi levado para outra região.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

UCZAI, Pedro Francisco. Entrevista concedida a Larissa Gabriela Wentland em 09/06/2021. Florianópolis, 2021.

Nome do Entrevistado: Pedro Francisco Uczai

Local da entrevista: entrevista online

Data da entrevista: 09 de junho de 2021

Nome do Projeto: Memórias de Luta: narrativas dos atingidos pela barragem de Itá.

Entrevistador: Larissa Gabriela Wentland

Transcrição: Larissa Gabriela Wentland

Data da Transcrição: 16 de junho de 2021

Larissa Gabriela Wentland: Primeiro, eu queria saber como foi o teu envolvimento com a questão das barragens, se tu chegou a estar junto na época, ou se se tu acompanhou mais de longe.

Pedro Francisco Uczai - Eu acompanhei, eu estudava em São Paulo, eu fazia meu mestrado em história do Brasil na PUC de São Paulo. E como eu era de Chapecó, estava ligado a igreja, a diocese de Chapecó, tendo como bispo Dom José Gomes, essas lutas sociais do campo, como a luta das barragens, era uma presença cotidiana aqui na nossa Região da Bacia do Rio Uruguai. E isso me sensibilizou para estudar o movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai, que na época se chamava CRAB, que era Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, e depois se transformou em MAB, que é o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Então essa é a primeira origem da minha relação com a igreja, de um bispo que apoia a luta dos atingidos por barragens, e a opção minha de pesquisar e estudar, esse movimento social, que era na época o movimento que se opunha, né, as construções das barragens. E é aí que

nasce meu interesse, o objeto da minha pesquisa, e a minha aproximação desse movimento dos atingidos. Por isso que eu fui fazendo duas coisas: uma fui fazendo a pesquisa, pesquisando, compreendendo, estudando, e de outro lado eu já era militante, e eu militava, portanto eu ia nas manifestações, não só para compreender, gravar as falas, entrevistar, eu ia pras manifestações porque eu apoiava o movimento, porque eu compreendia as causas do movimento, a luta do movimento.

Então eu me, eu misturei, a pesquisa quase que uma pesquisa ação, a antropologia trabalha essa ideia de fazer pesquisa e ao mesmo tempo se envolver, por isso que eu estou há 30 anos envolvido nesse movimento social, estou sempre na luta junto com eles, desde a privatização da eletrobras do setor de geração aqui da eletrosul, que também a gente se mobilizou, como também contra a construção das grandes barragens, e o acompanhamento do movimento. Então nasceu com essa dimensão: dimensão da igreja, dimensão dos estudos acadêmicos e dimensão militante também de uma causa justa.

Larissa Gabriela Wentland: Como chegaram as informações sobre as barragens? Como foi comunicado à população o que aconteceria ali?

Pedro Francisco Uczai: Era secreto, porque os estudos feitos na décadas de 70, e a partir de 78, que foi construído o estudo da, do projeto hidrelétrico da bacia do rio Uruguai, que eram 22 na, no espaço nacional, mais as três na relação com a Argentina: Garabi, São Pedro e Roncador.

Tinha essa dimensão do segredo, do escondido. E aí os movimentos, a igreja, tentando descobrir, e é bem histórico, assim quando conseguem descobrir os estudos de inventário sobre os projetos hidrelétricos da bacia do rio Uruguai. E com a liderança das pastorais, da CPT³⁴, do Bispo Dom José, emerge as informações, com as informações a conscientização dos riscos, dos perigos, e junto com esse conhecimento, do projeto, também as experiências anteriores vividas por outros atingidos por barragens.

O que moveu também, e comoveu, e conscientizou muitos atingidos pelas barragens aqui no rio Uruguai, de Itá e Machadinho das demais, foi a própria experiência de exclusão, de expropriação, vivida por milhares de agricultores na Itaipu Binacional, que eles não foram indenizados, não teve terra por terra. E lá a constituição falava em indenização justa, e também aqui no caso de Itá e Machadinho o movimento avança para reassentamento para o direito à terra, terra por terra, e terra para os sem terra que trabalhavam na região. Então o

³⁴ Comissão Pastoral da Terra ligada à Igreja Católica

movimento aqui deu um salto de qualidade, e foi o maior movimento, de maior repercussão, de maiores conquistas sociais que na época permitiu. Diferente das barragens anteriores, nem vamos falar de Balbina, de outras, Tucuruí, que foi um afronta ambiental e social. Mas Itaipu, aqui mais perto das famílias, vinham dar depoimento aqui e criava uma situação de indignação nos agricultores. Então, ali tem um ingrediente de nascimento das informações, com conscientização, e com organização do povo.

Eu acho que a informação não basta, as informações, conscientização do risco a partir de experiências outras da expropriação e do sofrimento dos atingidos e expropriados de Itaipu como foi emblemático, e a organização do povo pra resistir. E eu acho que o ponto forte da resistência foi em 83 na própria Romaria da Terra em Carlos Gomes quando foi uma romaria que disse “Não às Barragens”, né. Com abaixo assinado, com mobilização, “Não às Barragens”, “Água para a vida e não para a morte”.

Larissa Gabriela Wentland: Então tu não chegou a ser atingido pela barragem?

Pedro Francisco Uczai: Eu em Chapecó, então, depois parte de Chapecó foi atingida quando já era prefeito da cidade de Chapecó, pela usina hidrelétrica Foz do Chapecó, que é feita em Águas de Chapecó e São Carlos, ai parte de agricultores na margem do rio Uruguai, no município de Chapecó. Mas aí eu já estava na condição de prefeito, que lutamos para eles terem indenizações justas aí, quando foram atingidos pela barragem Foz do Chapecó. Mas na época não fui diretamente atingido pelas barragens da bacia do rio Uruguai.

Larissa Gabriela Wentland: Tu acompanhou o processo de indenização e reassentamento que houve ali em relação à barragem de Itá? Tu considera que foi justo?

Pedro Francisco Uczai: Olha, foi um avanço em relação às outras experiências históricas, foi uma grande conquista o reassentamento. Portanto as comunidades se transferiram para outras regiões mantendo seus laços comunitários, culturais, religiosos, sociais em regiões como Chopinzinho, Campo Erê, e portanto foi uma conquista histórica.

Agora por outro lado, se a gente imaginar, eu acho que Itá pela força do movimento, a transferência da cidade, foi uma das cidades modelo, que se chama modelo diante de outras experiências históricas até aquele momento, mas na área rural a grande conquista foi além da indenização de terra, das terras, das benfeitorias, foi a indenização, a, conquistando o direito de terra por terra, terra pros assentados, terras pros arrendatários, agregados, conquistar o direito a terra, acho que isso foi uma conquista muito grande.

O segundo ponto de conquista que eu considero importante, da subjetividade, então quando se avaliava o patrimônio, a grande luta não era só o patrimônio do valor da terra nua, lá tinha árvore, lá tinha história, lá tinha fonte de água, lá tinha é, cultura. Além de geografia, além da valorização monetária, de quanto vale essa casa, de quanto vale essa terra, mas ela tinha a subjetividade incorporada em forma de viver, em modos de viver, em cultura. E isso, como também a ideia de igreja, quando vai pro reassentamento, a empresa tem que construir a igreja, tem que construir a escola, tem que construir o campo de futebol. Quando indeniza só a família, fecha tudo, vão embora e a empresa não tem nenhuma responsabilidade com a memória histórica, e aí falar em memória histórica, todo o aspecto dos sítios arqueológicos que foi feito muito de exigência, de manter a memória histórica, de pelo menos parte dela, ou pelo menos de transformar em centros de memória, de museus, de parte dessa memória histórica dos povos tradicionais que viviam aqui na região há milhares de anos, e principalmente na barranca do rio Uruguai. Sítios arqueológicos etc, a memória de comunidades, também como valorização, e indenizações a jusante e a montante da barragem que foi também uma grande luta feita.

Então eu entendo que teve lutas importantes, que produziu conquistas importantes, mas eu quero dizer para concluir a tua pergunta, que foi luta importante, conquista importante, mas sempre tem o conflito e a contradição. Sempre tem também a vivência das pessoas, quando a mulher foi indenizada da terra e vai morar em Seara e começa a trabalhar de operária, ela se ressentida na entrevista concedida dizendo “Lá na roça nós éramos mais livres, nós quando cansava sentava, quando a gente queria chupar uma fruta a gente conseguia chupar uma fruta, ou conversar. Aqui eu trabalho em uma agroindústria de pé, 8 horas, em silêncio, e não posso, não tenho liberdade nem pra me alimentar a não ser os horários previstos enquadrados na disciplina industrial, agroindustrial da exploração capitalista.”

Já outro camponês no assentamento que se tu fosse ver a terra, a terra bonita, plana, em Campo Erê, mas ele como vivia muito da pesca e da relação com o rio Uruguai ele diz que queria voltar, e em seguida, um tempo depois ele voltou perto da barranca do rio mesmo que sem terra, foi encontrando um jeito pra voltar, porque na leitura e na vivência cultural dele, em Campo Erê tinha muito vento, aquela coisa plana que é de máquina, monocultura, ele tava trabalhando a policultura, diversidade de alimentos, portanto aquela terra ele não via como potência. E ele retorna porque quer conviver com o seu modo de viver anterior, e ele sofre no novo lugar.

Então na cultura, na antropologia, na sociologia a gente consegue perceber que o expropriado da terra ele não é só indenizado monetariamente, às vezes ele é expropriado da sua cultura, da

sua memória, da sua história, do seu modo de viver. E isso muitas vezes não se mensura, não se avalia, e não se reproduz em outro espaço mesmo que se queira.

Por isso que barragem é profundamente violento nos projetos que expropriam não só da terra, mas da memória, da história, da cultura, do fazer-se desses sujeitos naqueles espaços que se construíram historicamente, socialmente e culturalmente. Por isso que o impacto não é medido monetariamente somente, por isso que você me pergunta, tem respostas monetárias que foram razoavelmente justas fruto da luta do movimento social, mas muitas reparações nunca serão feitas porque elas foram profundamente violentas, subjetivas, ligadas a cultura e a experiência vivida de homens e mulheres nesses espaços historicamente construídos.

Larissa Gabriela Wentland: Eu já tive acesso a algumas coisas produzidas pela própria hidrelétrica, o Relatório de Impacto Ambiental, e em uma das partes do Relatório fala sobre os sítios arqueológicos que ficaram embaixo da água. Eu fiquei muito impressionada com tanta coisa que ficou embaixo da água, tanta coisa que deve ter se perdido ali. Também li coisas falando sobre a memória preservada, e um dos meus questionamentos é que memória que foi preservada, eu já li falando sobre a memória dos descendentes de alemães e italianos, mas eu não vejo falando sobre outras culturas.

Pedro Francisco Uczai: Olha Larissa, eu acho que você faz a pergunta central quando traz a memória. Porque a memória é seletiva, e o que você recupera, e o que você não recupera a partir dos seus valores, a partir dos seus interesses.

Então quando a empresa financia a recuperação da memória, quem faz a recuperação desta memória também tem seus valores e seus interesses para serem preservados e outros a serem esquecidos. Se você vai ver a presença dos sítios arqueológicos vão ser sempre negados, porque a história de colonização já foi de negação desta história. A história de Itá, de Machadinho, destes municípios, são contados a partir do colonizador e não da história de milhares de anos, vivenciado experiências concretas, de pessoas concretas, de seres humanos concretos que tem presença, aí, de 8 mil anos.

Então essa negação dessa própria memória histórica se faz pelos colonizadores de Itá e Machadinho, já na história municipal, na história do colonizador, e quando tu tenta recuperar esses sítios arqueológicos, eles são sempre subsumidos, ignorados, marginalizados ou não priorizados, não priorizados. Então acho que esse é um elemento interessante de você recuperar. O segundo é o que se recupera na memória e o que se esquece, o que se esconde, o que, se tu pegar os agricultores e a história da cidade, a história dos dominantes da história e os excluídos da história, se você quiser pegar a memória desta região, das mulheres, que

história tem de recuperação destes anos todos ai, dos camponeses, das camponesas, dos agricultores. A própria memória histórica dos que resistiram às construções, então, se não é o próprio movimento social que mantém a memória histórica vai se excluindo.

Então a memória é disputada, a história é disputada, muitas vezes pelos grupos que dominam essa região, que se associam às empresas para manter determinadas memórias e esconder, escamotear, excluir, ou expropriar a memória de tantos outros sujeitos históricos que vivenciam experiências históricas, culturais e sociais nesta região que a gente chama ai da bacia do rio Uruguai.

Larissa Gabriela Wentland: Eu tenho muito interesse em saber sobre as movimentações da CRAB, queria saber do que tu participou, de quais movimentações tu esteve junto.

Pedro Francisco Uczai: Como a memória é disputada, o momento presente do enfrentamento de um projeto ele se dá em grandes narrativas e versões sobre o próprio projeto. O prefeito se relaciona, lideranças políticas, empresariais que se relacionam muitas vezes com a empresa construtora das barragens, ou a elite da região, ou setores dominantes da região, que ou com próprios setores populares que têm uma compreensão do progresso, do desenvolvimento, que a barragem vai trazer turismo, que a barragem vai trazer desenvolvimento, que não tem como o Brasil crescer se não tiver energia.

Então toda essa narrativa articulada com as relações de poder local vai criando movimentos favoráveis aos projetos hidrelétricos, e as vítimas, os atingidos diretamente vão resistindo, se organizando e lutando para que se saia a barragem, no primeiro momento se constrói toda uma luta contra as barragens, Não às Barragens, se tu pega aí os textos, as manifestações, inclusive religiosas do Dom José quando organiza a romaria em Carlos Gomes diz “quem acredita em Deus tem que assinar o abaixo assinado contra a barragem, quem acredita no Espírito Santo, quem acredita em Jesus” e assim por diante, vai construir essa narrativa da resistência aos projetos de morte e na defesa da água e da vida e não às barragens.

No segundo momento quando a correlação de forças se altera e uma parte da sociedade regional já apoia a construção das barragens, e a empresa vai ofensivamente montando táticas e estratégias para desarticular o movimento, reduzir a força do movimento e vai se implantando um projeto que originalmente seria Machadinho, mas como a resistência em Machadinho foi maior em um primeiro momento, acaba se direcionando para Itá a primeira hidrelétrica do projeto da bacia do rio Uruguai.

Então você me pergunta, eu vivi manifestações em Erechim que era o escritório da Eletrosul, eu vivi manifestações em Itá, eu participei de muitas manifestações contra as barragens. Eu

participava, me envolvia, o Ivar Pavan, o Luiz Dalla Costa, o Padre Vilson em Itá que participou como padre que motivou a resistência em nome das pastorais, da igreja etc. Então, o Ivar foi um dos primeiros grandes líderes do movimento dos atingidos por barragens aí da CRAB que depois se transformou em MAB. Então, essas manifestações, elas foram crescendo, crescendo até conquistar muitos direitos que não tinha até esse momento da história de luta conquistada. Então foi importante o movimento, tanto é que muitos líderes que hoje fazem parte do MAB nacional nasceram na bacia do rio Uruguai, se fizeram como líderes aqui na bacia do rio Uruguai. Então eu participei de várias manifestações como pesquisador, como militante, como apoiador das lutas dos atingidos por barragens.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

DALLA COSTA, Luiz Alencar. Entrevista concedida a Larissa Gabriela Wentland em 23/08/2021. Florianópolis, 2021.

Nome do Entrevistado: Luiz Alencar Dalla Costa

Local da entrevista: Entrevista online

Data da entrevista: 23 de agosto de 2021

Nome do Projeto: Memórias de Luta: narrativas dos atingidos pela barragem de Itá.

Entrevistador: Larissa Gabriela Wentland

Transcrição: Larissa Gabriela Wentland

Data da Transcrição: 25 de agosto de 2021

Entrevista realizada com Luiz Alencar Dalla Costa em 23 de agosto de 2021.

Luiz Alencar Dalla Costa: Eu sou Luiz Dalla Costa, sou da coordenação nacional do movimento dos atingidos por barragens e autorizo a gravação né pra, pra fins ai de estudo e da conclusão do tcc.

Larissa Gabriela Wentland: Como foi o envolvimento com as barragens na época? Tu foi atingido? Como surgiu o interesse em atuar nisso?

Luiz Alencar Dalla Costa: Eu não fui atingido diretamente pela construção das hidrelétricas ali, nem da hidrelétrica de Itá. Mas como a gente tinha uma, uma atuação aqui na região, na região de Erechim Rio Grande do Sul, que era na época aonde tinha a secretaria geral do movimento dos atingidos por barragens. Na época não era nem movimento, era, se chamava Comissão Regional de Atingidos por Barragens, sigla CRAB.

Então tinha essa luta já, já existia na década de 80 e como nós tínhamos aí proximidade com as pessoas que estavam nessa luta, então também me envolvi e passei a

atuar principalmente nessa região onde tinha a construção de duas das primeiras barragens que era a hidrelétrica de Itá, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, e Machadinho. Mas já tinha, já era dentro do projeto maior que era previsto a construção de 25 hidrelétricas, em toda bacia do rio Uruguai. Pegando tanto o rio Uruguai na divisa com Rio Grande do Sul e Santa Catarina e com a Argentina ali mais na fronteira noroeste, e também nos afluentes do rio Uruguai. Então de toda a bacia o projeto inicial era da construção de 25 usinas.

Larissa Gabriela Wentland: Como foi o início da mobilização? Presenciou o início da organização?

Luiz Alencar Dalla Costa: Sim, sim, já na, no início, o movimento ele começa no final dos anos 70, né. Inclusive tem um pessoal que fala que um dos primeiros encontros que teve assim de consolidação da organização dos atingidos aqui na região foi em 79.

Mas já, veja, se teve um encontro em 79 significa que já havia movimentação das pessoas para poderem se encontrar e fundar a coordenação, comissão dos atingidos por barragens. E essa organização, ela foi se dando ao longo de todo o rio Uruguai em resistência a esse projeto de construção das 25 hidrelétricas. E foi se formando então coordenações, comissões regionais, comissões municipais em praticamente todos os municípios que estavam sendo ameaçados pela construção, tanto no lado do Rio Grande do Sul, quanto em Santa Catarina. E também, um pouco mais abaixo na divisa com a Argentina, né. Então a partir nos anos 80, até 84, 85 foi muito intensa a mobilização, muitas atividades que o pessoal fez, inclusive aqui na região aqui no Rio Grande do Sul teve uma grande Romaria da Terra, você já deve ter ouvido falar, uma Romaria da Terra³⁵ muito grande, num lugar que ia ser inundado aqui pela usina de Machadinho. Em Santa Catarina também houveram Romarias nesse sentido, muitas manifestações, houve um estudo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul sobre a consequência desse projeto de construção das hidrelétricas, foi organizado um abaixo assinado muito grande que foi entregue, se eu não me engano foi em 85, que foi entregue pro ministro, na época, ministro de Minas e Energia, dizendo não para construção das hidrelétricas.

Esse foi o início de toda a organização, e ela foi se avolumando, muito grande, junto com outras lutas também, na década de 80. Tinha muita experiência da luta dos atingidos por

³⁵ Romaria da Terra em Carlos Gomes-RS, em 1983.

Itaipu, né, que já tinham vivido essa experiência, já tinham sido desalojados pela hidrelétrica de Itaipu na década de 70.

Então tinha muito esse intercâmbio de experiências, tinha a experiência já de outras hidrelétricas de outras partes do Brasil, como a barragem de Sobradinho lá no rio São Francisco. E então esse intercâmbio com as lideranças, eram professores universitários, agentes de pastoral, principalmente da Comissão Pastoral da Terra ligada às Igreja Evangélica de Confissão Luterana e também a Igreja Católica, muitos sindicalistas, que foi constituindo junto com os próprios atingidos essa organização de resistência de luta pelos direitos, em função principalmente dessa experiência histórica que nos outros lugares havia havido a construção das hidrelétricas o povo tinha sido muito maltratado.

Então essa foi a origem da organização. Na verdade, se tu for ver no momento histórico geral ele foi também na década de 80 um movimento onde era de combate a ditadura militar, que ainda tava, ela já tava no seu final, já tinha muita movimentação nacional pela democracia, pelas diretas. Então acho que essa efervescência de ações, de conscientização popular, ela também facilitou a própria construção dessa organização de resistência dos atingidos no período histórico de maior abertura política, tanto combatendo a ditadura militar, como se colocando que não é possível se construir hidrelétricas se maltratando a maioria da população.

Larissa Gabriela Wetland: Como foi a conversa com a população atingida?

Luiz Alencar Dalla Costa: Grande parte, eu vou sempre focar mais na barragem de Itá que é o teu interesse, grande parte dos atingidos na época viviam em comunidades rurais, né. Então a beira do rio Uruguai e dos afluentes aí do rio Uruguai e em comunidades rurais. Já tinha uma organização das comunidades, onde tinha as comunidades tradicionais dos agricultores, com a sua igreja, a sua comunidade, a escola na maioria das comunidades. Então isso facilitava o trabalho, por que? Porque já tinha uma organização comunitária das pessoas, e também da própria cidade, no caso da cidade de Itá também havia um núcleo urbano organizado já com a prefeitura, com sindicato, com igreja, e que isso facilitava muito o contato e a organização das comissões locais em cada comunidade, era meio assim a forma organizativa, havia comissões locais então algumas pessoas que passavam a representar os atingidos daquela comunidade. Havia então no município essas lideranças se organizavam no município de Itá, de Aratiba, de Concórdia, Mariano Moro, de Piratuba, Ipira, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos, que são os municípios atingidos pela hidrelétrica de Itá. Se organizavam então em comissões municipais, aí envolvendo dirigentes sindicais, lideranças

das igrejas e outros apoiadores, e tinha a comissão regional que organizava então os diversos municípios para resistir a construção das hidrelétricas, e no caso, que é de algumas hidrelétricas a construção acabou se efetivando, então da luta pelos direitos dessa população.

E esse era o principal trabalho de todas as lideranças. A juventude muito envolvida, tinha muito, muito grupo de jovem nas comunidades, tinha grupo de jovem assim nas pequenas comunidades que tinham 40, 50 jovens né que se reuniam. Então era um trabalho muito intenso que tinha muita resistência dos pequenos agricultores que não queriam perder suas terras.

Larissa Gabriela Wentland: Tu pode me explicar um pouco mais sobre a atuação da CRAB?

Luiz Alencar Dalla Costa: A atuação da CRAB, ela fazia justamente esse trabalho de, a organização era por região, como a Bacia do Rio Uruguai é muito extensa, então ela foi dividida, a Comissão Regional em 4 comissões menores, que era chamado por número. O 1 era a região de Itá e Machadinho; região 2 era as barragens de Itapiranga e Iraí que era um pouco abaixo no rio Uruguai; 3 era a região de Lages e Vacaria na região serrana do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e a região 4 que entrava mais pra Santa Catarina na foz do rio Chapecó e Chapecozinho, e com o tempo se constituiu a região 5 que era a região das barragens binacionais, tinha 3 lá, a São Pedro, Roncador na época, era São Pedro, Roncador e Garabi né, depois acabou mudando o nome, mas eram essas as regiões que tinham se organizado aí ao longo da bacia do rio Uruguai. E o trabalho, o que era, esses representantes de cada comunidade escolhiam um grupo de representantes do município, esses representantes do município tinham então uma forma de se organizar a nível da sua região, e na sua região eles escolhiam algumas pessoas para representar na coordenação de toda bacia. Então era esse o processo, o processo a partir das comunidades que iam se articulando até ter uma coordenação mais geral de toda bacia do rio Uruguai. Era assim que funcionava.

Larissa Gabriela Wentland: Como foi o processo de reassentamento e das indenizações que tiveram? Tu considera que os reassentamentos foram bons e que as indenizações foram justas?

Luiz Alencar Dalla Costa: Em primeiro lugar acho que é importante destacar que esse processo intenso de mobilização do povo fez com que se mudasse muito as políticas. Por exemplo, você vai olhar o que foi feito em Sobradinho lá no rio São Francisco, foi feito o muro da hidrelétrica e muita gente foi tirada meio às pressas, de última hora né, e tem gente

que ficou sem receber indenização, sem assentamento etc. Em Itaipu houve mais resistência, mais luta do povo, e grande parte conseguiu sua indenização. Mas mesmo assim, para muitas famílias que tinham pouca terra, ou não tinham terra, e que eram comum nas comunidades rurais muitos filhos dos agricultores ficavam morando junto com os pais, mas ele não era proprietário de terra. ou muitas vezes tinha uma família que tinha um arrendatário que ajudava, ou um agregado, um meeiro, um posseiro. Mesmo nas regiões aí ao redor do rio Uruguai tinha muito o que o pessoal chamava de área de marinha, que é o que, era as áreas de proteção ambiental na verdade que existiam mas que havia grande parte assim, e não eram terras legalizadas. Bom, pra esses não tinha nenhum tipo de tratamento, e a própria Eletrosul na época, o governo pretendia indenizar, ou indenizava com valores baixíssimos, que não era suficiente pro pessoal comprar uma outra área de terra, se recolocar em boas condições.

Então essa resistência, essa luta dos atingidos, fez com que a gente pela primeira, não pela primeira vez, talvez pela segunda, porque a primeira vez que houve um acordo para reassentamento das famílias foi na barragem de Itaparica, lá no rio São Francisco, na divisa de Pernambuco com Bahia. Até a gente teve lá também participando das lutas do pessoal, e eles conseguiram já lá reassentamentos, mas a barragem já tava quase construída, o muro da barragem já tava quase pronto e o pessoal teve que ocupar, impedir a continuidade da obra para conseguir o reassentamento e indenização das famílias. E lá foi feito um acordo, e nós baseado nessa experiência de luta do pessoal também aqui quando não foi mais possível impedir a construção da hidrelétrica, aí então se optou por essa, se forçou, a gente fez um trabalho em todas as comunidades levantando quais eram as reivindicações das famílias né, então foi feito em documento com 39 pontos de reivindicação né, de relocação das estradas, de relocação das escolas, garantia do direito de quem era professor, garantia do direito de quem era proprietário, garantia de direito de quem não era proprietário, do filho, da garantia de direito do comerciante. Então era uma série de preocupações que foram levantadas pelas comunidades baseadas nestas, neste documento é que a gente começou a negociar com a Eletrosul então uma política de reparação destes direitos da população.

Então, o pessoal não deixava construir a barragem até não ter esse acordo. Então e aí era muito intenso o processo de luta, de ocupação de protesto na frente dos escritórios de não deixar os técnicos da empresa trabalhar nas áreas para, inclusive teve até na época, pra tu ter uma ideia, até o exército veio fazer manobras aqui na cidade de Aratiba e Itá para amedrontar a população, né, porque a população estava muito disposta a não ser expulsa da sua área.

Então era um período de muito conflito, inclusive, as lideranças do MAB na época da CRAB foram acusadas que estavam organizando guerrilha, que estavam sabe, era um período de muito enfrentamento.

Então essa luta, é que obrigou na verdade o governo, a eletrosul, a firmar um acordo baseado nesses itens que nós queríamos na época e que garantia uma série de direitos e garantia que a obra só andaria, só fosse construída na medida que fossem sendo feitas as indenizações e os reassentamentos e isso foi com um cronograma e que a obra, que os reassentamentos iam terminar uns dois anos antes de concluir a obra. Então foi essa a condição pra gente poder fazer o acordo, né. Só pra, porque muitas vezes assim, dizer que se o acordo foi bom ou não foi bom parece muito fácil, o importante é compreender que foram anos, muito tensos, muito enfrentamento, de muita mobilização, pessoal vinha de caminhão cheio de gente pra cidade pra pressionar, para ter o seu direito, olha o absurdo que é se for tu vai ver né. Tu vai pensar assim: eu tenho que fazer tudo isso para garantir o que já meu, eu tenho a terra eu sou o proprietário, eu to vivendo aqui, eu to vivendo nessa comunidade eu tenho a minha escola, eu que fiz a igreja, eu que fiz o salão comunitário, eu que ajudei a fazer a estrada. E agora eu tenho que fazer um monte de coisa, tenho que me enfrentar com polícia, o exército, pra mim garantir o que já é meu?

Veja como era difícil de fazer com que os governos da época compreendessem que o pessoal tinha direitos, porque eles diziam, isso é uma obra federal e vai ser feita, na época da grosseria. Então esse enfrentamento foi feito, com isso foi garantido vamos dizer assim, um bom acordo né, as indenizações nós não aceitava que fosse por qualquer preço, ou o que a eletrosul dissesse, era feito uma pesquisa de mercado para determinar o preço das terras, das casas, da árvore que o agricultor tinha plantado, do chiqueiro, do galpão, de tudo que tinha na propriedade nós exigia que fosse indenizado pras pessoas. E também para todas as famílias que não tinham terra, ou eram filhos de agricultores que não tinham propriedade da terra então era exigido o reassentamento, e o reassentamento era o que, era a compra de uma grande área de terra e nós ajudava em todo, a própria organização nós ajudava em todo o processo de organização, fazia a divisão de lotes de acordo com o tamanho de cada família, e nós mesmo ajudava a fazer as casas, os galpões, o pessoal ficava em mutirão fazer os assentamento e vamos dizer, demorava dois anos.

Então voltava a ter uma nova convivência comunitária também já nos assentamentos, porque, porque muitas vezes o assentado era de uma comunidade, outro era de outra, um era de um estado. Então sabe, juntava muita gente de vários lugares e aí esse processo de reconstrução do seu próprio espaço né, do seu próprio território, da sua própria comunidade,

do seu próprio reassentamento também era um espaço de convivência e de reconstrução da sua vida comunitária.

Então essa, e teve ainda uma parte do pessoal que aí tinha, tipo assim, tinha um casal de pessoas mais idosas que não queria ir pro reassentamento, mas também o dinheirinho que pegava pra eles se comprar uma outra área, então foi feito um processo de, a Eletrosul comprava umas áreas a mais na própria região ao redor do lago aí muitas famílias também foram realocadas nessas regiões ficando aqui próximo ao lugar em que eles viviam com mais tranquilidade. Então teve esses três processos basicamente assim na barragem do Itá. Depois mais tarde veio uma outra coisa que era, que eu acho que aí ficou um pouco complicado que era a carta de crédito, que as pessoas pegavam dinheiro e iam comprar a terra aleatoriamente em outros lugares e isso acabava não fortalecendo tanto aqueles vínculos comunitários e organizativos que a gente tinha. Isso era interessante até, não sei se tu vai conseguir ou não, seria interessante tu ir visitar um assentamento, por exemplo, nós temos assentamento que já têm, que esse ano comemoraram lá em Chopinzinho no Paraná, comemoraram 25 anos de reassentamento. Até eu conversava com o pessoal, é bonito isso, que o pessoal dizia “ah não vai dar terra pra que é sem terra o pessoal vai vender”. Nada! O pessoal tá lá 25 anos trabalhando, construiu escola, comunidade, tem lá sua família, né, é muito bonito, e se vangloriam disso, valorizam essa conquista histórica que tiveram, eu acho muito bonito.

Larissa Gabriela Wentland: Eu até tinha muito interesse em conhecer, mas por causa da pandemia fica um pouco mais complicado, um pouco arriscado sair assim.

Luiz Alencar Dalla Costa: Mas dá pra você entrevistar, se você quiser eu posso te passar o contato de alguns, tem até vídeos gravados, tem filmes no youtube né, sobre os reassentamentos de Mangueirinha, de Chopinzinho, né, de como que a gente faz os reassentamentos.

Larissa Gabriela Wentland: Sim, eu até já encontrei alguns vídeos da Claides.

Luiz Alencar Dalla Costa: Ela era uma das companheiras nossas que era da Coordenação Regional.

Larissa Gabriela Wentland: To pesquisando várias coisas, conversei com o Ivar Pavan, ele contou bastante coisas sobre o processo da mobilização, ele falou que não era tão fácil convencer as pessoas a participar, que a Eletrosul também fez um trabalho contrário.

Luiz Alencar Dalla Costa: Claro

Larissa Gabriela Wentland: Ele também falou várias coisas sobre promessas de construção de espaços e fazer asfalto e melhorias para atrair turismo e que nada disso foi cumprido. Ah, e eu queria saber, tu comentou de um documento de reivindicações, ele tem disponível em algum lugar?

Luiz Alencar Dalla Costa: Tem, a gente tem, não sei se tem online na internet, mas se não a gente tem ele, inclusive esse documento do acordo, se você quiser, a gente tem ele que dá pra digitalizar e te mandar o acordo que foi assinado em 87.

Tem o acordo, tem o plano de reassentamento das famílias. Deve ter um plano, que daí nós não participamos que nós organizava muito mais o pessoal do interior, que era a maioria, e tinha uma outra comissão que trabalhava a relocação da cidade do Itá mais encarregado da prefeitura né, então tinha um plano de relocação da cidade do Itá e era um embate, era um embate isso mesmo que o Ivar falou, era uma luta, por isso que eu te disse, não foi tão fácil conseguir. A Influência política, a primeira proposta da Eletrosul foi fazer através das cooperativas aqui da região, fazer projetos de, de, como que chama? Não é reassentamento de, ir lá pro Mato Grosso, tem um nome especial que chama disso... de colonização, projeto de colonização, de ir pro Mato Grosso, pro Acre, para outras regiões e o pessoal não aceitou, né, não aceitou, e era um embate com os políticos daqui da região que a maioria na época logo no final da ditadura era políticos de extrema direita que diziam que o pessoal tinha que sair de qualquer jeito.

Então tinha um embate, claro que sempre nas comunidades sempre tinha aqueles que defendiam esse tipo de político ou queriam se beneficiar pessoalmente, particularmente. E o movimento sempre combatia, dizia, “não, nós temos que ter direitos, todo mundo vai ter a suas garantias, mas tem que ser coisa mais corretiva, não tem essa de um ficar ganhando mais e o outro menos, pelo menos cada um segundo o que tem, ou aquilo que de fato tem direito, a partir da conquista do direito”, porque por exemplo, reassentamento não existia, não existia. Nós é que conquistamos, nós fazer as casas em mutirão, pegava o dinheiro da empresa, né, fazia uma associação das famílias, pegava os recursos da empresa. A empresa inclusive passava menos recursos pras famílias do que se fosse contratar uma empreiteira, passava em torno de 70% do valor só. Mas com esse valor as famílias faziam casas maior, melhor do que uma empreiteira e ainda sobrava um trocadinho pra comprar chiclete [risos]. Por causa da organização, o pessoal trabalhava, ficava lá direto, teve reassentamento que o pessoal ficou quase um ano e meio, dois anos trabalhando, construindo 50, 60 casas, galpões, preparando a terra, muito interessante, um trabalho muito educativo, legal.

Larissa Gabriela Wentland: Como foi noticiado que seria construída a barragem?

Luiz Alencar Dalla Costa: O discurso era esse do progresso, desenvolvimento ia chegar na região né, e que agora ia ter energia, que ia ter obra, que ia ter emprego, esse era o discurso, esse era o discurso oficial, né, e a gente ia combatendo esse discurso do ufanismo, das grandes obras pelo exemplo das que já tinham havido, os exemplos da construção das demais hidrelétricas no país eram um desastre do ponto de vista social, do ponto de vista ambiental, né, vários exemplos tanto sociais, quanto ambientais muito ruins pra população.

Então nós organizava dessa forma, mas esse era o discurso, continua hoje também sabe, aquela história, continua hoje, agora eles dizem que privatizar é o progresso, então continua a mesma, não é mesmo discurso, mas é similar.

É interessante se tu conseguir, tu tem o contato da Claides?

Larissa Gabriela Wentland: Não consegui, eu vi que ela já deu algumas entrevistas.

Luiz Alencar Dalla Costa: Eu devo ter o contato dela, eu posso te passar, porque é interessante você ouvir as mulheres, é aquela história, as mulheres tem uma outra percepção, né. A gente vê quando a gente ia fazer lá os debates de assentamento então “ah, a escola vai ficar em tal lugar há tantos kms para ir”, as mulheres diziam “o que? Vocês querem que as nossas criancinhas de 5, 6 anos caminhem tanto pra ir na escola? Não, não, escola tem que ser mais perto”.

Veja a percepção assim, a noção das questões, as mulheres tinham muito isso. E mesmo que poucas mulheres participaram dessas coordenações mais gerais, hoje não, hoje eu digo que o MAB tem praticamente paridade na participação de homens e mulheres, é uma política do movimento que passou a desenvolver de forma mais intensa e intencional para que haja participação maior das mulheres, tanto nas atividades concretas do movimento, quanto nas instâncias de direção do movimento.

Inclusive para isso, não só pra isso, mas também, a gente criou o que hoje chama Ciranda do MAB, procura ai Ciranda do MAB que você vai encontrar musiquinha, forma de organização para que as mulheres, para ter um espaço de formação também das crianças né, que eles são filhos de atingidos, filhos do pessoal da coordenação do movimento, para que possam participar, mas também isso facilita a presença das mulheres na organização. O fato de ter a ciranda, de ter um espaço onde enquanto a mulher fica na reunião a criança tá sendo assistida por um grupo de profissionais, que trabalham essa questão da educação das crianças é muito importante para viabilizar a participação das companheiras tanto nas instâncias do movimento, quanto nas formas organizativas.

Mas eu acho que é interessante você ouvir mulheres também, eu acho que a Claides é uma pessoa legal pra tu falar, se tu vai entrevistar o Nilo Brand é bom tu falar com a esposa dele também, eu posso ver outras, tem umas que eram mais da barragem do Machadinho que também participavam. Tem uma pastora que eu acho que era legal, ela era mais ali da região de Itapiranga, agora ela está lá no Noroeste, se chama pastora Lorani, pastora Lola, é uma boa pessoa, ela sempre foi uma grande incentivadora da participação das mulheres, ela também ia nas casas, ela conversava com as mulheres, incentivava a participação, é uma pessoa muito legal. Acho que tu deveria conversar com ela também. Não sei se tu conhece o pastor Renato, Renato... ele era o pastor regional ali até um tempo atrás, ali na Região de Santa Rosa, o Renato Küntz, ele é da coordenação do MAB lá, pastor Renato muito sério e comprometido com a nossa causa, mas seria legal, fala com a pastora Lola.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

POSTAL, Mauro João. Entrevista concedida a Larissa Gabriela Wentland em 24/08/2021. Florianópolis, 2021.

Nome do Entrevistado: Mauro João Postal

Local da entrevista: Entrevista online

Data da entrevista: 24 de agosto de 2021

Nome do Projeto: Memórias de Luta: narrativas dos atingidos pela barragem de Itá.

Entrevistador: Larissa Gabriela Wentland

Transcrição: Larissa Gabriela Wentland

Data da Transcrição: 8 de dezembro de 2021

Entrevista com Mauro João Postal realizada em 24 de agosto de 2021.

Mauro João Postal: Para facilitar para mim, seria importante você falar o que interessa que a gente conte, tanto na condição de atingido, mas também como MAB. Porque o MAB começou na barragem de Itá, e hoje já faz 40 anos de MAB, mas o início foi na barragem do Itá e eu participei dessa, não dos primeiros movimentos aí que aconteceu, depois eu conto a história bem do início quando os próprios atingidos assumiram a coordenação do movimento. Então se quiser detalhes assim com relação à propriedade atingida, a relação da família com a barragem é uma linha, né. Ou também do movimento, como foi... Vai muito do que interessa para ti.

Larissa Gabriela Wentland: Eu conversei com o Ivar Pavan, foi ele que indicou teu nome, conversei com o Deputado Pedro Uczai e com o Luiz Dalla Costa, já me contaram coisas sobre o movimento, como ele começou a acontecer, como começaram as mobilizações. Então tudo que tu se sentir à vontade para me falar.

Mauro João Postal: Bom eu acho que do movimento então da questão da organização, o Ivar Pavan, eu assim, eu mais ou menos sei da forma como ele deve ter relatado, porque ele foi assim uma das principais figuras bem do começo do movimento e uma liderança importantíssima naquele momento assim para, pro início do movimento.

É importante compreender que nós estamos falando do período que ainda era regime militar, então assim um movimento todo que começa a surgir no país inteiro de reação, de organização da população no movimento sindical, que é o caso do Ivar Pavan, a Igreja Católica e a IECLB muito atuantes no sentido de organização da população diante dos problemas. Enfim, porque nesse período do início dos anos 80 a nossa região, que eu morava na época ali Aratiba, e como toda essa grande região do Rio Grande do Sul, parte de Santa Catarina, Paraná são de pequenas propriedades, e a pequena propriedade vivia assim um momento muito difícil, sem seguro agrícola, os preços dos produtos e tal.

Então o movimento sindical dos pequenos agricultores ele surge muito forte nesse período, não é que o sindicato dos trabalhadores rurais começa ali, o sindicato dos trabalhadores rurais já existia só que eram lideranças indicadas pelo regime militar para presidir os sindicatos. E nesse período de 80, 80 em diante começa a partir da IECLB, especialmente da Igreja Católica da Teologia da Libertação começa um grande movimento para que os próprios agricultores, os pequenos agricultores tomassem a direção dos seus sindicatos, e o Ivar Pavan é um desses que começa bem no início ai desse movimento.

E a partir daí surgem outras, outros movimentos que ganham corpo naquela época, movimentos sociais, né. No nosso caso especificamente o Movimento dos Atingidos por Barragens, porque você tava, você tinha a informação de que existia um projeto para construção de 25 hidrelétricas na Bacia do rio Uruguai, essa era a fala da época, né. O governo tem um projeto para construir 25 grandes barragens nessa região, na bacia do rio Uruguai. E nós como agricultores que seríamos atingidos, então começa a mais ou menos a se ter uma ideia até onde que a água vai pegar na propriedade, né.

Bem no início, ainda antes do início da construção das obras, no período que a Eletrosul na época fazia a construção das barragens que ela era estatal, depois passou para as empresas privadas que fazem hoje a geração de energia, né, mas na época era a Eletrosul. Então a Eletrosul ainda no período de sondagem, da colocação dos marcos nas propriedades para saber até onde que a água iria pegar, a partir daquele momento que as pessoas começaram a se dar conta, de fato essa obra vai acontecer e a água vai vir até aqui, então todo o restante vai ficar embaixo da água. E não tinha nenhuma informação de como que os

atingidos seriam tratados, esse era o grande drama, assim, a grande preocupação das famílias atingidas. Se sabia que existia um projeto para construir mas não tinha, o país não tinha uma tradição, vamos dizer assim, né das obras que já tinham sido construídas, Itaipu e outras, de que a população atingida tinha sido bem tratada, muito pelo contrário.

Começou a chegar informação de como que tinha sido a relação da empresa com os atingidos, e aí era uma guerra de informação né, os favoráveis a construção da barragem, que você tinha aí lideranças da cidade, prefeitos, grandes empresários, ou lá nos municípios pequenos nem tinha grandes empresários, mas enfim, os maiores empresários dos municípios pequenos se manifestavam favoráveis a construção da obra alegando que traria progresso. Então essa foi uma palavra muito utilizada, a hidrelétrica é fundamental para trazer progresso para nossa região. E aí nós atingidos então era os contra o progresso, né. E em contrapartida, contrapondo ao movimento que eles faziam favorável à construção da obra.

E aí uma coisa que pegou muito assim, que a gente levou muito tempo para desconstruir era o discurso de que o atingido - então além do progresso que era uma coisa assim pra cidade, uma coisa pra toda região - mas também o discurso de que o agricultor atingido iria ganhar muito dinheiro, ele ia enriquecer com a construção da obra, com a indenização e tal. Então isso é uma coisa que pega né, pega, porque você pega assim, as pequenas propriedades num período ruim, onde a agricultura não, praticamente o pessoal não fazia pra pagar os bancos e as dívidas, aí você diz que tem uma grande obra que vem, que diz que vai atingir parte da tua terra, ou em alguns casos toda ela, mas que você vai ganhar muito dinheiro, cria uma expectativa muito grande e esse, bota atingido brigar com atingido.

Então esse é o grande problema, assim da disputa da versão, disputa do discurso. E a Eletrosul começou no caso da barragem do Itá, como uma estratégia que foi assim importantíssima para eles conseguir fazer a barragem, porque corria risco dos atingidos não deixar fazer a obra. Tinha um movimento, começou um movimento muito forte contra a construção. Eles começaram a construir a cidade nova do Itá, que aí, aí foi assim, ele mostrando na prática de como seria, de que todos ganhariam uma casa nova, um lugar novo, porque a cidadezinha pequena lá era tudo meio caindo, meio ruinzinha. Claro, tinha lá as casas de comércio bonitas, o centrinho ali todas elas eram bonitas, igrejas bonitas, grandes. Mas pra maioria da população da cidade a perspectiva de ganhar um espaço novo de troca daquele terreno com uma casinha ruinzinha, que você tinha a perspectiva de ter um lugar bonito e tal. Então a construção da cidade do Itá foi uma estratégia importante adotada pela empresa para convencer os atingidos de que era coisa boa.

Então a luta contra a barragem ela começa assim, a gente tem dificuldade de sustentar porque parte dos atingidos não vinha junto na briga. Então, a partir do momento que a gente percebeu que era irreversível, que a obra iria acontecer de qualquer jeito, nós querendo ou não, é que a gente passou a reivindicar e a exigir da empresa de que se tivesse mais claro, que se colocasse no papel como que a população seria tratada.

E aí se conseguiu construir um famoso acordo que deve ter ouvido falar, o acordo assinado entre o movimento e a empresa, que foi assim um marco importantíssimo né. Se eu não me engano foi 87 a assinatura desse acordo. E nesse acordo então, pra essa luta a gente conseguiu fortalecer muito o movimento, a luta contra a construção ela começou a perder um pouco de força. Agora quando a gente voltou pras comunidades, voltou a conversar com os vizinhos e tal, dizendo que nós precisamos botar no papel como vai ser, então como você quer que seja a tua negociação. E aí a gente conseguiu criar a figura do assentamento e muitas famílias, mas muitas mesmo moravam na região que seria alagada e não tinham terra, ou tinham uma quantidade muito pequena de terra, mas viviam daquela região ali né trabalhando de empregado e tal. Então a gente conseguiu assentamento das famílias que não tinham terra e as que queriam trocar seu pedacinho de terra por outro, e aí a gente colocou no papel toda a questão de que conforme o tamanho da família seria o tamanho do lote, enfim. E também como seria a indenização, então muitos iriam optar pela indenização, então como se pataria essa questão. Aí se definiu todos os todos os preços, de tudo, das plantas, das cercas, das construções, enfim. Então esse acordo, a assinatura desse acordo foi um grande marco no movimento.

Então eu acho que assim, os principais momentos dessa trajetória foram esses, agora cada momento desses eu poderia, vamos dizer assim, trabalhar, dar mais detalhes, contar mais cada um desses fatos. Especialmente essa questão do começo, essa relação com o movimento sindical e a igreja, como se deu para que o atingido pudesse efetivamente tomar conta do movimento, o próprio atingido assumir a coordenação do movimento, enfim. É uma história muito longa pra gente contar.

Larissa Gabriela Wentland: Tu comentou sobre os marcos de onde atingiria o lago da barragem, tu lembra em que ano que começaram a acontecer?

Mauro João Postal: Não, mas assim, 87 foi a assinatura do acordo, com certeza essa luta toda foi anterior a isso, muito provavelmente 84, 85 por aí. Porque a partir daí, eu acho que você soube, provavelmente o Ivar, o pessoal deve ter comentado, de que uma ação dos atingidos foi arrancar esses marcos, isso foi um movimento muito importante, porque isso

atrapalhava a empresa, então ou a empresa sentava com a gente pra negociar ou não ia conseguir fazer a barragem. Então o período de arrancar os marcos foi anterior à assinatura do acordo, foi quando a empresa disse bom vamos ter que sentar com esses caras ou não tem jeito. E foi muito forte assim, praticamente em toda a barragem, toda a região foi arrancado os marcos, na nossa, tu falou da igreja do Itá, a igreja da minha comunidade teria ficado fora também a ponta das torres e aí lá eles optaram por derrubar, o que foi uma pena, uma assim, na época a gente não tava focado nisso, porque quando começou a limpeza da área vamos dizer assim, a população atingida já tinha sido realocada, já tinha ido pro assentamento, já tinha sido indenizada, e aí a empresa começou a fazer a limpeza da região, a limpeza de onde seria alagado, e aí quando a gente soube já tinham derrubado a nossa igreja. Mas a igreja da minha comunidade que é Lajeado Ouro, município de Aratiba, também era uma igreja com esse formato assim de duas torres bem altas e a ponta dessas torres teria ficado pra fora da água, e no pé, no pé da igreja tinha, no degrau da escada da igreja tinha um desses marcos que a gente arrancou, esse eu ajudei a arrancar.

Larissa Gabriela Wentland: Eu conheço parte de Aratiba, conheço ali, não sei se é Barra do Sarandi que chama, eu já fui visitar ali a igreja ficou com os degraus no lago.

Mauro João Postal: Se você vai da cidade de Aratiba em direção ao rio Uruguai, a primeira comunidade é Sarandi, que chama de barra do Sarandi, e a segunda era a nossa, era Lajeado Ouro. Então era logo na sequência, indo em direção ao lago, é por isso que foi mais atingido, era já mais perto do rio Uruguai, quanto mais perto obviamente mais alto ficou o nível da água.

Larissa Gabriela Wentland: Eu tinha interesse em saber como foi noticiado, como ficou sabendo que seria construída a barragem, e como que surgiu o interesse ou a necessidade de se juntar a luta contra a barragem.

Mauro João Postal: Então, na época eu era solteiro, jovem, e a igreja católica, eu participava dos grupos de jovens e o padre da nossa paróquia era muito atuante, era o Padre Demétrio Valentim, que depois foi, virou bispo e ficou desde que ele saiu de Aratiba que ele foi ordenado bispo ele foi pra região de Jales, São Paulo e ficou até se aposentar, agora ele não está mais atuando já está bem velhinho mas acho que está vivo ainda. Ele foi assim muito, uma figura muito marcante pra população atingida que nas missas que ele fazia ele alertava. Então eu fiquei sabendo da construção da barragem através dele e através do sindicato dos trabalhadores rurais, que nós éramos agricultores, que nessa época já tinha uma direção de

sindicato comprometida com o agricultor, que até então o presidente do sindicato era nomeado pelo regime militar que se limitava a cuidar dos documentos lá do agricultor, não fazia o trabalho político de orientação né. Mas no caso de Aratiba em 82, 83 o Ivar Pavan já foi pro sindicato, então o sindicato foi muito atuante. E o que que eles, qual as figuras que movimentaram a região lá: tinha em Erechim a Universidade a URI, na época não era URI, foi depois, era FAPES³⁶ Faculdade... não lembro, mas dessa universidade ou faculdade que diziam, chamavam na época tinha um professor que era um, uma espécie assim de assessor, uma pessoa que buscava informações, era o cara que tinha vamos dizer assim, potencial né de buscar informações junto ao ministério das minas energia, não que ele fosse ligado, mas era o cara que fuçava, que procurava, que procurava descobrir esse tipo de projeto, o nome desse professor era Raimundo Pedrosa. Então esse professor junto com os padres da região que tinha além do pároco de Aratiba, tinha outras, de Itá por exemplo, não sei se o Pedro chegou a falar do padre de Itá que também foi uma figura assim fundamental naquele período, padre Wilson.

Então na época era isso, os padres ligado a Teologia da Libertação, numa região, tu falou ali do Sarandi era os alemães da região ali do Sarandi eram eram da IECLB, e porque os alemães viram em grupinhos, né, onde no caso de, da minha comunidade eram todos alemães, nós, eu sou italiano, mas tinha que procurar em três, quatro comunidades pra achar mais uma família italiana, era só alemão, tanto que eu aprendi a falar um pouco alemão na época para poder dialogar com os piá. E os da minha comunidade eram os alemães católicos e na Barra do Sarandi, Encantado... essa região ali próxima eram evangélicos da IECLB, e o pastor, ali também teve um pastor muito atuante, também ligado vamos dizer assim a esse processo de organização da população atingida no fim do regime militar. Então nós tivemos o privilégio de ter na região toda ali lideranças com esse perfil né. Então foi por aí, foi através da igreja católica e do sindicato dos trabalhadores rurais que tinham como eu falei, algumas figuras assim, né, como esse professor da universidade, aí tinha, hoje eu moro em Chapecó, na época aqui em Chapecó tinha Dom José Gomes que foi figuraça assim também muito, muito importante para orientar toda essa região que seria atingida no lado de Santa Catarina. Ele teve o papel também muito importante, então basicamente assim, nesse período foram essas figuras, essas entidades que ajudaram.

³⁶ Fundação Alto Uruguai para Pesquisa Ensino Superior

Larissa Gabriela Wentland: Quando o movimento começou a se organizar, tu chegou a presenciar o início do movimento?

Mauro João Postal: Não só presenciar como, assim, estava entre os que ajudaram a coordenar. Até então, até sei lá, os anos exatamente não sei, mas acho que foi 85 por ai, até ali era isso né, quem chamava eram essas entidades, igreja, sindicato. Esse professor da universidade ali de Erechim, ele acabou meio que assim, ele sendo no início uma figura que centralizou nele a organização desse movimento, que era o movimento que não envolvia muito os atingidos, mas sim as figuras, as lideranças, as entidades.

E nesse período, então quando os atingidos começam a se envolver, tem eu em Aratiba, tem o Nilo Brand no Itá, o Luiz Dalla Costa que tu falou que já conversou com ele, é um que ajudou no início, ele não era diretamente atingido, mas era alguém que tinha essa orientação digamos assim, de que quem deveria conduzir o processo a partir daí eram os próprios atingidos. Então o Luiz Dalla Costa nesse período foi importante também. E ali na região da barragem de Machadinho o Ricardo, Ricardo Montanher, e aí não lembro agora, tinham umas outras lideranças na barragem de Machadinho que não eram muito, como eu era da barragem do Itá então eu lembro mais dos nomes de Itá. Mas os quatro, cinco nomes de atingidos que começaram a puxar o movimento enquanto atingidos e não como lideranças de entidades foi esse grupinho ai, eu tava junto aí nesse coletivo.

Larissa Gabriela Wentland: Se tu se sentir à vontade e quiser contar como foi a relação de ser atingido e a relação com a barragem.

Mauro João Postal: Então, eu acho que assim, na época, a gente não tinha nem tanta consciência do que seria né, porque eu era muito jovem, eu tinha servido o exército em 82, em 83 já estava começando a participar, então com 19, 20 anos. O que eu lembro de sentimentos né, de como foi essa coisa de que nos levou a gente a se envolver é que meio que assim... o medo, a preocupação, o terror que aquilo provocava na cabeça, né. Porque eu ainda, eu perdi meu pai, eu tinha 14 anos, então assim, dos 14 até ali eu era o, vamos dizer assim, o homem da casa né, que é uma expressão que o pessoal usava. Eu tinha duas irmãs moças né, mais ou menos da minha idade, e assim, eu era o responsável pela, por... pelos negócios da família, por tomar a frente de algumas coisas.

Então eu sei que o fato de saber, aí o pessoal trazia assim depoimentos, vídeos da barragem de Itaipu, depoimentos de atingidos que estavam até aquele momento ainda esperando pela indenização. Você procurava, quando se encontrava, quando se encontrava com a empresa em reunião ou coisa parecida ela não tinha nada a oferecer, ela não tinha um

documento que dissesse assim “você vão ser tratados dessa forma”. Então foi meio que a necessidade assim, né.

E eu acho que esse caldo que vivia, aquela época foi um período de efervescência assim das lutas né, o regime militar, ele não caiu por vontade própria, ele não deixou de existir porque de repente eles disseram “deu, agora tá bom, podemos entregar”. Não! Porque teve muita pressão popular no país inteiro né, as grandes greves do ABC Paulista lá em 79, 80. E na nossa região, guardadas as proporções, se fazia grandes movimentos também, fazia movimento de rua, manifestos com 10 mil pessoas em Erechim né, que era onde eu participava. Se imaginar um negócio desses hoje, assim, né.

Então na época meio que tudo conduzia pra isso, tem que lutar pra conseguir, tem que ir pra luta, tem que reagir, tem que se organizar. Esse era o tom mais ou menos das falas, e a população no geral assim, porque você pega 20 anos de regime militar, você tinha ali, por exemplo, o agricultor que precisasse de saúde tinha que pagar, então qualquer coisa que precisasse de hospital ele tinha que vender alguma coisa da propriedade para poder pagar o hospital. Pegavam um troquinho no banco que na época o governo disponibiliza recursos pros agricultores no banco, mas se desse uma seca, por exemplo, não tinha seguro agrícola. O agricultor para poder pagar o banco tinha que vender um pedaço da terra dele. Então assim, o pessoal meio que todos, era muito difícil ter alguém que não reagia, que não ia pra luta, era muito difícil assim. Na vizinhança que eu lembro não tinha ninguém com discurso de que não pode fazer isso, que não dá pra ir.

Então, com relação aos atingidos, a esse medo de que além de todos os outros problemas que a gente vivia, da dificuldade da pequena propriedade, da saúde, não sei o que tinha mais, a questão de que a tua propriedade vai ser alagada né, e ninguém sabe como tu vai ser tratado, então vamo pra cima, né. E aí motivado por, ou orientado pelas lideranças que eu falei antes, eu assim, foi meio que no piloto automático, quando eu vi tava coordenando reunião. No começo o Ivar Pavan vinha me pegar lá em casa e levava junto pra reunião, pedia pra falar alguma coisinha, e daqui a pouco já tava vindo sozinho né.

Então foi um pouco assim, foi meio que no tranco mesmo, não teve essa coisa de pensar muito e decidir se vai ou não, “a água vai bater na bunda”, e essa era a expressão que se usava “a água vai bater na bunda e você tem que pular” e aí a gente, no caso da barragem de Itá a gente pulou em tempo e conquistou um marco fundamental, tenho orgulho de ter ajudado, de ter participado desse movimento que levou a se definir o novo marco de como o setor elétrico devia tratar o atingido. Claro que depois com as empresas privadas hoje construindo as hidrelétricas muito disso se perdeu, mas a semente ficou e o MAB continua, e

não é tão simples pra empresa chegar em algum lugar e fazer uma barragem tratando a população atingida do jeito que tratava antes da existência do MAB. Então eu acho que valeu, eu acho não, tenho certeza que valeu muito a luta porque a gente conquistou, e a minha família foi pro assentamento, os vizinhos todos praticamente foram, então a gente conseguiu melhorar de vida com a barragem, mas não com aquele discurso que eles faziam, se fosse por aquele discurso as famílias teriam piorado de vida, porque a maioria dos meus vizinhos eram meio que sem terra ou tinham uma área muito pequena de terra, e conseguiram uma colocação numa região nobre. Os nossos vizinhos foram todos pros dois assentamentos de Marmeleiro no Paraná e Campo Erê em Santa Catarina, entre os dois assentamento são 80 famílias de moradores de Itá e Aratiba. Então praticamente a minha vizinhança foi aí, e se colocaram lá em uma propriedade de 12, 15, 20 hectares de terra plana que vale muito dinheiro hoje. Então assim, eram famílias que se tivessem ficado lá, tivessem tivessem sido indenizados por aquele pedacinho de terra que tinham, eles teriam ido pra cidade, porque aquele valor não comprava outra propriedade, ou se comprava, comprava numa região de terra dobrada muito ruim, pedacinho pequeno. E assim se colocaram num assentamento com terra plana, com as benfeitorias todas novas. Valeu muito a pena a luta dos atingidos na época.

Larissa Gabriela Wentland: Eu conversei ainda ontem com o Luiz sobre o processo de ir pro assentamento, que ficaram 2 anos construindo. Tu chegou a participar desse período?

Mauro João Postal: Eu me elegi vereador em Aratiba em 88, e os atingidos começaram a ser relocados, os assentamentos começaram a ser construídos em 89 por aí, logo depois, até alguma coisa já em 88. Então assim, eu não fui pro assentamento, inclusive eu não fui contemplado com uma área porque eu era solteiro na época e só ganhava um lote quem era casado. Se tivesse me antenado tinha casado antes, casei logo depois, podia ter pego uma propriedade, mas tudo bem a família pegou.

Então eu não fui, eu não participei da construção das casas, dos galpões e tal, meus irmãos, meu irmão e minha irmã que foram uma propriedade de cada um em Campo Erê, eles foram e ficaram esse tempo todo lá construindo acampados, faziam um cobertão lá, um galpão lá e ficava todo mundo lá com a cozinha comunitária né, e a minha família toda ficou. Eu não fui em função disso, eu fiquei na cidade, fiquei em Aratiba em função da, de que tava, de que era vereador na época, e aí eu continuava plantando na região atingida até chegar, até o lago cobrir a propriedade lá. Mas fiquei morando na cidade porque lá onde nós morava

tivemos que sair, não podia continuar com moradia lá. Mas foi um processo bonito esse da construção dos assentamentos foi uma experiência muito bonita.

Larissa Gabriela Wentland: Se agora não estivesse em tempo de pandemia, eu tinha intenção de tentar ir conhecer pelo menos um assentamento.

Mauro João Postal: É, eu acho que o de Campo Erê tem poucas famílias ainda hoje lá, a grande maioria acabou... Porque assim, são mais de 30 anos né, então se o cara tinha 40 na época, hoje ele já morreu ou tá lá aposentado e, então não dá nem pra condenar muito o fato do pessoal ter vendido a propriedade, não, ele viveu ali até que pode. Por exemplo, eu tenho uma irmã minha que fazem eu acho que uns 2 anos que eles venderam a propriedade porque os dois se aposentaram e os filhos saíram e eles ficaram sozinhos, e lá na propriedade não tinha como eles ficarem.

Então o assentamento de Campo Erê grande parte do pessoal já saiu. O de Marmeleiro que eu acho que é o que mais tem, que aí os filhos, né, os filhos dos assentados acabaram ficando na propriedade, então acho que a maioria das propriedades que na época foram ocupadas pelos atingidos, ainda continuam. Aí tem, eu fui agora antes da pandemia, acho que foi 2019, foi num aniversário de um assentamento lá em Mangueirinha no Paraná, onde também parte dos vizinhos nossos lá que foram, então eu acho que era 25 anos do assentamento, alguma coisa assim. Ali também a maioria das famílias que foram ainda estão lá. Seria legal, seria bom conhecer.

Larissa Gabriela Wentland: Eu ainda vou tentar, porque ainda não sei quando exatamente vou concluir o trabalho, mas se der tempo eu ainda pretendo ir. Mas e sobre os assentamentos que foram escolhidos, foi o Ivar Pavan, ele me falou que os assentados conseguiram o direito de escolher as terras, como foi feita essa escolha?

Mauro João Postal: Então, a Eletrosul ela tinha que comprar as áreas né, nos colocamos no acordo que a Eletrosul iria disponibilizar pros atingidos algumas áreas, e antes dela comprar essa área, então vamos dizer assim, ela tinha que ter uma proposta de compra e venda lá com o proprietário da área e antes de fazer o negócio os atingidos tinham que aprovar, né.

Então na época nós tínhamos comissão pra tudo, então a coordenação do movimento, ela tinha lá a relação das famílias que vão ser assentadas. A gente foi construindo essa relação, nós que indicamos todas as famílias que seriam, que teriam direito, porque pela Eletrosul metade das famílias que foram pro assentamento eles diziam que não teriam direito, e a gente conseguiu incluir e todas foram. Então tu tinha uma lista, de todas as famílias que

seriam assentadas, a gente falava reassentadas porque elas já estavam na propriedade e seriam reassentadas em outro lugar.

Então tirava-se comissão, daquele grupo de famílias que pretendiam ir meio juntos, porque isso também eles faziam né, a gente reunia todos os que tinham direito ao assentamento em assembleias e reuniões, e esse grupo então, eles iam meio que assim nós aqui, o vizinho tal, tal, nós queremos ir na mesma área. Então tirava comissão e ia visitar, a Eletrosul era obrigada a levar, então a gente ia por conta da Eletrosul levar essa comissão olhar todas as áreas que ela tava oferecendo, e o grupo de atingidos dizia “nós gostamos mais dessa aqui, essa aqui pode comprar”, aí a Eletrosul comprava a área e dava o retorno depois dizendo quantas famílias caberiam naquela propriedade, naquela área comprada. Então por exemplo o assentamento de Campo Erê coube 50 famílias, o assentamento de Marmeleiro coube 30, e aí a gente organizava os grupos né, nesse aqui pode ir 50 famílias, então a vizinhança toda que queria ficar juntos, então tinha a área de Marmeleiro e Campo Erê que foram as duas primeiras que eu participei desse processo, e aí o pessoal se distribuiu né, as 50 famílias foi pra um e 30 pra outro. Aí sobrou, sobrou, tinha mais outra lista, seguindo vamos dizer assim, na ordem da barragem, digamos assim, as comunidades né, tu pegava lá da beira do rio Uruguai e ia subindo, digamos, ia subindo comunidade por comunidade, para que o pessoal pudesse ficar juntos né. Então os atingidos da comunidade minha, lá de Lajeado Ouro foram para Campo Erê, e aí, tu sabe que sempre tem isso, né, sempre tem um grupo de vizinhos que tem uma relação, uma afinidade maior entre eles né, e aí não se dá muito com o outro, “então se fulano vai pra esse aqui, eu vou pro outro”, então isso era eles mesmo que definiam, se não a gente botaria os dois inimigos lá um de frente pro outro. Deixava que eles resolvessem isso, eles eu digo nós né, porque eu também era atingido, a minha família também participou desse processo.

Então foi mais ou menos dessa forma, os atingidos que iriam pro assentamento eram organizados em grupos, tirava a comissão que aprovava a compra das áreas, a Eletrosul comprava a área e aí depois iniciava o processo de reassentamento dessas famílias. Então uma parte do que eu falava, foi assim, os dois primeiros Marmeleiro e Campo Erê, sobrou gente. Da minha região ali tem um grupo grande que foi pra esse de Mangueirinha no Paraná, por isso que eu fui lá quando teve a festa dos 25 anos do assentamento, eu fui porque tinha muitos amigos, amigos de infância inclusive que estão lá nesse assentamento de Mangueirinha. Então um pouco esse o jeito que foi feito.

Larissa Gabriela Wentland: No geral, como foi a atuação da CRAB? Tinha bastante diálogo com as pessoas, com os atingidos principalmente?

Mauro João Postal: Sim, eu acho que iniciou de um jeito, que era como eu falei: sindicatos, padres, lideranças né, de universidades e tal, que tinha uma metodologia né, era mais assim de alertar a população atingida, de pedir pra se organizar, digamos assim.

Essa a primeira fase, e a partir do momento que os próprios atingidos assumem aí foi uma construção dos próprios atingidos, muito democrática, muito participativa. O que mais a gente fez naquela época foi reunião, né, era assim, intermináveis, né, porque daí pra você fazer um processo que efetivamente o pessoal participe, você precisa ter essa disposição. Pegar como exemplo tinha uma decisão, uma linha de entendimento até um determinado momento que era contra a construção da barragem, aí de repente algumas lideranças, nós fomos nos convencendo de que ela iria acontecer com nós ou sem nós. Para fazer esse debate, para que a gente desse uma nova orientação para a luta, foi feito uma rodada de reunião em todas as comunidades atingidas pela barragem do Itá, todas as comunidades. Eu não lembro agora quantas eram, mas assim, eram muitos municípios né, do lado do Rio Grande, Aratiba, Mariano Moro, Três Arroios, não lembro agora. Do lado de Santa Catarina: Itá, Concórdia. Então cada município desses tinha muitas comunidades que seriam mais atingidas, outras menos, mas que a água chegaria até algumas famílias pelo menos daquela comunidade. Então feito uma rodada de reuniões em todas as comunidades, isso coordenado, feito por nós. Então assim, entre esses quatro, cinco nomes que eu citei antes, Luiz Dalla Costa ia numa reunião, eu ia em outra, Nilo Brant noutra, o Ricardo noutra, né. E a gente conseguiu fazer assim num processo muito rápido uma rodada, uma conversa com todos os atingidos em toda a barragem. Aí volta, tira as decisões em cada reunião, volta para uma grande assembleia que dá um novo rumo pro movimento digamos assim.

Aí quando começa o período de negociação, do famoso acordo, a mesma coisa. Bom, agora nós temos que construir propostas, qual o melhor jeito de fazer? É conversar com todos os atingidos. E lá vamos nós fazer reunião em todas as comunidades atingidas de novo, e tira um representante, um coordenador, tira uma pessoa responsável para acompanhar o processo. Que aí em alguns momentos a gente sentava na mesa de negociação só a direção, em alguns momentos chamava todas as lideranças escolhidas, vamos dizer assim, cada comunidade devia ter uma ou duas pessoas participando como liderança.

Então assim, foi muito democrático, foi muito participativo, foi muito, envolveu muito a população atingida, né. E esse talvez seja a grande receita de a gente ter conseguido alcançar o objetivo, porque daqui a pouco se a gente tivesse feito pela cabeça de dois, três

líderes aí, dado um rumo pro movimento que a população não tinha ajudado a construir, é possível que a gente tivesse ficado com o pincel na mão, né, porque aí o pessoal não vem junto, você grita e ninguém vem junto, não resolve né. Agora como a gente construía, tirava o líder lá pra ele acompanhar o processo, e aí o compromisso dele: participava de uma reunião da coordenação, ele tinha que voltar lá e reunir a comunidade, reunir os atingidos e passar o... Então ele mesmo dava esse retorno porque se não a gente não conseguia passar a cada pouco passar em todas as comunidades. Eu acho que a gente fez umas três ou quatro rodadas em todas as comunidades feitas por nós, para até conseguir ter um processo que andasse, vamos dizer assim, com lideranças em cada comunidade, com pessoas que vinham pras discussões e daí retornavam lá que a gente não precisava ir de volta, né, eles mesmos conseguiam levar a informação. Eu acho que foi muito por aí assim a receita de que conseguiu envolver o pessoal.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

KOHWALD, Claides Helga. Entrevista concedida a Larissa Gabriela Wentland em 21/12/2021 e 07/03/2022. Florianópolis, 2022.

Nome da Entrevistada: Claides Helga Kohwald

Local da entrevista: Entrevista online

Datas da entrevista: 21 de dezembro de 2021 e 07 de março de 2022

Nome do Projeto: Memórias de Luta: narrativas dos atingidos pela barragem de Itá.

Entrevistador: Larissa Gabriela Wentland

Transcrição: Larissa Gabriela Wentland

Data da Transcrição: 29 de abril de 2022

Entrevista realizada com Claides Helga Kohwald.

Larissa Gabriela Wentland: Como começou o envolvimento com o movimento de atingidos por barragens?

Claides Helga Kohwald: Tudo começou na comunidade, porque a gente foi orientado pelos sindicatos combativos que a gente precisava se organizar, né. Que iam ser construídas essas barragens, tinham muitas planejadas, que hoje a gente sabe que não vão sair mais porque quando eles fizeram o projeto das barragens nunca se imaginou que eles iam ter toda essa despesa com os atingidos, isso não estava dentro do projeto deles, né. Mas como o povo se organizou e exigiu indenização, reassentamento e pra quem foi pra reassentamento uma ajuda de custo por um ano. Então hoje a gente sabe que não está mais no plano deles todas aquelas barragens principalmente na bacia do rio Uruguai que estavam sendo planejadas.

Então a gente teve reunião na comunidade e foram escolhidas lideranças, eu já sempre fui uma liderança na comunidade então me convidaram pra participar, e eu comecei a

participar então na região, onde eram discutidas as medidas a serem tomadas, como se organizar e enfrentar essa situação.

Larissa Gabriela Wentland: Eu já conversei com algumas pessoas que foram me contando como foi organizada toda a comunidade, conversei com o Mauro Postal que foi atingido, então eu queria saber como foi a tua relação com a barragem, se tu foi atingida, e também como foi tua participação e envolvimento na CRAB, pelos outros relatos que eu já fiquei sabendo tu foi uma das lideranças que atuou.

Claides Helga Kowald: Como mulher, pela empresa a gente foi muito respeitada, porque no início da organização eu estive a única mulher entre 120 homens né. Não é normal que a mulher nos anos 80 saísse de casa para participar nesse tipo de encontro, reuniões onde se tomava decisões. Então eu participando ali fui me aprofundando na situação né, e fui me promovendo dentro da organização, tanto que a gente começou a participar além da comunidade, dentro da região e assim por diante.

Larissa Gabriela Wentland: Tu se sente à vontade para contar a tua atuação na CRAB, o que vocês participaram, o que tu esteve junto?

Claides Helga Kowald: Para contar tudo mesmo seria, até com o tempo a gente vai esquecendo certas atuações. Mas realmente, a gente começou a organizar o povo em primeiro lugar, o povo tomar conhecimento do que tava acontecendo, depois a gente participou, eu participei dos nossos projetos, como que a gente queria que funcionasse isso né. E a gente sabe que a gente teve muitas reuniões com a empresa sem sucesso né, porque eles queriam cansar a gente, né, nós ia pra reunião, chamava reunião de novo, ia pra uma mobilização, o objetivo deles era nos cansar, nos amedrontar com a polícia. Eu senti assim, como mulher eu fui muito respeitada, no momento que eu fiz parte de algumas comissões eu era ouvida, porque a gente como mãe de família em casa, em uma comunidade, a gente sabe tudo o que se perde quando a gente tem que sair de um lugar, e quando planejavam as casas, a gente que sabia como que tinha que ser uma casa, né, com a família se tem meninas, se tem meninos, se eu tenho uma pessoa de idade na minha casa, se eu tenho uma pessoa especial na minha casa que precisa o seu quarto, se chega uma visita, isso pra nós sempre foi normal que tivesse um espaço para acomodar uma visita, e eles riam disso né, porque não é a realidade deles, se receber uma visita em casa, a visita vai pro hotel, a realidade deles não é ficar cuidando de uma pessoa enferma ou doente, é levada pro hospital, é levada para um asilo, né, as pessoas especiais são levadas para APAE, mas essa não era a nossa realidade, a gente tá morando lá

no interior, a gente não tem essa possibilidade. Então tudo isso a gente lembrava, a gente como mulher lembrava isso e isso era muito importante pra eles tomar conhecimento de como nós pensava que devia ser a indenização e a relocação e como eles tinham que nos atender como atingidos, o que era necessário pra nós, o que precisava ser feito pra nós.

Larissa Gabriela Wentland: Como foi o processo da relocação e indenização?

Claides Helga Kohwald: Quem precisava, os sem terra precisavam ser realocados, mesmo que tinham pessoas que diziam “se a pessoa é sem terra como que ela vai querer terra?” Sim mas tavam morando junto com os pais, com os sogros, no porão, ou no paiol, ou junto na casa porque já não tinham pra onde ir, né. Porque era uma época que você não podia comprar terra pra um filho, não. Era como muitos, muitos anos atrás onde o pai comprava uma terra e colocava os filhos, isso naquela época, principalmente quando os meus filhos eram adultos isso não era possível, casavam, ficavam morando junto com os pais. Então no momento que a gente foi atingido eles também foram atingidos e como não tinham terra eles tinham que receber terra.

Então a gente apresentou para eles um projeto, de que tinha que apresentar três áreas que a gente pudesse visitar e conhecer se elas eram próprias pro cultivo da agricultura familiar, né, não ser uma área que foi rejeitada porque ela servia só pra criar gado, mas esse não era o objetivo nosso, era plantar para subsistência esse pedaço de terra, e que fosse meio parecida com aquela que a gente tava deixando, né, e que a ali eles precisavam ter casa, eles precisavam ter toda a estrutura. Então isso não foi fácil, isso foi muitos e muitos anos, afinal o planejamento da empresa era de terminar bem antes a barragem, de fechar o lago e poder gerar energia, mas isso se prolongou por muitos anos porque eles tinham que atender os atingidos, né.

Então quem tinha terra precisava ser indenizado, e isso também pra indenizar conforme a terra, se era um declive tinha um valor, se era terra plana tinha outro valor, daí eles diziam, “tem uma terra ali, um pedaço que não é de aproveitar”, mas era um banhado, como que um banhado não faz parte, não é de aproveitar? Também tinha que ser valorizado tudo que a gente tinha plantado na nossa propriedade tinha que ser valorizado, porque todos diziam “quando eu cheguei aqui na propriedade aqui não tinha nada, eu comecei do nada, isso tudo aqui eu plantei, eu fiz, eu cultivei, eu cuidei”, né. Então, não foi fácil, mas na medida do possível, a gente conseguiu conforme a gente pensava. Só que assim, quem na indenização pegou dinheiro, pegou dinheiro e foi se comprar às vezes não saíram muito bem, porque a nossa geração daquela época não sabia comprar terra, a terra que a gente tinha, que

era o meu caso também, a gente comprou do sogro pagando assim como pode, vai pagando como pode, vai pagando como pode. Então a gente nem sabia comprar terra, então algumas pessoas não se saíram muito bem porque se compraram e ficaram com dívidas e depois não foi fácil então sair dessas dívidas, tem gente que eu conheço que até hoje tão querendo vender um pedaço de terra pra ver se uma vez saem do vermelho, porque faz 20 e poucos anos e eles ainda patinando porque não comprar muito bem, a terra não é muito favorável.

E nos reassentamentos a gente também tem uma certa decepção, né, que a gente pensou que o pessoal ia trabalhar juntos. Tem um assentamento que isso funciona, mas a maioria deles não. Aqui onde eu moro, os meus filhos, eu tenho três filhos ali no reassentamento, então tem um frigorífico perto ali, tem um restaurante perto, a 3 km da cidade, então as mulheres, os jovens e também alguns homens são tudo empregados, nem vaca de leite, nem plantar para subsistência, porque, claro, eu achei quando começaram construir esse restaurante eu falei pra minha filha “vamos poder vender nossos produtos excedentes das nossas hortas” “não mãe” ela disse, “pior que eles vão levar toda nossa mão de obra”. E até ela no final acabou trabalhando de noite naquele restaurante. Então sabe, num país capitalista, onde se pensa sempre no ganho isso é até normal, porque que nem agora a gente tá passando por uma seca muito grande, né, então como você quer incentivar o jovem pra ficar na agricultura, né, se a gente não, se a nossa empresa é a céu aberto. Está se perdendo muita lavoura, já houve uma seca, né, e daí não há pastagem pro gado, precisa comprar o trato, o trato tá muito caro, os insumos pro plantio eram muito caro, são muito caros, o pessoal investiu e plantou e praticamente não vão colher. Fazem silagem pro gado, não sei se você conhece isso né, mas não dá uma silagem de boa qualidade se não é uma espiga formada.

Então os reassentamentos decepcionaram a gente um pouco, né, porque a gente queria realmente que o pessoal ficasse ali, produzisse pra subsistência, e até podiam produzir alguma coisa, ainda mais que nem aqui a gente é favorecido porque é perto da cidade, eu sempre fui feirante, meu filho é feirante, minha filha também é feirante. Eu parei, ainda tô assim mandando alguns produtos, mas parei por causa da pandemia, né, to com 80 anos então a gente tinha que se cuidar um pouquinho também, né, não tenho nenhuma comorbidade mas mesmo assim a gente tem que se cuidar, ainda precisa se cuidar.

Larissa Gabriela Wentland: Tu comentou que só um dos assentamentos deu certo, qual foi esse assentamento? É esse que vocês estão?

Claides Helga Kohwald: Não, é... deixa eu pensar agora, acho que é Chopinzinho. Não. Honório Serpa? Deixa eu perguntar pro meu marido. [conversa com o marido sobre qual é o nome do assentamento]

O Davi acha que é Mangueirinha, eu sei que tem Mangueirinha 1, Mangueirinha 2, onde o pessoal, não sei, tive uma notícia que uns romperam, mas onde o pessoal trabalhavam assim, pra subsistência, né, e assim pra, plantavam por exemplo pro que era pro comércio plantavam tudo junto, era assim um associação. Para subsistência eles produzem muito porque eles fizeram uma festa, acho que tinha umas 300 pessoas em comemoração dos acho que 20 anos deles.

Claides caiu da chamada, em seguida houve uma segunda tentativa.

Larissa Gabriela Wentland: Tu tava me falando sobre o assentamento de Mangueira quando eu parei de te ouvir, não sei se tu chegou a falar mais alguma coisa.

Claides Helga Kohwald: É, não sei se falhou alguma coisa, mas assim, que é louvável naquele assentamento, é que eles produzem pelo menos para subsistência, o que geralmente não acontece, mesmo fora do assentamento, a gente vê o pessoal com pouca terra plantando só soja né, é uma monocultura, né, e vem comprar as coisas no mercado, né. Então isso é lamentável o que tá acontecendo com os agricultores né. E nos assentamentos, lá em Mangueirinha a gente não viu isso, né, lá todo mundo tem sua horta, tem porco, tem vaca, tem vaca tipo de condomínio, né, onde é de todos, que ficam ali, mas também tem sua vaquinha em casa, galinha. Aqui dentro do assentamento muita gente não tem galinha, não tem porco, compram tudo, os que têm, tinham vaca de leite, agora a maioria já vendeu também né, pegavam o cheque do leite e iam no mercado comprar tudo, né. Então isso é uma decepção, porque, é que se fazia formação, muita gente às vezes não vinha pros encontros, né. E o nosso, eu só posso falar mesmo aqui do nosso assentamento onde meus filhos tão, eram pessoas assim que moravam de agregados, né, na barrancas do rio Uruguai, ali Itá e Aratiba né, onde eles moravam, então eles cuidavam do gado, cuidavam das cercas do proprietários, então isso era mais um trabalho assim, e depois mandado pelo capataz, pelo patrão, né. Então eles não têm iniciativa, a maioria não tem iniciativa. Tem pessoas ali que tão 20 e poucos anos e não plantaram um pé de limão ainda, porque não eram acostumados a fazer isso, porque não era propriedade deles, moravam de agregados. Mas mesmo eles já estando morando ali nos assentamentos, foi dado formação, foi feito formação, tinha acompanhamento e tudo. Mas por outro lado tava infiltrada ainda a eletrosul, que na época era a empresa né, e a eletrosul fazia muito a cabeça, né. O que eles falavam, porque eles

tinham um jeito sim, que eles conheciam até os remédio que as pessoas tomavam e qual era os problemas de saúde que eles tinham, então já chegavam assim na casa sabendo tudo, e aquela coisa toda, eles cativavam as pessoas né. Enquanto que o nosso povo da CRAB, a nossa coordenação, os nossos dirigentes, eles vinham assim mesmo batendo em cima de que tem que se organizar, que tem que fazer isso, fazer aquilo, então o povo não gostava muito, né, ou não ia muito. Isso a gente sabe que é um jogo que a empresa usou.

Larissa Gabriela Wentland: Como foi o processo de convencer a população a se organizar para lutar?

Claides Helga Kohwald: Foi assim, quando daí os sindicatos tomaram conhecimento, né, e foram pras comunidades, eles ficaram sabendo mas não iam pra formação, não iam para algum encontro, mas sabiam que isso tinha uma liderança nas comunidades, que essa então batia em cima disso, que nós vamos embora, nós temos que sair, nós temos que se organizar, né. Mas muitos, muitos não tomaram conhecimento de nada, não participaram, deixava a liderança fazer as coisas, né, levar tudo nas costas. Porque não foi fácil, naquele meu tempo a gente sabe de lideranças ali que hoje ainda comentam do cansaço que tiveram, né, porque você quase precisava colocar isso na cabeça da pessoa pra ela entender que ela tinha que se organizar porque ela tinha que se defender, né, não era a liderança.

Claides teve problemas de conexão e a entrevista continuou na data 7 de março de 2022.

Larissa Gabriela Wentland: Então continuando de onde estávamos conversando, como foi a tentativa de fazer formações?

Claides Helga Kohwald: Antes de se formarem os assentamentos, e de o povo atingido ir pro assentamento, se fez muita formação com essa gente, né, pra eles ir pro assentamento já preparados, porque a intenção era que se trabalhasse coletivamente, né. A gente sabe que as pessoas trabalham menos, se judiam menos, e trabalhando, mas isso sabe, o nosso povo brasileiro não tem a cabeça formada pra isso, né. Então praticamente só ali que deu certo³⁷. Ah, eu tava vendo esses dias, era pra ser Mangueirinha, não sei bem se isso é Mangueirinha afinal, se você consegue conversar com o Luiz³⁸, pergunta pra ele quem é que celebrou os 25 anos. Eu não tenho de momento nada assim, uma lembrança que comprove pra saber isso né. Mas ali, só que a notícia que a gente teve nesse ano que passou, porque foi um ano muito difícil pra lavoura, que o pessoal tava se dividindo, né, que uns não queriam mais continuar,

³⁷ Em referência ao assentamento de Mangueirinha.

³⁸ Luiz Alencar Dalla Costa.

mas que outros continuavam. Então assim, é uma coisa que fracassou aquela tentativa que a gente fez, aquele objetivo que a gente tinha, né, nas formações para que as pessoas trabalhassem coletivo. Até se pensou de criar tipo um bairro onde todos moravam meio junto, né, e tivessem todo o conforto ali e as lavouras pra fora então. É um estilo que se usa muito na Europa, né, mas isso também não deu certo. Eu sei que o pessoal da coordenação procurava de tudo que é maneira que quem ia pro reassentamento era pra trabalhar diferente do que o pessoal trabalhava, os da agricultura familiar, né, cada um pra si, cada um com os maquinários, os galpões, né, pra que isso? Podia ser tudo coletivo, mas isso infelizmente até hoje não se tem notícia que isso deu certo.

Larissa Gabriela Wentland: Além das formações, como foi o processo de convencer a população a se organizar?

Claides Helga Kohwald: Como eu te falei, o povo era pra sentir, através disso construir uma sociedade diferente, né. Que fosse diferente daquilo que a gente tinha, e o pessoal até foi levado para conhecer, porque isso tem bem pouco no Brasil, mas assim tem alguns lugares onde isso funciona. E assim, principalmente o pessoal ali de herança, ali das comunidades foram levadas para conhecer, como que trabalhavam ali, um tipo de associação, e formavam aquelas associações de produção, né, de pequena leitaria, ou que fosse uma produção de açúcar mascavo, pra conhecer assim. Às vezes era só uma família que trabalhava junto, mas também tinha casos assim onde, onde principalmente associação pra produzir açúcar mascavo, ela precisa realmente de muita gente. Alguém precisa plantar cana, alguém precisa limpar, alguém precisa se preocupar com lenha, né, então essa lenha também precisa ser plantada, pra depois poder cortar né, e depois na hora da colheita, e na hora da produção precisa de muita gente envolvida né, então pra isso criavam as associações. Mas olha, é lamentável, se é pra eu te dizer que talvez aqui em Capanema, que já fica mais lá na fronteira, ainda funcione alguma associação, mas no mais, conheço muito poucas. A gente até tava reunido essa semana pra formar uma associação, principalmente as mulheres que trabalham com chás e assim as produções formar. Porque quando tem uma verba que vem de uma emenda parlamentar, ela não pode mais ser passada para uma entidade que nem um sindicato que fosse né, precisa que ser para uma associação. Então nós estamos pensando em criar uma associação, mas já logo dissemos “não sei quanto tempo ela vai durar”, porque temos muita associação por ali que tá falida, né, muitas já nasceram mortas porque as pessoas não têm muita clareza de como deve funcionar uma associação.

Larissa Gabriela Wentland: Eu pesquisei a história da CRAB (Comissão Regional de Atingidos por Barragens), encontrei alguns boletins. Esses boletins eram voltados para a base da organização? Eles conseguiram contribuir para a conscientização da população?

Claides Helga Kohwald: Sim, eu tinha muito material guardado também, mas acontece que isso estava na casa de um filho meu, e queimou a casa, e aí queimou aquilo tudo junto.

Sim, nos encontros, nas reuniões que a gente fazia, a gente trabalhava cartilhas, trabalhava material, com palestrantes que vinham de longe, até pessoas que vinham de outros países, né, que aí coordenava essas reuniões, e repassavam isso. Mas como já te falei, né, ali na reunião tudo bem, o pessoal saía assim todo empolgado, né. Mas aí tu volta pra tua comunidade, onde as pessoas não pensam assim. Teria então ser uma formação mais coletiva, pra mais gente, pra comunidade toda de repente, só que isso nunca foi possível, sempre só iam as lideranças, e essas lideranças voltava e tudo bem, enquanto tava na reunião tudo bem, o pessoal bem empolgado. No momento que voltam pra casa caem naquele velho costume, aquele ritmo ali que a gente sabe que não levou a nada e que não leva a nada também, se a pessoa não tá dentro de uma organização ela praticamente não consegue nada. Então eles eram para contribuir para conscientização da população, mas nem sempre isso acontecia.

Larissa Gabriela Wentland: Tu considera que foi difícil todo o processo, desde as primeiras informações que chegaram sobre a construção da barragem, até o reassentamento da população?

Claides Helga Kowald: Sim, eu acho assim que foi bastante difícil, a gente que fazia parte da coordenação, e era uma liderança da comunidade, a gente sabe que era bem difícil. Em primeiro lugar a gente nem podia se imaginar isso, né, que ia juntar tanta água que ia chegar até ali. E assim, realmente, as pessoas não acreditavam. Tinham muitos projetos que caíram por terra, porque lá perto onde eu morava muitos anos antes eles perfuraram um morro, que atravessasse o morro onde queriam trazer água, canalizar água por baixo do morro, tipo de um túnel. Aí eles perfuraram aquela laje pra consultar, pra ver se era uma laje boa, se isso desse certo, né. Mas foi gasto um dinheirão pra fazer tudo aquilo lá e ficou parado. Porque realmente, se fizessem aquilo não ia atingir praticamente ninguém, né, a não ser pra baixo daquela usina tinha que ter cuidado, porque se estourasse, né, mas não ia se formar um lago. Aquela água ia vir por aquele túnel e ela teria pressão para tocar uma turbina, né, e aí ela já caía dentro do rio Uruguai de novo, né, era um plano.

Só que a gente sabe que a intenção era atingir a população, né, atingir que a população tivesse que sair, né. E como a gente viu que a gente tinha que se organizar para que o pessoal

não ficasse mal, né, não saísse por ali e ficasse sem terra, porque isso realmente não tava no projeto deles reassentar pessoas. Eu tenho uma cunhada que dizia que isso não era justo que os sem terra ganhassem terra, pois eles eram sem terra, que ganhasse terra, ganhasse pago, ganhasse terra por terra num outro lugar, mas que quem fosse sem terra...

Hoje ela é primeira dama, eles já foram, por três vezes meu irmão foi prefeito e ela é a primeira dama num município ali e pensa assim. Mas a gente sabe também de que lado que eles estão, né. Então realmente não foi fácil, não foi fácil. Foi uma luta muito grande, né, porque sempre de novo convencer as pessoas de que a barragem vai vir e a gente tem que se organizar, que deixa as coisas em casa porque se a gente vai perder tudo vai ser bem pior, né, e tanto falar e explicar.

Mas tudo bem, acho que na época a gente reunia bastante gente assim pra ir numa manifestação e tudo, né. Hoje para uma assembleia não se reúnem mais que dez, doze pessoas. Esses dias era pra ter uma manifestação por causa da seca, não conseguiram reunir população. Não sei se ainda não tá ruim que chega ou se as pessoas estão cansadas, ou o que que tá acontecendo, né. Mas não se reúne mais gente, naquela época a gente até reunia, e tinha que reunir, né, porque tinha que ser tudo através da pressão. Se não fosse por pressão com a empresa, nós não ia conseguir nada, mesmo que algumas coisas não aconteceram assim como foi planejado, mas acho que ainda saiu pelo melhor que em outras barragens, como a Itaipu, por exemplo. A nossa força foi que nós tinha um documento que era elaborado pela população e com esse documento a gente negociava com a empresa.

Larissa Gabriela Wentland: Tu podes me explicar mais sobre esse documento que vocês negociavam?

Claides Helga Kohwald: Sim, esse documento, nesse documento, como eu disse ele foi elaborado pela população era perguntado pro povo “se vocês chegar a ser atingidos pela água, o que vocês pensam? Vão pegar a mudança e ir embora, ou como vai ser?” Não, capaz, nós vamos precisar receber pela terra, nós compramos essa terra, nós construímos essa casa. Sim, tudo bem. Então é terra por terra, ou é indenização, né, ou uma carta de crédito, que aí eles procuravam uma propriedade. E a gente podia então conhecer essa propriedade e dava um certo valor pra essa compra. Se ai o vendedor queria mais você tinha que com recursos próprios completar aquilo lá. E daí a coordenação perguntava assim: Mas e as frutas que vocês têm plantado? E as instalações pros animais? Vocês ali tem uma gaiola com passarinhos, ou uma gaiola onde engordam frango, alguma coisa. Assim como agricultor vai

ajeitando a estrutura no seu pátio, né na sua propriedade, e isso tudo? Pois é, onde a gente vai tem que fazer, isso tudo tem que ser valorizado, né, ou vocês acham que não?

Então eles concordavam, mas de momento, se a coordenação da CRAB não fazia lembrar isso as pessoas nem se davam de conta, né, que isso tudo tinha que ser valorizado. As casas por exemplo, de que tamanho tem que ser as casas? É conforme a família, né. Eu batia muito nessa tecla, que se tem menina, tem guri, meninos, meninas, tem o casal na família, precisa três quartos, mas precisa ter um quarto para visitas. Ai pessoal da Eletrosul dizia: visita a gente manda no hotel. Eles não conheciam a realidade no interior. De repente a gente vai ter uma pessoa idosa na casa da gente, ou uma pessoa especial. Antigamente as pessoas especiais ficavam em casa, né, hoje vão para uma creche, ou são internadas né, como tem alguns lugares, né, ou pelo menos ela tem o seu espaço na casa. Então eles diziam: os idosos a gente leva pro asilo. E as pessoas especiais, naquela época diziam as pessoas deficientes, né, só que deficientes todos nós somos, né, porque eu uso óculos, o meu companheiro usa aparelho de audição, chama deficiência, então não são pessoas deficientes, são pessoas especiais. E elas uma vez foram incluídas na sociedade né, porque uma vez essas pessoas era escondidas, porque isso era visto como um castigo na família e assim por diante. Como eu tenho 80 anos eu já vivi essa época onde as pessoas era escondidas, né.

Então realmente esse documento trazia tudo, né, como a gente queria que fosse. Que quem vai pro reassentamento precisa apresentar três áreas de terra. Aí uma comissão formada por algumas pessoas que daí iam para aquele lugar lá e conhecer se essa terra era própria para agricultura. Como foi descartado uma área, uma área que era só campo, que era uma terra que não ia dar produção, tinha o gado criado em cima, inclusive era uma região muito fria e isso era diferente do clima que a gente vivia ali na barranca do rio Uruguai né. E assim por diante, tudo tinha que ser lembrado, né. Tinha que ser apresentado três áreas de terra e dessas três áreas de terra, uma ou outra ia ser aprovado. E as indenizações acompanhado pelo proprietário, por exemplo, caminhar lá fora na propriedade, contar as frutíferas, contar tudo o que tinha ali plantado, ou mesmo coisas nativas. A frutífera que tu plantava ela tinha um valor, a outra que era assim uma coisa nativa que nascia meio por conta, né, que nem a goiaba, outras frutas também né, que são nativas, então elas tinham um outro valor. Isso tudo estava no documento que tinha que ser respeitado, né.

Mas foi assim, não foi muito fácil, né, porque eles não conheciam, eles nunca trabalharam com um documento que eles tinham que respeitar, e num ano trocou seis vezes de presidente da empresa, da Eletrosul. Daí quando a gente ia pra uma mobilização porque as coisas ficavam paradas, não estavam acontecendo conforme a gente tinha acordado através

do documento, a gente fazia uma mobilização. Chegamos a prender um funcionário também né, até que daí o pessoal responsável para negociação nós segurava aquele funcionário entre nós ali, né. E assim, eles, como eu falei, seis vezes trocou o presidente da Eletrosul, e ele dizia “mas eu não conheço documento, eu não sei isso”. Ai um dia eu falei “se não sabe jogar bola não entra no campo, como que o senhor assumiu a presidência de tamanha empresa sem conhecer um documento que os atingidos têm para negociar com a empresa.”

Eu sei que passamos uma noite negociando, e eles procuravam cansar a gente, né, porque eles pensavam assim “essa gente vai ganhar fome, vão ter que sair pra comer”. Mas nós sempre tava preparado, levava alguma coisa, né. E quando a gente via que o negócio ficava muito estendido, arrumava um gaiteiro, um violeiro, música e dança, passava a noite. Até que eles não resolviam, né.

Assim a gente foi pra um lugar em Itá onde era sede da Eletrosul, e daí a gente também fez uma comissão, e a comissão negociou e eles achavam que nós tinha que sair dali ao anoitecer, e nós não tinha onde ficar, e daí os atingidos, o pessoal que tava lá achou uma janela aberta e por ali começaram a enfiar colchão pra dentro, e algumas pessoas entraram pra dentro e quando viram e quando viram nós tinha tomado aquela estrutura que era deles, né. Assim ficamos praticamente uma semana lá, né, e não tinha jeito de negociar, não tinha jeito de negociar. E daí uma madrugada a gente arrumou uns ciscos, gravetos e colocou num canto assim do escritório que eles tinham lá e nós ameaçamos que nós ia botar fogo. E daí eles viram que nós ia fazer mesmo, eles assim achavam que nós era, eu acho que eles achavam que nós era gente ruim, uns bandidos, mas ninguém. Só que assim, eles sabiam que nós tava preparado, que nós tinha formação para fazer isso, né, e que nós não ia desistir tão fácil, né. E aí a gente conseguia negociar. Mas uma vez nós ia pra uma mobilização, mas tiraram até os garfos que nós tava levando né, porque nós levamos um tacho e fizemos risoto daí os pratos, aí no meio do feijão, no meio do saco com arroz, nós tinha escondido faca e garfo e polícia achou e tirou. Disseram que isso tudo era ferramenta que ia machucar, que era pra agressão, imagina, no começo nós ia com enxada, com foice, e isso tudo com o tempo acabou, porque daí nem garfo e faca não deixavam levar. Eu sei que daí os homem achavam um mato e foram lá e fizeram umas colher de bambu para nós poder comer risoto, e alguns até comiam com a mão.

Larissa Gabriela Wentland: O que eu percebi até o momento é que a construção da nova cidade de Itá teve mais atenção, eu conheci a cidade uns anos atrás e o que aparecia no

discurso era como se a hidrelétrica só tivesse feito coisas boas, mas não se falava nada sobre as pessoas de fora da cidade de Itá, dos outros municípios e da população rural.

Claides Helga Kohwald: Ah sim, com certeza. A gente também foi conhecer lá, é uma cidade modelo porque ela também se tornou turística agora por causa daquilo tudo que tem lá. A igreja, a igreja eles não detonaram ela como fizeram em outras comunidades, a igreja ficou ali né. Eu sei que tem gente que vai lá, vão excursões lá, diz que quando anoitece tem um sino que bate e liga as luz dentro daquela igreja, diz que é muito emocionante aquilo lá, né.

E claro, ali foi investido né, sempre dependia da vontade política, se tinha os políticos do lado deles que concordavam eles investiam.

Isso era pra ser assim um modelo, só que assim que nem você já coloca, né, em outros municípios não foi assim, e principalmente a população rural não foi aquela coisa que era pra ser. Mas eu acho que já falei na outra oportunidade que quem foi pro reassentamento, quem pegou terra por terra se saiu melhor que as pessoas que pegaram indenização e foram se comprar uma área de terra. Porque a nossa geração não sabia comprar terra, acho que até te falei isso numa outra oportunidade, eu dou tanta entrevista, às vezes falo pra outras pessoas e depois não sei se já falei ou não falei. A nossa geração comprava terra dos sogros, dos pais, antigamente a terra tinha pouco valor, vendia uma chiqueirada de porco e comprava uma colônia de terra, né, e aí os pais tinham. Nós casamos e não tinha nada, nem um prato, nem uma panela, e fomos morar junto com o sogro e fomos trabalhando, engordando porco, e plantando feijão, soja não era na época né, e plantando feijão, plantando arroz essas coisas pra vender e daí a gente conseguiu comprar a terra dos sogros assim “vão pagando como vocês podem”. Então isso, depois na época da construção da barragem não existia mais, se alguém vendia é porque queria vender pra comprar num outro lugar então precisava do dinheiro né, ou tinha que vender porque ia ficar sozinho ali na roça, então tinha que vender.

E isso a gente até colocava assim, que a gente não queria depender de uma imobiliária, né, que a imobiliária não tinha obrigação com nós, procurar um pedaço de terra, quem tinha obrigação era a empresa né.

E você tá certa, se você conheceu lá e viu o que é aquilo lá, realmente, aquilo é pra ser um modelo de como a Eletrosul deixava bem uma cidade, né. Ela foi assim projetada né, assim, coisa finíssima, mas não aconteceu assim com outros municípios, não aconteceu assim com a população rural.

Lembrei agora de compartilhar contigo uma dificuldade que a gente tinha depois que o pessoal já tava nos assentamento, a Eletrosul, a empresa, ela continuava acompanhando,

faziam de conta que queriam deixar as pessoas bem, então tinha uma funcionária de nome Antônia, ela sabia de cada família que tipo de remédio que tomavam, o nome das crianças, a data de aniversário das crianças e coisas assim, data de casamentos. Eles faziam aquelas pesquisa, aquele levantamento, tudo anotadinho né, e daí eles conquistaram esse povo assim de um jeito, porque de repente tu vai pra uma comunidade, um assentamento longe pra um lugar desconhecido, nem todos se conheciam que iam pro assentamento, aí tu tava meio perdida assim, tava a procura de novas amizades, então ela queria substituir, ser aquela pessoa. Então também tudo que ela falava ela tinha crédito, né, porque era ela que sabia.

Se nós ali da comissão, da coordenação vinha e falava alguma coisa e orientava isso era uma coisa bastante estranha e era uma coisa assim, o pessoal tinha que sair da zona de conforto pra trabalhar, se organizar e fazer as coisas, né. E daí eles não acreditavam muito, não ouviam muito nós, porque quem era nós? Nós era agricultores atingidos que nem eles também e pessoal do sindicato. Nem todos até hoje entendem que sindicato é uma ferramenta de luta, né, eles ainda tinham aquele outro sindicato na cabeça, então eles achavam de repente que era pro nosso benefício próprio. Isso foi uma dificuldade que a gente encontrou, até que eles entravam dentro dos reassentamento, também o pessoal eles pensavam bem diferente dos que eles pensam hoje, né.

Larissa Gabriela Wentland: É muito interessante ouvir a forma como vocês se organizavam e principalmente como vocês resistiram a empresa, no outro dia que conversamos tu comentou sobre como eram feitas as compras de terra antes e sobre como foi difícil pra quem pegou a indenização ao invés do assentamento

Claides Helga Kohwald: Eu assim não tenho conhecimento se alguém escreveu, a gente sabe que existe umas cartilhas, algumas coisas, eu já disse esse material eu não tenho mais, isso queimou junto na casa que queimou. Não sei se alguém escreveu um livro sobre isso, essa história toda, ou se isso só está na cabeça de algumas pessoas ainda, né, porque isso já fazem tantos anos, eu já to há 22 anos aqui no paraná, algumas pessoas já saíram bem antes, e toda essa história, se isso ficou gravado ou escrito, eu não sei até você tem contato com o Luiz Dalla Costa pra ele colocar um pouco assim se isso está guardado toda essa história, se tem algum documentário sobre isso, né. Porque eu tenho aquele filme né, aquele filme que a gente fez, mas ele também não conta tudo, então tem muita coisa. Sempre estão insistindo comigo que eu é pra escrever, mas também não tá fácil, eu ainda moro numa chácara, ainda tenho meus serviços, ainda tô envolvida em algumas entidades, então realmente uma vez sentar. Já tinha planejado, bom vou pegar uma tarde durante a semana e hoje de tarde eu vou

sentar e vou escrever, mas em casa isso não funciona. Eu precisava ir pra uma sala lá do sindicato, me fechar lá e fazer isso, né. Então a gente tem muita coisa assim na cabeça pensando que tinha que escrever e ficam insistindo pra mim que tenho que escrever. Disse que provavelmente ainda tenho que escrever, eu sei que anos atrás eu tive um leve AVC, primeira coisa que eu me lembre foi “meu Deus se minha mão direita não voltar a força, eu ainda quero escrever um dia”.

De repente agora a gente tá assim parando, a pandemia até contribuiu pra gente parar um pouco, parar. Parar, e com as mortes que aconteceram em volta da gente, a gente pode ver que não vale a pena ficar com essa idade ainda querendo produzir tudo, porque não precisa ir comprar, mas não sobra dinheiro igual pra gente aplicar em alguma outra coisa, né. Então a gente tem que se conformar com aquilo que a gente tem, e se conformar que se a gente tem comida na mesa, e se todo, se a gente tem saúde e a família também, a minha família é bem grande, então é isso, né.

A gente viu que a gente sofreu, e isso a gente precisava ter, ser colocado tudo. Porque hoje jamais, não sei como tá lá pro norte, tenho alguns contatos com algumas mulheres que fizeram parte do documentário Arpilleras, mas eu acho que também não conseguem mais se organizar, fazer mobilizações como na época a gente fazia, né.

E a gente enfrentou muita coisa, enfrentou polícia, enfrentou tudo, mas a gente não perdia a coragem porque nós sabia que nós tava trabalhando por uma coisa boa e pra um bem comum, que não era uma coisa assim nossa. A gente tava lutando por uma comunidade inteira, por uma população inteira que tava sendo atingida e que ia se sair numa pior, porque a gente sabia do que tinha acontecido lá na Itaipu. Eu tinha parentes assim que simplesmente pegaram a mudança a e saíram “ah, nós temos que sair” eles disseram, eles não tinham um sindicato que lutasse por eles, pessoal da política não estava do lado deles.

Eu me lembro que um dia a gente fez uma reunião e o coordenador colocou no quadro assim como se fosse um jogo de futebol, quem tá a nosso favor e quem não está ao nosso favor, e a gente viu que a gente sempre ia perder o jogo, né. Porque a gente colocou tudo quem está, eu me arrisquei a dizer “nem a igreja”. E realmente, nem a igreja, né. Eu sou luterana mas mesmo ali a gente passa por dificuldades, mas a nossa direção, já fiz parte da direção da nossa igreja, que vai até Porto Alegre essa organização toda que tem, eu já fiz parte e vejo que eles tão muito longe da realidade. Queira ou não queira é feito aquele orçamento e tinha que ser levantado aqueles recursos através da contribuição, né, que os membros precisam contribuir, na igreja católica se diz o dízimo e não querem saber da onde sai, né, e isso daí a gente vê, porque quando nós estamos com dificuldade aqui... Eu sei,

aqueles vez quando me manifestei, depois eu fui escolhida pra representar a igreja mas era a que menos era ouvida, né, porque daí tu tá meio sozinha lá defendendo. Se é através de um sindicato, principalmente os sindicatos combativos na época, eles ajudaram muito, e quando a gente conseguiu eleger pessoas que tavam do nosso lado também não faltavam pra nos dar apoio.

Larissa Gabriela Wentland: Tem algumas coisas que eu encontrei, tem a dissertação do Pedro Uczai que eu ainda não consegui ler toda, e se encontra alguns artigos escritos, trabalhos acadêmicos, mas acho que ainda assim tem muita coisa pra ser falada, por isso para escrever meu trabalho quero ouvir o maior número de pessoas possível

Claides Helga Kohwald: Sim, isso é muito importante, né. Porque a gente pode de repente lembrar de algumas coisas e também algumas pessoas viveram outros momentos, né. Porque tinha tanta coisa, tanta coisa acontecendo em outros municípios que tinham a liderança deles lá então a gente não acompanhava os outros municípios, que pode ser que aconteceram outras situações também, né. Assim como na barragem do Machadinho tinham colocado os marcos e tudo e esses marcos foram arrancados e foram queimados. Teve uma manifestação que foi feita, tanto que eles mudaram o eixo da Barragem Machadinho, por causa da manifestação da população atingida, ia pegar muita gente, muitas propriedades, por isso resolveram mudar o eixo.

Então ali em Erechim [Rio Grande do Sul] que era a sede, hoje não sei mais como é ali, se ainda continua aquele mesmo lugar do MAB, né, que hoje é Movimento Atingidos por Barragens em âmbito nacional, né, se ainda permanece ali, tem muita foto. Aquela vez que a gente fez aquele documentário As Arpilleras, a gente passou um dia lá olhando fotos, né. Então tudo tá registrado através de fotos, mas eu não sei se ainda tem alguma coisa escrita. Assim, seria tão fácil se a gente todo dia tivesse feito um diário, tudo que aconteceu naquele dia, mas a gente também não chegava a essa ideia, né, e ninguém ajudava a lembrar também, e a coordenação era muito envolvida nos trabalhos todos, porque acontecia uma coisa e já tinha que tá se organizando pra outra. Porque tinha que tá acompanhando o cronograma, não sei se já te falei que tinha um cronograma, que assim, por exemplo, até o mês de março está acontecendo isso lá na obra, no canteiro de obras e na questão social tem que ter acontecido isso. Então isso tinha que andar meio junto porque se não a água vinha e a parte social não tinha sido cumprida. Então esse povo tinha muito o que fazer, muito, muito o que fazer. Talvez na coordenação se o pessoal tivesse guardado as agendas, porque ali também anotavam muita coisa lá dentro sobre os acontecimentos e através de agendas e através de

fotos seria possível recuperar alguma coisa. É bom que vocês estão fazendo esse trabalho, acho que através desse trabalho vocês estão levado adiante bastante dessa história da luta contra as barragens.

Larissa Gabriela Wentland: Agradeço muito por tu ter aceitado conversar comigo, considero muito importante ter relatos de quem participou da construção do movimento.

Claides Helga Kohwald: Eu agradeço pela oportunidade de poder compartilhar, um pouco do que foi nossa organização, também das frustrações, também se você precisar de algo mais, estou à disposição.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

BRANT, Nilo Celso. Entrevista concedida a Larissa Gabriela Wentland em 25/05/2022. Itá, 2022.

Nome da Entrevistado: Nilo Celso Brant

Local da entrevista: Recanto do Balseiro/ Itá- Santa Catarina

Data da entrevista: 25 de maio de 2022

Nome do Projeto: Memórias de Luta: narrativas dos atingidos pela barragem de Itá.

Entrevistadora: Larissa Gabriela Wentland

Transcrição: Larissa Gabriela Wentland

Data da Transcrição: 06 de junho de 2022

Entrevista com Nilo Celso Brant realizada em 25 de maio de 2022, no Recanto do Balseiro, Itá-SC.

Nilo Celso Brant: Bom dia Larissa, hoje estamos no Recanto dos Balseiros em Itá. Sou o Nilo Brant, fui agricultor e sou ainda. Eu morava em 1985, 1986, 1987, quando foi o começo assim das mobilizações mais fortes na organização dos atingidos por barragens aqui em Itá, eu morava dentro do canteiro da Usina Hidrelétrica de Itá, onde hoje é o canteiro.

Então a gente foi atingido, no primeiro momento a gente foi atingido, certo? Então eu sempre estive envolvido com isso, porque eu era o ministro extraordinário da Eucaristia, era agente de Pastoral da Saúde. Então eu estava muito envolvido com a minha comunidade, e essa história, ela avança durante os anos 85, foi feita a grande mobilização aqui em Itá, foi o primeiro momento que a gente alavancou uma grande mobilização para fazer o “Não às Barragens”.

Então 85, 86, teve todo aquele debate da constituinte que a gente participou, 87 de fato começa o alvoroço a crescer em cima dos atingidos pela barragem de Itá. Como a cidade

receberia toda a relocação, indenização e aquela história toda, o campo não receberia nada, então nós tivemos que nos rebelar para mostrar que nós estávamos também nessa área. Teve grandes movimentos, então eu participei de tudo isso. Conseqüentemente a gente, fomos assim, por exemplo, vitoriosos na linha, a gente brigou por indenização, na troca de terra por terra e o reassentamento. Então a gente conseguiu o que de fato a gente defendia. Lembra que no começo nós éramos a Comissão Regional de Atingidos por Barragens, então seria a CRAB, mais tarde então isso passa pro MAB, o Movimento de Atingidos por Barragens. Então essa história toda eu participei.

Em 87, aquela época lá, o Aureliano Chaves que era ministro das Minas e Energia, por uma portaria do então ministro, ele cita o meu nome pra participar, pra resolver os problemas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itá. Então eu participei desse rolo todo de cabo a rabo assim. Então, vamos dizer assim, a gente conseguiu mobilizar muitos atingidos, você sabe da história da força que nós tivemos, né, naquela época lá, chegamos a paralisar todos os trabalhos da Usina, paramos a cidade de Itá em agosto de 87. Então assim, foi de fato um trabalho extraordinário que a gente conseguiu.

Por exemplo, seguindo isso, você pergunta o que eu faço hoje, hoje eu continuo sendo agricultor, só que em 2000 a 2007, nesses 7 anos eu fui estudar, morava na área atingida, mas fui estudar. Então hoje eu sou bacharel em turismo. Então em 2013 a gente constrói o Recanto do Balseiro, então a gente resgata essa história dos balseiros da bacia do rio Uruguai, então é uma história muito bonita, uma história muito ampla. Como eu sou filho, neto e bisneto de balseiros essa história de fato está no meu sangue, então a gente cria o Museu do Balseiro, e hoje além do museu a gente tem um restaurante, mas eu continuo morando na área rural. Então a gente produz tudo que a gente consome aqui.

Larissa Gabriela Wentland: Como tu ficou sabendo sobre a construção da barragem? Como tu começou a participar da mobilização?

Nilo Celso Brant: A respeito de como nós ficamos sabendo da construção da Usina, assim em 66 desceu um helicóptero na cidade velha do Itá e naquela época falaram que começava um estudo sobre o Uruguai para fazer construção de usina. Bom, isso foi em 66, aí ficou tudo parado, tudo quieto, a gente não ficou sabendo de nada. Mas em 78 a URI lá de Erechim, a Universidade de Erechim, conseguiu conhecimento, teve acesso ao estudo que estava sendo feito pela Eletrosul sobre as usinas, sobre 22 projetos que seriam construídos na bacia do rio Uruguai. Então esse foi assim de fato o primeiro balde de água fria em cima de nós aqui. Então foi em 78, e aí já nos anos 80 de fato eles vieram fazer os estudos na prática, sabe,

vieram fazer os conhecimentos aqui. Então eles fizeram três estudos sobre três possíveis aproveitamentos aqui em Itá, que seria para construção da usina aqui em Itá. Posteriormente, o Vilmar Dall'agnol que era deputado federal ele dá o nome para essa usina de Usina Hidrelétrica de Itá, e claro que, ele era deputado federal e ele estava no meio disso tudo, então se sabia que a partir daí essa usina seria construída aqui em Itá. Claro que daí houve todos aqueles três estudos, então no fim eles começaram a fazer o estudo para cima, a montante do rio Uv, porque se fizessem para baixo atingiria o município de Seara, o frigorífico de Seara seria atingido e teria que realocar tudo aquilo l. Então eles jogaram pra cima, conseqüentemente pegaram a cidade do It, então ali teve aquela história toda, então ficamos 22 anos nessa expectativa entre a notícia e o enchimento do reservatório. Como a cidade ia ser toda relocada, o campo nada, como eu morava no campo, então de fato tivemos que nos organizar e dizer que nós estávamos ali, então foi um grande embate que teve, tanto  que tivemos que parar os estudos, parar os trabalhos deles pra dizer que nós estávamos aqui, por isso que no primeiro momento houve aquele “Não  construção da usina”, n. Então assim, tivemos que nos organizar e de fato barrar o trabalho deles pra dizer que nós estávamos aqui. Então no primeiro momento via Dom José Gomes, era o nosso grande líder, que todo o oeste de Santa Catarina aprendeu a conhecer, e a gente conseguiu se organizar. Então, graças a essa figura que sindicatos se organizaram, a própria CRAB foi organizada l e depois foi pro Movimento dos Atingidos por Barragens. Mas de fato, assim, a nossa grande organização foi a partir de Dom José Gomes.

Em 66 desce um helicóptero em It, porque nós temos aqui uma chamada prainha onde tinha uma corredeira forte, então você poderia entrar, vamos dizer assim, o pessoal, a prefeitura até fez um calçamento para dentro, então você entrava no meio do rio de carro. E aí o pessoal tomava banho, lavava o carro, domingo era uma arruaça. E esse pessoal que desce de helicóptero vai até ali, então isso chamou muita atenção, o que eles vieram fazer, então eles falaram que iam fazer um estudo posterior de uma usina aqui em It. Bom, isso morreu assim, adormeceu essa essa história de 67, mas em 78 a URI de Erechim tem acesso a uma informação de que teríamos 22 projetos de barragens no rio Uruguai, e dentre os 22 It seria o primeiro, pelo fato do relevo, não sei se tu já observou isso, por isso se tu vai lá no CDA³⁹ na usina aqui em cima, eles vão falar que It é o megawatt mais barato produzido no país. Então foi pela facilidade de construção dessa usina, porque o relevo do rio Uruguai favoreceu isso.

³⁹ Centro de Divulgação Ambiental localizado em It-SC.

Então assim, o nosso paredão aqui é um absurdo, são 125 metros de altura de paredão, né, por isso que avança muito, então isso em 78.

Bom, no começo dos anos 80, começou a vir gente pra cá, né, pra fazer este estudo de fato no campo, na terra, então eles tinham três viabilidades para essa opção, que seria a jusante pra baixo do rio Uvá aqui, dois pra baixo e um pra cima. Os de baixo, os dois, o material que foi extraído, o estudo, favorecia mais pro lado de baixo, mas como fazendo pro lado de baixo do rio Uvá atingiria também o município de Seara e atingiria também a cidade de Seara, e lá já tem frigorífico, já tem tudo, mas assim, era um absurdo que se tivesse que colocar isso tudo. Então o que eles decidiram? Fazer pra cima. Bom, fazendo pra cima atingiu a cidade de Itá. E eles imaginaram assim, toda a relocação da cidade de Itá custaria 7% do custo social, do custo da usina, como custou 1,2 bi essa usina aqui então tu imagina 7% disso.

Bom, o que acontece a partir daí? Eles começaram a avançar isso, mas o que eles fazem? Eles só falam em relocar a cidade, mas o campo, no mato, vamos dizer assim, na roça onde nós morávamos, eles não estavam projetando nada. Então esse que foi o detalhe, o que acontece, eles só falavam da cidade, relocação da cidade, aquela história toda, que ia ser atingida, mas o campo não ia receber nada. E nós tínhamos anterior a nossa, vamos dizer, eu não me lembro certo que ano que foi inaugurada a usina de Foz do Iguaçu, mas logo antes da nossa, por exemplo, nos anos 80, eles construíram a Salto Santiago no Paraná. Tanto na Itaipu quanto na Salto Santiago, ainda hoje temos escrituras na justiça que não foram pagas. O que o governo fazia até então? Atropelava. Então tipo assim, você era atingido, você achava que a tua propriedade valia 10, eles te ofereciam 2. Ou tu pegava ou eles te deixavam pra trás. Então isso começou a nos preocupar. Então essa tese começa desse jeito, começa assim, houve um levante, sabe, aí com a participação de Dom José Gomes, nós tínhamos todas as comunidades organizadas assim, isso são 40 anos atrás. Então se fazia aqueles cultos dominical, isso era toda semana, todo domingo tinha culto, reunia-se toda a comunidade, como tu falas em outra religião, a grande predominância aqui é Católica, mas também temos as outras. Então a história do Martinho Lutero tu conhece, essa história veio da Alemanha pra cá. Então assim, tanto é que Itá teve a primeira igreja aqui na região onde os católicos e os protestantes se reuniam juntos, juntos não, horas diferentes, mas era uma igreja. Então percebe que não se fez duas igrejas, se fez uma igreja e as duas religiões ocupavam a mesma estrutura. Então, isso Dom José Gomes de fato se torna um grande líder aqui em todo o oeste catarinense, porque essas barragens vem lá de baixo, as binacionais, Rio Grande com a Argentina e assim vem subindo, então isso acontece muito.

Então, o que acontece? A empresa amparada numa lei federal, vamos dizer assim, eles começaram a colocar marcos na área de abrangência onde seríamos atingidos, e esses marcos eram protegidos por lei. A gente não poderia, por exemplo, arrancar esses marcos. Então nós chegamos a altura, então o que acontece, a gente se reuniu tanto que começamos a criar coragem e força. Então assim, essas comunidades começaram a se reunir e criam força, se reúnem e criaram coragem, e a gente começou a arrancar esses marcos na comunidade onde a Eletrosul tinha colocado, então esse foi o primeiro impacto que a gente cria por aqui

Então assim, os ribeirinhos, os que seriam atingidos pela usina começaram a arrancar esses marcos, e isso criou um impacto. Por exemplo, aqui em Itá, na primeira Arrançamento de Marcos, até a polícia veio pra cima. Então tu imagina o grau que tinha, de fato eles tentavam nos oprimir. Então essa história avançou muito, mas em 1985, foi 17 de março, não sei se tu tem essa história do país bem estudado, lembra que o Aureliano Chaves era eleito indiretamente pelo deputados para ele assumir o país em 15 de março de 85, nesse momento de fato acabaria a ditadura. Então nós fizemos o primeiro grande manifesto aqui em Itá, acontece em 17 de março de 85, então foi 2 dias posterior, nós estávamos já se libertando da ditadura, então fizemos um grande ato aqui em Itá dizendo não às barragens. Então se criou uma estrutura, uma política das pequenas comunidades de resistência, então isso foi muito forte.

Então assim, mas eles começaram a ir construindo, eles chegaram aqui em Itá, eles conseguiram, como era uma cidadezinha bem pacata, bem simples, a melhor rua que tinha na cidade era só de calçamento, não tinha asfalto, luz elétrica tinha, mas tudo por cima e tal. O saneamento básico não existia, muito pouco... então essa era a cidade de Itá que era atingida pela barragem. Bom, eles chegam aqui em Itá, eles prometem pôr nessa cidade nova que eles iam reconstruir pra Itá luz, água, saneamento e asfalto. Esses, esses eram os 4 detalhes principais. E a relocação das casas, a relocação aconteceria dessa forma, por exemplo, a tua casa hoje na cidade velha tinha 100m², a casinha do cachorro tinha 2m², então acrescentava aquela estruturazinha física que estava além da casa na tua casa. Quer dizer que tu teria direito a realocação de uma casa de 102m². Então isso foi prometido, e tudo de alvenaria construído novo, com isso eles cooptam a cidade velha, percebe? Tudo isso saindo lá daquela cidade pacata lá embaixo, pra uma cidade... tu não chegou a passar lá na cidade ontem de noite?

Então, esse foi o jeito que eles conseguiram cooptar, o que acontece? Eles jogaram o pessoal da cidade, do urbano contra o rural. Então veja bem, nós que dependíamos do rural, os negócios, os comércios estão todos no urbano, então tu tinha que ir na cidade. Eles

chegaram assim, eu que era um líder do rural, eles criaram dificuldade para ter acesso às coisas na cidade. Se o pessoal do rural fosse no urbano, eles conseguiam incentivar gente que viesse fazer encrenca com nós, percebe? Nós chegamos a ser agredidos num bar em função que nós éramos oposição a barragem, mas nós não éramos oposição a cidade, percebe? Então esse era um grau, eles chegaram até a criar essa história.

Bom, a história vai avançando, vai avançando, nós brigando pelo “Não”, só que tu sabe como é, o dinheiro tem muito poder, né. Porque assim, a grande corrupção no país está nas grandes usinas. Tu sabe que, Foz do Iguaçu, teve quase 25% do custo da usina de Itaipu, foi pra propina. Então tu imagina o custo da Itaipu. Aqui em Itá também, as grandes empresas, todo mundo ganhou dinheiro com isso, vamos dizer assim. Se tu gastaria 10, eles jogam pra essa história pra 20 e esse 10 eles se dividem. Então essa história aconteceu aqui em Itá também. E aí eles fazem esse mesmo jogo com, por exemplo assim, as grandes lideranças, elas são cooptadas aqui em Itá, então eles usam esses formadores de opinião para cooptar o próprio pequeno aqui na cidade. E aí fazem o que querem, na verdade é isso que aconteceu.

Nós no interior resistimos um bom tempo, por isso que primeiro era Comissão Regional de Atingidos por Barragens que era só aqui na nossa região, porque naquela época eles projetaram Itá e Machadinho, essas duas usinas. Bom, aí mais tarde surge o Movimento dos Atingidos por Barragens, que aí pega toda a bacia do rio Uruguai, hoje a gente está em todo o país praticamente.

Bom, isso vai evoluindo e a história de Itá, por exemplo assim, eles nunca deram voz pra nós e isso vai até o dia 4 de agosto de 87, nós paralisamos toda a cidade de Itá. Então nós entramos no mato às 5 da manhã, esperamos um senhor que era o chefe da empresa, que ele comandava, eles estavam lá arrancando cana pra fazer o horto botânico. Então nós entramos no mato às 5, a gente mandou ele descer do carro, e ir com nós e passar em todas as obras que tinha peão em cima da Eletrosul, mandar eles descer e ir pro escritório e parou a cidade naquele dia.

Então isso foi 4 de agosto de 87, aí sim, quando paramos a cidade e viram que de fato, nós estávamos agressivos, aí o presidente aceita receber nós no dia 7 de agosto de 87, nós fomos recebidos em Florianópolis. Então foi criada uma comissão aqui na região toda e nós fomos para Florianópolis. Então foi o primeiro momento que eles receberam nós da área rural, porque até então a gente não tinha voz e nem vez.

Então a partir dali se criou um grupo de trabalho para de fato ver os problemas da usina de Itá. Isso vai avançando, o Aureliano Chaves que era ministro das Minas e Energia

naquela época desse rolo todo aqui, então foi dado os 10 nomes da usina de Itá e os 10 nomes da barragem de Machadinho pra ele escolher um pra participar desse grupo de trabalho, então nós íamos ter acesso livre para ter as informações. Então na usina de Itá o Aureliano escolheu o meu nome, depois se tu quiser posso te dar o fax que foi mandado pra tu ter uma prova oficial disso. Então esse foi o momento que eles aceitaram nós sentar à mesa com eles, e a partir daí, vamos dizer assim, começamos a reivindicar os nossos direitos. “Nós podemos até aceitar a usina, mas nós queremos isso, isso e isso...” “O que vocês querem?” Então se fez uma pesquisa de preço no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, aí não era eu que daria o valor a minha propriedade, era o mercado que estaria dando. Então nessa pesquisa de preço a gente excluiu, por exemplo, você vai pegar 10 vendas de terra no Rio Grande, umas 10 em Santa Catarina e 10 no Paraná, sempre tem um cara que pede além da conta, sabe, vamos dizer assim, se a tua propriedade vale 5, você vai pedir 7, se deu, deu. Como temos aqueles quebrados, a tua propriedade vale 5, mas ele pede 3, a gente exclui os mais altos e os mais baixos, então a gente entrou pela média. E nesse ponto assim, a gente teve muita sorte nisso, como nós entramos no preço do mercado, a nossa propriedade foi avaliada em cima dessa pesquisa de preço. Aí a gente ganhou um valor X vendendo pra Eletrosul, a gente conseguiu comprar onde nós fomos, percebe? Então foi uma indenização justa.

Outra história que nessa briga a gente conseguiu, é que a indenização fosse em ordem sequencial. Que isso que eles faziam nas outras usinas, eles chegavam na tua casa, te ofereciam 2, mas tu achava que a tua propriedade vale 10, então tu não aceitava negociar, percebe? Então eles deixam você pra trás e vão no outro. Chegando no outro, o cara pega o que eles oferecem, e daí aquele cara já foi indenizado e já vão pra outro e vão indo, e aquele outro que não aceitou o preço fica para trás, e esse cara depois quando a água vem vai pra justiça, e jogando na justiça tu não sabe quando tu ia receber. Então isso a gente conseguiu impedir que acontecesse aqui em Itá. Então eles tiveram que resolver o meu problema, depois o teu e depois o do outro, em ordem sequencial. Esse foi o nosso grande ganho que nós tivemos, então fazendo isso, a gente conseguiu de baixo para cima, ordem sequencial, então eliminando um por um. Isso foi um grande ganho que nós tivemos.

Outra jogada extraordinária que nós tivemos aqui foi o reassentamento das pessoas atingidas pela barragem de Itá, aquelas que não possuíam nada. Por exemplo, se eu morasse com o meu pai, mas o meu pai era o dono da propriedade, era ele o dono da terra, era ele que tinha a escritura no nome. Eu mesmo possuindo uma família, mas não tendo nada em nome, eu era excluído desse processo todo. Então se tu provavas que tavas morando aqui, então tu tinha direito a um reassentamento. O que que era esse reassentamento? Nós temos os

reassentamento dos sem terra, tu deve conhecer melhor do que eu, mas qual é o reassentamento que nós programamos? Que a empresa fosse adquirir áreas grandes, e fracionasse isso, fizesse ali dentro dessa fazenda grande que foi adquirida pela Eletrosul, ali coube 50 famílias, bom tendo essas 50 famílias vão formar uma comunidade numa grande fazenda dum fazendeiro que tinha ali. Dentro dessa fazenda eles tinham que fazer todo o arruamento, pra todo mundo ter acesso encascalhado pra casa dele, ter uma escola, ter um clube social, e ter uma igreja. Então tu consegues imaginar, tu é da região de Santo Ângelo, tu sabe, lá são fazendas grandes, vamos dizer, o governo compra uma grande área, fraciona isso para 50 famílias e aí você cria uma comunidade dentro dessa fazenda. Então isso foi um outro grande ganho que nós tivemos, de fato assim, quando a gente brigou por isso, no primeiro momento parecia que nós queríamos o mundo nessa história, mas depois até a Eletrosul se vangloriou do projeto que eles tinham criado. Porque, de fato, os próprios sem terra começaram a olhar pra isso, né. Então assim, nós tivemos áreas em Marmeleiro, em Campo Erê, em Honório Serpa, em Mangueirinha, em, perto de Dois Vizinhos, no Chiapetta lá em Ijuí no Rio Grande. Então assim, a gente conseguiu atingir o latifúndio com isso também, tu consegue implantar comunidades pequenas em áreas grandes, então a empresa comprou um latifúndio. Então isso de fato foi outra história importante que a gente conseguiu aqui.

Então de fato, se eu viajei o mundo de avião e essa história toda, então é muito em cima desse jeito que a gente conseguiu fazer essa história toda.

Então a usina de Itá, de fato, teve altos e baixos pra nós. Então nós tivemos dias que a gente foi pra casa de assembleia, várias assembleias em Getúlio Vargas que a gente fez lá, eles mandavam os cara lá pra escutar, mas eles não tinham o poder de fogo.

Então a organização dos ribeirinhos foi muito forte, hoje nós temos gente, vamos dizer assim, se tu for ver um cara que não tinha nada de capital aqui, mas claro, tinha uma pequena propriedade, ele foi reassentado e hoje as propriedades valem 1,5 mi, 2 mi. Esses dias teve um senhor que faleceu e a viúva vendeu, então ela tira praticamente 2 mi de um lote desse. Então tu imagina o ganho social que se teve.

Claro que nesse processo todo, isso é interessante você observar, a gente levou culturas diferentes para essas áreas. Não sei se você sabe o que é ser um pescador, aquele pai de família que vai pescar para comer. Então nós levamos muitas vezes, um pescador que é uma cultura, porquê não é todos que sentam na beira da água e vão pescar, se eles pegaram na primeira hora, pegou, se não vai esperar pra segunda hora, pra terceira hora... Então o cara pra fazer isso tem que ter uma cabeça preparada pra isso. Então nós levamos alguns

pescadores, de cultura de pescador para áreas secas, para áreas de fazenda. Então esse é o único erro que eu admito que a gente não visualizou naquele momento. Então nós levamos pessoas, famílias que tinham uma cultura de pescador para uma área de serviço, para uma área de lavoura. Então alguns não deram certo nesse ponto, percebe? O cara tem um bom valor na mão, mas ele não tem a cabeça pra ficar trabalhando numa grande fazenda. Um fato bem concreto, por exemplo, Campo Erê, Campo Erê tem uma altitude de 800m do nível do mar, nós estamos aqui a uns 345m. Então tu imagina o quanto a gente levantou, então isso, os ventos são muito intensos. Por exemplo Campo Erê é o divisor da bacia do rio Uruguai com o rio Iguaçu, temos uma estrada seca, divisor a seco, a chuva que cairia do lado de cá dessa estrada viria pra bacia do rio Uruguai, para lado de lá vai pra bacia do rio Iguaçu, quer dizer, nós estamos num topo de morro, no frio, os climas diferenciados, isso também influencia. É a mesma coisa se eu saísse daqui da beira do rio Uruguai e fosse para Santo Ângelo, eu também teria dificuldade pra isso, percebe? Então isso foi algumas das coisas que a gente não pensou que pudesse acontecer depois.

Por isso que assim, ser atingido por uma barragem, eu te digo uma coisa, vamos dizer assim, hoje tu tem toda a tua raiz em Santo Ângelo, se hoje chegar e dizer assim “a tua propriedade, nós vamos acabar com ela”. O que tu pensaria? Tem uma palavra que se relaciona a isso que se chama terrorismo, quando você impede uma pessoa de tomar atitudes ou ações que ela gostaria de ter, percebe? Então isso é complicado. Por isso que ser atingido por uma usina é uma coisa muito doída.

Eu te confesso que a primeira notícia que eu ia perder a minha propriedade foi em 78, e essa propriedade foi alagada em 2000, então essa distância que é muito doído. Porque eles chegam ali, fizeram o cadastro, e tudo que tu melhorasse depois desse cadastro tu não receberia, outra coisa, tu deixa de investir, tu deixa de amar essa propriedade, percebe? Porque tu sabe que ela está condenada. Então isso não é fácil, ser atingido por uma usina, eu te falo que isso não é fácil. No momento que estava alagando eu ia praticamente todo dia lá ver como estava a água se aproximando das coisas. Por exemplo, se eu te falasse, onde tu brincaste na tua infância, quando tu era criança, tu vai lá, você tem aquele momento de ver aquilo. Pra mim isso morreu. Então todo dia que a água vinha subindo, aquela era uma época de muita chuva, de enchente, então praticamente a água subia um metro por dia. Então mais ou menos em 4 meses a nossa terra desapareceu, sabe? Então tu ia lá, vamos dizer assim, hoje estamos vendo essa xícara, amanhã não estaremos mais, então isso é complicado. Então assim, tivemos gente que até se enforcou nesse processo todo, outros entraram em depressão profunda. O meu próprio pai, essa terra que foi atingida, que nós tínhamos ali, que a gente

ficou dentro do canteiro, ele sempre dizia “derruba uma árvore só se por estrita necessidade”, por isso que o maior pedaço de mato que está hoje dentro do canteiro da usina, era do meu pai. Então ele depois da usina, ele nunca mais foi o mesmo, ele não dizia que era isso, mas ele simplesmente implodiu, ele se fechou, sabe?

Uma usina atinge muita coisa, o psicológico é bastante agredido.

Larissa Gabriela Wentland: Eu conversei com algumas pessoas, conversei com a Claides Kohwald, o que tu traz tem algumas semelhanças. Ela coloca bastante a questão da terra, ela também fala sobre o processo de formar a comissão até o momento em que foi construída a barragem.

Nilo Celso Brant: Isso é uma coisa nova, a gente se reunia na comunidade para discutir se vai fazer uma festa tal, pra fazer missa tal, pra fazer baile tal, mas de repente tu tem que sentar na comunidade pra ver que rumos nós vamos tomar, a comunidade vai ficar aqui, vai ser atingida, vai ser quebrada, e daí tu tem que sair dessa história. A Claides, ela está em Marmeleiro hoje?

De fato, são coisas, vamos dizer assim, que a gente não estava preparado para isso, e de repente alguém chega de cima e diz “não, isso aqui vai desaparecer, isso aqui nós vamos tomar de vocês”, entendeu?

Então isso é complicado, por isso que assim, a gente nunca está preparado para uma agressão tamanha que uma barragem faz, isso, olha, eu posso te dizer. Vamos dizer que assim, eu morava dentro do canteiro, aí a gente veio pra cá e eu participei desse processo todo. Essa propriedade aqui foi adquirida pelo meu bisavô em 1919, mas vamos dizer, essa colônia, essa propriedade dele estava na beira do rio, que todo migrante que vem do Rio Grande do Sul, nós somos todos descendentes do Rio Grande, mas água é vida, ninguém foi para longe do morro, percebe? Perto do rio você tinha peixe, a caça, você tinha água, você tudo que imaginava era perto do rio. Então o rio Uruguai foi para nós a porteira aberta pro transporte, depois entra a história das balsas que também acontece com esse processo. Então o rio Uruguai para nós era tudo. Assim, 11 horas, a gente não sabia o que fazer de comida, tu corria no rio e pegava um peixinho. Nós estávamos em dois, então um peixinho de 1kg era o suficiente, então nunca se pegava dois, percebe? Essa era a nossa cultura.

Então hoje nós temos mais água e não temos peixe. Como não acontece a transposição das usinas, nós não temos peixe. E a sociedade civil hoje, eles consegue manipular de tal forma que não a fazem a transposição. A Usina de Itá por exemplo, tem um estudo feito por um engenheiro que dois dias e meio de produção de energia daria a escada de

transposição, mas mesmo assim eles não fazem. Porque nós como sociedade civil não temos o poder de cobrar isso, e eles por si só não fazem isso. Porque tu imagina, a Usina de Itá com 5 milhões faria isso. “Mas para que gastar isso? Esses que moram na beira do rio não precisam disso.”

Hoje nós temos piranha no rio, no rio não, no lago, porque o dourado é predador da piranha, mas o dourado em água parada profunda ele não fica, ele vai embora, ele quer corredeira. Então, o que sobrou para nós aqui? A piranha.

Então olha só, ai tu percebe o grau de agressão ao meio ambiente que é isso. Outra história, por exemplo, o sistema nacional que comanda a Usina de Itá, quer energia manda soltar, então os caras aqui simplesmente apertam o botão. Mas observa o seguinte, na piracema, o peixe desova na bordinha da água, ele precisa de umidade da água e oxigênio, esse é o nascimento da desova. Bom, uma barragem é uma caixa de água, se sai mais do que entra, o que vai acontecer? Ela vai descer. Se o sistema nacional pede, por exemplo, que eles soltem 100 litros de água, mas está entrando 50, automaticamente vai decrescer a usina. Bom, o peixinho que fez a desova em valor X numa altura. Se tu descer a usina 5 centímetros, automaticamente essa desova que ocorreu durante a madrugada, ela vai secar, vai ficar exposta, ao sol e vai secar. Então até que a sociedade civil não pode, não faz essa cobrança de deixar a água numa cota durante a piracema enquanto ocorre a desova, nós não vamos ter peixe no lago. É tão fácil de entender, mas eles não fazem isso. Nós, a sociedade civil não cobra isso, ninguém faz a cabeça disso. Então tu imagina o que mais tarde teremos que fazer para chegar nisso.

Então vamos dizer assim, por exemplo, eu aqui moro 50 metros longe do lago, porque aqui a faixa ciliar é de 30 metros e eu estou fora dos 30 e estou na minha área. Mas se eu não trabalhar eu vou morrer de fome, percebe? Porque assim, mesmo que eu cedi toda a minha terra pra usina pra eles terem esse ganho todo, mas se eu não trabalhar, não me manter aqui, eu vou morrer de fome, então tu imagina como é a coisa. Mas assim, eu não precisaria receber por isso, mas eu acho que a usina deveria ter essa obrigação de manter as escolas, vamos falar só de Itá, mas como Itá cedeu bastante áreas de terra para usina, por que a usina não se compromete em ceder tantos notebooks para os alunos na sala de aula, para nossa educação ser de classe A? Por que eles não podem pagar médicos aqui pra nossa saúde ser de ponta? Por que eles não podem arrumar os acessos que tem aqui? Porque os carros da empresa danificam muitas vezes as estradas que Itá tem que reformar, se eles não tivessem rodando aqui, porque o que vai para subestação é tudo peças pesadas, os próprios transformadores que vieram pra usina. Eles fizeram o asfalto, mas fizeram porque era

importante para eles. Aratiba por exemplo, não fizeram asfalto aquela vez, está sendo concluído agora a duras penas, sabe?

Então, é tudo assim, não acontece nada para a área ribeirinha se a sociedade civil não cobra. Por isso que nós conseguimos aqui lá porque nós paramos a usina, eles não iam conseguir construir se eles não atendessem nós. Porque nós chegamos numa altura que nós não tínhamos mais vergonha de ficar uma semana jogados numa rua, de fato protestando, assumir essa causa. E sem que alguém assume isso, não acontece nada. Eles chegaram a perceber isso, quando a Claides fala desse processo, vamos dizer assim, quando tu sai da tua comunidade para ser um movimento de atingidos, que para tu ser um movimento, tem que ter uma turma, uma quantia X de gente que se sujeita a se jogar na rua.

Mas daí a pergunta que eu faço é: nós estávamos tão bem na nossa terra, por que alguém tem que chegar e criar todo esse clima? Por isso que eu falo: a palavra terrorismo é a melhor palavra que se dá a isso. Só que se tu vai escutar os meios de comunicação, vão dizer que quem estava errado é aquele que ia pra rua. Mas tu ta indo pra rua por que? Porque alguém está te ofendendo, alguém está tirando a tua propriedade. Então tu percebe como que é essa história toda.

Larissa Gabriela Wentland: Vendo o lado contado pela usina só aparece no discurso a cidade de Itá, não se fala da parte rural nem dos outros municípios, toda a comunidade rural foi muito invisibilizada nesse processo.

Nilo Celso Brant: Itá pegou 8 comunidades pequenas. O que dizer comunidade pequena? Onde tinha umas 50 famílias morando, e essas comunidades, todas elas estão quebradas, todas. Porque assim, saiu 60%, 70% desse pessoal saiu, acontece toda uma realocação, o povo se dispersa nessa história. Então acabou 8 comunidades só no município de Itá. Acabou. Aqui por exemplo, na Linha Simon nós tínhamos umas 40 famílias, quando eles indenizaram e ficaram aqui morando, ficaram 4 famílias aqui.

Por exemplo assim, uma família morava numa colônia, meia colônia de terra. Tu tem a referência que é isso, né? Uma colônia aqui para nós é 240 mil m², 10 alqueires, 25 hectares, mesma referência, tá? Então por exemplo assim, as pessoas viviam em uma colônia, bom, qual é o jeito da comunidade? Você trabalhava 2 ou 3 alqueires, tinha a tua pastagem, área de gado, área para mandioca, para milho, para feijão, essas coisas, mas tu tinha tua reserva de mato. Tendo essa reserva de mato tu está com o teu meio ambiente em dia, percebe como são as coisas? Então isso tudo também é uma agressão ao meio ambiente quando tu faz o que a usina fez aqui. Porque aquela área que era produtiva, que era na beira

do rio, vamos dizer assim, acaba submergindo, e aí onde que você vai? Você vai subir morro, vai para área de mato que você tinha. E isso ninguém admite, por isso que se tu vai ver que toda propaganda da usina eles falam que estão em acordo com o meio ambiente, aquele processo todo, tudo certinho, mas se tu sentar à mesa... Do jeito que eu to falando agora, e eu não to falando besteira, tu pode pegar qualquer pessoa e sentar aqui com nós e ela vai concordar com aquilo que eu estou dizendo e pode até acrescentar mais coisas do que eu estou falando, então de fato é assim. Então eles se vangloriam desse processo todo em Itá, mas muita coisa que aconteceu aqui, aconteceu porque os rurais se rebelaram e bancaram isso, mas não foi só Itá, toda uma região veio nos apoiar para fazer isso.

E agora veja bem, nós tínhamos um grupo praticamente seletivo, vamos dizer assim, só que esse pessoal foi dispersado, foi levado essa liderança para Campo Erê, para Jóia, para Ijuí, para Mangueirinha, para o Paraná, por tudo. Tem lideranças lá, mas essas lideranças tu não junta mais aqui, vamos que hoje precisa de um apoio lá Itapiranga, eles conseguiram, quebrar isso no meio. Por exemplo, aqui os próprios caras da empresa, porque assim, trabalhar pela Eletrosul, ele estava a mando da Eletrosul, mas atrás dele tinha uma família. Nós tínhamos isso muito claro que, em primeiro momento era o profissional deles que estava ali, então quando esse cara vem pela empresa aí nós tínhamos uma postura, ele não é tratado dessa forma como pessoa física. O que eles fazem? Eles injetaram esses caras dentro da comunidade. Então ele era teu vizinho, o filho dele estava na tua sala de aula, com os teus filhos... Então quer dizer, olha como eles cooptam essa situação. Então vamos dizer assim, tu vai brigar com ele no campo, mas amanhã tu vai sentar lá na sala de aula, vai resolver os problemas da escola, sabe? Ele é teu parceiro quando senta numa bodega pra jogar baralho, percebe o grau de infiltração que eles fazem? E o primeiro momento que eles vieram para as nossas comunidades, aí tinha gaiteiro, tinha violeiro, tinha cantores, e dinheiro à vontade. Nós sempre se criamos assim, era um limite, vamos dizer assim, nós tínhamos dinheiro hoje para pagar duas cervejas, era duas, mas os caras vinham e pagavam em caixas, percebe o grau de cooptação que acontece na comunidade? Mas esse dinheiro não era do funcionário, isso era injeção da empresa para cooptação dos caras nossos aqui.

Então teve muita gente que aprendeu com nós aqui também esse processo todo. Por exemplo, tem gente que criou empresas de indenização na própria Foz do Chapecó, aqui não chegou a acontecer isso. Mas veja bem, lá na Foz do Chapecó, esse grupo de indenização, vamos dizer assim, a empresa diz pro cara assim "fulano de tal tem a indenização dele de 10, se tu conseguir tirar isso por menos de 10, tu tu vai ter tantos pontos dentro da empresa". Então ele vai lá e oferece 7, se não deu em 7 ele vai pra 8, ele sabe que ainda está sobrando 2.

Para ele chegar neste ponto, olha o que eles chegaram a fazer, eles criaram uma equipe sabe que tivesse moças bem emperequetada, praticamente chegavam na casa dos colonos e sentavam no colo do cara, até isso eles fizeram para a indenização, pra indenizar as terras na Foz do Chapecó. E as grandes lideranças do MAB lá, eles tentaram isolar. Tu chegou a falar com o Pedro lá, teve um outro, como é o nome do cara? Mas a terra dele estava vizinha do canteiro e eles isolaram ele. Olha o que eles fizeram com ele, eles não indenizaram ele, deixaram ele para trás, e aí veja bem, eles pagaram seguranças, porque, vamos dizer assim, a terra 10 estava indenizada e a 11 não. Eles chegaram a botar seguranças caminhar o dia todo, o dono da 11 saía de casa, eles ficavam espiando o que ele fazia durante o dia todo, sabe? Imagina o terror emocional que cria no cara, que quando tu saiu de casa tu sabia que alguém estava te observando naquela divisa de lá porque aquilo era da empresa. Então tu imagina o que os caras não fizeram para isolar as pessoas, isso é um terror, sei lá, não dá para interpretar o grau de agressão que é isso. Vamos dizer assim, tu sai da tua casa e tu sabe que alguém está te espiando, e eram pagos para fazer isso. Então é doído, sabe.

Se tu entra lá na empresa para falar com os caras no CDA aqui na cidade, é tudo beleza, mas olha foi... a coisa não é assim, sabe?

Por isso que quando eu participava daquele grupo de trabalho, então vamos dizer assim, o único inimigo deles era eu lá dentro. Então assim, eu abria a boca o pau comia, vamos dizer assim, era um grupo de uns 20, aí eu sempre fazia, eu lia uma carta que era a região aqui a gente sentava fazia uma carta, e definia “hoje vamos falar disso, amanhã daquilo”. Então no primeiro momento quando eu lia aquela carta, então vinha uns 15 me trepando em cima, sabe? Tinham que me triturar, porque de fato, eles tinham que me abafar, mas eu nunca me entreguei, sabe?

Vamos dizer, tem essa viagem que tu fez de Florianópolis, eu fiz muito daqui para lá. Olha, outra história, o movimento não tinha dinheiro, nós éramos, por isso que a religião da Claides ajudou muito nesse ponto, a igreja lá da Alemanha contribuiu com dinheiro pra isso. Mas assim ó, eu saía de Itá, de Concórdia às 8h15, chegava em Florianópolis às 6h da manhã, a reunião com a Eletrosul era às 4h da tarde. Então eu ficava jogado na rodoviária, jogado não, né, mas vamos dizer assim, mas não tinha dinheiro pra ir num hotel dar uma descansada, dar uma arejada, tomar um banho e tal. Tu ia lá na reunião e às 8h da noite vinha ônibus de volta, então olha o clima que cria, tu ia às 4h na reunião, bom, o bairro universitário é lá perto da Eletrosul, tu sabe onde que é. Então tu imagina, eu saio da rodoviária, ou eu fico na rodoviária que era o lugar que anda mais pessoas, então ficava muitas vezes ali, e às 3h30 pegava um táxi e ia lá. Mas aí tu já sabe que tu tem que sair da reunião e às 8h da noite tu tem

que estar no ônibus, senão tu perdeu o ônibus, e aí muitas vezes tu não tem nem dinheiro pra fazer nada. Então era um clima assim, sabe? Era castigado. Depois mais, começaram a pagar as passagens, por exemplo fomos à Brasília, fomos para o Rio, sabe, onde saía aquelas reuniões maior então eles me pagavam pra ir. Mas olha no começo, aquilo que a Claides fala, foi...

Então aqui em Itá tinha eu e na usina de Machadinho eles escolheram o Henrique Steincoski lá de Carlos Gomes, então praticamente nós dois sempre viajávamos juntos. Mas era doído, sabe? Essa coisa não era fácil. De fato, eles tentavam te por pra baixo pra tentar desistir, sabe? Então se eu não ia, o movimento não está representado, percebe como que era a coisa? Então assim, olha eu passei por muita coisa, por isso que hoje se tu fala assim “vamos para Florianópolis” eu já penso duas vezes, porque estou com saco cheio.

Larissa Gabriela Wentland: Eu queria saber mais sobre as movimentações, sobre as negociações com a Eletrosul também.

Nilo Celso Brant: Bom, as negociações com a Eletrosul, as negociações, vamos dizer assim começam a acontecer quando de fato nós tivemos força suficiente para impedir a construção, nesse momento eles sentam com nós. Se nós não tivéssemos conseguido isso, eles tinham passado o rolo em nós também. Então isso, quem foi do movimento, quem foi da equipe de frente, nós temos isso bem claro. Se nós não tivéssemos condições de bancar esse processo, então de fato isso seria, teria acontecido na boa, sem dúvida nenhuma. Quem estava dentro do canteiro, porque o canteiro é uma área maior, vamos dizer assim, temos uma linha de travessão que cortava por cima do morro, então todas as terras que subiam do rio vão até no travessão, sabe? Então eram feitas as colônias, vamos dizer, a Luce e Rosa mede isso antes de 1890 por ali, que essa área estava desabitada, então o governo federal tinha medo que os argentinos iriam tomar essa região toda. Tu percebeu quando vinha, tu passou outras vezes no rio Jacutinga perto de Concórdia, aquele rio que tem ali e pega ponte de cima até perto de Chapecó, então esse meio a Luce e Rosa mediu. Então o governo dá para essa empresa essas terras para medir e vender. Eles fazem essa propaganda das terras férteis e muita vegetação lá na Alemanha, por isso que os caras lá da Alemanha saem com essa visão do Alto Vale do Uruguai.

Então assim, essas nossas propriedades aqui foram adquiridas pelos nossos bisavós, pelos avós, é uma faixa etária bem... Nós por exemplo, eu não tinha escritura no nome quando veio a usina, estava no nome do pai e da mãe. Então assim, pouca gente da minha idade negociou terra, sabe o que é isso? De fato era uma dificuldade, não que a gente era

bobo, mas assim, era uma coisa que não acontecia com nós. Bom, se o pai tinha a terra aqui, não importa, nós trabalhava, produzia, vivia, era esse o jeito. Por isso que assim, o capital nunca foi para as pequenas comunidades no interior, não foi algo assim. Se a terra era, se está no nome do pai, tudo bem, nós temos que viver ali. Então era uma harmonia que tinha, e isso tudo tira nós dessa tranquilidade, percebe? Então por isso que nós tínhamos horas da negociação, que de fato, eu tava negociando, o pai já era mais velho então “vai tu”, mas aí eu estou negociando uma coisa que era do pai, percebe? É a mesma coisa, vamos dizer, tu sentar comigo na reunião e vamos discutir o valor da terra do teu pai, será que ele vai concordar com aquilo que tu imagina que é? Então de fato era uma coisa assim bem complicada. E isso, graças a isso que a igreja contribuiu bastante, a clareza que os movimentos tinham, por isso que Dom José Gomes aquela vez cria a pastoral da da saúde. Por exemplo, eu aqui em Itá fui o primeiro cara a medir a pressão de sangue fora dos hospital, que isso era uma coisa restrita ao hospital, se tu quisesse saber a tua pressão de sangue tu tinha que ir lá no hospital.

Então vamos dizer, isso era uma outra forma, porque onde tem um médico tem capital, de fato então, como o médico é uma referência na cidade, ele já coopta todos os formadores de opinião, percebe? Então tu quer saber quanto é a tua pressão de sangue, tu tem que ir lá no médico, aí tu vai lá no médico e geralmente ele vai te passar uma receitinha lá, mesmo que tu está muito próxima, está muito longe, alguma coisa ele vai te falar, vai te passar uma, porque o dono do hospital, o médico tinha uma farmácia antigamente, percebe? Isso era normal aqui, todos os municípios eram assim. Então quando Dom José Gomes, que é a nossa referência maior era aqui, o Rio Grande já tem mais, então Dom José Gomes cria a pastoral da saúde, então tínhamos lideranças da saúde, tínhamos lideranças dos ministros extraordinários da Eucaristia, ordenados para a Eucaristia, não sei se lá na tua região também é assim. Mas aqui, todas as comunidades têm ministro que distribui hóstia, então tu vai comungar. Isso era muito forte, sabe? E essas pessoas são formadoras de opinião, né. Então vamos dizer assim, a quarenta anos atrás, se tu quisesse fazer uma reunião de lideranças tu fazia. E isso que nós, vamos dizer assim, nós tínhamos toda uma retaguarda lá em Erechim, mas os que mais seguidamente sentavam era eu, o Dalla Costa, o Ricardo Montanher lá de Charrua, o Mauro Postal de Aratiba, então nós quatro praticamente tocamos a Comissão Regional de Atingidos por Barragens. E aí claro, assessorados pela Igreja Católica, pela Claidés, né, lá em Marcelino tinha mais líderes lá e tal.

Então vamos dizer, quando fazia uma aquela reunião ampliada nós juntava pelo menos umas 40 lideranças da região toda, e aí se discutia as coisas. Por isso que assim, muita coisa que saiu não foi da minha cabeça, percebe? Mas de um conjunto de ideias, e por isso

que isso que tudo que a gente fez sempre pensando no coletivo. Isso faz com que de fato a empresa não tinha mobilização para derrubar isso, percebe? Então esse grau de, aquele debate, aquela opinião, que a Claides trouxe de lá, o que o cara lá de Itapiranga trouxe, aquilo lá da binacional atingida lá, que eles querem cobrir o salto do Yucuman também. O TRS 4 faz o quê? Meio ano que cortou isso, não deixou avançar. Mas não está morta essa história, isso pode ainda acontecer. Tu conhece lá? Então lá foi o grande problema dos balseiros, tu conhece o Salto ali. Então isso também está, pode ser coberto ainda.

Então as negociações de fato surgem dessas mobilizações que a gente conseguia fazer. Então hoje, olha eu teria dificuldade de admitir que isso era possível fazer, eu não sei se a gente conseguiria fazer isso. Por que veja bem, aquela vez lá em 87 eu era um pequeno agricultor, a minha vida ligada à terra. Como eu tive que sair muito, a comunidade assume a minha propriedade, olha que história. Eles foram lá, lavraram, plantaram milho, plantaram feijão, plantaram mandioca, eles tocaram a minha propriedade. Porque eu morava numa posição lá, assim que mesmo casado ela não queria ficar sozinha, então ela vai na casa do pai dela, vamos dizer assim, era desse jeito. E aí de fato, hoje, teria dificuldade para dizer que a comunidade tocaria a minha propriedade, acho que não aconteceria mais isso. Naquela vez acontecia, posso falar porque de fato o pessoal tocou a minha propriedade. Então quando eu tinha milho para colher é porque eles tinham plantado, percebe? Então, vamos dizer, assim outros receberam do mesmo jeito, mas eu consegui fazer isso. Por exemplo, aqui nós tínhamos, na minha comunidade, por exemplo você, tua família, você foi com teu filho no hospital, você perdeu uns dias, alguém da comunidade ia lá te ajudar a trabalhar para compensar aqueles dias que tu tinha perdido. Olha o grau de comunidade que nós tínhamos, e isso hoje esfacelou tudo, não existe mais. Hoje por exemplo assim, bom, tu percebe nos meios de comunicação, parece que se tu não lograr ninguém tu não é ninguém. Isso não era assim antigamente até 40 anos atrás.

Larissa Gabriela Wentland: Eu queria saber mais sobre as movimentações, como foi feito para conseguir juntar mais pessoas nas movimentações, convencer mais.

Nilo Celso Brant: Bom, isso, quando tu tem lideranças isso é fácil de acontecer, vamos dizer assim, aí eu uma liderança, na minha comunidade vamos que tinha mais umas 10 cabeça feita, aí era fácil de fazer isso, que aí eu trago aqueles meus mais próximos, você traz os teus, ela traz os dela e assim vai, agregava muito fácil.

Olha só, os primeiros, quando a gente imaginava fazer uma ocupação, no domingo de manhã lá onde eu era ministro a gente se reuniu das 9h às 10 era o culto, depois do culto a

gente fez uma reunião, e a gente decidiu ir arrancar os marcos da Eletrosul. Tipo assim, então nós fomos, não fomos na bodega, saímos, decidimos na reunião que a gente ia arrancar, então vamos para casa, vamos almoçar e vamos cedo lá arrancar marco. Teve gente que era a favor da Eletrosul, que tu não consegue todo mundo na comunidade, não vamos ser ingênuo e dizer que todo mundo era nosso, né. Esse cara, um cara chegou a ir a pé da minha comunidade pra ir até a cidade avisar a polícia que nós estávamos arrancando marco. Olha o que acontece, a polícia chega lá, porque o marco estava numa propriedade particular, então a polícia sabia que o cara não está errado em arrancar algo que alguém pôs no que era dele, e nós estávamos nuns 50 lá. O que a polícia faz, eu naquele dia já imaginando que alguma coisa poderia acontecer, foi a Primeira Arranção de Marco aqui em Itá, eu pedi pra uma fotógrafa ir lá para tirar fotos. E aí a polícia faz o quê? Daí eles chegaram lá, tudo armado e tal, saíram do carro, mas ficaram na estrada. Eu mandei essa mulher tirar, então ela foi para lá assim, sabe, então ela tirou fotos de nós arrancando marco aqui, mas a polícia ficou lá no fundo, ficou na foto. Essa foto foi, eu não sei onde que ela foi, por isso que essa foto seria... Aí na segunda-feira, deu aquele vuco vuco todo de domingo, aí na segunda de manhã está já os jornais viram pra cima, daí eu pego aquela foto, dou para o cara do jornal, e daí eu faço a seguinte frase: “a polícia militar de Itá dando segurança na Arranção de Marco”, e botei a foto. Pensa o rebu que deu. Eu sei que a mulher, a fotógrafa ali, na terça de manhã ela e liga “Nilo, o delegado está aqui e quer o filme da foto”, daí eu disse “não, se ele quer foto pega e vende as fotos pra ele, mas não dá o filme, o filme é teu”. Ela vendeu tanta foto naquela terça-feira, ela num dia comprou a máquina de lavar roupa, só com o lucro das fotos, só pela interpretação que eu fiz. E não podia falar nada porque era o que estava na foto, a polícia, eles não estavam fazendo nada, eles estavam olhando pra nós. Quer dizer, para aquele cara que não estava entendendo nada, “não, a polícia de fato está cuidando, está dando segurança para eles”.

Então assim, a gente teve vários momentos assim que a gente acertou na veia, né. Mas é assim, então vamos dizer, outra história, por exemplo, se nós precisávamos urgente uma mobilização agora 19h, a gente descobriu que temos que atacar um lugar tal porque um cara da Eletrosul está. Então nós tínhamos “A Hora do Chimarrão” que era uma rádio aqui do lado, sabe onde é Aratiba, né? Todo mundo escutava essa rádio, era um programa gostoso de ouvir, isso já era norma praticamente, e a gente usava essa rádio para comunicação. Então que a gente fazia, nós tínhamos um cara que tem um caminhão aqui, então a gente dizia assim “o fulano de tal está saindo de lá da comunidade tal e está carregando todos os porcos que estão para ser negociados em tal lugar”, mas os porquinhos que iam em cima do caminhão era nós.

Então vamos dizer assim, de fato nós lográvamos muito eles. Por exemplo, ali em Aratiba um dia eles estavam em três caras, o cara pegou e mandou os caras da empresa ficar ali parados, ficar ali, tipo assim, houve um sequestro. Os dois ficaram aqui e o outro ficou do outro lado do mato lá, sabe? Então eles se comunicavam, então eles faziam de conta que lá tinha mais gente esperando. então esses caras que ficaram assim, de repente numa briga eles iam escapar deles, mas eles obedeciam pelo fato assim, aparentemente tem um monte de gente lá do outro lado, né, “então se nós aprontar com esses dois aqui, nós vamos nos danar”. Então respeitavam.

Quando nós ocupamos a cidade nova, nós estávamos em 26, parando toda a cidade nova com 26 pessoas. Aí tu imagina o grau, vamos dizer assim, se um era pra apanhar tinha que surrar todos ou nada. Quando eu cheguei na Eletrosul tinha mais de 400 pessoas no escritório que estavam trabalhando na cidade, e esses caras queriam nosso couro. Aí eu pedi um telefone da Eletrosul para ligar no sindicato nosso, que era a nossa articulação. Eu disse assim: “nós estamos aqui na Eletrosul, está tudo parado, e o resto o presidente sabe”. Quer dizer, nessa frase “o presidente sabe” eles entenderam que isso estava tudo articulado, mas não tinha nada articulado. Por isso que nós fomos muito assim, com a cara e a coragem naquela época. Então vamos dizer assim, muita mobilização aconteceu assim no pulo, e isso, a gente sempre se deu bem nessas coisas, por isso que assim, não, não houve nunca uma discordância disso. Eles ainda serviram almoço para nós, tu já pensou se eles colocassem um negócio para dormir lá dentro, eles tinham fudido com todo mundo.

Então só assim, por isso que é, sabe? Quando tu se joga nisso aí, tu tem que jogar de cabeça, com a cara e a coragem, muita coisa. Por isso que assim, eu caminhei, eu morava, dava uns 5 km longe da cidade, durante o inverno pensa sair, nós não tínhamos carro no começo, sair de a pé para ir na cidade pegar ônibus para ir para Erechim, para ir para Florianópolis, para viajar. Pensa hoje, sem chances de fazer, hoje não vai nem até a dona Maria de a pé. Então é complicado isso, né, então de fato, foi assim.

E as negociações, vamos dizer, depois, porque a empresa não queria fazer isso. É interessante falar isso, porque o custo social da usina de Itá estava programado no projeto de 7%. Quando a usina foi concluída, e o social tudo mais ou menos cumprido que precisava fazer, esse custo chegou a 28%. Então esses 21% que eles gastaram mais com a usina de Itá foi com as brigas levantadas aqui. De fato, porque esse grupo aqui assumiu essa causa, vamos dizer assim, as lideranças de fora davam as tintas e tal e nós fazia cumprir. Tipo assim, hoje a empresa tem que fazer isso porque tem que fazer, se não amanhã não trabalha mais. Então quando eles chegaram a entender esse processo todo, eles começaram a cumprir, então muita

coisa assim, de fato. Então aí é assim, claro que dentro da diretoria da empresa, vamos dizer assim, é um, isso vai mais para o lado de uma esquerda. Tínhamos dentro da empresa também os lados que viam a nossa posição como uma coisa real, sabe? Então muitos caras da empresa mesmo, em alguns momentos eles contribuíam com nós, vamos dizer assim, “de repente o caminho seria por lá”, abrindo negociação, e isso fez com que de fato a gente avançou.

Por isso que assim, a gente pegou, vamos dizer assim, eu tinha um processo de sequestro em cima de mim, mas eu nunca fiz nada para o cara, o que caracterizou, pra tu ter uma noção, a gente pegou um cara e levou ele na casa do sogro dele, ele estava na casa do sogro. Mas aí tu vê quando um cara é filho da puta, ele ficou três dias na casa do sogro, claro que nós estávamos cuidando eles para não sair dali, ele era da empresa, então nós prometemos para o delegado “tal dia nós vamos entregar ele”, como de fato fizemos. Só que quando a gente entregou para o delegado, ele, ele comeu na mesa do sogro, ele tomou cerveja com o sogro, ele foi no banheiro do sogro, ele foi na cama que era do sogro, quando entregamos ele para o delegado, ele saiu tastaviando como se, aí ele disse que faz três dias que ele não comeu mais e que ele tava morrendo de fome. Aquele cara eu disse para ele “é bom tu se cuidar”, mas imagina um filha da puta desse. Qual é a melhor casa para cuidar o cara? Era no sogro dele, depois o cara faz uma cagada dessa. E isso caracterizou, para quem era dos líderes caracterizou sequestro. Outro caso foi por formação de quadrilha, então tinha dois processos no meu nome uma época. Mas assim, eu nunca fiz mal, não fiz uma vírgula para ninguém, porque aquilo que eu te falei antes, eu sempre entendi que o fulano vem aqui ele está a trabalho pela empresa dele, como funcionário ele tinha um tratamento, mas nunca agredi, porque atrás dele tem uma família, não adianta, o cara está ali. Você vai se formar numa área, mais tarde tu vai trabalhar, quer dizer, um dia teu patrão, sei lá, de repente tu vai ser patroa e vai mandar os caras. Mas assim, alguém tem que fazer a frente, a gente sempre disse, nunca fizemos nada para ninguém, olha, até hoje as minhas mãos estão limpas, de fato falando.

Mas assim, aprendemos um monte nesse rolo todo, olha foi doído, sabe? Então assim, se a gente não se colocava nessa peleia de fato, assim, não tinha acontecido o que aconteceu aqui. Por isso que assim, muita coisa das negociações que a gente conseguiu em Itá, por exemplo, todo esse processo, pensa, nós temos quase 800 reassentados que moravam na usina de Itá que não tinham capital nenhum. Hoje, vamos dizer, essas 800 famílias podem ter 2 milhões por média, então tu faz a conta, qual é o valor que a gente deu para essas famílias.

Então assim, de fato é um, eu carrego esse orgulho, mas se fosse fazer hoje, não sei se eu faria ainda, porque de fato, acho que as pernas não ajudam. Acho que assim, a gente se acomodou demais depois disso. Então é uma coisa assim, não sei te explicar hoje, se acontecesse hoje, mas naquela época de fato nós tínhamos essa história. “Vamos fazer isso” e nós fizemos acontecer. Por isso que a última ocupação aqui da usina, vamos dizer, quando nós estávamos nos mobilizando para ir eles fizeram uma vala de 6 metros de fundura para a entrada da usina aqui. Então como tu vai fazer passar por cima de uma vala? Aí tu tem que contratar uma escavadeira para encher aquele buraco, para tu passar por cima e tal. Então é complicado, mas nós fizemos isso. Hoje não sei, com essa política do governo hoje, nós ia para o embate. Mas assim, eles sentiram que se eles não atendessem o pau ia comer, eles sabiam disso.

Então claro que, como eles no começo infiltraram todo esse pessoal para dentro da cidade, para dentro da nossa comunidade, então esses caras também chegam numa altura que eles começam a chamar atenção da liderança deles, da empresa, “olha, nós estamos morando aqui, a minha família está aqui”, então quer dizer, mesmo que a gente nunca teve isso como objetivo, mas de fato, eles começaram a sentir isso. Porque nós dizia “nós vamos fazer isso”, nós fazia. Tanto é, vamos dizer assim, sabe, é aquela história, tu tem que se preparar também. Nós não tínhamos medo, na verdade é isso, a gente não media as consequências naquela época.

Naquele dia que paramos a cidade, nós entramos no mato era 5h da manhã, e o cara só veio às 9h. Nós ficamos lá mais de 4 horas com os mosquitos comendo nós, mas nós aguentamos lá. Então vamos dizer, era aquela coisa. E assim, sempre quando a gente projetava, o cara caia, é aquela história, quando arma uma arapuca, nós tínhamos a presa garantida. E isso foi o que salvou muitas vezes nós. Então isso quando tu ia, o pessoal ia psicologicamente para aquilo, e de fato, as coisas aconteciam assim.

Então assim, ganhos políticos teve, ganhos econômicos teve, porque a gente conseguiu se sair bem, famílias esfaceladas houve, levamos famílias para o seco, vamos dizer, aquela história da cultura, levamos. Mesmo que um cara desse tem uma propriedade plana e tal, porque as áreas compradas por eles, a gente fazia a fiscalização primeiro, olhava se era para isso ou se não. Mas então levamos culturas para áreas que não culturais para isso. Hoje eu entendo bem isso, se tu tem uma cultura de sentar na beira da água para pescar, tu não pode ficar pensando em outra coisa, por isso que hoje, eu não, uma porque não tem peixe no lago, se é para sentar lá e não pegar nada... Mas assim, antigamente de fato era assim, 11

horas e tu não sabe o que fazer de comida, tu corria no rio e pegava um peixinho e trazia para casa, se dava que chega um, tu não pegava dois, então era assim.

Por exemplo meu avô vem para Itá em [19]19, ele desce lá em Marcelino, tu sabe onde é Marcelino, ele caminhou, ele desceu quase 150 km de Marcelino até aqui porque ele queria achar uma beira de rio, no rio, onde tivesse uma corredeira onde o dourado pulava fora da água, olha a ideia do velho, onde ele pudesse sair da canoa dele e chegar na casa com os pés limpos, ele queria uma prainha, que não tivesse lama, e ele queria um remanso. Claro que aí ele vem predestinado a extrair madeira, para jogar madeira no rio e descer até São Borja. Então ele já vem predestinado para isso, então de fato, assim, visões que tu, antigamente quando tu queria isso, tu de fato ia buscar.

Então vamos dizer assim, foi um atrapalho que nós tivemos que tá loco, mudou a vida, mudou. Vamos dizer assim, como essa história do balseiro existia em todo o vale do Uruguai, toda a região exportou madeira, aqui começa essa história. O João Simon é o primeiro a pilotar uma embarcação aqui de Itá para São Borja, sabe onde que é São Borja? Lá embaixo. Então assim, ele conhece, ele faz uma expedição pelo rio Uruguai em [19]20 sabe? Que ele vai conhecer como passar pelo Salto com madeira, tu imagina chegar lá no Salto com madeira, umas 100 árvores agrupadas amarradas no cipó, não tínhamos outra coisa. Por isso que, naquele momento lá ele descobre que o rio tinha que ter 8 metros de enchente aqui em Itá para que desse vazão no Salto do Yucumã, que aí cobre aquele rochedo todo. Então tudo assim, vamos dizer, essas histórias morreram para mim. Esse remanso que o véio jogava as toras aqui não existem mais, por isso que aqui no fundo tem um poço de 150 metros, a barragem sobe 125m e já tinha 25m de poço. Então aqui no fundo tem um lugar de 150m de água.

Se a barragem, vamos dizer, ao invés de levantar 125m, levantasse 80 metros, não pegaria nem a cidade, não pegaria nem a minha casa. Então olha só, vamos dizer, por detalhes, por mais alto, por mais baixo que eles... E eles preferiram por 40m cobrir a cidade, só que aí eles não queriam pagar nós no interior, então olha o que se cria nesse fato todo. Por isso que o sistema capitalista, por causa dessa corrupção que tem todo, por que as grandes usinas dão muito dinheiro, então isso é o rolo principal.

Larissa Gabriela Wentland: A Claides, ela fala sobre fazer formações para ajudar a organizar o movimento, e ela fala que depois ela foi para o reassentamento e tentou organizar formações lá e não conseguiu mobilizar o suficiente, ela também fala no mesmo sentido que

tu falou, se fosse hoje em dia acha que não conseguiria mobilizar mais a comunidade. Aí eu queria saber se tu participou dessas formações que foram feitas.

Nilo Celso Brant: Por exemplo, quando eu falo nessas 40 lideranças isso todo mês a gente fazia formação. Então vamos dizer, nós chegamos a essas 40, vamos dizer, nós tínhamos um grupo mais executivo, depois o regional, depois nós chegávamos a atingir até 200 lideranças em formação. Então quando nós chegamos a ter o regional chegando para os 40 e para as 200, isso deu uma capacidade muito forte para nós. Então aquilo quando ela fala, é verdadeiro isso.

E nessas formações o que a gente faz? Tu faz uma análise de conjuntura, que é a do momento, né. Vamos dizer, hoje eu não sei, hoje se tu faria uma análise daquele jeito que nós fazia, nós virávamos loucos eu acho, se tu vai analisar assim. E isso faz com que assim, essa liderança quando voltavam para casa eles estavam cientes daquilo que estava acontecendo no país. Por isso que se tu ia lá falar com a Claides, tu ia lá no cafundó do Judas falar com uma liderança lá, ele saberia te explicar a mesma conjuntura que a Claides te daria lá em Marcelino, percebe? Então essa formação era muito forte, nós de fato, nós entendíamos o que estava se passando no país no momento.

Então quando tu entende porque os caras querem fazer uma barragem... Que nós, olha isso faz mais, bom, faz 40 anos que nós estamos falando que a matriz principal de energia está no céu e ninguém observa isso, por que? Porque isso é pouco custo. Então porque o sistema capitalista sempre quis fazer grandes usinas? Por causa do lucro deles. E isso está se fracionando, porque de tanto que a gente bateu na tecla isso mudou. Então assim, por isso que o movimento, a Dilma Rousseff, sabe dela né? Da tua terra. Quando ela era secretária da energia do Rio Grande do Sul nós tivemos muitos embates até com ela, porque assim, ela também teve dificuldade no primeiro momento de entender que a matriz principal era o sol. Então assim, e a Dilma era aquela mulher, tipo assim, ela era aquela mulher administrativa, sabe? A Dilma nunca cedeu algo, na dúvida ela nunca cedeu, por isso que eu falo de cadeira que a Dilma é uma mulher muito correta, sabe? Ela sempre teve aquele objetivo dela. Então ela como secretária do Rio Grande, ela foi até uma hora dura com nós, por que assim, nós sempre falava “por que fazer aquilo se nós temos lá?”. E se o Rio Grande batesse junto com nós era diferente a coisa. Então vamos dizer, em alguns momentos a gente teve a oposição da própria Dilma por causa desse... Mas a Dilma foi sempre uma pessoa correta, na dúvida ela não apostava. Então se hoje por exemplo, se nós estivéssemos a 40 anos atrás apostando que hoje temos 7% da energia do Brasil vem do sol. Então se nós tivesse começado há 40 anos atrás, que essa história começa há um ano e pouco atrás de nós botar

placas solares, imagina se todo telhado no Brasil tivesse placa solar, nós não dependeria mais de energia, para que construir barragem? Então assim, por exemplo, a cooperativa ali em Concórdia adquiriu umas áreas de terra e colocou placas em cima. De tanta produção de energia que saiu, eles tiveram que recompor todo o processo de injeção dos cabos da indústria solar para a rede, porque eles tinham projetado uma coisa, mas acabou produzindo mais do que eles tinham planejado, quer dizer, eles estavam, a transmissão estava muito frágil de tanto que se produziu. A própria URI em Erechim, isso já faz muitos anos, eu acho que faz uns 30 anos eles tinham aquele sistema, tipo assim, se tu põe um vidro aqui em cima o sol, ele aumenta a potência dele aqui de baixo, se tu botar dois vidros, vai aumentar isso. Eu participei um dia de um processo de avaliação de energia, os vidros eles transmitem em várias potências a mais, isso foi um projeto que a própria URI tinha uma época. Só que, vamos dizer assim, as placas solares ficaram uma coisa muito mais fácil que aquilo. Então tu imagina hoje se fosse todo prédio tivesse placa solar em cima dele. Praticamente o prédio estaria abastecido com energia. Então assim, a nossa matriz está aí, por que a gente não usa? O único país no mundo que tem média de sol de 280 dias, o único. Por que a gente não aproveita isso? Por exemplo, a própria usina, se hoje tu vai lá no CDA eles têm placas em cima, é uma ironia também do destino, mas eles fazem.

Mas tu imagina, eu vi o balanço da usina de Itá 2012, 2013 o balanço, lucro líquido da usina de Itá deu 706 milhões. Se tu divide 706 por 365, a usina de Itá produziu de lucro líquido 1,91 milhões por dia. Quer dizer quase 2 milhões por dia, sabe? É tanto dinheiro que a gente não consegue nem imaginar. Eu acho que foi ainda no governo Dilma que eles exigiram do governo federal, vamos dizer assim, houve um desgaste das máquinas nesses 15 anos de produção, houve uma depreciação das máquinas, eles exigiram da Dilma aquela vez que era presidente da república o dinheiro para corrigir a depreciação das máquinas, vamos dizer, aquilo que a máquina desgastou. Tendo 1 milhão, quase 2 milhões de lucro por dia. E a Dilma teve que dar, porque aí eles abriram aquela rede para a Argentina e iam mandar energia para lá. Então olha, veja bem, eles aqui tem uma rede que vai energia para a Argentina, e uma rede que volta, aquela que vai está sempre vazia, o que vem é a volta. porque dá a volta em dólar, percebe? Então isso são tudo jogadas geopolíticas, sabe? Que outro tem a política toda na cabeça, você não entende porque acontece isso.

Então vamos dizer assim, outra história, hoje a nossa energia aqui vem da Salto Santiago, saber que a nossa usina está aqui, para que isso? Mas então tu imagina todo o desperdício de energia da Salto Santiago para vir até aqui, porque aqui cai um fio, acontece isso e tal. Mas isso é o sistema que engloba. Por isso que assim, hoje nós temos uma rede que

vai para Caxias e uma que vai para Venâncio Aires no Rio Grande, como a outra vai para Campos Novos, e temos uma que vai para a Argentina também. Então veja bem, se quando eles instalaram a usina de Itá, um gerador veio trabalhar aqui 16 mega, eu não sei falar assim. Mas veja bem, agora a subestação era poder X, vamos dizer ela tinha capacidade X, agora eles estão construindo uma outra do lado, porque nesse transformador eles colocam, acionam mais uns esquemas e vai produzir. E já estão projetando a subestação 3 com o mesmo transformador.

Isso os alemães fizeram muito, é uma história que, veja bem, os primeiro alemães que vieram para a nossa região eles começaram a trabalhar com roda d'água, de repente se você chegasse a ver alguma por ali, mas tu imagina, em 66 aqui em Itá eles instalaram uma roda d'água gerando com água, eles trouxeram um canal do rio Jucão para cima do rio Uvá. Bom, o rio Uvá tem o cânion muito maior, então eles colocaram a roda d'água dentro daquele cânion. Bom, essa roda d'água, se ela chega a girar 100³ de água, bom vai rodando, se esse eixo está funcionando com quantia X de água, se tu por uma polia a mais, ele vai tocar uma outra indústria, por isso que esse eixo aqui tocava a serraria, tocava o descascador de arroz, tocava o moinho de milho, tudo numa roda d'água, num eixo. Eles agora aqui se descobriu a potência daquele transformador pode tocar três subestações do tamanho daquela que tocava no começo. Quer dizer, por que é só agora? Então são coisas assim que o próprio sistema, eles numa época, nos anos das vacas gordas, vamos dizer que a corrupção era tanta que uma grande usina dá dinheiro, e aí os campesinos que estão aqui fodam-se. De fato é isso, por isso é complicado.

Então vamos dizer, esse grupo de formação que tu fala nós fazia aquelas análise do momento atual que o país passa e tal. E fazendo isso você tem um outro tipo de gente, sabe? Isso é, vamos dizer assim, hoje tu pega, às vezes até acontece intrigas, opiniões entre vizinho porque um é Bolsonaro e outro é Lula, então vamos dizer assim, quem tem uma visão X não pode ser da outra, antigamente isso era meio que, né, porque a formação do país era essa. Quando tu sai de uma ditadura tu tem que, vamos dizer a assembleia constituinte que a gente faz 86, vamos dizer, isso muita coisa passou porque a gente discutiu também aqui, né. Então por isso que hoje, vamos dizer assim, por isso que os deputados estão tirando um monte de coisas, porque a gente conseguiu avançar direitos trabalhistas do pequeno. Então, por exemplo, quantos anos faz que a mulher não votava? Isso é uma briga que a gente conseguiu comprar. Outra coisa, por exemplo, nós tínhamos o sindicato rural, o do empregador e o sindicato rural do trabalhador. O sindicato rural do empregador ele pagava um pouco mais na nota, o do trabalhador pagava menos, mas o que acontece depois? O rural recebia um salário

inteiro de aposentadoria, o trabalhador rural recebia meio. Como que tu vai, vamos dizer assim, eu e teu pai somos vizinhos como teu pai vai receber um salário cheio se eu só recebo meio? Quer dizer, eu sou meia figura e teu pai é uma inteira? Então olha os absurdos que nós chegamos a ter nesse país. E isso tudo a gente conseguiu transformar através da constituinte. Por isso que hoje esses direitos trabalhistas que a gente conseguiu tudo, então eles estão tirando, porque de fato, né, eles não querem isso, eles não podem valorizar isso. Então são coisas assim que só com a formação para tu mudar isso.

Larissa Gabriela Wentland: A princípio essas eram as perguntas que eu tinha para ti. É um assunto longo, são muitas histórias, foram muitos anos.

Nilo Celso Brant: Foram muitos anos, olha, por isso que eu digo, os meus melhores anos da minha vida foram empenhorados ali, né. Então eu conheço essa história do Itá de cabo a rabo. Fui ajudar construir Marmeleiro, fui ajudar. Porque em Marmeleiro daí tínhamos, eram 32 famílias, depois foi aquele pessoal de Marcelino lá também quando a Claides foi, foi num segundo momento lá, os filhos da Claides foram lá.

Mas assim, veja bem, nós chegamos, olha que situação, a casa então uma empresa de Erechim fez lá, né, que ela ganhou a licitação e tal. Os galpões eles iam fazer umas gambiarrinhas lá que é coisa de louco, sabe? Então o que nós negociamos? A Eletrosul passava o dinheiro para nós e nós fazia. E aí a gente fez uns galões tipo padrão, pelo menos uma qualidade. Olha a nossa organização, nós carregamos as tralhas no domingo de manhã, bom, nós tinha marcado tudo, aí começa a chover sábado de noite e choveu a madrugada e foi para o dia todo, mas nós fomos em Marmeleiro, fomos lá a terraplanagem estava pronta, nós construímos o primeiro galpão durante a noite e até meio dia nós tínhamos o primeiro galpão feito lá, mesmo abaixo de chuva. Colocamos o telhado em cima daí aquele galpão serviu de abrigo para nós lá, então nós tivemos que ir lá construir e tivemos que construir abaixo de chuva.

Então a nossa história sempre foi assim, foi no sofrimento, mas o ganho disso tudo, olha, e aí começa vamos dizer. A Claides falou uma outra história, ela não conseguiu juntar mais isso, veja bem, quando você dá direitos coletivos, isso é uma coisa interessante falar, que aí vamos dizer assim, nós tivemos 90% vai pela organização mas 10% como tem direito vai. Mas esses 10% entendiam que a Eletrosul estava dando isso, não a organização e isso foi o nosso problema em todos os assentamentos. Que aí os caras, a Eletrosul já usa esses caras logo de cara para as fofquinhas, e aí começa aquele jogo vira e mexe. Então a Claides deve ter sofrido isso em Marmeleiro também. Então assim, esse foi o nosso grande pesadelo, sabe?

Uma foi para levar essas pessoas de cultura não igual, vamos dizer assim, aquele cara que era colono é uma coisa, e aquele cara que era pescador é outra. E esses 10% que foram para os assentamentos foram as nossas grandes merdas que nós levamos, sabe? Que teve gente que entendia que foi a Eletrosul que deu, não a organização. E como tu brigou por uma causa coletiva tu não pode dizer que o cara não tinha direito, o cara tinha o direito dele. Então sempre foi assim. Ontem esteve aqui o meu cunhado que ele mora em Campo Erê, ainda hoje briga com os caras, vamos dizer assim, o cara nunca foi numa mobilização, ele era filho de um velho, e o pai dele morreu que foi assentado. Mas o filho não sabe o que é movimento, ele não conhece nada disso, é o espinho dos caras lá hoje, que são os caras que brigaram para chegar a isso. Por isso que ainda hoje esses 10% incomodam, sabe?

Por isso que assim, a ditadura fazia o quê? passava fogo naquele que se rebelava, nós não podemos fazer isso, né. Então na ditadura houve muitas mortes, então a gente achava que aquilo é errado, então tu não vai fazer isso, mas tu não consegue trazer esses caras para o caminho, porque na hora da formação esses caras não estavam presentes, sabe? Por isso que assim, o nosso grande problema é aqueles caras que foram para o assentamento e entenderam que a Eletrosul que deu para eles aquilo lá. Então isso foi um grande problema, continua sendo hoje. E assim, por isso que assim, toda sociedade tem os prós e os contras, né. Toda comunidade tem isso.

Foi quanto? 1 hora e pouco quase?

Larissa Gabriela Wentland: 1h30. Já tem bastante informação aqui.

Nilo Celso Brant: É, tu tem que sentar e olha... [risos]

Tu conhece a Lilian Fontanari? A Lilian Fontanari, nossa museóloga, nossa não, ela faz uns trabalhos e ajuda nos aqui. Então assim, a história do balseiro é uma história muito rica também. Então em 1920, 19, Itá começa a receber o primeiro imigrante, mas em [19]20 começa a vir a migração do Rio Grande para cá.

Os alemães e italianos aportam no Guaíba naquela, em 1900 por ali, 1880 por ali, então quando acontece a migração para Itá, é a migração que os pais ficam no Rio Grande mas os filhos vêm para cá, então essa nossa história começa em [19]20 de fato. Então João Simon, né, um migrante que vem para cá que se torna depois o meu bisavó também, então esse processo, por isso que essa propriedade aqui que nós estimamos está na quinta geração. Como você percebe é tudo novo aqui em cima, quer dizer a propriedade antiga dele ficou submersa lá embaixo na beira do rio. Então João Simon foi o primeiro, a Hortília minha nona, a mãe, eu e depois a minha filha. Então essa propriedade está na quinta geração. Então assim,

o João Simon de fato quando ele vem para cá ele quer essa propriedade que a gente já comentou com os diferenciais, e ele acha isso na colônia 45. Então ele adquire isso aqui e em [19]20 ele faz uma expedição pelo rio, porque ele tem que imaginar como se passaria pelo Salto do Yucumã. Então ele deixa a mulher com 7 filhos aqui na linha Simon, ele faz uma canoa, desce o rio e ficou quase três meses lá embaixo até que deu aquela enchente X que ele precisaria ver que cobrisse todo aquele rochedo lá. Então se tu conhece o Salto tu sabe o que eu estou falando, né. Então o rio ele não pode fazer aquela guinada, ele não pode cair naquela vala e cortar atravessando, ele tem que ir reto. Então assim, 8 metros é que o João Simon então mede na volta do Salto, mede aqui em Itá. Então por isso que 8 metros foi chamado o ponto de balsa.

Então Itá começa a extrair madeira e começa a transportar madeira daqui a São Borja. Tu morando em Santo Ângelo tu sabe mais ou menos a distância que dá né. Então daqui a São Borja pelo rio dava 580 km. Mas o Salto está em 350 km, então eles tem que passar o Salto e continuar a viagem. Então essa história começa desse jeito.

O primeiro movimento econômico da nossa região de fato foi da madeira. Então essa é uma história. O segundo movimento econômico é que o primeiro imigrante que vem para Itá em [19]19 já vem da Alemanha em [19]13, se instala em São Paulo e quer produzir cana, derivado da cana. Mas como São Paulo chove todo dia ele não se agradou daquilo, então ele vai a Porto Alegre compra uma colônia da Luce e Rosa que fosse na beira do rio Uruguai em Itá. Daí ele vem para cá, porque o rio Uruguai caracteriza mais ou menos o rio Reno na Alemanha, sabe? Quedas mais fracas. Então ele vem para Itá predestinado a produzir cana de açúcar. Bom, produzindo derivados da cana tu tens açúcar mascavo, melado, rapadura e coisa, mas também ele traz o alambique em [19]29. Bom, os balseiros já estão descendo de [19]21 a [19]29, né. Então eles, vamos dizer assim, como o rio Uruguai ele vai ao encontro do frio do oeste, então ele vai cada noite mais frio. Como esses caras tem que ficar no remo expostos à chuva, ao sol, à geada, intempéries do tempo, vamos dizer, eles estão no remo, eles não podem abandonar, eles tem que fazer força, que a água está levando a balsa. Então eles voltavam muito debilitados da viagem. Então quando eles voltam eles têm tosse, eles têm gripe, tem resfriado, tudo assim o pulmão carregado. Então em [19]29 esse imigrante, esse alemão, começou a produzir cachaça. A cachaça então torna-se aquele cobertor invisível.

Na primeira viagem que os balseiros vão com cachaça eles voltavam bem. E aí eles chegando aqui em Itá com o dinheiro da balsa e bem de vida, sem tosse, sem gripe, e sem nada, eles fazem uma celebração aqui em Itá. E nessa celebração eles denominam a cachaça do Itá o remédio dos balseiros. Então a cachaça de 21 graus tem o teor alcoólico de 50%, ela

é fortinha, ela dá tontura. Mas o homem não fica sozinho, porque o homem era 10, vamos dizer, se um homem tomar ele quer ficar tonto, senão ele não pára, então esse é um problema do homem. A mulher também gostava de tomar cachaça, mas a mulher é mais reservada, ela não quer se ver tonta, então o que faz? Ela pega essa cachaça mistura na marcela, mistura na raiz amarga, na groselha, ela fabrica o campari do balseiro. Então nós temos hoje produzindo, depois nós vamos degustar um golinho, você está de a pé, então está tranquilo, né. Então a mulher cria há 93 anos atrás o campari artesanal do balseiro. Então o campari, o homem tomava cachaça pura, a mulher fabrica uma cachaça para ela. Então toda mulher que morou aqui em Itá, que veio para desbravar essa região toda aqui, tomou cachaça, principalmente enquanto grávida. Porque empiricamente, assim, a mulher diz que a criança fica com a pele mais lisinha, mais bonitinha, né. Então toda mulher tomou cachaça para ter uma criancinha bonita. Então esse era o jeito que a mulher encara. Bom, a cachaça torna-se cultura aqui também, né, então nós chegamos a ter mais de 30 alambiques aqui em Itá numa época. De fato, a cachaça tornou-se o segundo movimento econômico, então todo mundo que veio morar aqui tomava cachaça.

Bom, em 1925 veio uma senhora de Porto Alegre, que ela era enfermeira no Santa Casa de Porto Alegre, casa lá e vem morar em Itá. Bom, Itá não tem médico, não tem enfermeira, não tem parteira, não tem nada. Imagina o grau como era no mato isso aí. Essa mulher então com o conhecimento que ela tem torna-se a nossa parteira aqui. Essa mulher puxou para o mundo aqui em Itá mais de 3500 crianças. E olha o processo, ela pega uma garrafa de cachaça de 21 graus que tem o teor de 50%, pega aquelas gamelinhas de madeira, não sei se tu já conhecestes, derrama na bordinha da gamela, sabe, essa cachaça tem que correr para dentro, é o momento de desinfecção dessa gamela. Porque as gamelinhas que nós tínhamos aqui era multiuso, então tu temperava a carne, tu lavava o rosto, tu lavava os pezinhos, era multiuso. Então essa mulher pensa na questão da desinfecção, então ela desinfeta nesse primeiro momento e o resto ela põe na água. Então todas as criancinhas que ela puxou para o mundo aqui em Itá tiveram um banho de cachaça antes de tomar o colosso da mãe. Esse era o jeito. 3 de dezembro de 58 ela puxou eu também, e eu passei pelo mesmo processo, e não estou ali falando contigo? Estou gaguejando um pouco, mas estou aí.

Então de fato, esse foi o processo que cria uma história para Itá, vamos dizer assim, a extração de madeira foi o primeiro movimento econômico e a cachaça foi o segundo. Se os nossos descendo daqui chegasse em São Borja com cachaça em cima, os compradores da madeira também gostavam de cachaça, então vamos dizer, eles procuravam, o primeiro

negócio praticamente saia com quem tivesse cachaça em cima, sabe? Que aí os caras já vem lá, sabe, tudo ajuda. Então assim, nós fomos de fato criadores dos grandes negócios aqui, né.

Então assim, essa história da cachaça e da madeira é uma história de origem, é uma história de superação. Tu imagina quem veio morar no mato aqui foi biólogo, ele foi geográfico, eles tiveram que descobrir toda a geografia do rio Uruguai. Eles foram matemáticos, veja bem, um boi puxava 350 kg, uma árvore, um cedro com 4³ pesava 1800 kg. Eles voltaram para o Rio Grande quando tiveram problema de extração de madeira e buscaram 10 bois, cada boi puxava 70% do peso dele, então 7×5 dá 35, então cada boi de 500 kg pode puxar 350 kg, vezes 10 dá 3500 kg, isso era mais força que o peso de 2800 kg do mato para o rio. Então o nosso terno de boi foi o primeiro guincho que nós tivemos aqui, olha a logística, por isso que quando eu falo em matemática, eles eram os caras. Eles foram químicos, imagina quando tu pega numa cana, transforma numa guarapa, a guarapa numa tontura, é química. E as mulheres, eu creio que a tua vó também fez isso, por exemplo pegar uma batatinha, faz todo aquele processo, numa semana ela fermenta, ela faz crescer o pão. Tu tens descendência de italiano acho, né? Então assim, todos italianos, eles queriam pão alto, o italiano ele não come o pão baixinho, ele tem que ser dessa altura, né. Então a batatinha fazia isso, por isso que tem um município aqui do lado, Arvoredo, ela era prefeita aqui na época, então ela mandou todos idosos, deu 6 viagens de ônibus, vieram aqui conheceram o museu, depois almoçaram um risotão aqui e depois iam embora. Todas essas mulheres lá, porque é, Arvoredo é praticamente 90% italiano, sabe? Praticamente todas essas noninhas que vieram aqui faziam da batatinha crescer o pão. Isso na lógica, essas mulheres não são doutoras em química, percebe? Hoje não adianta eu te dar uma batatinha, você vai no laboratório não sei se vai fazer o pão crescer. Então olha só, empiricamente esse processo todo. Outra história, por exemplo, línguas, tu já imaginou um alemão morando do lado de um italiano e vice-versa, olha, por isso que eu creio que a gente, nós, nós quando eu falo somos mais agachados aqui do que, tu está numa região de manezinho que não vai entender nada do que nós estamos falando aqui, por que nós gesticulamos tanto quando a gente conversa? Tu sabe que se eu amarrar a mão, bom, se tu amarrar as minhas mãos eu vou falar a metade. Amarrar as mãos de um italiano ou alemão ele falou a metade. Então veja bem, essa história era assim, então muitas vezes o nosso gesto surge no momento que nós não se entendiam, tu tendo as duas línguas tu sabe que de fato, as duas raças, tu sabe que de fato é complicado. O italiano até vai um pouquinho mais para o espanhol, quer dizer, alguma coisa tu consegue captar, mas o alemão é difícil, o alemão é difícil. Então assim, eu creio que muito pelo gesto que eles fizeram esses gestos todos.

Então essa história que Itá cria há 100 anos atrás a gente descreve num conteúdo todo e mandou naquela história lá em Berlim, não sei se tu viste que o Itá ganhou naquele tops 100 de sustentabilidade. Então lá nós fomos premiados, vamos dizer, entre não sei quantas mil lá, Itá ganhou uma posição entre os 100. Só que depois dali eles avançaram, foi diminuindo, mas aí por votação popular, né, então quem não conhece a história dos balseiros vai votar como? Alguém fora do vale do Uruguai não tem noção do que a gente fala aqui. Então por isso que depois a gente perdeu, não sei nem em que posição a gente ficou. Mas nós ficamos entre os 100 melhores destinos turísticos sustentáveis do mundo, com a história da madeira e da cachaça, então nós temos o diploma aqui dentro. Baseado naquele diploma, tu conhece o Fernando Gabeira da Globo News? Tu tem que assistir um pouco a Globo News, ele geralmente fala na boca da noite, é aquele jornalista velho lá, ele era deputado federal, uma época lá ele trouxe semente de maconha para o Brasil, mas ele é médico, né. Sim, mas oficialmente ele mandou vim, a semente veio, aí a polícia federal foi lá no Rio de Janeiro e esperou ele, prendeu o cara, né. Como ele era deputado federal e médico, quer dizer, ele era deputado federal e tinha imunidade, não como médico. Mas ele foi lá apanhar essa semente da maconha porque ele fez um trabalho de ciência com aquilo ali. Então quando a polícia achou de pegar o cara que estava trazendo semente de maconha ele foi lá e disse “não, eu vou fazer isso, isso e isso, então agora acompanha”, tu sabe que as pessoas, as crianças que têm problema de cérebro ali, um derivado da maconha é a única coisa que ajuda, então ele pensou nisso.

Baseado nesse diploma da alemanha, dia 5 de outubro, dia 11 de outubro o cara me bate aqui, fazer uma entrevista comigo para falar da importância que o rio Uruguai teve para nós, vamos dizer, se nós não tivéssemos o rio Uruguai para extrair essa madeira, descer o rio, nós não seríamos o que nós somos hoje. Então por isso que assim, o vale do Uruguai foi estrategicamente o grande jeito de chegar na economia. Por isso os trilhos do trem, eu tenho a foto da viação férrea do Rio Grande de 35, o Rio Grande está picado de ferrovia.

Então assim, por isso que assim, os nossos que vem para Itá, quem vem morar para Itá, 90% desceu em Gaurama no trilho do trem e daí faz 90 km a pé para vim para Itá. Então chegando em Gaurama, eu não entendia como é que os caras vem de Porto Alegre, vem de Pelotas, vem de tudo quanto é... O que acontece, Santa Maria é o coração do Rio Grande, tu sabe onde que é, então todo mundo vem até Santa Maria e sobre essa região aqui para chegar no Alto Vale do Uruguai. E aí vamos dizer, se um cara vem de Porto Alegre, vem de Pelotas, vamos dizer assim, são estratégias de distância, vem em Santa Maria e sobe aqui. Então aí dá para entender porque os nossos são tudo do Rio Grande, pulam no trem e vem embora. Quer

dizer, um dia ou outro eles chegam em Gaurama, o tem vem de lá, sobre ali e tal. Então é interessante isso, essa história que dá para Itá o top 100, então Itá é hoje um dos 100 melhores destinos sustentáveis do mundo.

Então de fato assim, essa história, por exemplo assim, daí em, bom, eu já te falei que eu nasci em 58, então 67, 68, 69, 70 foram os 4 anos de primário, eu fiquei 30 anos fora da sala de aula. Por causa da história das torres da igreja, porque assim, a empresa queria tudo no chão, o corpo da igreja já tinham derrubado, a cidade já estava, então a igreja foi uma das últimas coisas a cair. Eles colocaram o guincho e puxaram as torres também, só que fizeram uma coisa assim, é muita inversão da física, por exemplo o guincho ficava aqui em baixo e os cabos subiam 20 metros para amarrar na ponta das torres para eles puxar para derrubar, é muita inversão, sabe? Quando eles, quando o cabo esticou, quando o guincho aciona, levantava o guincho do chão, claro, vai para cima ao invés de fazer força. Aí arrebentou os cabos duas vezes, depois estourou a caixa do guincho. Os homens que estavam administrando isso entenderam que Deus estava interferindo nesse momento. Também não sou louco de dizer que não foi, né. Mas eles não quiseram mais amarrar por causa do medo de borrar com Deus, o que acontece? Isso era janeiro de 2000, a água estava próxima já, aí o prefeito escuta, vamos dizer à comunidade “vamos deixar porque vai ser uma referência, vai ser um marco”, isso é que nem em Florianópolis a Hercílio Luz é um marco de Florianópolis, né. Então veja bem, o prefeito escuta, vai na empresa, pede para a empresa deixar as torres. A empresa então diz para o prefeito “só se tu fizer aquela ensecadeira ao redor”, aquela pedreira que está no entorno. O prefeito volta para Itá e fala com uma empresa, essa empresa pede 270 mil há 22 anos atrás para fazer aquilo. Eu acho que hoje seria mais de 2 milhões se tu vai analisar assim valores, né. Bom, aí o prefeito como o turismo não existia em Itá, nós não tínhamos nada de turismo, vamos dizer, isso era 2000, não existia nada. Nós só tínhamos visitaçaõ daqueles caras que vinham para ver a usina subindo. O prefeito então tem que fazer um plebiscito para gastar esse valor, para fazer essa ensecadeira, aí então nesse plebiscito nós ganhamos, nós, quando falo nós, eu me empenhei nessa história de quem dizia sim estava dizendo para o prefeito pagar e as torres ficar de pé. Então nós ganhamos por 97%, quem votou disse sim. Então o prefeito pega esses 270 mil, manda os caras fazer e paga com o dinheiro da prefeitura, público.

E isso faz com que essa injeção desse em mim uma coisa assim, sabe? Bom, eu volto a estudar, mas aí eu tinha a 4ª série. Aí tem que fazer primeiro grau, segundo grau. Aí eu fui trabalhar, eu morava já aqui, em 2000 eu vim morar aqui nessa casa que a gente construiu aqui, aí eu pensei vou voltar a estudar. Então eu fui trabalhar numa recepção de um hotel,

trabalhei quatro anos e meio, saia da faculdade, vinha na recepção do hotel, trabalhava até 6h30 da manhã e daí eu vinha para casa. Com esse dinheiro do hotel eu pagava a minha faculdade, que a UnC de Concórdia é particular, tu tem que pagar. Então veja bem, aí em final de 2007 eu me formei bacharel em turismo, e daí eu tinha essas fotos centenárias, essa história toda tem muita foto, depois vamos ver lá, né. Então assim, essa história estava já comigo, então pensei, vou recuperar, vamos resgatar essa história dos balseiros. E daí a gente já até associou no IBRAM⁴⁰, hoje nós somos identificados, então hoje é o único museu que está falando de balseiros na bacia do rio Uruguai.

A foz do Chapecó, quando construíram a Foz do Chapecó, ela chegou a dar quase 2 milhões de reais para a prefeitura de Chapecó fazer o museu, eles não conseguiram nem terminar o projeto. Eu aqui com meus míseros centavos que eu tenho aqui construí o museu e hoje está na história já, foi disputar um prêmio lá em Berlim. Então assim, mas é tudo particular, né, eu poderia receber algum dinheiro público mas daí sabe, quando tu tem que se sujeitar ao público. Por exemplo, o secretário do turismo de Itá poderia decidir que essa peça vai para o museu tal lá em cima, eu não quero isso. De fato aqui eu mantenho muito focado na história dos balseiros, então tudo que fala em relação aos balseiros a gente tem aqui. Então por isso que assim, às vezes é sofrido, eu tenho que pegar a vassoura para varrer, eu tenho que fazer isso, fazer tudo. Então de fato esse é o jeito que a gente leva aqui.

No dia 25 de novembro de [20]19 o Fabiano da Luz, que é um deputado em Santa Catarina, convocou nós, porque o dia 29 era, que a assembleia legislativa dá aquele prêmio lá da Comanda do Legislativo Catarinense. Então nós recebemos no dia 29 de novembro de [20]19 a Comanda do Legislativo Catarinense. Então assim, é a maior honraria que o estado dá. Porque foi dado aos balseiros do rio Uruguai? Que os balseiros do rio Uruguai foram os primeiros exportadores do estado de Santa Catarina. No Rio Grande fizeram a mesma coisa, só que vocês lá tem a história lá do charque, do couro, anterior a essa história, vamos dizer, vocês venderam couro e carne de gado antes dessa história dos brasileiros, mas se não seria a mesma coisa que nós aqui, porque entre gaúcho e catarinense, vamos dizer, o rio Uruguai nos unia.

Tu imagina antigamente se morava, vamos dizer, eu tenho a minha casa aqui, eu moro aqui, bom, nessa abertura que eu vejo aqui para o Rio Grande tem umas três propriedades aqui, entendeu? Então eu daqui olhava lá, se tudo estivesse bem nas famílias do Rio Grande, você deixava as janelas tudo abertas da casa que era para ventilar, nós tinha essa regra. Bom,

⁴⁰ IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

os caras do Rio Grande também enxergavam duas ou três ou quatro propriedades para o lado de cá, então tipo assim, nós levantamos de manhã e abria tudo a casa, tinha que arejar isso. O cara de lá olhava para cá, e nós de cá olhava para lá, se essas casas permaneciam fechadas, uma dessas três que eu vejo daqui tivesse fechada até meio dia, a gente passava o rio e ia lá ver o que tinha. Olha a ligação que se tinha, por isso que quando eu falo assim que essa história que a gente perdeu aqui, de fato, foi muito, a gente perdeu muita coisa.

ANEXO A- DOCUMENTO DE ACORDO ENTRE ATINGIDOS E ELETROSUL

<p>1. - Fica acordado entre as partes Eletrosul — CRAB que com relação às Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho não será feita nenhuma indenização, caso não seja cumprido o item 2 deste acordo.</p>	<p>da. Estes terão direito, no mínimo, a um módulo rural regional.</p>	<p>dinheiro". Neste período só serão realizadas as obras preliminares necessárias.</p>	<p>bendo à empresa/ELETROSUL o ressarcimento das despesas decorrentes.</p>
<p>2. - Fica acordada que a aquisição de propriedades atingidas será vinculada a apresentação das seguintes alternativas aos atingidos:</p>	<p>3. - Fica acordado que será dado início imediato à elaboração de uma política de reassentamento, ficando a ELETROSUL comprometida a apresentar, até dezembro de 1987, as diretrizes e os critérios que orientarão os projetos de reassentamento, assim como a definição de parceiros privados e institucionais, que juntamente com a ELETROSUL executarão os projetos de reassentamento e traçados de estradas necessárias a população que permanecerá em áreas remanescentes.</p>	<p>6. - Fica acordado que a ELETROSUL executará somente obras e serviços preliminares vinculados à execução do cronograma social. Ambos anexos a este documento.</p>	<p>8. - Fica acordado que quando da necessidade de alteração dos cronogramas a ELETROSUL/CRAB, se comprometem a discutir a deliberar conjuntamente os ajustes que se façam necessários.</p>
<p>a) terra por terra, mediante a apresentação de áreas tantas quantas necessárias, preferencialmente na região, ou nos três estados do Sul, com características agrícolas e infra-estrutura não inferiores às áreas atingidas;</p>	<p>4. - Fica acordado que as negociações se desenvolverão em ordem seqüencial, por comunidade, e igualmente em ambas as margens do rio, oferecendo-se as mesmas oportunidades para todos os membros e comunidades das barragens de Itá e Machadinho, com datas definidas.</p>	<p>Entende-se como obras preliminares: cadastro sócio-econômico das duas barragens, apresentação de políticas de reassentamento e indenizações, demarcação, construção da nova cidade de Itá para os moradores da velha Itá, linhas de transmissão, serviços topográficos, sondagens, construção de casas e alojamentos no canteiro de obras e cidade de Itá, estradas internas ao canteiro e acesso, incluindo a ponte sobre os rios Uruguai e Uvá, localizados abaixo da obra, conforme a aprovação da assembléia dos atingidos em 17.09.87, em Erechim.</p>	<p>9. - Fica acordado que os atingidos reafirmam as propostas aprovadas nos dias 24 de abril de 1986, em Itá, SC, em 19 de junho de 1986, em Getúlio Vargas, RS, acrescentando os itens não contemplados neste documento.</p>
<p>b) indenização por dinheiro com a participação dos atingidos na determinação dos preços unitários da terra e benfeitorias;</p>	<p>5. - Fica ratificado o documento PRE-692/86, de 07 de outubro de 1986, que diz: "nenhuma obra será realizada dentro dos rios sem prévia indenização ou reassentamento dos atingidos de cada barragem, Itá e Machadinho".</p>	<p>7. - A CRAB designará no mínimo três representantes de cada barragem, Itá e Machadinho, e tantos quantos necessários para acompanhamento e fiscalização permanente das atividades da ELETROSUL visando obter informações referentes aos interesses dos atingidos, cabendo à empresa/ELETROSUL o ressarcimento das despesas decorrentes.</p>	<p>10. - Fica acordado que o reassentamento/indenizações será feito entre ELETROSUL e atingidos, cabendo ao grupo executivo e conselho deliberativo do reassentamento, traçar as linhas e diretrizes sobre os mesmos.</p>
<p>c) garantia de participação em projetos de reassentamento para todos os sem-terras atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho, em áreas dos três estados do Sul, com características agrícolas e infra-estrutura não inferiores às atingidas pelas barragens. Serão contemplados todos os jovens definidos como sem-terras, pertencentes às famílias atingidas exercendo atividades econômicas na propriedade atingida.</p>			<p>11. - Fica acordado que os moradores atingidos pelos asfaltos da estrada de acesso da SC-283 à obra da barragem de Itá, na comunidade de Linha São Roque, Município de Itá, SC, serão indenizados. Para os sem-terra, o tratamento será o mesmo do item 2 desse documento. Erechim, 29 de outubro de 1987.</p>

Comissão Regional de Atingidos por Barragens. **A Enchente do Uruguai**. Erechim, 1988, boletim 20, p. 8. Disponível em:

<<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PENURRS021988020.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2022.

ANEXO B- PLANO DE REASSENTAMENTO

<p>1. Os Reassentamentos serão nos três Estados do Sul (RS, SC, PR) em condições iguais ou superiores às atingidas, sendo que a terra só será comprada após avaliação dos atingidos;</p>	<p>fra-estrutura na comunidade e no lote mínimo, iguais às atingidas.</p>	<p>que ter, no mínimo, 10 ha para lavoura.</p>
<p>2. Poderão participar do Reassentamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os proprietários que tiveram até 75 hectares; • Os filhos dos proprietários, casados ou solteiros; • Os posseiros; • Os Arrendatários; • Parceiros Rurais; • Agregados; • Assalariados rurais. 	<p>4. Terá assistência Técnica garantida, além de recursos para a sobrevivência da família até a colheita da primeira safra.</p>	<p>7. A opção pelo reassentamento se fará na hora da negociação.</p>
<p>3. Será garantida toda a in-</p>	<p>5. A cada família (homem e mulher) será garantido um lote mínimo de 17 hectares de terra boa, acrescentando-se 06 hectares a cada filho maior de 16 anos que o casal tiver. Para os filhos menores, de 16 anos, acrescenta-se um pedaço de terra inferior à 06 hectares.</p>	<p>8. O pagamento do lote de terra do reassentamento para os que hoje não a possuem, será feita com uma percentagem da renda líquida da propriedade, variando de 20 a 40%, conforme a capacidade de cada um. A moeda de pagamento do lote será o milho, segundo o seu preço mínimo.</p>
<p>3. Será garantida toda a in-</p>	<p>6. O lote de 17 hectares terá</p>	<p>9. O pagamento se fará em 20 anos, com três de carência.</p>

Comissão Regional de Atingidos por Barragens. **A Enchente do Uruguai**. Erechim, 1988, boletim 20, p. 9. Disponível em:

<<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PENURRS021988020.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2022.